

Colônias entre Estâncias



ROSANE MARCIA NEUMANN
JOÃO VÍTOR SAND
WELINGTON AUGUSTO BLUME
(ORGS.)

Colônias entre Estâncias

**Rosane Marcia Neumann
João Vítor Sand
Welington Augusto Blume
(Orgs.)**

Colônias entre Estâncias

E-book



**São Leopoldo
2026**

© 2026 – Associação Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-Brasileiras – ANPHCTB
R. Franz Richter, s/n
95937-000 – Forquetinha – Rio Grande do Sul – Brasil
Site: [https:// / https://xviiseminarioanphc.wixsite.com/seminariocolonias](https://xviiseminarioanphc.wixsite.com/seminariocolonias)
E-mail: anph.teutobrasileiras@gmail.com
Blog: [http:// /anphcomunidadeuteutobrasileiras.blogspot.com.br](http://anphcomunidadeuteutobrasileiras.blogspot.com.br)
Página no Facebook: Assoc. Nac. Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-Brasileiras
Instagram: @anphctb

Organização: Rosane Marcia Neumann
João Vítor Sand
Welington Augusto Blume

Capa: João Vítor Sand

Imagem da capa: APERS. Comarca de Pelotas. Processo de medição n. 634, de 1867.

Foto: Patrícia Bosenbecker

Revisão: Myrna Susan Gowert Madia Berwaldt

Arte-final: Oikos

Observação: A adequação técnico-linguística dos textos é de responsabilidade dos autores.

Editora Oikos Ltda.
Editora Oikos Ltda.
Rua Paraná, 240 – B. Scharlau
93120-020 São Leopoldo/RS
Tel.: (51) 3568.2848 / 9 81149642
contato@oikoseditora.com.br
www.oikoseditora.com.br

C719 Colônias entre estâncias. [E-book]. / Organizadores: Rosane Marcia Neumann, João Vítor Sand e Welington Augusto Blume. – São Leopoldo, RS: Oikos, 2026.
255 p.; il.; color.; 21 x 29,7 cm.
ISBN 978-65-5974-337-7
1. Migração. 2. Imigração. 3. Emigração. 4. Mobilidade social. 5. História – Comunidade Teuto-Brasileira. 6. Imigrante – Pomerano. I. Neumann, Rosane Marcia. II. Sand, João Vítor. III. Blume, Welington Augusto.

CDU 314.74

Catálogo na Publicação: Bibliotecária Eliete Mari Doncato Brasil – CRB 10/1184

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
COLÔNIAS ENTRE ESTÂNCIAS: O CASO DA ANTIGA COLÔNIA SÃO LOURENÇO/RS	10
<i>Patrícia Bosenbecker</i>	
CIRCULAÇÃO E CONEXÃO PELA IMPRENSA NA SERRA DOS TAPES (1892-1912): O JORNAL <i>DER BOTE VON SÃO LOURENÇO</i> DE ALEXANDER VOSS	20
<i>Patrícia Weiduschadt</i>	
OS VÍNCULOS EDUCACIONAIS DA CONGREGAÇÃO LUTERANA DA REDENÇÃO	30
<i>Valdir Lopes Junior</i>	
<i>Patrícia Weiduschadt</i>	
ENTRE COLÔNIAS E ESCOLAS: A PRESENÇA DA MIGRAÇÃO ALEMÃ NA CONSTITUIÇÃO DO ESPAÇO EDUCACIONAL DE HULHA NEGRA (1944-1992)	43
<i>Simone Gomes de Faria</i>	
<i>Patrícia Weiduschadt</i>	
PEDAÇOS DO SILÊNCIO: FRAGMENTOS ESCOLARES DE HERANÇAS IMIGRANTES NO ACERVO BENNO MENTZ	57
<i>Milleny Dubiel</i>	
SOBRE ARQUIVOS E MEMÓRIA: UMA VISITA NAS NORMATIVAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE E NO ACERVO DA PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS	72
<i>Adriana Dias Silveira</i>	
<i>ALLAS GAUT?</i> DOCUMENTANDO A MÚSICA E A MEMÓRIA POMERANA NA SERRA DOS TAPES	84
<i>Danilo Kuhn</i>	
ENTRE VISIBILIDADES E SILENCIAMENTOS: TENSÕES ENTRE TRADIÇÃO, PODER RELIGIOSO E PROCESSOS EDUCATIVOS NA HISTÓRIA DAS MULHERES LUTERANAS	98
<i>Andressa Vargas Soares Falcão</i>	
<i>Patrícia Weiduschadt</i>	
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE UMA PROFESSORA TEUTO-BRASILEIRA NA EDUCAÇÃO RELIGIOSA PRESERVADAS NO INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS (1980-2000)	110
<i>Weliton Barbosa Kuster</i>	
<i>Patrícia Weiduschadt</i>	
INCENTIVOS À MIGRAÇÃO, ABANDONO AO NEGRO: A FACE OCULTA DA DEMOCRACIA BRASILEIRA	123
<i>Rejane de Oliveira Gomes</i>	

O REGIMENTO DE ESTRANGEIROS E A IMIGRAÇÃO ALEMÃ: ANÁLISE HISTÓRICA DA LEGISLAÇÃO MONÁRQUICA BRASILEIRA (1818-1830)	134
<i>Edison Botelho Silva Júnior</i>	
COOPERATIVISMO E ASSOCIATIVISMO TEUTO NO SUL DO RIO GRANDE DO SUL	147
<i>Patrícia Schneid Altenburg</i>	
CARACTERIZAÇÃO DO AVANÇO DA PEQUENA PROPRIEDADE SOBRE O LATIFÚNDIO NO RS: SANTA CHISTINA DO PINHAL E ESTÂNCIA (SÉCULO XIX)	158
<i>Dóris Rejane Fernandes</i>	
IDENTIDADE MIGRANTE JUDAICA EM O CENTAURO NO JARDIM: UMA ANÁLISE TEXTUAL DISCURSIVA DA OBRA DE MOACYR SCLiar	168
<i>Luciana Sanguiné</i>	
A REVISTA O JOVEM LUTERANO: FORMAÇÃO DE BIBLIOTECAS E LEITURA JUVENIL	179
<i>Elias Kruger Albrecht</i>	
<i>Patrícia Weiduschadt</i>	
DESAFIOS DA MANUTENÇÃO DA LÍNGUA POMERANA NO CONTEXTO ESCOLAR: UM ESTUDO NA SERRA DOS TAPES-RS	192
<i>Myrna Susan Gowert Madia Berwaldt</i>	
<i>Patricia Weiduschadt</i>	
<i>Gabriela Medeiros Nogueira</i>	
TESTEMUNHA E MEMÓRIA DA E/I/MIGRAÇÃO ALEMÃ: O RELATO DE VIAGEM AO RIO GRANDE DO SUL DE FRANZ EPP (1864)	206
<i>Rosane Marcia Neumann</i>	
ENTRE O DISCURSO E A PRÁTICA: A COLONIZAÇÃO DE ERECHIM (1908) E SANTA ROSA (1914) ATRAVÉS DA BUROCRACIA GOVERNAMENTAL E PROCESSOS CRIME	229
<i>Kalinka de Oliveira Schmitz</i>	
“EXISTEM AMIGOS ALÉM-MAR”: O TRABALHO DAS ORGANIZAÇÕES HUMANITÁRIAS NO PÓS-SEGUNDA GUERRA MUNDIAL NO UNIVERSO PRIVADO DE CARTAS	242
<i>João Vítor Sand</i>	
Sobre os autores	254

APRESENTAÇÃO

Somos constantemente confrontados com notícias, discursos e publicações que abordam, frequentemente de maneira alarmista, as chamadas crises migratórias. Essas narrativas, muitas vezes baseadas em medos e estigmas, contribuem para a formação de imagens distorcidas sobre os fluxos migratórios e sobre as pessoas envolvidas. Em março de 2025, por exemplo, o então presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, revogou o status legal de 530 mil imigrantes, impactando de maneira especialmente severa a população latino-americana. Essa medida política, marcada pela exclusão e pela xenofobia institucionalizada, é apenas mais um episódio em uma longa história de tentativas de controle e criminalização da mobilidade humana.

O sociólogo argelino Abdelmalek Sayad (1998, p. 16) nos oferece uma chave importante para refletir sobre essas dinâmicas ao afirmar que a imigração é “um fato social completo”. Isso porque o fenômeno abrange tanto o emigrante, que deixa sua sociedade de origem, quanto o imigrante, que chega a um território desconhecido. Trata-se, portanto, de um processo que implica rupturas, deslocamentos, adaptações e múltiplas negociações de identidade, pertencimento e sobrevivência.

Contudo, como na metáfora de Robert Winder, "podemos colocar nossa cadeira na praia com a frequência que quisermos e gritar para as ondas que chegam, mas a maré não vai ouvir nem o mar vai recuar" (Baumann, 2017, p.10). Essa imagem nos lembra da força incontrollável e contínua das migrações, movimentos tão antigos quanto as próprias civilizações que, apesar de muros e fronteiras, continuam a desafiar narrativas de fechamento e medo. É nesse contexto que se destaca o papel fundamental de historiadores, geógrafos, antropólogos, cientistas sociais e pesquisadores de diversas áreas: compreender, contextualizar e discutir as mobilidades humanas, sejam elas forçadas ou espontâneas. Cabe a nós investigarmos as raízes e os desdobramentos dos processos migratórios, desconstruir discursos simplificadores e contribuir para a construção de uma memória histórica mais plural, crítica e sensível à complexidade das experiências humanas em movimento.

O presente livro é um esforço nesse sentido. É resultado das discussões ocorridas no *Seminário Internacional “Colônias entre estâncias”* e *XVII Seminário Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-Brasileiras*, promovido pela Associação Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-brasileiras (ANPHCTB) e pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), com o apoio do Instituto Histórico de São Leopoldo

(IHSL), e com apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS). O Seminário teve como objetivo debater sobre as migrações nos diferentes espaços de colonização, em especial, na região “Sul” do Rio Grande Sul, buscando explorar a dualidade entre colônias e estâncias, as dimensões sociais e econômicas e a vida cotidiana, em seus espaços urbanos e rurais, bem como discutir as migrações contemporâneas e seus impactos.

Pelotas marcou a retomada das atividades presenciais da ANPHCTB após duas edições realizadas de forma online: a de 2021, em razão da pandemia de Covid-19, e a de 2023, devido às enchentes que atingiram o Rio Grande do Sul em setembro daquele ano, afetando mais de 400 mil pessoas. Também foi a primeira edição do evento a ser realizada na região Sul do Rio Grande do Sul. O evento buscou dar continuidade às discussões sobre as migrações históricas e contemporâneas, especialmente em um contexto pós-comemorações dos 200 anos da imigração alemã no Brasil e dos 150 anos da imigração italiana no Brasil, explorando essas temáticas sob diversas perspectivas, sejam elas analíticas ou teóricas.

Nesse percurso, esses marcos temporais pós-comemorativos assumem especial relevância não como marcos celebratórios acríticos, mas como oportunidades analíticas para revisitar, problematizar e complexificar os processos históricos de ocupação, colonização e mobilidade no Sul do Brasil. A abordagem histórica desses fluxos migratórios permite compreender as múltiplas experiências vividas por diferentes grupos sociais, os conflitos, as assimetrias de poder, as estratégias de adaptação e as formas de construção de pertencimentos que moldaram as dinâmicas regionais ao longo do tempo. Ao deslocar o olhar para além das narrativas oficiais e homogeneizadoras, a discussão historiográfica sobre essas imigrações contribui para evidenciar continuidades e rupturas entre passado e presente, oferecendo elementos fundamentais para interpretar os debates contemporâneos sobre migração, identidade e diversidade social.

Assim, a obra que ora se apresenta reafirma a urgência de pensar os processos migratórios para além de leituras conjunturais ou discursos de crise, situando-os como fenômenos estruturantes das sociedades contemporâneas. Em um mundo marcado por deslocamentos intensificados, desigualdades globais e disputas narrativas, torna-se fundamental ampliar os espaços de divulgação científica e de diálogo público, capazes de traduzir pesquisas acadêmicas em reflexões acessíveis, críticas e socialmente comprometidas. Ao aproximar universidade e sociedade, iniciativas como este livro contribuem para o enfrentamento de estigmas, para a valorização das experiências migrantes e para a construção

de debates públicos mais informados, sensíveis e atentos à complexidade histórica e humana das mobilidades.

COLÔNIAS ENTRE ESTÂNCIAS: O CASO DA ANTIGA COLÔNIA SÃO LOURENÇO/RS

Patrícia Bosenbecker

1 Introdução

Neste texto, eu gostaria de apresentar algumas questões que estão diretamente envolvidas na construção não só da minha carreira, mas das pesquisas que tem sido realizadas nos últimos anos sobre imigração no Sul do Estado do Rio Grande do Sul. O texto aqui apresentado integrou a conferência de abertura no evento Seminário Internacional Colônias entre estâncias e o XVI Seminário Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-Brasileiras, que aconteceu na Universidade Federal de Pelotas no período de 30 de julho a 1º de agosto de 2025.

A realização deste evento nesta universidade e no sul do estado, proporciona um momento ímpar para discutirmos a questão da imigração histórica na região, mas também o importante papel que as particularidades regionais tem em um cenário nacional. Tenho insistido em textos e falas em eventos que o sul do Estado tem suas particularidades no que concerne a questão da colonização e pretendo discorrer sobre algumas delas.

Em outras palavras, isso significa que alguns pressupostos precisam ser levados em conta quando pesquisamos imigração no sul do estado. Por exemplo, temos as duas principais cidades em termos políticos, sociais e econômicos do século XIX, Rio Grande e Pelotas. Temos também um cenário urbano de muita imigração e movimentação nessa região, não só com relação a imigração alemã.

Nesse sentido, não partimos apenas de um cenário político diferenciado. Temos, aqui na região sul do Estado, um espaço político muito bem definido, no qual os principais políticos estão muito bem estabelecidos. É o tradicional sistema do charque e das charqueadas, com cada estância delimitando seus articulares e nomes políticos. O comércio, incluindo o de caráter internacional, de exportação e importação, também reflete esta estrutura. Todo o sistema baseado no trabalho de escravizados. O centro espacial estava representado por duas cidades, Pelotas, que concentra os barões do charque, e Rio Grande, sede do principal porto do sul do país. Assim, podemos dizer que este eixo formado por Pelotas e Rio Grande é o coração do sistema político, social e econômico que dominou a província do Rio Grande do Sul.

É necessário, portanto, considerar as condições e peculiaridades desse sistema na constituição, no crescimento e no desenvolvimento da colonização na Serra dos Tapes. Tanto

que há uma participação, efetiva inclusive, dos estancieiros nos projetos de colonização, seja na delimitação do espaço de colonização, na construção de colônias, na ampliação da colonização, ou ainda com a disponibilização de recursos financeiros (ou outros recursos, como apoio político, por exemplo).

Evidentemente, que a participação de fazendeiros, estancieiros e grandes proprietários está bem evidente na literatura sobre colonização. Não é exclusividade da região sul do estado, embora seja pressuposto que deve ser encarado pelos pesquisadores. Mas há uma particularidade essencial para entender a colonização na região. O fato de que a primeira e maior (em número de lotes e imigrantes inseridos) colônia da região é um investimento privado, no qual o colonizador é responsável pelo engajamento dos imigrantes, ou seja, o dono das terras onde a colônia foi implementada, também faz a logística e o processo de instalação dos imigrantes, processo que em outras partes do estado é realizado pela esfera estatal. E a expansão da colonização na Serra dos Tapes se deu pela inserção de imigrantes em São Lourenço. Isso significa dizer que a Colônia São Lourenço é a colônia mãe da região sul enquanto que no norte do estado foi a colônia São Leopoldo.

Assim, o grande propulsor do engajamento de imigrantes da Europa para cá, para o sul do estado do Rio Grande do Sul, foi um empresário. Não foi o Estado brasileiro, não foi o Estado do Rio Grande do Sul. Nesse ponto há duas discussões possíveis. A primeira sobre o próprio empresário, que era também estrangeiro, um alemão, já moradora da região ao construir a colônia, embora um alemão diferente do grupo de alemães que formará a colônia. E um segundo ponto é um outro papel do estado no sul do Rio Grande do Sul, que precisa ser considerado e que difere de seu papel protagonista no norte do Estado em termos de imigração.

2 A colonização no Sul do Estado

A dicotomia entre colônias e instâncias e a sua percepção dentro desse cenário, foi apresentada por Jean Roche, nessa longa citação, que reproduzo:

Uma primeira diferença entre a colônia e a zona de pecuária aparece no número e no traçado dos caminhos. Aqui, as fazendas estão afastadas; raros caminhos rudimentares seguem as cristas, sem que a terra traga outra marca da ação do homem que não a dos arames farpados que cercam as pastagens, e alguns ranchos primitivos. Lá, a quadrícula regular dos caminhos une as roças cultivadas e as casas; as carroças, de quatro rodas, dirigem-se para as lojas dos comerciantes, que balizam as estradas ou se juntam em pequenas aglomerações como Boqueirão e São João da Reserva (ROCHE, 1969, p. 179).

Nessa citação, podemos perceber muito bem desenhado e delimitado pelo autor o contraponto das colônias entre as estâncias, que é a proximidade desse processo. E o quão diferente e perceptível é essa diferença entre dois sistemas diferentes que se encontram aqui. A

questão das estâncias, não só da produção escravista que gere esse processo, ou de uma certa autossustentabilidade da produção local dentro da estância, do tamanho desses campos, e de que eles são em áreas destinadas à pecuária.

E, do outro lado, temos pequenas propriedades, com a venda de um excedente de produção que mantém a colônia funcionando. E a divisão desses espaços aqui muito delimitados, cortando caminhos tortuosos pela serra. Isso faz parte não só de uma cultura colonial nos dias de hoje, mas fez parte de uma grande diferenciação em termos também historiográficos.

Precisamos ainda refletir um pouco sobre a imagem que temos sobre essa diferença, porque ela influencia muito o quão nós ainda produzimos ou reproduzimos uma série de elementos que vêm dessa interpretação. E no que nos toca aqui no texto, acredito que seja fundamental termos em mente que tem algumas coisas que precisam ser revistas. A imagem ou as imagens perpassam não apenas leituras laudatórias da imigração, mas também concepções clássicas que contribuem para uma divisão entre colônias e estâncias que aqui trabalhamos. Uma dessas leituras pode ser vista no texto clássico de Maria Thereza Schorer Petrone (1982, p. 17):

A pequena propriedade devia ocupar espaços vazios, promovendo a valorização fundiária, e criar condições para o aparecimento de uma camada social intermediária entre latifundiário e escravo, camada essa que pudesse ao mesmo tempo ser mercado consumidor, oferecer braços no mercado de trabalho e diversificar a economia com a produção de gêneros para os quais a grande propriedade não se prestava.

Essa diferença sobre vazios ocupados ou sobre áreas periféricas ocupadas, ou as afirmações de que a pequena e grande proprietária que nunca chegam a ocupar o mesmo espaço, nos leva a uma rápida associação: a Serra dos Tapes deveria ser ideal para a colonização uma vez que era um espaço vazio. Sabemos que a Serra não era um espaço vazio.

Outro aspecto que nos parece também bastante tratado é o fato de que os colonos foram instalados em terras totalmente impróprias para a pecuária. Por isso que você tem zonas de florestas ou florestais de serra que eram ocupadas pelas colônias. E na zona da planície foi ocupado pelos estancieiros, pelos fazendeiros. É óbvio que os avanços das áreas de colonização não foram realizados para áreas consolidadas do sistema produtivo. Não se avançou sobre as charqueadas. Mas isso não quer dizer que as áreas ocupadas por fazendeiros, nas serras, nas zonas florestais ou nas novas áreas de expansão do sistema não incluíssem projetos de colonização. E também não pode significar que os fazendeiros não fizeram parte do processo¹.

¹ Não trataremos neste texto dos pontos que já foram superados em termos historiográficos ou dos que não foram superados. Centraremos a discussão nas características locais.

Talvez o ponto mais preocupante seja, na diferença colônias x estâncias, que exista a imagem de que fazendeiros e estancieiros não participaram do processo de colonização. Hoje já entendemos que que tem muitas terras que pertenceram a fazendeiros viraram colônias. Este processo pode ser também percebido na Serra dos Tapes. E aqui não estamos tratando somente de espaços privados de colonização, pois, como é latente, fazendeiros e estancieiros participam de atividades políticas como integrantes de setores que formam as esferas locais e regionais do Estado e, assim, tinham alguma influência sobre o processo de colonização.

Se tomarmos o exemplo da Serra dos Tapes, temos um conjunto considerável, de fazendeiros, de estancieiros, de charqueadores no processo de colonização, numa participação ativa, efetiva, seja com dinheiro, com outros recursos, ou inclusive com terras. A Serra dos Tapes recebeu 69 colônias caracterizadas como investimento privado, conforme analisamos anteriormente, recortando um universo de análise² compreendendo 52 colônias privadas de propriedade de 34 empresários coloniais e de 1 associação colonizadora (Bosenbecker, 2019). A grande maioria desses empreendimentos estava localizada (quando da fundação das colônias) no município de Pelotas, embora existissem núcleos também em Canguçu. Apenas mais tarde, municípios como São Lourenço e, mais recentemente, Arroio do Padre e Morro Redondo, seriam emancipados. Nesse escopo, existiam 35 empresários ou empresas de colonização, ou ainda associações específicas criadas para a colonização. Essas colônias receberam alemães, pomeranos, poloneses, italianos, franceses e irlandeses.

A colonização com imigrantes alemães e pomeranos tem princípio na Serra dos Tapes com a Colônia São Lourenço, fundada em 1858. Foi a maior colônia, com mais de 500 lotes. É a partir da Colônia São Lourenço que os colonos ao longo do tempo vão ampliando as suas áreas de plantio e também ampliando as áreas, comprando outras terras para seus filhos e seus netos, num processo de expansão, bastante conhecido da historiografia, mas ao mesmo tempo vai se construindo uma especulação agrária. Durante a década de 1860, a colônia São Lourenço sofreu ampliações consideráveis, bem como surgiram outros empreendimentos ao seu redor. Em segunda fase de colonização na região, já durante a década de 1880, inúmeros núcleos médios e pequenos surgiram, especialmente, em Pelotas e Canguçu. Com exceção de São Lourenço, há apenas três empresários que construíram empreendimentos com mais de 100 lotes.

Dessa forma, um conjunto muito grande de empreendimentos privados surgirá ao redor da Colônia São Lourenço, a colônia mãe, nesse caso. Esse não é um processo desconhecido,

² Equívocos em nomes, repetições, linhas que foram lidas como empreendimentos diferentes de uma mesma colônia, mesmo proprietário, falta de informações foram alguns dos problemas encontrados que levavam a uma depuração dos dados originais.

porque sabemos que boa parte das colônias ao norte do Rio Grande do Sul também fez esse procedimento, isto é, se instalou novas colônias (ou colônias particulares) perto de uma colônia que trazia imigrantes. Geralmente, os imigrantes são trazidos do seu local de origem para o país por alguma esfera estatal, que arca com os custos e estrutura uma logística imigratória.

Isso é importante por quê? Porque os fazendeiros, em geral, possuem uma logística que se resume a certos recursos, evidentemente financeiros e a terra. Mas eles não têm a logística de um empreendimento internacional que pode trazer direto da Europa imigrantes para seus empreendimentos. Boa parte dos investidores privados da imigração “pega” seus imigrantes já no Brasil, oriundos de processos de expansão agrícola ou territorial, ou em deslocamentos para novas áreas de colonização. Assim, majoritariamente os imigrantes são trazidos com algum envolvimento logístico do Estado, seja do Estado nacional ou das províncias.

Na região sul do Estado quem faz o recrutamento de imigrantes, quem criou e desenvolveu a logística que envolvia o engajamento, o contrato do transporte até a instalação na colônia, foi Jacob Rheingantz. Isso é muito importante para que se entenda a dimensão de um projeto de colonização interconectado com interesses comerciais, que foi o caso aqui da nossa região.

Dos empresários da colonização na Serra dos Tapes, 50% eram brasileiros, 18% eram estrangeiros e 23% não tem informação (embora acredita-se que sejam também brasileiros). Três empresários são brasileiros, mas filhos de imigrantes, dentre os quais, dois comerciantes, que descendem de imigrantes alemães, e seis empresários são estrangeiros, sendo dois portugueses, um deles fazendeiro, e quatro alemães, que apesar de apresentarem atividades diversificadas, estavam ligados de alguma forma ao comércio. Entre os brasileiros, praticamente todos estão ligados à atividade de pecuária ou da agricultura, muito embora exerçam outras atividades, destacando-se o comércio. 44% dos empresários são proprietários de terras, 23% comerciantes e 12% profissionais liberais, muito embora praticamente todos os brasileiros listados como comerciantes ou profissional liberal sejam também herdeiros de terras. Além disso, 32% são políticos ou possuem atividade política local, destacando-se ainda dois políticos com atividades conhecidas nacionalmente.

Evidentemente que uma maior concentração de proprietários privados de colônias na região da Serra dos Tapes terminou em conflitos. E esses conflitos vão se dar entre o empresário colonizador e outros colonizadores da Serra, mas também entre esses colonizadores e os próprios colonos. Evidentemente a colônia São Lourenço teve seus próprios desentendimentos entre todos esses agentes da colonização. Um desses documentos, por exemplo, é uma disputa

interessante que aconteceu não só entre os proprietários da colônia, mas entre herdeiros das colônias, representadas pela família Rheingantz e pela família Sá.

A família Rheingantz alegava que uma área havia sido concedida oficialmente, pelo governo, para Jacob Rheingantz e que sua divisão e colonização eram legais, já o coronel Joaquim de Sá Araújo e seus herdeiros alegavam possuir a área, comprada anos antes do coronel José de Castro Antikeira. O coronel Sá tentou resolver a questão primeiramente com Carlos Guilherme Rheingantz, filho mais velho do colonizador de São Lourenço, propondo o coronel ficar com as áreas já colonizadas pelos Rheingantz, endossando a posse dos colonos que lá moravam.

Após a morte do coronel Sá, os herdeiros, liderados por Israel de Sá Araújo, mantiveram negociações por mais de um ano, até meados de 1882. Mas a lentidão da justiça e a força da colonização na região venceram e os herdeiros das empresas de colonização jogaram os colonos uns contra os outros, complicando ainda mais a situação. Como mostra o seguinte documento:

Ex.mo Snr. Presid.e da Provincia. Os colonos da quinta Area da Colonia pedem à V. Ex. providencias contra os herdeiros do Coronel Sá, que mandou seus colonos invadir as terras da quinta area, não obstante recommendação de V. Ex.^a de chegar a um accordo com o Juiz Commissario As reclamações sobre este assumpto contra a empresa Rheingantz não tiveram nenhum resultado disculpando-se esta ter vendido terras compradas do Estado e estar [demandando] com os herdeiros Sá, esperao por isso a proteção de V. Ex.^a. Wilhelm Fray, Alberto Ha?, Ludwig Guthouh, Alberto Perleberg, Alberto Wierhke, Fer. Müller³.

Este conflito não foi resolvido satisfatoriamente e invasões e provocações até entre colonos continuaram acontecendo, como mostrou Kliemann (1986). Outro conflito que causou grandes transtornos na região foi a partir da disputa entre Rheingantz e o coronel Francisco Vieira Braga. Aliás, um dos exemplos mais interessantes da forte atuação de Rheingantz na região foi a aquisição de praticamente uma sesmaria inteira. Rheingantz comprou, entre 1858 e 1865, as heranças de vários descendentes do sesmeiro Inácio Ribeiro Leite, um dos primeiros a se instalar na freguesia. Rheingantz adquiriu o equivalente a 77% da sesmaria dos Potreiros, que estava localizada no final da área de planície das principais estâncias da região e do início da Serra dos Tapes.

Após finalizar as compras, Rheingantz mandou medir a sesmaria. Feitos os trabalhos de medições e cumpridas as burocracias legais, foi dada sentença confirmando a medição em 4 de setembro de 1868. Pouco tempo depois, o vizinho da sesmaria, coronel Francisco Vieira Braga,

³ Telegrama enviado dos colonos da 5ª área de colonização de São Lourenço para a Presidência da Província, em 12 de março de 1885. Integrando o Relatório de Felix de Mattos, de 5 de outubro de 1885, enviado ao Presidente da Província. AHRS. Coleção Terra e colonização. São Lourenço/empresário/diretor/diversos, maço 72, caixa 37. Mantivemos a grafia original do documento.

já mencionado neste capítulo, embargou a medição, alegando que uma pequena parte entre a sua propriedade, chamada Fazenda do Arroio Grande, e a Sesmaria dos Potreiros foi medida e demarcada erroneamente, favorecendo Rheingantz. A disputa judicial entre Vieira Braga e Rheingantz estendeu-se até 1875, com decisão favorável à família Vieira Braga (Francisco já havia falecido). O juiz ainda condenou Rheingantz ao pagamento das custas do processo, pouco mais de duzentos e vinte e três mil réis (223\$000). Ao ser notificado, o empresário agiu grosseiramente com o oficial de justiça, alegando que “que não pagava estas custas e que já estava bem aconselhado para não pagar, dizendo mais que podia fazer tudo o que quisesse”. Irritado com a resposta, o juiz mandou penhorar os bens de Jacob Rheingantz, no valor das custas, o que foi realizado em 25 de novembro de 1875, quando a casa sede da colônia foi medida e oficialmente penhorada. Não há mais informações sobre o que aconteceu depois dessa confusão.

Rheingantz e a família Vieira Braga tiveram uma relação bastante conturbada no início da década de 1870. Mesmo com o processo na justiça, Rheingantz parece ter continuado a colonizar a área em disputa, enfurecendo o coronel Francisco Vieira Braga. Um mês após a sentença favorável aos Vieira Braga, os colonos que, ao que tudo indica, já estavam assentados na área em disputa, receberam às escrituras dos herdeiros do coronel.

Mas nesse cenário de conflitos, de empurra e empurra, de expansão para o interior da Serra dos Tapes, num ambiente de acirrada disputa agrária, onde estão os imigrantes? Onde está o colono alemão pomerano que estava se assentando na região de São Lourenço? Onde é que ele está e qual o papel dele nesse processo? Como mencionei os conflitos também envolveram os colonos. O principal deles, que também é um dos maiores conflitos numa colônia, ocorreu no final de 1867. Sem entrar nos pormenores do conflito, já bem tratado pela historiografia, vou me deter em dois grandes documentos, que recentemente transcrevi (Bosenbecker, 2023).

Os documentos foram construídos durante a vigência de uma Comissão Especial, nomeada para mediar e resolver os conflitos de São Lourenço. Ocorreram duas Comissões. A primeira em meados de 1869 e ao que tudo indica algo aconteceu pois os acordos não foram cumpridos. No final de 1870, uma segunda Comissão Especial foi organizada. A partir de editais e da participação dos colonos, de Rheingantz, do agente intérprete, de representantes da presidência da província e de mediadores convidados foram ouvidos todos os colonos que tivessem queixas ou reclamações na Colônia São Lourenço. Todo o colono que tinha uma queixa podia se apresentar para a Comissão, que foi chamando por editais os colonos por

picada, e atendendo com tradutores locais e “pessoas de confiança” todos os que vinham reclamar algo.

Mesmo que a primeira comissão instalada em 1869 tenha falhado em cumprir os acordos finais, ela foi responsável por determinar que o empresário Rheingantz passasse no cartório local todas as escrituras das terras. Todas, que nunca haviam sido concedidas. Desde 1858 até 1869, não haviam escrituras dos lotes coloniais no cartório. Exceto quando não eram passadas por Rheingantz. Assim, conforme a comissão, no final de 1870, existiam na colônia 448 lotes e mais 52 “lotes particulares” (que eram lotes em disputas com outros colonizadores ou fazendeiros). Ao todo, as duas comissões de 1869 e 1879 contaram com 163 colonos reclamantes, o que significa que no mínimo um terço dos colonos tinham reclamações a apresentar, contabilizando um total de 312 reclamações, sendo que a maioria dos colonos tinha duas reclamações e a minoria uma.

As reclamações variam entre medição de lote, regularização das estradas, pedidos de indenizações, transações financeiras não registradas, juros irregulares, valores de transportes, trocas de lotes, insatisfação com a qualidade do lote, e demandas por títulos de propriedade. Para além das reclamações, o que os documentos mostram é o cotidiano da vida colonial quando a colônia tinha apenas dez anos de existência. Esta é a raridade desses documentos e o quão importante eles são no nosso trabalho. Além disso, estamos falando da oportunidade de avaliar uma conjunta, de visualizar um cotidiano coletivo da vida da colônia.

Especialmente se a gente está falando do coletivo. Às vezes, temos a oportunidade de encontrar uma carta, algumas anotações de uma picada, de uma linha, achar nomes, mas achar condições e situações daquele momento, quais eram as suas reclamações enquanto um coletivo, enfim, há uma raridade e uma riqueza nesse documento. Mesmo que os documentos estejam mostrando um cotidiano de violência, de disputas entre vizinhos, ele também está mostrando a composição das picadas, a vida que se levava para chegar e se instalar, das contas que não fechavam. E há muito ainda para se conhecer desses momentos e desse cotidiano.

3 Considerações finais

Talvez seja possível pensar na Serra dos Tapes como um grande espaço de movimento e fluxos migratórios, que durante a segunda metade do século XIX vivenciou uma grande transformação. Além de irlandeses que se espalharam pela referida Serra após uma fracassada tentativa de criar uma colônia com irlandeses organizada por uma associação de Pelotas, a Serra recebeu os primeiros grupos alemães e pomeranos no final dos anos 1850. Seguidos de franceses e mais tarde italianos. Os fluxos mais antigos ficavam com grupos portugueses e

espanhóis, além de lavradores nacionais. Quilombolas ainda nos meados do século complementam o espaço da Serra, que ganharia fluxos mais significativos de população negra no período próximo e logo após a abolição. Todos esses fluxos se entrecruzam pela Serra dos Tapes (Silva, 2009), se encontrando na região de Canguçu no início dos anos 1900.

Podemos ainda refletir sobre a composição e situação daqueles que compunham esse espaço. Fazendeiros, colonizadores, colonos, quilombolas e demais moradores da região. No que tange ao nosso objetivo, a relação entre alemães e pomeranos na região de colonização de São Lourenço e sua consequente ampliação pela Serra dos Tapes, na região de Pelotas, podemos perceber algumas particularidades, tais como o importante papel da colonização privada, a relação entre os estancieiros e as colônias, a expansão colonial para o interior da Serra, e uma interconexão entre interesses e demandas que parecem tão diferentes no primeiro momento, mas que estão alinhadas pelos jogos políticos e sociais. Assim, se tais particularidades podem ser levadas em consideração na configuração das nossas pesquisas, podemos avançar para compreender melhor a condição da região sul do Estado no âmbito da imigração.

Referências

- BOSENBECKER, P. A colonização privada na Serra dos Tapes/RS: perfil dos colonizadores e as disputas entre fazendeiros brasileiros e investidores estrangeiros. In: RAHMEIER, Andrea Helena Petry; MÜHLEN, Caroline von; GEVEHR, Daniel Luciano; SANTOS, Rodrigo Luiz dos. (Org.). *Migrações, educação e desenvolvimento: convergências e reflexões*. 1ed. Porto Alegre: Editora Fi, 2019, v. 2, p. 353-368.
- BOSENBECKER, Patrícia. A colonização privada sob intervenção: conflitos de terra, reivindicações dos colonos e mediação estatal no sul do Rio Grande do Sul. In: TEDESCO, J. C.; NEUMANN, R. M. (Org.). *Colonos, colônias e colonizadoras: aspectos da territorialização agrária no Sul do Brasil*. V. 6. Passo Fundo: EDIUPF, 2023. p. 59-81.
- BOSENBECKER, Patrícia. *Três gerações de empreendedorismo: capital e laços sociais entre Brasil e Alemanha a partir do estudo de caso da família Rheingantz*. 2017. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre.
- BOSENBECKER, Patrícia. *Uma colônia cercada de estâncias: a inserção de imigrantes alemães na colônia São Lourenço/RS (1857- 1877)*. Pelotas: Ed. UFPel, 2020.
- FETTER, Leila Maria Wulff. *A colonização ocorrida na área rural de Pelotas na segunda metade do século XIX*. 2002. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social). Universidade Católica de Pelotas, Pelotas.
- GRANDO, Marinês Z. *Pequena Agricultura em Crise: o caso da colônia francesa no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1990.
- IEPSEN, Eduardo. O agrimensor que media de menos: os conflitos agrários na Colônia de São Lourenço. In: TEDESCO, João Carlos; NEUMANN, Rosane Márcia. *Colonos, colônias e*

colonizadores: aspectos da territorialização agrária do Sul do Brasil. Porto Alegre: Letra e Vida, 2013, vol. 3, p. 92-116. K

KLIEMANN, Luiza Helena Schmitz. *RS: terra e poder*. História da questão agrária. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

KOLLING, Nilo Bidone. A presença teuta a partir de São Lourenço do Sul/RS. Anais do 9º Seminário Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-brasileiras (2006). Entre vales e serras: fronteiras. São Leopoldo: Casa Leiria, 2008. p. 867-892.

MACHADO, Paulo Pinheiro. *A política de colonização do Império*. Porto Alegre: EdUFRGS, 1999.

OBERACKER JR., Carlos Henrique. *A contribuição Teuta à Formação da Nação Brasileira*. 2 ed. Rio de Janeiro: Presença, 1985 [1968].

PETRONE, Maria T. S. *O imigrante e a pequena propriedade*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1982.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. Globo, 1969.

SALAMONI, Giancarla; WASKIEVICZ, Carmen Aparecida. *Serra dos Tapes: espaço, sociedade e natureza*. Tessituras, Pelotas, v. 1, n. 1, jul./dez. 2013, p. 73-100.

SEYFERTH, Giralda. Colonização e política migratória no Brasil imperial. IN: SALLES, Teresa; SALLES, Maria do Rosário R. *Políticas migratórias: América Latina, Brasil e brasileiros no exterior*. São Carlos: EdUFSCar/Editora Sumaré, 2002. p. 79-110.

SEYFERTH, Giralda. Imigração e diferenciação cultural: algumas questões conceituais. In: TEDESCO, João Carlos; ZANINI, Maria Catarina C. *Migrantes ao sul do Brasil*. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2010. p. 19-62.

SILVA, Karen Melo da. *Patrimônio cultural, ruralidade e identidade territorial: diversidade na Colônia de Pelotas – RS*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Pelotas, 2009.

ULRICH, C. O. As colônias alemãs no Sul do Rio Grande do Sul. *Ensaios FEE*, Porto Alegre, v. 5, n. 2, 1984, p. 57-74.

CIRCULAÇÃO E CONEXÃO PELA IMPRENSA NA SERRA DOS TAPES (1892-1912): O JORNAL *DER BOTE VON SÃO LOURENÇO* DE ALEXANDER VOSS

Patrícia Weiduschadt

1 Introdução

A imprensa como fonte e objeto na historiografia é de valiosa contribuição para o entendimento da sociedade e grupos envolvidos, representados nos periódicos, revistas, magazines. A historiadora Tania Regina de Luca (2005) ao abordar a história dos, nos e por meio dos periódicos, mostrou a consolidação e necessidade do campo historiográfico se valer da imprensa para ampliar as problematizações e reflexões na área. Para tanto, nesse capítulo objetiva-se apresentar o jornal *Der Bote von São Lourenço do Sul*, produzido e circulado na região da Serra dos Tapes, no período de 1892-1912. O jornal fora idealizado e produzido por Alexander Voss, pastor da igreja luterana independente, nascido na Alemanha, e com certa erudição, podendo-se afirmar que buscou na sua intelectualidade se firmar como pároco, escritor e redator do jornal. (Oswald, 2014). Cabe destacar que as comunidades independentes foi um movimento da imigração alemã em buscar autonomia diante das igrejas luteranas institucionalizadas. Para isso, escolhiam entre o grupo pessoas que tinham maior conhecimento e assumiam funções religiosas e educativas. Esses religiosos foram considerados “pseudo-pastores”, por não ter a formação adequada. Por isso que uma das questões que o jornal suscita e comprova a ideia que os pastores independentes luteranos não eram na sua totalidade sem formação, muitos tinham erudição e conhecimento, como o caso do editor Voss. O jornal como veículo de informação, formação, entretenimento, comunicação cotidiana e comercial fornece elementos de conexão com as pessoas e a realidade local teuto-brasileira na Serra dos Tapes. Essa região começou sua colonização em 1865 por Jakob Rheingantz, e se expande até o final do século XIX, tendo em grande parte ocupada pela etnia pomerana (Weiduschadt, 2007). O jornal começa a circular em 1892 até 1912, sendo publicado semanalmente. Ele foi produzido pela oficina gráfica EDDA, de Alexander Leopold Voss, sendo editor do jornal no período 1892-1903, com continuidade de seu genro Max Stenzel 1903-1912, em Quevedos, 6º distrito, sítio a 30 quilômetros da zona urbana da então vila de São Lourenço do Sul, sob a direção de seu fundador Alexander Leopold Voss, permanecendo a gráfica até o ano de 1923 neste local (Zarnott, 2020). A singularidade dessa gráfica marca a constituição do jornal editado em zona rural e espalhado por meio de trem a vapor para o município vizinho de Pelotas, que era o centro cultural da região (Zarnott, 2020). Como fonte tem-se dois números de acesso, o número 1 e

2 do ano de 1901, localizado no acervo da Biblioteca Riograndense, do município de Rio Grande. Mesmo com duas edições, pôde-se observar elementos culturais, sociais e políticos da época. Para isso, será usado a metodologia documental histórica (Cellard, 2012) e a história transnacional (Schriewer e Caruso, 2005) por entender que o editor buscou conectar por meio desse impresso diferentes realidades, entre a Alemanha e os grupos teuto-brasileiros no Brasil.

Vale lembrar que a transnacionalidade necessita das conexões e adaptações em cada realidade do contexto do material ou ideias que circula. Nesse caso, o jornal é o mediador e a sua produção e edição também depende da trajetória e a posição que o editor ocupa. Nesse ínterim, o texto vai apresentar as características do jornal, sua circulação e conexão, mas sem descuidar de mostrar o editor e suas conexões para o sucesso de um empreendimento numa zona rural distante dos grandes centros.

2 O jornal *Der Bote von São Lourenço*

Cabe lembrar que a produção e a circulação desse jornal, editado na língua alemã, foi pensado para as comunidades teuto-brasileiras, que já acostumadas com a escolarização, no binômio escola-igreja e com a presença do associativismo trazido do país de origem. Wilhelm Wacholtz, 2003 esclarece que já havia certo associativismo eclesiástico na Alemanha no século XIX, a partir de três modelos: o Pietismo, na Inglaterra o metodismo e o movimento de reavivamento alemão. Por causa do Iluminismo, no século XVIII, a piedade cristã perdeu força e novas iniciativas missionárias, entrelaçadas pelo pietismo buscaram sobreviver. Segundo o autor mencionado o pastorado na Alemanha correu o risco de desaparecer por dois motivos principais: 1) má remuneração dos pastores; 2) pouco reconhecimento pela função pastoral (somente se reconhecia pastores quando faziam “pregações” de cunho fortemente moral e quando se engajavam em obras de cunho social. No âmbito do cristianismo iluminista, não se falava mais de “sacerdócio geral de todos os crentes”, mas no “sacerdócio geral de todos os virtuosos”. Além disso, religião se tornou assunto privado (religião é edificação particular). Neste contexto, no início do século XIX, surgiu o Movimento de Reavivamento que propôs “evangelizar, missionar a razão” do Iluminismo, reavivando a espiritualidade cristã. Para interligar todas estas iniciativas dos reavivados na fé, surgiu a Sociedade (!) Alemã do Cristianismo em 1780, que alcançaria expressão no século seguinte. Assumindo heranças do Pietismo, o Movimento de Reavivamento se caracterizou basicamente por três obras: 1) Missão Externa (contra o Iluminismo que condenara a missão entre outros povos, alegando que isso destruíra culturas destes povos) O Associativismo Eclesiástico na Alemanha do Século XIX; 2) Missão Interna (tinha foco voltado para o campo sócio-religioso alemão) ;3) Trabalho de

Diáspora Evangélica no Exterior. (Wachholtz, 2003). Todas estas iniciativas se expressavam através da fundação de associações, sociedades, fundações. Como havia essa tradição no país de origem, houve facilidade dos imigrantes se organizar em comunidades. Mas o que parece que a nossa fonte não estaria alinhada aos princípios pietistas, apesar de Voss ser um religioso. Mas, sem dúvida organizar uma gráfica em zona rural afastada dos centros urbanos, mas próximas do cerne da origem das comunidades étnicas em São Lourenço, as associações comunitárias de escolas e igrejas auxiliaram na disseminação e manutenção do periódico. Ora, ele precisava de uma comunidade alfabetizada na língua alemã e que tivesse interesse nos assuntos abordados no jornal. Então, o trabalho das instituições luteranas nesse contexto foram fundamentais para a consolidação do jornal, como será apontado mais adiante.

Aqui, especificamente, pretende-se apresentar o jornal começando com a descrição física, circulação e custos. O Jornal *Der Bote von São Lourenço* era semanal e tinha 6 páginas, podendo ser adquirido com um encarte de um jornal de Berlim. Havia assinantes e a distribuição era feita por trens na região. A gráfica ficava na zona rural e os periódicos circulavam transportados por trem até serem distribuídos nos espaços urbanos de Pelotas e São Lourenço do Sul. O preço ficava 80 réis; concedido um desconto de 10% para 3 publicações, 25% para 6 publicações, 50% para 13 publicações e 60% para mais tempo de publicações. Tendo base uma conversão mais geral o jornal valeria 10 reais. Então se assinatura fosse anual, o jornal sairia pela metade do preço. O formato em dimensões de 25 cm por 35 cm, considerado fac simile. Abaixo, apresenta-se as primeiras páginas do periódico:

Figura 1: Jornal *Der Bote von São Lourenço*



Fonte: *Der Bote von São Lourenço*, 1901, p. 1 e 6

A riqueza do impresso em conectar realidades locais, regionais, nacionais e internacionais é ímpar, tratando-se de um contexto de início do século XX. Era uma das poucas formas de comunicação e interligação. Provável que o redator era assinante de outros jornais

alemães produzidos no Brasil e na Alemanha, porque o jornal vinha com a oferta de um suplemento semestral do jornal ilustrado “*Wort und Bild*”, produzido em Berlim. Em cada número era possível ver a preocupação do editor destacar que o jornal tinha contribuição de outros jornais da Alemanha.

Figura 2: Jornal encarte *Wort und Bild*



Fonte: Jornal *Wort und Bild*, 1900, 1901

O encarte tinha maior qualidade e continha uma profusão de fotografias e imagens. A qualidade do papel é superior. Era enviado semestralmente e tinha-se um custo adicional. Em suas páginas são apresentadas reportagens internacionais, de áreas da vida pública e privada, artigos e notas interessantes, edificantes e contemplativos, notícias e entretenimento locais; também eventos atuais em alemão e inglês. O encarte mostra a necessidade da informação pelo olhar da Alemanha em que as comunidades étnicas estavam conectadas.

Em relação ao jornal *Der Bote von São Lourenço* há evidências de comunicação com seus leitores. Os assinantes escrevem as suas opiniões e enviam ao editorial opinando sobre diferentes assuntos. Mostra um envolvimento dos falantes da língua alemã e com certa erudição na apropriação do jornal.

Diante dessa interlocução muitas publicações são de felicitações aos assinantes, poderiam ser pagas ou não para publicar as datas de aniversário, casamento ou festas religiosas para mostrar diferentes formas de sociabilidade ou de destacar determinadas pessoas para ser reconhecida pelos demais no grupo social. As notas fúnebres de pessoas são destacadas, detalhando as causas da morte, idade, filiação, número de filhos, enfatizando a participação religiosa associativa de cantores, mostrando a importância comunitária no rito de passagem da morte.

Muitos anúncios noticiam venda de terras de pequenos proprietários da região, dos municípios de Pelotas e Canguçu. Assim, torna-se importante destacar o papel do jornal na questão econômica da região, era lido e atingia esse público.

Há profusão de propagandas de casas comerciais da região, vendas, ferragens, ateliê de fotografias, tanto de comerciantes lusos, como de teuto-brasileiros. Tais aspectos mostram a circularidade e a dinâmica dos leitores na apropriação do jornal. Esses indícios apontam que havia uma comunidade consumidora que se expandia além do cinturão étnico.

O jornal mostra uma comunidade leitora nas comunidades teuto-brasileiras que se interessavam pela realidade local, nacional e pela Alemanha, fazendo circular e conectar realidades e culturas nas comunidades, mediou de modo transnacional valores e ideias circulantes à nível local, nacional e internacional. O jornal, apesar de buscar agregar os eventos sociais e comerciais da região, abordou também alguns aspectos da política nacional. Como críticas ao governo de Campos Sales, presidente da época por gastar em demasia em viagens a Buenos Aires e a questão econômica no Brasil em meio a corrupção. As notícias do mundo e do tempo relatam as catástrofes climáticas, como furação, pragas na agricultura, tempestades, o que deveria chamar atenção dos leitores. Ainda, menciona curiosidades como de doenças contraídas pela realeza alemã.

Apesar de estar em foco somente um dos números, a representatividade dessa fonte é inestimável, por meio dela evidenciam-se conexões, circularidades de ideias, pessoas e pensamentos. O papel do editor foi fundamental na organização desse jornal, sua atuação foi ímpar ao editar e fazer o periódico circular. Por isso, quer-se mostrar o editor, que ao mesmo tempo, teve atuação religiosa e educativa.

2.1 Alexander Leopold Voss

Alexander Voss além de editor e produtor do jornal aqui analisado, ocupou funções religiosas. Era pároco em uma comunidade luterana independente. A fim de contextualizar três instituições luteranas estavam presentes nesse contexto. As comunidades independentes, organização dos primórdios da imigração, fora constituída pelos imigrantes que almejavam liberdade e não se vincular a uma igreja oficial. Mantinham a comunidade religiosa educacional por um viés associativo e de sociabilidade. Estudos de Teichmann (1996) e Osvald reforçam esse ideário na região, as escolas e igrejas eram atendidas por pessoas do grupo que tivessem uma formação melhor e pudessem educar o grupo étnico, cumprindo a alfabetização inicial e os ritos religiosos. Em sua maioria eram pessoas com pouca formação erudita, o que destoa da

formação de Voss. No jornal ele destaca a sua formação erudita e as disciplinas cursadas em seminário alemão para atuar no Brasil como docente e pároco.

As duas instituições oficiais luteranas eram organizadas de forma hierárquica e com investimento considerável na formação dos professores e pastores, uma delas foi o Sínodo Riograndense, vindo de organizações eclesiásticas da Alemanha, consolidou-se nesse contexto ainda no século XIX, e a segunda foi o Sínodo de Missouri, vinda dos Estados Unidos, começou a se inserir em 1900. As instituições oficiais se pautaram em sistema educativo sistematizado, formação de professores, produção de material didático e literários, assim como revistas para os seus fiéis. Tais instituições apregoavam que os pastores das comunidades independentes eram considerados pseudopastores. Esse predicativo era usado de forma pejorativa para identificar que as pessoas que estavam a frente a escola e igreja, eram falsos pastores, porque não tinham formação específica. Nesse aspecto Voss se destaca porque ele estava fora de curva, era um pastor da igreja independente com uma formação erudita e bem relacionado. Por isso que no jornal ele menciona textos religiosos, mas não publica posições doutrinárias. Voss consegue se manter distanciado e com isso, estabelece boas relações com os párocos locais das instituições luteranas oficiais.

Tal afirmação, pode-se confirmar com o trabalho de Ferdinand Schröder, num relato e descrição das colônias do Sínodo Riograndense, abordando também a colônia de São Lourenço do Sul. A obra conta a organização inicial do Sínodo e das dificuldades encontradas para organizar comunidades religiosas. Mas no texto há destaque comprovado do pastor Voss

O serviço do pároco da Mühlenpikade (Picada do Moinho) parece ter se arrastado até cerca de 1914, juntamente com o trabalho de um ou vários pseudopastores, entre os quais conheço apenas o excelente **Alexander Voss** — ele se autodenominava apenas administrador paroquial, editor do "**Der Bote von São Lourenço**". No entanto, não encontro vestígios disso em materiais impressos ou periódicos, exceto pela seguinte observação no relatório anual de 1914 do Moinho Picada: (Schröder, 1936, p. 171... grifos e tradução nossa)

Nesse excerto dos documentos do Sínodo destaca a atuação do editor, eles mencionam o termo pseudopastores como um problema, até mesmo para Alexander Voss, mas o qualificam como excelente. Provavelmente mantinham boa relação e conexão com o editor do jornal. No entanto, o Sínodo Riograndense era mais receptivo a outras denominações e pessoas. A crítica aos pseudopastores atravessa a história da instituição, mas fazem questão de elogiar Alexander Voss, publicando um excerto de jornal dos colonos na obra de Ferdinand Schröder, em que se faz um apanhado histórico e descritivo das comunidades atendidas pelo Sínodo Riograndense.

A mesma revista relata sobre o Pastor Alexsander Voss, que nunca se referiu a si mesmo como "administrador paroquial" e serviu na paróquia por 25 anos. O falecido certamente merecia uma menção honrosa em nosso jornal de colonos; mas, apesar de toda a energia com que combatemos a instituição de pastores autoproclamados, devemos reconhecer que também **existem homens muito honrados entre eles, que só permitiram que as congregações lhes confiassem o pastorado porque simplesmente não conseguiam obter clérigos adequados e, de outra forma, inevitavelmente teriam caído nas mãos de indivíduos totalmente desonestos. Alexander Voss jamais perdeu de vista o fato de ser, essencialmente, apenas um pastor temporário. Dignificado em sua conduta e em seu cargo público,** foi incansavelmente ativo e excepcionalmente disposto a servir. Obteve particular mérito pela fundação de um pequeno jornal, por meio do qual também contribuiu muito para a preservação da vida protestante alemã nos distritos coloniais do sul (do Rio Grande do Sul) (Schröder, 1936, p. 368. grifos e tradução nossa).

A atuação de Voss é considerada como exceção, porque ele precisou assumir perante o Estado que o nomeou como pastor para organizar a comunidade. Essa ressalva valeu a aceitação e recomendação da instituição em considerá-lo um sujeito que tinha erudição e estava cumprindo um papel no caráter associativo almejado pelas organizações religiosas. Ainda há o destaque da redação e edição do jornal, que auxiliou na consolidação do protestantismo.

Os textos do jornal propagam a cultura associativista, por meio de textos com exemplos da realidade alemã. A educação é retratada como elemento importante, valorizando a formação pedagógica dos professores da Alemanha enviados para o Brasil, tendo o próprio redator como um exemplo,

Mesmo o Sínodo de Missouri, de caráter mais ortodoxo, na pessoa do primeiro diretor e professor do Seminário Concórdia, no interior de São Lourenço do Sul, Jonh Hartmeister tece elogios a figura de Voss. Uma fonte encontrada depois de muito tempo revela a publicação no periódico *Rundschau*, com considerações feitas por Hartmeister a ele. Nesse relato, compilado mais tarde pela Igreja no Brasil, intitulado "O saco de batata conta¹", pois foi encontrado esses relatos num saco de estopa no Seminário, quase esquecido.

Hartmeister em 1935, em escritos póstumos, fala de pessoas excepcionais que encontrou na colônia. O título da matéria é Personalidades Interessantes. Uma delas é o pastor Voss.

Embora não tivesse formação teológica específica para o clero, serviu como pastor 20 anos. Conheci-o mais tarde, e meu contato com ele se deu mais por correspondência escrita do que pessoalmente. Por muitos anos, Pai Voss, foi a única pessoa na comunidade a quem os cristãos mais distantes podiam recorrer nesses casos. Seus serviços eram amplamente requisitados. Suas atividades às vezes se estendiam até Pelotas e Rio Grande. Ele pertencia associação eclesiástica. Quando o conhecemos, seu trabalho na igreja já estava praticamente para trás. (Hartmeister, 1935, p. 15).

¹Agradecimento especial a doutoranda Beatriz Hellwig Neunfeld por ter encontrado esse material que será usado na sua tese de doutorado.

Hartmeister atuou na região por três anos e seus escritos se dão quando ela já estava nos Estados Unidos e faz uma retrospectiva do tempo em que viveu no Brasil. Interessante notar que as experiências de contato com o editor ficaram na memória. Na continuidade de seu relato ele faz um apanhado histórico da atuação do pastor Voss

Quando o governo brasileiro mudou e o Império se tornou uma república, outras relações eclesásticas também mudaram. Cada igreja podia escolher seu próprio pastor, e não era mais necessário que elas fossem registradas no governo. Os dedicados professores das paróquias se ofereceram para realizar os mesmos cultos que, de outra forma, seriam realizados por um pastor registrado. Assim, os colonos pouparam a longa viagem até o Pastor Voss, e os professores puderam fazer bom uso das taxas. Gradualmente, chegou ao ponto em que o Pastor Voss tinha apenas algumas paróquias. Ele estava satisfeito, pois não conseguia mais manter as 410 paróquias restantes devido à sua idade avançada (Hartmeister, 1935, p. 11).

Aqui o pastor Voss também é apresentado como abnegado e organizador da vida comunitária tentando aproveitar a vida associativa para estabelecer processos que iam além da religiosidade, porque ele valorizava a educação e leitura. Hartmeister segue elogiando,

O Pastor Voss foi uma conquista verdadeiramente notável. Como saxão nativo, ele era a personificação da honestidade. Ele era agradável com todos, cortês e amável em seus infortúnios, moderado e suficiente em sua conduta, e irrepreensível em sua conduta. Que eu saiba, ele nunca foi chamado de **pseudopastor**. Devido aos seus traços de caráter, frequentemente lhe era negado o título honorário de pastor ou padre, mesmo sem ser ordenado.

Sua principal influência vinha do "Der Bote von São Lourenço", um jornal familiar semanal, o único jornal alemão em toda a Colônia. Através deste "Mensageiro"², entramos em contato próximo com ele. Naqueles primeiros anos, ataques ao nosso trabalho e nossa defesa contra eles apareceram neste jornal. Como editor do "Mensageiro", o Pastor Voss sempre **se manteve neutro**. Ele abria suas colunas tanto para os nossos oponentes quanto para os nossos (Hartmeister, 1935, p. 11).

Hartmeister menciona a imparcialidade do pastor Voss, porque em muitos momentos a instituição do Missouri era considerada antigermânica e oriunda dos Estados Unidos, eram, frequentemente, acusados de tentar tirar as terras dos colonos. Mas o destaque fica por conta da neutralidade de Voss e a capacidade que ele tinha de agregar e conciliar para promover o sucesso do periódico. A defesa que ele não era um pseudopastor passa pela legitimidade de sua formação erudita e pela edição do jornal.

Os dois relatos de ambos os Sínodos, que eram concorrentes entre si no contexto, são unânimes em considerá-lo como uma pessoa diplomática e que evitava conflitos e fazia uso do jornal de forma responsável e não assumia posições doutrinárias e polêmicas no campo político e social.

²Bote na língua alemã quer dizer Mensageiro

Cabe destacar que ambos os relatos, dos dois Sínodos, são publicados pós morte e fechamento do jornal, mas chama atenção o período da publicação, que foi em meados dos anos 1930, em que as comunidades étnicas já estavam começando a sentir as pressões da política de nacionalização. Embora, se saiba que as lembranças póstumas sempre amenizam as figuras históricas, nesse caso, os relatos sobre Alexander Voss o colocam como uma figura erudita, e que sua função de editar, produzir e fazer circular o jornal foi de grande importância.

Um último aspecto que se quer abordar na análise do número do jornal é a defesa de Voss do uso da leitura, da escrita e da fala da língua alemã entre as comunidades, afiliado ao *Deutschtum*, ao germanismo difundido entre as colônias étnicas. A ideologia do germanismo se coadunava bem mais ao Sínodo Riograndense, pois esse tinha sua base na Alemanha, mas não foi mencionado por Hartmeister, porque ainda se necessitava de jornal publicado na língua alemã.

Pode-se observar, desse modo, que os contatos e as relações estabelecidas de Voss fizeram e consolidaram a produção e circulação do jornal.

3 Considerações Finais

Um jornal publicado ainda no século XIX, numa comunidade rural alemã-pomerana, como acesso a somente um número pôde suscitar muitas problematizações e histórias conectadas. Em relação ao periódico muitos aspectos mostram a circularidade e a dinâmica dos leitores na apropriação do jornal. O jornal mostra uma comunidade leitora nas comunidades teuto-brasileiras que se interessavam pela realidade local, nacional e pela Alemanha, fazendo circular e conectar realidades e culturas nas comunidades, mediou de modo transnacional valores e ideias circulantes à nível local, nacional e internacional.

Em relação a figura de Alexander Voss, ele ocupou diferentes papéis: religioso, educador e editor de jornal, proprietário de gráfica. Num contexto em que três instituições religiosas luteranas disputavam espaço, parece que Voss e seu jornal conseguiu agregar e ser reconhecido como erudito e como precursor da difusão da imprensa em língua alemã no local. Uma das questões que o jornal suscita e comprova a ideia de que os pastores independentes luteranos não eram na sua totalidade sem formação, muitos tinham erudição e conhecimento, como o caso do editor Voss.

Esse personagem individual conectados pelo campo da imigração, educação e religiosidade no contexto pomerano nos dá um pequeno exemplo entre muitas outras trajetórias, de pessoas comuns, de mulheres, de agricultores atravessados pela história dos pomeranos.

REFERÊNCIAS

CELLARD, A. A análise documental. In J. Poupart. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos (pp. 295-316). Vozes, 2012.

Der Bote von São Lourenço, deutschbrasilianisch Wochenblatt, Quevedos, Gráfica EDDA, 1901, números 1 e 2.

HARTMEISTER, John. Interessante Persönlichkeiten, 1935. In: IELB- Relatos Pastorais anos iniciais. IH, IELB, 2008

LUCA, Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p.111-154

OSWALD, Tamara. **Comunidades luteranas livres em São Lourenço do Sul (1886–1945)**. 2014. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pelotas.

SCHRÖDER, Ferdinand. **Brasilien und Wittenberg**: Ursprung und Gestaltung deutschen evangelischen Kirchentums in Brasilien. Berlin und Leipzig, Walter de Gruyter & Co, 1936.

SCHRIEWER, Jürgen e CARUSO, Marcelo. Globale Diffusionsdynamik und kontextspezifische Aneignung. Konzepte und Ansätze historischer Internationalisierungsforschung. IN: SCHRIEWER, Jürgen e CARUSO, Marcelo. **Nationalerziehung und Universalmethod: Frühe Formen schulorganisatorischer Globalisierung**. Leipzig, Leipziger Universitätsverlag, 2005. p. 7-31).

TEICHMANN, Eliseu. **Imigração e igreja: as comunidades-livres no contexto da estruturação do luteranismo no Rio Grande do Sul**. São Leopoldo, RS. Dissertação de Mestrado. Escola Superior de Teologia, 1996.

WACHHOLZ, Wilhelm. **“Atravessem e ajudem-nos”: A atuação da “Sociedade Evangélica de Barmen” e de seus obreiros e obreiras enviados ao Rio Grande do Sul (1864-1899)**. São Leopoldo, Sinodal, 2003.

WEIDUSCHADT, Patrícia. **O Sínodo de Missouri e a educação pomerana em Pelotas e São Lourenço do Sul nas primeiras décadas do século XX**: identidade e cultura escolar. 2007. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pelotas.

ZARNOTT, Daiana Dilmann. **Tinta, Papel e Prensa**: A Trajetória da OFFICINA GRAPHICA EDDA na Produção da cultura escrita no município de São Lourenço do Sul (1892-1983). 2020. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pelotas.

OS VÍNCULOS EDUCACIONAIS DA CONGREGAÇÃO LUTERANA DA REDEÇÃO

Valdir Lopes Junior
Patrícia Weiduschadt

1 introdução

O tema proposto neste artigo surgiu tendo em vista meu envolvimento com a Congregação da Redenção especialmente na área da educação, exercendo a função de Pastor e Capelão no seu educandário, nominado Escola da Redenção. A importância de fazer alguns registros da história educacional surge em razão da Congregação ter completado 80 anos em 2024, demonstrando ter feito parte da história educacional no município de Pelotas. Sabe-se, pela história, que o contexto das comunidades luteranas da região sul do Brasil formou-se numa realidade, majoritariamente rural. Conforme destaca Romig (2021, p. 80):

Os primeiros anos do imigrante na mata-virgem caracterizam-se pela falta de capital e a necessidade de produção pelo trabalho da família. O pequeno capital com que muitos imigrantes chegaram foi empregado na aquisição de terras. O problema inicial foi a necessidade de preparar o solo, plantar e colher, e ter as quantidades de produtos agrícolas indispensáveis à subsistência no menor de tempo possível. Nesta afirmação, fica evidente que povos germânicos, entre eles, os pomeranos, se dedicaram à agricultura, e, especialmente, ao trabalho familiar, por precisarem produzir o que lhes era necessário para a sobrevivência.

A partir da promessa de terras produtivas, inúmeros imigrantes partiram de seus países europeus de origem em busca de melhores condições de vida. Ao chegarem ao Brasil, procuraram rapidamente ocupar as novas terras e trabalharem na produção de sua subsistência. A partir desta necessidade, os minifúndios foram tomando conta do cenário. As famílias foram agrupando-se e, assim, surgiram as colônias. Dentro destas, muitos se preocuparam com o aspecto religioso, fazendo com que assim as igrejas surgissem. Ao mesmo tempo, sendo necessária a educação dos filhos, surgiram também as escolas, e as vezes, até mesmo as escolas antes das igrejas pois o ensino público era precário ou até mesmo inexistente.

A partir de uma realidade colonial no interior da cidade de Canguçu, RS, surge um líder religioso que, após uma caminhada de formação religiosa como sacerdote luterano, chega à cidade de Pelotas e começa a estabelecer vínculos que constituiriam anos depois uma comunidade religiosa urbana. Líder e comunidade viriam a estabelecer vínculos educacionais visando promover o ensino escolar entre seus fiéis, e, consequentemente, à comunidade pelotense.

Com este artigo, queremos acompanhar esta caminhada educacional observando o pioneirismo do pároco João José Alves e os futuros vínculos educacionais da congregação ao seguir seus primeiros passos.

2 Uma realidade majoritariamente rural

A chegada dos imigrantes alemães/pomeranos ao Rio Grande do Sul ocorreu em meados do fim do século XIX. Entre promessas de terras abundantes e de um futuro próspero, deixaram sua pátria mãe e aventuraram-se no novo mundo. Junto consigo trouxeram seus costumes, alguns poucos objetos, mas principalmente, um sonho de dias melhores. Entretanto, este sonho se transforma numa dura realidade quando os imigrantes chegam a solo brasileiro, mais precisamente ao sul do Brasil. As condições prometidas não são foram aquelas encontradas, a terra era desconhecida, selvagem, o que acabou impondo literalmente uma luta pela sobrevivência às famílias que desembarcavam. Para conseguir lidar com este cenário, o associativismo passa a ser uma ferramenta importante para estas famílias, como bem enfatiza Weiduschadt (2007, p.16):

As primeiras comunidades de imigração alemã formadas no interior de Pelotas e São Lourenço do Sul tiveram o predomínio de descendentes da etnia pomerana. Os pomeranos chegaram na região em meados do século XIX, vindos de uma região da Alemanha chamada Pomerânia. (...), entretanto, os pomeranos, a exemplo de outras etnias alemãs, buscaram uma organização comunitária no Brasil, a fim de se estruturar e tentar obter sucesso em terras estranhas. Como a maioria dos imigrantes, eles organizaram-se em pequenas propriedades, dedicaram-se à agricultura e prezaram uma educação relacionada à religião.

Como se pode perceber, estas dificuldades uniram os imigrantes que aos poucos foram se organizando inclusive no que diz respeito a sua religiosidade. No caso da região meridional do Rio Grande do Sul, o luteranismo era marcante entre os imigrantes, que, em sua gigantesca maioria, fixaram-se no interior dando origem às colônias. Assim sendo, o contexto das comunidades luteranas era majoritariamente rural, conforme o registro abaixo da primeira congregação Luterana da IELB¹ no interior da cidade de Morro Redondo, RS, que na época, pertencia ao município de Pelotas e chamava-se Colônia São Pedro.

¹ Igreja Evangélica Luterana do Brasil.

Figura 1: Templo da Comunidade Evangélica Luterana São Pedro – Morro Redondo - RS



Fonte: <https://povoadoresdepelotas.blogspot.com/2016/11/cemiterio-colonia-sao-pedro-morro.html>

Esta predominância rural entre as comunidades de imigrantes alemães luteranos vai tornar ainda mais interessante a urbanidade da comunidade religiosa que é objeto deste artigo como veremos a seguir.

3 Um pároco negro num contexto alemão/pomerano

Figura 2: Reverendo João José Alves



Fonte: Mensageiro Luterano, janeiro de 1962

O engajamento e trabalho do Reverendo João José Alves é marcante na origem e história da Congregação Luterana da Redenção. Nascido no interior de Canguçu, mais precisamente, na localidade de Manoel dos Regos, ainda criança, demonstrava habilidades e ~~uma~~ inteligência notáveis como destaca uma publicação da revista Lar Cristão:

O pequeno João era um aluno dileto da escola; na vida particular era estimado por suas boas maneiras. Assim sua conduta e inteligência qualificaram-no para prosseguir nos estudos. Escolheu ele a sublime missão de pregar o evangelho de Cristo, e depois dos longos anos de estudo no Seminário, tornou-se o primeiro pastor de raça negra, brasileiro nato, comissionado pela Igreja Evangélica Luterana do Brasil para pregar o Evangelho do senhor Jesus Cristo. (Revista Lar Cristão, 1963)

Estimulado pelo então reverendo Augusto Drews, pároco de paróquia negra de Manuel dos Regos², e sendo fluente na língua alemã, foi encaminhado para dar sequência a seus estudos na capital gaúcha, Porto Alegre, no Seminário Concórdia, escola de formação de pastores da Ielb, conforme relata a filha:

Ele foi filho de agricultores pobres e o pastor que levou ele, dava aula na igreja né porque não tinha escola lá e ele se destacava como aluno, sempre se destacou. Ele não precisava estudar ele ouvia e já já chegava. Então o pastor ficou muito admirado daquele menino, não é, tão inteligente assim e pediu para o meu avô se deixava ele ir estudar no seminário e o meu avô deixou. E ele adquiriu todo esse conhecimento depois que ele saiu de casa, pois foi o único filho que estudou. (Entrevista concedida em 30/01/2025).

Como já mencionando anteriormente, João Alves era fluente na língua alemã, o que o ajudou de veras nos estudos para tornar-se pastor da IELB. Sua formatura, ocorrida em 16/12/1931 o credenciou a assumir o pastorado logo após a sua ordenação. Segundo o periódico Mensageiro Luterano, “Formando-se em 1931, foi enviado em nome de Deus à localidade de Minas do Butiá, donde se retirou para atender ao chamado da Congregação de Manoel dos Regos.”³

Corria o ano de 1941, quando o reverendo, pastor luterano, João José Alves chegou a Pelotas em busca de tratamento para sua esposa Menaides Ferreira Borges acometida de tuberculose. Conforme relata Nívia Prestes em um histórico preparado por ocasião dos 45 anos da Congregação da Redenção, numa destas viagens do referido João Alves começaram os primeiros contatos:

² A Igreja de Manuel dos Regos é a primeira congregação negra luterana do Brasil. Conforme a revista Lar Cristão da Igreja Evangélica Luterana do Brasil de 1963 “Manuel dos Regos é um lugar romântico, encostado na serra de Canguçu Velho, naquela época ainda isolado do barulho do mundo. A população dominante em Manuel dos Regos pertencia à raça negra, e estes imprimiram a tradição nacional ao lugar”.

³ Revista Mensageiro Luterano, periódico da Igreja Evangélica Luterana do Brasil de janeiro de 1962. A matéria não possui autor identificado.

A história começou em 20/02/41, quando o rev. João José Alves, então pastor em Manoel dos Regos, interior de Canguçu, esteve em Pelotas e, numa conversa informal num restaurante falou sobre religião com algumas pessoas e, posteriormente fez uma visita a uma família espírita local: nessa visita algumas pessoas demonstraram interesse pela igreja e, diante disso, o Rev. Alves relatou o fato à sua congregação e a comissão missionária da IELB, então Sínodo Evangélico Luterano do Brasil e recebeu a ordem: Vai a essas cidades – Pelotas e Canguçu – e prega-lhes a Cristo, o crucificado (Prestes, 1989. P. 1).

Destes primeiros contatos, começa então uma missão que posteriormente daria origem a uma comunidade teuto-brasileira luterana em solo pelotense como veremos a seguir.

4 Surge uma comunidade urbana

A partir da chegada e contatos realizados por João José Alves, iniciam-se as atividades de uma missão urbana, que resultará na fundação da Congregação Luterana no centro da cidade.

Figura 3: Fundação da Congregação da Redenção, na época sob o nome “Congregação São João” em 3/12/1944 que futuramente seria renomeada para “Congregação da Redenção”.



Fonte: Acervo da Congregação da Redenção

Aos poucos, as visitas e contatos feitos pelo pároco passaram a encontrar receptividade. Um pequeno grupo passa a reunir-se num local provisório, na Rua Doutor Cassiano, nº 606, na sede do clube carnavalesco “Depois da Chuva” que neste período já se encontrava desativado após 3 décadas de atividades.

Figura 4: Primeiro local de atividades – Sede do Clube Carnavalesco “Depois da Chuva”



Fonte: Acervo da Congregação da Redenção

Ali naquele local pitoresco para uma denominação cristã luterana, aconteceram os cultos da então missão luterana. Aos poucos o pastor João foi tornando-se conhecido, e o número de fiéis foi aumentando a ponto de o local tornar-se pequeno para cultos, mudando logo em seguida para as dependências do Hotel Luso-Brasileiro. Posteriormente, foi adquirido um terreno na Rua Voluntários da Pátria, nº 1641 onde viria a constituir-se a sede da congregação. Ali, foi erguida uma capela que abrigaria os cultos e demais atividades.

Figura 5: Primeiro templo com casa pastoral ao fundo em 1948



Fonte: Acervo da Congregação da Redenção

A partir do momento da aquisição do terreno, e da construção do primeiro templo, a preocupação com o local havia sido contemplada. Aos poucos os desafios se mostrariam maiores abrindo oportunidades em outras áreas que surgiriam, dentre elas a da educação. Conforme relato de Hasse e Heine, “João José Alves viveu sua vida pastoral com o pensamento voltado para a incumbência da igreja, e manteve assim sua vocação. A fundação da ‘Comunidade São João’ em Pelotas, RGS, grava o nome do reverendo Alves nos anais da Igreja Luterana” (Revista Lar Cristão, 1963, p. 56)

Por estar localizada numa zona urbana, o primeiro vínculo foi antecedido a partir do trabalho desenvolvido nos departamentos da comunidade, especialmente da escola dominical infantil. A escola dominical era um dos departamentos da comunidade especialmente voltado para o ensino doutrinário às crianças.

Figura 6: Crianças da Escola Dominical – Possíveis alunos da primeira escola da Redenção



Fonte: Acervo da Congregação da Redenção

A partir deste trabalho, surge um primeiro educandário, como destaca o periódico Mensageiro Luterano da IELB: “Sofreu esta comunidade, desde a sua fundação em 1944, até agora, três grandes reveses sucessivos. Sofreu: 1) por deslocação de seu ponto inicial, onde já florescia com uma escola de cerca de 60 alunos, para a propriedade que adquirira e por dificuldade de acesso a mesma;” (Mensageiro Luterano, outubro – 1959, p.121)

O “embarque” no ramo da educação acontece tendo um primeiro objetivo de ensinar os filhos dos luteranos, mesclando o ensino da fé com o das disciplinas seculares. O pastor João Alves assumiu o cargo de professor daquela primeira escola conforme relato da filha: “Foi ali que entrei pra escola. Lá tinha Escola dos próprios membros que estudavam ali. (...) porque já tinha uma escola funcionando também na congregação. Essa eu frequentei. Quem dava aula era

ele.”(Entrevista concedida em 30/01/2025). Entretanto, aos poucos, começa a surgir uma nova oportunidade, um novo vínculo bastante interessante como poderemos acompanhar.

A proeminência de João Alves torna-se notória, principalmente através do relato da filha: “Meu pai foi convidado pela faculdade para trabalhar ensinando a língua alemã e ele não aceitou, ele disse que estava... que ia se preparar para servir a Deus.” (Entrevista concedida em 30/01/2025) A partir desta posição em destaque, João Alves começa a manter contatos também na área da educação.

No final da década de 50 surge a possibilidade de um educandário “fora dos muros” da Redenção. Por doação, a Congregação recebe, na pessoa do pastor João Alves, a doação da escola Estrela do Oriente vinda diretamente de seu responsável:

Eu, Ascendino Lindólpho Gomes, usando das atribuições que me conferem os Estatutos da Escola Evangélica ‘Estrela do Oriente’ e na qualidade de seu Fundador, Mantenedor e Diretor, - DECLARO -, para fins de direito e de justiça, o seguinte: 1) Que farei Doação do Patrimônio e do Pecúlio de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros) da Supra-referida Escola à Missão Evangélica Luterana, nesta Cidade, representada pelo Sr. Rev. J. J. Alves; 2) Que farei esta Doação, boa e valiosa, sob a condição única de que se mantenha, em dita Escola, o Ensino Primário Gratuito às crianças pobres e a Todos os Ensinamentos de nosso Senhor Jesus Cristo. (Declaração – Escola Estrela do Oriente – 1951, p.1)

O pastor João Alves assume então a direção do educandário e auxiliado por duas professoras luteranas, passam a atender o mesmo. Conforme os estatutos, além das disciplinas regulares, o ensino cristão está presente em sala de aula. A escola, inicialmente localizada no bairro Santa Terezinha, muda-se para novo endereço no Bairro Fragata onde segue com suas atividades.

Figura 7: Escola Estrela do Oriente



Fonte: Igreja Evangélica Luterana do Brasil Congregação “da Redenção” 60 anos de História 1944 – 2004 (2004, p. 29).

Atendendo este novo educandário, a Congregação da Redenção expande seu alcance na busca por contribuir na educação da sociedade pelotense, preocupando-se não somente com a orientação interna de seus fiéis, mas também olhando para aqueles que estão fora de seu grupo.

João José Alves retira-se do trabalho pastoral ao final dos anos 50. Outros pastores assumem o trabalho na década de 60. É neste período que surge o SARE (Serviço Assistencial Diacônico Redenção) que dá continuidade ao viés educacional na Congregação da Redenção.

Figura 8: Placa do Sare colocada no prédio atual da Congregação da Redenção



Fonte: Acervo próprio

A convivência cotidiana com as múltiplas dificuldades vividas pela população levou um grupo de luteranos das congregações de Pelotas a iniciar um trabalho articulado de assistência social. Criou-se então, na década de 60, o SARE – Serviço de Assistência Redenção, com sede na rua Voluntários da Pátria, 1641. Nesse local, o SARE criou uma creche voltada para crianças carentes de zero a seis anos e implementou um ambulatório com atendimento médico e odontológico, em articulação com a Faculdade de Medicina de Pelotas. (<https://www.abelupe.com.br/historia>)

Embora tendo uma motivação social, o Sare englobava a educação ao oferecer um serviço de creche voltada para crianças carentes, além de um serviço conveniado com a Faculdade de Medicina de Pelotas. O Sare funcionava no próprio prédio da Congregação atendendo a muitas pessoas.

Chegados os anos 80, a Redenção continua sua preocupação com o atendimento educacional a partir da fundação da ABELUPE (Associação Beneficente Luterana de Pelotas).

Figura 9: Logotipo da Associação Beneficente Luterana de Pelotas



Fonte: Site da instituição

Agora, sob condução espiritual do reverendo Daltro Kautzmann, a referida associação dá continuidade aos atendimentos agora com personalidade jurídica devidamente constituída.

Em 7 de Junho de 1980 foi criada a ABELUPE – Associação Beneficente Luterana de Pelotas, como uma associação civil de caráter beneficente e sem fins lucrativos, a qual absorveu as atividades que eram desenvolvidas pelo SARE na rua Voluntários da Pátria e na Vila Santos Dumont. (...) Em 1989 a ABELUPE, em razão das necessidades da população atendida e de suas possibilidades, passou a concentrar todas as suas atividades na Vila Santos Dumont. Neste local a instituição atua nas áreas de atenção primária à saúde e na educação infantil, de forma ininterrupta. (<https://www.abelupe.com.br/historia>)

A posterior mudança de endereço da ABELUPE, e sua desvinculação da Congregação da Redenção em 1989, expandiu os atendimentos e passou a atingir outros pontos da cidade mantendo sempre a preocupação educacional com aqueles por ela atendidos.

Corria o ano de 1988 quando a Congregação da Redenção decide retomar com mais força a questão educacional em seu meio. Seguiu a preocupação em oferecer ensino de

qualidade aos filhos dos luteranos e também contribuir educacionalmente com a sociedade que a rodeava.

Diante de todo o exposto pela comissão nomeada pela Congregação em sua Assembleia Extraordinária em 15/10/1988 e cômicos da responsabilidade que temos como pais e como Igreja, de ensinar nossos filhos na “Doutrina” e admoestação do Senhor e considerando também a disponibilidade de área física, bem como o bom número de professores com formação universitária, além de estagiários na área de magistério, todos Luteranos, esta Diretoria achou de bom alvitre sugerir a comunidade a Instrução gradativa de uma Escola Paroquial em sua sede abrangendo Jardim de Infância unidade pré-escolar e primeiro grau. (Ata Assembleia Geral N.º 06/88 – Congregação Luterana da Redenção em 4/12/1988).

A partir da decisão da assembleia da Redenção, seguiu-se então a constituição jurídica da “Escola Paroquial de 1º Grau Incompleto Luterana da Redenção” e posteriormente o atendimento que se ampliaria nas décadas seguintes até o 5º ano do ensino fundamental, como ocorre nos dias atuais.

Figura 10: Prédio da Congregação e Escola da Redenção



Fonte: <https://www.facebook.com/escolaluteranadaredencaio>

Atualmente a escola conta com algo em torno de 100 alunos matriculados desde a educação infantil até o 5º ano do ensino fundamental.

5 Conclusão

A partir dos resultados encontrados ao longo desta trajetória, podemos perceber alguns detalhes importantes no que diz respeito aos vínculos educacionais da Congregação Evangélica Luterana da Redenção.

Percebe-se, primeiramente, sua atuação fugindo da normalidade presente nas comunidades teuto-brasileiras rurais, aventurando-se numa realidade urbana a partir do início dos trabalhos despertados pelo pastor reverendo João José Alves.

Constata-se também o pioneirismo demonstrado pelo pároco que encontrou na educação um caminho de realização pessoal, mantendo contato com outros grupos da cidade. Por meio de sua vivência de fé buscou se fortalecer como figura importante no município, atuando não somente no espaço da igreja, mas também ampliando seu alcance na direção de outras instituições educacionais.

Também se percebe uma proatividade na congregação luterana da Redenção que manteve em seu seio o apreço pela educação demonstrado desde seu primeiro pastor fundador e pôde manter contato por meio da instância educativa com outros grupos étnicos através das diferentes instituições sob sua tutela.

Tais instituições, traduzem-se em vínculos criados que, mesmo sendo periódicos, constituem uma veia educacional permanente e que se manifesta por meio de seus projetos.

Sendo assim, os vínculos educacionais da Congregação Evangélica Luterana da Redenção marcaram o campo da educação pelotense.

REFERÊNCIAS

- ABELUPE. História. Associação Beneficente Luterana de Pelotas. Disponível em: <https://www.abelupe.com.br/historia>. Acesso em: 22/08/2025.
- ALVES, João José. Crônica Paróquia de Pelotas. Revista Mensageiro Luterano. Porto Alegre, n. 10, p. 11, out., 1959.
- ATA ASSEMBLÉIA GERAL N.º 06/88 – Congregação Luterana da Redenção em 4/12/1988.
- DREHER, Martin Norberto. História do povo luterano. São Leopoldo: Sinodal, 2005.
- ESCOLA LUTERANA DA REDENÇÃO. <https://www.facebook.com/escolaluteranadaredencao>. Acesso em: 22/08/2025.
- GOMES, Ascendino Lindolpho. Declaração de doação da Escola Estrela do Oriente. Pelotas: 1951.
- HASSE, Paulo; HEINE, Ernesto A. **Lar Cristão**. Porto Alegre: Concórdia, 1963.
- BUSS, Lenir Marlow Koschier. Histórico da Congregação “da Redenção” 60 anos de História 1944 – 2004.
- Lembrai-vos de vossos guias. Revista Mensageiro Luterano. Porto Alegre, n. 1, p. 12, jan., 1962.
- Filha de João José Alves. Entrevista concedida a Valdir Lopes Junior em 30/01/2025.
- PRESTES, Nívia. Histórico da Congregação Evangélica Luterana da Redenção 1944-1989. Pelotas, 1989.

ROMIG, Karen Laiz Krause. **O Rito da Confirmação Luterana e o Processo Escolar dos Pomeranos na Serra dos Tapes-RS (1938-1971)**. 2021. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pelotas.

WEIDUSCHADT, Patrícia. **O Sínodo de Missouri e a educação pomerana em Pelotas e São Lourenço do Sul nas primeiras décadas do século XX: identidade e cultura escolar**. 2007. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pelotas.

ENTRE COLÔNIAS E ESCOLAS: A PRESENÇA DA MIGRAÇÃO ALEMÃ NA CONSTITUIÇÃO DO ESPAÇO EDUCACIONAL DE HULHA NEGRA (1944–1992)

Simone Gomes de Faria

Patrícia Weiduschadt

1 Introdução

Como quem percorre uma antiga trilha por campos férteis, este artigo convida o leitor a caminhar pelas paisagens da região de Bagé–Hulha Negra para desvendar como a migração alemã dialogou com a criação das primeiras escolas rurais. Entre 1944 e 1992, esse distrito, situado no extremo sul do Brasil, viu multiplicar-se redes de sociabilidade e de ensino que se entrelaçaram às rotas de estâncias e colônias, numa territorialidade marcada por tradições e experimentos. A metáfora da exploradora que se desloca pelas estradas de terra e visita salas de aula improvisadas ajuda a compor uma narrativa sensível sobre o papel da educação na vida cotidiana dessas comunidades.

O objetivo geral deste estudo é compreender de que maneira a presença de famílias teuto-brasileiras incidiu na constituição do espaço educacional de Hulha Negra no período em análise. Para alcançá-lo, estabelecem-se como objetivos específicos: (a) descrever o processo de migração e ocupação territorial de colonos de origem alemã, enfatizando suas práticas socioculturais; (b) examinar a formação e o funcionamento da rede de escolas multisseriadas, observando as estratégias comunitárias de criação e manutenção das instituições; e (c) analisar como a educação foi mobilizada nas disputas políticas e identitárias que culminaram na emancipação do distrito. Parte-se da hipótese de que a escolarização, articulada às tradições étnicas e religiosas dos imigrantes, conferiu capital simbólico às lideranças locais e serviu como argumento para legitimar a maturidade administrativa de Hulha Negra.

O fio condutor desta pesquisa é a problemática da relação entre migração e educação em contextos de colonização híbrida: como as escolas rurais, concebidas e mantidas por comunidades alemãs, constituíram espaço de negociação entre modernização e permanência? A questão central que guia a investigação é: em que medida a presença migratória alemã influenciou a formação da rede escolar e contribuiu para a emancipação política do distrito? Ao buscar respostas, o estudo se justifica por oferecer uma abordagem que combina História da Educação, História Local e Estudos Migratórios, lançando luz sobre um território ainda pouco explorado pela historiografia e contribuindo para compreender a hibridização cultural nas zonas de fronteira do Rio Grande do Sul.

A originalidade deste trabalho reside na escolha de examinar a educação como elemento estruturante das disputas territoriais e identitárias em uma área de colonização misturada, recuperando memórias de escolas multisseriadas, de professores e de lideranças políticas. Ao enfatizar a contribuição das comunidades teuto brasileiras para a cultura escolar, procura se valorizar um patrimônio imaterial muitas vezes esquecido. O estudo também tem relevância social, pois amplia o debate contemporâneo sobre migrações e ruralidade, dialogando diretamente com os objetivos do Seminário Internacional “Colônias entre estâncias”.

Metodologicamente, a pesquisa emprega uma abordagem fundada na História Cultural, aliada a uma historiografia de caráter local. As fontes analisadas incluem documentos legais (leis de criação e registros de emancipação), atas escolares, livros de ponto, cadernos de chamada e jornais regionais. Esse corpus foi interpretado por meio das categorias de cultura escolar Julia (2001), município pedagógico Magalhães, (2004) e capital simbólico Bourdieu (1996), articulando evidências qualitativas e quantitativas. O diálogo interdisciplinar com a sociologia e a antropologia permitiu compreender as dinâmicas de poder e as estratégias de resistência presentes nas práticas educativas.

Os tópicos subsequentes apresentam, respectivamente, o contexto histórico de Hulha Negra, a formação da rede escolar, as disputas políticas e o capital simbólico, os processos de cultura e hibridização e a discussão interdisciplinar que sustenta a análise. Cada seção aprofunda um aspecto do fenômeno estudado, compondo uma narrativa fluida que entrelaça história e teoria. Na esteira dos pontos levantados iniciamos contextualizando e situando o leitor no espaço pesquisado.

2 O contexto histórico da Hulha Negra/RS

Situado ao oeste do Rio Grande do Sul, o distrito de Hulha Negra – cuja posição geográfica pode ser observada no mapa da Figura 1, que o situa no contexto da Campanha Meridional – despontou como encruzilhada entre extensas estâncias de criação e colônias agrícolas.

Figura 1 - Localização geográfica dos pontos de colonização europeia e início da atividade leiteira

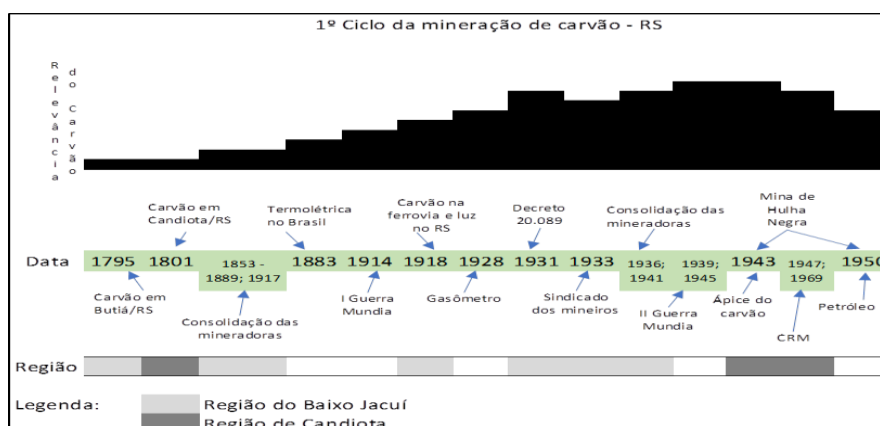


Fonte: Lunelli¹, 2001

Neste viés, a transformação econômica começou com a chegada do trem em 1884, marco que integrou Bagé ao sistema ferroviário e impulsionou o comércio e as atividades agropastoris locais. Poucos anos depois, em 1891, ergueu-se a primeira charqueada de grande porte, introduzindo o trabalho assalariado na região e, com a adoção de câmaras frias nos anos 1940, permitindo que o gado fosse processado ali mesmo, em vez de seguir para Pelotas ou Montevideú. Estas indústrias conviveram com a mineração de carvão, iniciada em 1863, cuja exploração garantiu energia e renda até o auge da década de 1940; o primeiro ciclo da mineração, representado no gráfico da Figura 2, evidencia como a guerra e as políticas de substituição de importações estimularam a produção antes do declínio causado pelo esgotamento das jazidas e pela concorrência do carvão importado.

¹ O mapa revela a configuração geopolítica da Campanha Meridional do Rio Grande do Sul, marcando a segmentação de municípios como Bagé, Hulha Negra, Aceguá e Candiota, cuja posição fronteiriça com o Uruguai imprime dinâmicas de intercâmbio cultural e econômico. Apesar da proximidade territorial, os processos de ocupação e desenvolvimento evidenciam trajetórias divergentes. Hulha Negra, epicentro da colonização europeia em 1925, constituiu um campo de saberes agrícolas mais tarde apropriados pelos colonos da Colônia Nova (Aceguá, 1949), cuja organização comunitária e religiosa seguiu lógica distinta. A partir da dissertação de Lunelli (2001), torna-se possível apreender tais singularidades, em que a cartografia ultrapassa o papel descritivo e passa a operar como chave analítica para os arranjos desiguais da produção, da educação e da memória no espaço rural. Assim, a espacialidade não se limita ao contorno físico dos territórios, mas atua como elemento estruturante das práticas sociais e das disputas por reconhecimento.

Figura 2 - Primeiro ciclo da mineração



Fonte: Witkowski (2019); Oliveira (2018); Sena (2014); Golasz (2013).

A figura apresenta uma linha do tempo do “primeiro ciclo da mineração de carvão no Rio Grande do Sul”, destacando os principais marcos entre o final do século XVIII e meados do século XX. Sobre uma faixa verde, aparecem datas como 1795, quando se registrou a descoberta de carvão em Curral Alto, e 1801, com a identificação de jazidas em Candiota. A linha também lembra a instalação das primeiras charqueadas movidas a carvão na segunda metade do século XIX, a chegada da ferrovia em 1883, a criação de empresas carboníferas e do Consórcio Administrativo de Empresas de Mineração/ CADEM na década de 1930, o incentivo estatal ao uso do carvão nacional durante a Segunda Guerra Mundial e a instalação das primeiras usinas termoelétricas. Abaixo dessa cronologia, três barras indicam os períodos de exploração nas principais regiões produtoras: a bacia de Pelotas/Jacuí, a região de Candiota e, a partir da década de 1930, a área de Hulha Negra–Candiota. O gráfico sintetiza como o carvão passou de recurso artesanal a insumo industrial, com forte expansão nos anos 1940 e declínio após 1950.

Esse pano de fundo de exploração mineral e desenvolvimento industrial ajuda a entender os sucessivos reordenamentos no campo político-administrativo. À medida que o carvão se tornava um elemento central da identidade regional, a toponímia local se ajustava: em 12 de junho de 1897 foi criado o distrito de Passo do Lajeado; em 1938, a denominação foi alterada para Rio Negro; e, finalmente, em 1944, adotou-se Hulha Negra – nome que reforçou a vinculação simbólica ao carvão. Esse processo de renomeação, acompanhado de debates sobre memória e pertencimento, expressa a tensão entre as intervenções centralizadoras do Estado e os vínculos afetivos da população com sua história e com os recursos naturais que moldaram a região.

Na década de 1920, liderados pelo engenheiro agrônomo Francisco Krenzinger, colonos de origem alemã provenientes de Pelotas adquiriram lotes na Colônia Rio Negro (atual Trigolândia) e introduziram práticas agrícolas modernas. A Figura 03 capta um destes momentos inaugurais de fixação destes migrantes alemães.

Figura 3 - Colonos alemães na antiga Colônia Rio Negro na atual Trigolândia, 1926.

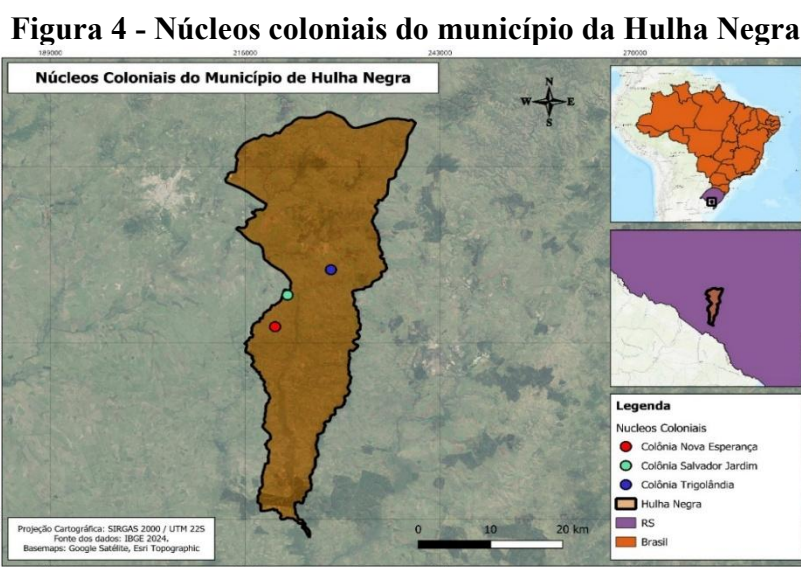


Fonte: Jornal 1ª Folha, 2005, p.13.

Portanto, a Figura 03 reúne famílias recém-instaladas na então Colônia Rio Negro, em 1926. Mais do que um retrato coletivo, ela evidencia a centralidade da família e a diversidade de gerações que sustentaram o projeto colonizador: homens e mulheres dispõem-se em posição formal, com crianças ao centro, sinalizando a importância da continuidade e a solidariedade intergeracional. Ao se apresentarem coletivamente, esses imigrantes teuto-brasileiros mobilizam valores culturais e religiosos para afirmar uma identidade comum, acumulando capital simbólico que seria essencial na criação das primeiras escolas e na negociação de espaços de poder. A cena, capturada em ambiente rural ainda desprovido de infraestrutura, remete à etapa inicial de ocupação e mostra como a cultura escolar local se enraizou em vínculos familiares e comunitários.

Essa mesma comunidade pioneira não tardou a adotar inovações que transformariam a economia regional. A mecanização da colheita de trigo, registrada em 1928 com o uso de um trator Lanz Bulldog, simboliza a transição de uma agricultura de subsistência para uma produção tecnificada. Ao lado da Estação Experimental Fitotécnica da Fronteira, criada em 1929 para desenvolver variedades adaptadas de trigo, e de cooperativas como a Agrícola Assis

Brasil, fundada na década de 1940, os colonos diversificaram a base produtiva e fizeram do trigo um eixo estratégico do desenvolvimento local. Esse processo de modernização agrícola caminhou junto com a expansão territorial, refletida na fundação de comunidades como Salvador Jardim, em 1964, e Nova Esperança, nos anos 1980. Esses novos núcleos, apresentados na Figura 04, trouxeram novos fluxos migratórios e ampliaram o mosaico cultural e econômico de Hulha Negra, demonstrando que a história da colonização é feita de continuidade e adaptação às mudanças tecnológicas e sociais.



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2024

A leitura do mapa (Figura 4) permite observar com clareza as disparidades entre os núcleos coloniais de Hulha Negra. Trigolândia e Salvador Jardim, situadas no centro e no nordeste do território, mostram como a chegada de imigrantes alemães fomentou estabilidade econômica e coesão social, traduzidas em escolas, cooperativas e redes de sociabilidade mais estruturadas. Em oposição, Nova Esperança, ao sul do município, evidencia as dificuldades dos assentamentos mais recentes: carência de recursos, infraestrutura incipiente e maior vulnerabilidade dos moradores.

Neste limiar, essa cartografia ajuda a compreender as transformações que se desenrolaram ao longo do século XX, quando Bagé se consolidou como pólo administrativo e industrial e o distrito vizinho buscou afirmar sua autonomia. No cruzamento entre a ferrovia, a mineração de carvão, as charqueadas e as lavouras introduzidas pelos colonos teuto-brasileiros, formou-se uma economia híbrida e uma sociabilidade plural; protestantes e católicos preservaram a língua materna e as tradições, mesmo enquanto articulavam a emancipação do distrito, alcançada em 1992. Essa sinergia entre espaços, culturas e atividades econômicas

ilumina a complexidade do processo histórico em curso, no qual cada núcleo colonial reagiu de modo distinto às oportunidades e aos obstáculos que se apresentaram. É nesse cenário que se delineia a formação da rede escolar, abordada no tópico a seguir.

3. Formação da rede escolar

Para ampliar e dar maior profundidade à seção sobre a formação da rede escolar em Hulha Negra, é necessário percorrer o território como quem desvenda um mosaico de paisagens e trajetórias. As escolas multisseriadas que surgiram no interior do distrito não foram fruto de políticas oficiais, mas de iniciativas comunitárias que se enraizaram na solidariedade e no desejo de preservar saberes e identidades.

As famílias de ascendência alemã – articuladas com outras etnias – doaram terrenos, ergueram construções simples e assumiram os custos do magistério, como demonstram as memórias sobre as escolas Escola Evangélica da Hulha Negra, Escola Luterana Emanuel, Escola Alberto Schweitzer. Nessas instituições, sanitários improvisados, falta de água potável e carência de materiais didáticos não impediram que atas e cadernos de chamada fossem preenchidos com rigor, revelando o esforço de registrar a frequência e o desempenho dos alunos.

Essa cena se ilumina quando mobilizamos a categoria de “cultura escolar” desenvolvida por Dominique Julia (2001), que concebe a escola como um espaço de práticas e rituais permeado por influências religiosas, políticas e populares. Em Hulha Negra, a cultura escolar estava impregnada de heterogeneidade: cânticos em alemão e celebrações luteranas conviviam com conteúdos dos programas oficiais brasileiros, evidenciando negociações constantes entre modernização educativa e permanências rurais. Essa hibridez se explica pela coexistência de variadas matrizes étnicas e pela forte presença de lideranças religiosas; muitas professoras tinham formação incipiente, mas encontravam apoio na comunidade e nas igrejas para conduzir as aulas. A interação entre escola e fé, típica das escolas étnicas alemãs no estado, se materializou nas sociedades escolares, nas *Schulvereine*² e, que administravam currículos, livros e o recrutamento de docentes.

Lúcio Kreutz demonstrou, a partir das investigações em história cultural, que as escolas teuto-brasileiras atuaram como “núcleos geradores de relações étnicas”, pois, ao articular

² “Schulvereine” é o termo em alemão para as sociedades escolares formadas por comunidades de imigrantes germânicos. Eram associações de pais e moradores que construíam e mantinham suas próprias escolas, administravam o pagamento de professores, definiram currículos e garantiam que o ensino fosse dado em língua alemã e de acordo com as tradições culturais e religiosas da comunidade.

saberes escolares e vivências comunitárias, converteram-se em espaços de elaboração de práticas sociais e de negociação identitária. Em seu artigo “Identidade étnica e processo escolar” – publicado nos *Cadernos de Pesquisa* em 1999 – ele observa que a historicidade dessas instituições evidencia sua função como cenário de práticas que geravam e mantinham laços étnicos. O autor retoma esse argumento no capítulo “A escola teuto-brasileira católica e a nacionalização do ensino”, em que analisa a experiência das escolas germânicas na década de 1930.

Neste sentido, a fotografia da festa campestre na antiga Colônia Rio Negro (Figura 05) introduz um aspecto central dessa experiência: o festejar coletivo como forma de manter coesa a comunidade. Homens, mulheres e crianças reunidos ao redor de uma mesa sob a copa das árvores narram, sem palavras, a importância do lazer e da sociabilidade para colonos que cultivavam a terra durante a semana e, ao final do dia, preservavam sua língua, sua música e suas crenças. A cena reproduzida na fotografia sintetiza a mistura de tradições descrita no texto: nela, a convivência intergeracional e a presença de diferentes grupos sociais revelam como fé, língua e produção agrícola se ajustavam às mudanças socioeconômicas, transformando a educação e a vida coletiva em campos férteis de negociação e adaptação.

Figura 05 - Festa campestre na antiga Colônia Rio Negro



Fonte: Revista Comemorativa 25 anos da Colônia Rio Negro-Bagé. Foto campestre. 1950, p. 13.

Francisco Krenzinger, na Revista Comemorativa 25 anos da Colônia Rio Negro de 1950, recorda, em suas memórias, que tais eventos eram marcados por música, cantos e peças teatrais – evidências de uma cultura escolar que ultrapassava os muros da sala de aula. Ao mesmo tempo, Krenzinger alertava para a dificuldade de “mudar de nacionalidade como se muda de roupa”: nos anos iniciais, a voz do coração ainda se dirigia à Alemanha, e a transição para uma identidade brasileira plena exigiu décadas de convivência e compartilhamento de

sentimentos com o povo local. O agradecimento dos colonos à acolhida brasileira, registrado pelo autor, precisa ser lido criticamente, pois as fontes celebrativas silenciam conflitos e tensões.

Esses conflitos atravessavam o cotidiano escolar. A rivalidade entre católicos e luteranos, por exemplo, emergiu de forma dramática quando uma cruz histórica foi derrubada, expondo fraturas na harmonia comunitária. A disputa se estendeu à posse de terras e à administração das capelas – assuntos que interferiam diretamente no funcionamento das escolas, uma vez que muitas delas eram anexadas às igrejas.

A atuação mediadora de líderes como o Padre Léo Persch, ou de figuras carismáticas como Francisco Kloppenburg e José Macke, foi determinante para evitar a fragmentação do tecido social. Essas pessoas personificam o “capital simbólico” a que alude Pierre Bourdieu (1996): sua autoridade religiosa ou técnica lhes conferia legitimidade para angariar recursos, orientar as práticas agrícolas e, sobretudo, legitimar a escola como prova da maturidade administrativa de Hulha Negra.

O percurso histórico mostra que a formação da rede escolar esteve sempre entrelaçada às tensões e cooperações entre distintas confissões. A criação de escolas paroquiais – como a Escola-Capela Rio Negro (1934), a Escola Luterana Emanuel (1944) ou a Escola da Comunidade Evangélica de Hulha Negra (iniciada na década de 1950) – ilustra como fé e educação se fundiram no cotidiano dos colonos. Esses estabelecimentos, ora sob orientação católica, ora luterana, surgiram da necessidade de alfabetizar crianças e transmitir a doutrina religiosa. Muitas vezes, utilizavam os mesmos espaços para cultos e aulas; em outros momentos, transformaram-se em escolas municipais ou estaduais, como ocorreu com a Escola Capela, que se tornou a Escola Estadual Manoel Lucas de Oliveira. Ao longo dos anos, estatutos religiosos foram redigidos, imagens sacras foram doadas por fiéis, e grutas, sinos e bancos foram construídos por mutirão – cada gesto reforçando a inseparabilidade entre ensino e devoção.

A partir da perspectiva da História Local, percebe-se que essas iniciativas refletiam um compromisso com a autonomia do distrito. Ao fundar sociedades culturais e recreativas, como a Sociedade Concórdia em 1951, ou ao construir salões comunitários em 1962, as famílias investiam na reprodução de uma vida associativa que ultrapassava as fronteiras étnicas. O movimento emancipacionista da década de 1960, que culminou na criação do município em 1992, encontrou na rede de escolas um argumento para comprovar a capacidade administrativa e o “capital cultural” de Hulha Negra. Não por acaso, as escolas foram vitrine das conquistas comunitárias e palco das disputas políticas.

Em síntese, a formação da rede escolar de Hulha Negra revela um campo fértil de análises para a História da Educação. Ela demonstra como a cultura escolar foi construída na intersecção entre práticas comunitárias, influências religiosas e tensões identitárias. Ao percorrer esse território, o pesquisador percebe que a escola rural multisseriada não era apenas um local de ensino, mas um espaço de negociação entre modernização e tradição, coesão e conflito, autonomia e dependência – elementos que configuram o município pedagógico proposto por Magalhães (2004) e explicam por que a educação se tornou símbolo de orgulho e instrumento de luta por reconhecimento na região.

No tópico seguinte examinaremos como, a partir dessa base educacional, as lideranças locais mobilizaram a escola e a alfabetização como argumentos de emancipação política e como capital simbólico nas disputas por poder, tema que articula tensões entre colonos e estancieiros até a conquista da autonomia municipal em 1992.

4 Disputas políticas e capital simbólico

A partir da década de 1970, as disputas políticas em Hulha Negra começaram a gravitar em torno da educação. Líderes comunitários e professores passaram a utilizar a existência de uma rede de escolas multisseriadas como prova de que o distrito estava pronto para governar-se.

Essa estratégia se esclarece pela noção de “município pedagógico” proposta por Magalhães (2004): quando um território demonstra possuir instituições escolares, quadros docentes e certa infraestrutura educacional, reivindica implicitamente a capacidade de gerir-se.

As atas de reuniões e relatos orais confirmam que escolas e capelas tornaram-se palcos de debates sobre impostos, estradas e eleição de vereadores; nesses encontros, a língua portuguesa e o alemão coexistiam como sinais de distinção, compondo o capital simbólico de que fala Pierre Bourdieu (1996). O domínio do português sinalizava integração ao projeto nacional, enquanto a persistência do alemão marcava vínculos com o passado colonial; ambos conferiam legitimidade aos que pretendiam representar a comunidade.

Ao mesmo tempo, a paisagem agrária se transformava com a chegada de assentamentos da reforma agrária a partir de 1989. Hulha Negra passou a abrigar 38 comunidades e mais de 850 estabelecimentos rurais familiares, redesenhando o uso da terra e diversificando a produção agrícola. Pesquisas como a de Fischer (2017) sublinham que os assentamentos redistribuíram terras, criaram novos padrões produtivos e trouxeram protagonismo às sementes crioulas, em especial do milho – um patrimônio genético ameaçado pela expansão do milho transgênico.

Medeiros (2007) demonstra que tais mudanças não se limitaram à economia: alteraram o meio ambiente, as relações sociais e a estrutura política local. O Movimento dos

Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) foi um ator decisivo nesse processo, impulsionando uma reterritorialização que substituiu a pecuária extensiva e o arroz irrigado por uma agricultura diversificada. Essa nova configuração gerou tensões com antigos estancieiros, mais acostumados a grandes propriedades voltadas à exportação, mas também convergiu com antigas tradições de cooperação dos colonos teuto-brasileiros.

A emergência da Colônia Nova Esperança, fruto do reassentamento de famílias vindas de Nonoai nos anos 1970, exemplifica como a ocupação do território redefiniu alianças políticas. Esses grupos trouxeram uma cultura agrícola orientada à produção de leite e se integraram ao circuito econômico de Hulha Negra, ampliando o eleitorado e reforçando as vozes que defendiam a emancipação. Ao lado dos descendentes de imigrantes alemães, eles compartilharam a crença de que a educação e a propriedade da terra eram pilares de autonomia. Assim, quando o distrito conquistou a condição de município em 1992, não foi apenas a vitória de colonos “de origem” sobre estancieiros, mas a síntese de uma trajetória em que escolas, cooperativas e assentamentos se entrelaçaram para formar um capital simbólico coletivo.

Essa leitura evidencia que as disputas políticas não se esgotavam em rivalidades pessoais; elas expressavam diferentes formas de organizar o espaço e atribuir valor à terra e ao saber. Na perspectiva da História Cultural e da História Local, a emancipação de Hulha Negra pode ser vista como o resultado de um processo em que práticas educativas, memórias étnicas e transformações socioeconômicas se combinaram para reconfigurar a legitimidade. A posse de escolas, a manutenção de sementes crioulas e a gestão de assentamentos tornaram-se marcas de um projeto de desenvolvimento que valorizava o trabalho familiar e a diversidade cultural. Ao ancorar a análise nessas categorias – município pedagógico e capital simbólico –, compreende-se que a escolarização não foi apenas instrumental; ela foi um emblema de pertencimento e um recurso político que deu voz a comunidades historicamente periféricas.

5. Cultura, hibridização e leituras interdisciplinares

Ao percorrer os caminhos de Hulha Negra, percebe-se que a escola é mais que um prédio com carteiras e quadros: ela é um laboratório onde culturas se misturam, memórias se renovam e saberes se confrontam. A convivência entre luteranos e católicos, a alternância entre o alemão e o português e a chegada, a partir de 1989, de assentados vinculados ao MST tecem uma urdidura na qual tradições e práticas contemporâneas se cruzam. Seguindo a leitura de Lefebvre (1991), Veiga (2002) e Endlich (2013), é possível ver que as fronteiras entre campo e cidade, entre o “local” e o “global”, se desvanecem quando observamos como rezas, cantigas, assembleias e plantios circulam entre esses espaços.

As festas escolares incorporavam canções germânicas e ritmos gaúchos; os encontros da cooperativa reuniam antigos colonos e novos assentados; e as sementes crioulas, preservadas por agricultores, dialogavam com as discussões sobre transgênicos nos conselhos municipais.

Logo, compreender essa dinâmica exige, entretanto, uma lente plural. A História Local nos convida a ater-nos aos detalhes da vida cotidiana e a reconhecer que, nas pequenas comunidades, ações como erguer uma escola, celebrar uma colheita ou organizar um mutirão revelam relações de poder e pactos de convivência. A sociologia da educação permite desvendar como capital simbólico e capital cultural – conceitos de Bourdieu (1996) – se entrelaçam: o domínio da língua portuguesa e a posse de certificados escolares conferem prestígio e legitimidade aos líderes comunitários, enquanto o conhecimento da tradição alemã e das práticas agrícolas ancestrais garante reconhecimento dentro do grupo. A antropologia, por sua vez, ajuda a captar as estratégias de adaptação e resistência: como os assentados incorporam elementos das festas luteranas, como os colonos reinterpretam rituais católicos para acolher novos vizinhos ou como o currículo oficial se ajusta às demandas de agricultores e pecuaristas.

Essa perspectiva plural, que articula micro-histórias locais, análise sociológica das relações de poder e leitura antropológica das práticas culturais, encerra a discussão principal deste estudo. No tópico final, retomaremos essas linhas de análise para sintetizar os resultados, avaliar nossa hipótese e apresentar as considerações finais que apontam caminhos para futuras investigações.

6. Considerações finais

Ao regressar das trilhas percorridas ao longo deste artigo, é possível retomar, uma a uma, as perguntas que orientaram a investigação e avaliar como elas foram respondidas. O objetivo geral de compreender de que maneira a presença de colonos de origem alemã incidiu na constituição do espaço educacional de Hulha Negra foi alcançado ao revelar que, entre 1944 e 1992, essas famílias não apenas fundaram e mantiveram escolas multisseriadas, mas também transformaram a educação num emblema de autonomia política.

O primeiro objetivo específico – descrever o processo de migração e ocupação territorial dos teuto-brasileiros – mostrou que a colonização agrícola, iniciada na década de 1920, coexistiu com estâncias pecuaristas e, mais tarde, com assentamentos rurais, produzindo uma economia híbrida e um mosaico de identidades. O segundo objetivo – examinar como se formou a rede de escolas multisseriadas – evidenciou a centralidade das iniciativas comunitárias e religiosas: a escola era construída a muitas mãos, sustentada por festas, contribuições e um ideal de progresso que associava alfabetização, fé e trabalho. O terceiro objetivo – discutir como a

escolarização foi mobilizada nas disputas políticas pela emancipação – ficou claro no acervo dos arquivos escolares de que, a partir da década de 1970, a existência de escolas e professores passou a ser apresentada como prova de maturidade administrativa, conforme sugere o conceito de município pedagógico de Magalhães (2004).

A hipótese de que a educação serviria de capital simbólico – no sentido bourdieusiano – para legitimar projetos de poder foi corroborada: o domínio do português e do alemão, a posse de certificados e a rede escolar tornaram-se elementos de distinção na disputa entre colonos, estancieiros e assentados.

Portanto, a questão norteadora, formulada como uma busca por entender como as práticas escolares de um distrito rural transitaram entre tradições étnicas e exigências modernas, encontrou resposta na análise de uma cultura escolar híbrida. As celebrações comunitárias, os cânticos em alemão e as aulas de língua portuguesa conviviam com a introdução de máquinas agrícolas, com as políticas de reforma agrária e com a luta pelo reconhecimento político. A problemática de investigar a relação entre migração, escolarização e emancipação local revelou que a escola foi, simultaneamente, espaço de encontro e campo de conflito: nela se negociavam identidades, se distribuíam recursos e se desenhava o futuro do território.

Logo, encerrar este trabalho implica, também, projetar novos horizontes. No ano de 2025, comemoram-se os 100 anos de imigração alemã em Hulha Negra. Essa efeméride convida a ampliar o olhar para além das décadas analisadas, a confrontar memórias celebrativas com narrativas de resistência e a investigar como as novas gerações reinterpretem a herança recebida. Há muitos caminhos a explorar: o impacto das políticas educacionais contemporâneas, o diálogo entre escolas e assentamentos, a permanência das línguas de origem nas práticas comunitárias, o papel das mulheres na condução das escolas e na preservação das sementes crioulas. Esperamos que as páginas anteriores ofereçam elementos para que outras pesquisadoras e pesquisadores continuem a caminhar por essas “ruas” de Hulha Negra, construindo relatos humanizados das vidas e lutas que fizeram da educação um instrumento de pertença e um sinal de esperança no sul do Brasil.

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Tradução de Mariza Corrêa. Campinas, SP: Papirus, 1996.
- ENDLICH, Paulo. **Significados culturais de “rural” e “urbano”**. Rio de Janeiro: Cultura, 2013.
- FISCHER, Bruno. **Impacto do milho transgênico nas lavouras locais**. Porto Alegre: Agricultura Sustentável, 2017.

JÚLIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. Tradução de Gizele de Souza. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, v. 1, p. 9–44, jan. /jun. 2001.

LEFEBVRE, Henri. **A cidade como obra social e produto do capitalismo**. São Paulo: Editora Urbanismo, 1991.

LUNELLI, João Paulo. **Razões de desenvolvimento sócio-econômico distintivo de Colônia Nova, distrito do município de Aceguá**, RS. 2001. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Administração, Porto Alegre, 2001. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/2734>. Acesso em: 1 nov. 2024.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Tecendo nexos: história das instituições educativas**. Bragança Paulista, SP: Universitária São Francisco, 2004. 178 p.

MEDEIROS, Rosa Maria. Reterritorialização e identidade: o significado dos assentamentos para a economia dos municípios: os casos de Hulha Negra, Aceguá e Candiota na Campanha Gaúcha (RS). In: **COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA**, 9, 2007, Porto Alegre. Anais.... Porto Alegre: UFRGS, 2007. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/30276>. Acesso em: 18 mar. 2024.

MÜLLER, Telmo Lauro (org.). **Nacionalização e imigração alemã**. São Leopoldo: Unisinos, 1994.

KREUTZ, Lúcio. Identidade étnica e processo escolar. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 107, p. 79–96, jul. 1999.

REVISTA COMEMORATIVA DA COLÔNIA RIO NEGRO. Colheita mecânica do trigo. Porto Alegre: Editora Comemorativa, 1950.

VEIGA, José Eli da. **Crítica à visão setorializada do rural e definição territorial**. São Paulo: Rural, 2002.

WITKOWSKI, Alexsandro. Da luz no fim do túnel ao Arquivo Histórico do Museu Estadual do Carvão: O acervo documental da mineração na região carbonífera do baixo. Jacuí, Rio Grande do Sul (2009-2016). 2019.

PEDAÇOS DO SILÊNCIO: FRAGMENTOS ESCOLARES DE HERANÇAS IMIGRANTES NO ACERVO BENNO MENTZ

Milleny Dubiel

1. “Tentando resgatar um começo”

Nem sempre recordamos o que aprendemos na escola, mas vestígios daquilo que foi esquecido permanecem como bilhetes, fotografias, cadernos e documentos silenciosos que repousam em arquivos à espera da nossa interpretação. Se a memória é seletiva, a história se constrói a partir dos fragmentos que resistem ao tempo e das indagações que somos capazes de formular diante deles. Este artigo parte dessa perspectiva, para investigar o que os registros escolares antigos ainda podem revelar sobre práticas pedagógicas, vivências infantis e processos de construção étnica identitária. A pesquisa tem como objeto analisar o Acervo Benno Mentz, composto por documentos escolares produzidos, majoritariamente, entre as décadas de 1920 e 1940, oriundos de instituições de matriz étnico-alemã no Rio Grande do Sul. Por meio de documentos e fotografias escolares, busca-se compreender de que modo essas fontes expressam práticas escolares e representações da identidade teuto-brasileira, especialmente em períodos anteriores à campanha de nacionalização promovida pelo Estado Novo.

A escolha do tema justifica-se pela relevância potencial histórica do acervo e pelo papel da escola enquanto espaço privilegiado de construção simbólica, cultural e política. A abordagem metodológica adotada é qualitativa, de caráter exploratório, fundamentada na análise de conteúdo, conforme Roque Moraes (1999), e na análise de imagens, de Ana Maria Mauad (2014) e na busca por indícios do silêncio de Ginzburg (1989). A estrutura do artigo organiza-se em quatro eixos: (1) apresentação do referencial teórico e contextualização do processo metodológico; (2) descrição do acervo e dos documentos analisados; (3) análise interpretativa das fontes escolares à luz das práticas pedagógicas e símbolos culturais que revelam aspectos da identidade teuto-brasileira; e (4) reflexão sobre a importância da documentação preservada como fonte histórica para o estudo das articulações entre escola, cultura e memória.

Ao selecionar recortes representativos do Acervo Benno Mentz, a intenção foi evidenciar como os documentos escolares constituem não apenas registros administrativos, mas também artefatos carregados de intencionalidades, que podem ser lidos como formas de resistência, marcadores sociais de gênero, negociação identitária e afirmação cultural em

contextos de imigração. Longe de esgotar as possibilidades interpretativas do acervo, o estudo busca demonstrar seu potencial como fonte para futuras investigações no campo da história da educação, da etnicidade e da memória social.

2. Memória e o pertencimento à comunidade

Analisar os vestígios da escola teuto-brasileira entre 1920 e 1940 é um exercício de escuta histórica, atento tanto às vozes documentadas quanto aos silêncios dos arquivos. Assim, o referencial teórico articula História Cultural, História da Educação, Memória Social, Micro-História e História Visual, fundamentais para compreender a construção da memória e o contexto da imigração alemã no Rio Grande do Sul. Nessa perspectiva, a memória presente nos documentos escolares vai além do registro de fatos: é socialmente construída, fragmentada e, muitas vezes, estrategicamente organizada. Pierre Nora (1993), ao propor o conceito de lugares de memória, destaca os arquivos como espaços simbólicos de resistência ao esquecimento. Logo, discutir sobre como esses locais performam representações e identidades culturais é evidenciar como eles podem moldar também o processo étnico.

2.1 Identidade cultural, representações e etnicidade: entre a tradição e a negociação

Discutir as escolas étnicas no Brasil implica, primeiramente, abordar identidades que estão em contínua construção e negociação. O ambiente escolar, ao contrário de ser neutro, transformou-se em um dos principais cenários de conflitos simbólicos entre a tradição legada e as demandas de adaptação ao novo contexto (Seyferth, 2004). Nesse cenário, o conceito de identidade cultural, conforme proposto por Stuart Hall (2006), fornece uma ferramenta essencial para entender os processos experimentados pelas comunidades teuto-brasileiras. Para o autor, as identidades culturais *"não são fixas, mas estão sujeitas ao jogo da história e da cultura. Elas estão sempre em processo, nunca completas, sempre em construção, em transformação"*(Hall, 2006, p. 47-48).

Essa perspectiva de identidade cultural, se relaciona com a ideia de representações, conforme o autor Roger Chartier (2002, p. 17-18), que entende essas práticas como meios sociais de mediação simbólica, onde significados são criados e replicados. Portanto, os documentos escolares devem ser vistos como expressões de projetos culturais, em vez de apenas registros categóricos. Eles mostram tanto o que foi escolhido para ser exibido e o que foi silenciado. Assim, a identidade, entendida como processo discursivo e representacional, ganha dimensão social. No entanto, para aprofundar o sentido dessas práticas e representações em contextos de migração e diferenciação cultural, é necessário recorrer ao conceito de

etnicidade. Para Poutignat e Streiff-Fenart (1998, p. 31-33), a etnicidade é um processo social de formação identitária marcado por uma relação entre grupos. Não se trata de uma herança biológica, mas de um duplo movimento: a autodefinição, em que o grupo valoriza suas particularidades, e a hetero definição, quando essa diferença é reconhecida (ou tensionada) por outros. Esse reconhecimento, contudo, envolve disputas e processos de validação, nos quais os grupos precisam afirmar suas especificidades para que elas sejam socialmente reconhecidas e, muitas vezes, assumidas com orgulho (Poutignat; Streiff-Fenart, 1998, p. 31-33).

A negociação da identidade étnica envolve tensões e redefinições simbólicas. Nas comunidades alemãs no Brasil, isso deu origem à identidade teuto-brasileira, construída a partir da resignificação da germanidade em contexto local. Essa identidade se manifestava na cultura escolar por meio de práticas, rituais e discursos (Seyferth, 2004). Mais do que registros cotidianos, os documentos do Acervo Benno Mentz indicam um projeto de afirmação étnica em curso, tornando a escola um espaço central na formação identitária em contextos migratórios.

2.2 Identidade teuto-brasileira e cultura escolar nas práticas educativas

Essa configuração identitária que chamamos de "teuto-brasileira" vai além de um simples reflexo étnico ou geográfico; trata-se do resultado histórico de uma negociação simbólica constante. Na primeira metade do século XX, o termo "teuto" teve origem do latim "*Theutonicus*", que por sua vez deriva do germânico "*theudō*", que significa "povo". A adoção do termo no Brasil, de acordo com Haike Roselane Kleber da Silva (2011), foi estratégica: intelectuais como Aloys Friederichs começaram a usar "teuto-brasileiro" para afirmar uma identidade étnico-cultural única, que conectava a herança germânica ao pertencimento brasileiro.

Os estudos de Kleber da Silva (2005) demonstram que essa identidade hifenizada incorporava a tensão entre o *jus sanguinis*, que valoriza a herança cultural e ancestralidade alemã, e o *jus soli*, que reconhece a conexão com o território brasileiro. Além disso, de acordo com as pesquisas de Voigt (2007), a oficialização da categoria "teuto-brasileiro" se destacou entre os anos de 1940 e 1946, por meio do trabalho do sociólogo Emílio Willems, ao investigar os processos de aculturação e assimilação. Haike Silva (2011) examina como essa identidade foi constantemente reestruturada nos discursos e práticas diárias das comunidades descendentes, demonstrando-se plural, atravessada por conflitos internos e caracterizada por táticas de distinção cultural. O que se entende por teuto-brasileiro, longe de ser uma essência imutável, é fruto de uma construção histórica que se situa entre heranças e adaptações.

Destarte, o século XIX e início do XX para os imigrantes, foi marcado pelo incentivo do governo brasileiro a imigração europeia, principalmente alemã, como parte de uma política de “civilização” que, alinhada ao eugenismo e políticas de reforma econômica, buscava branquear a população e uniformizar a identidade nacional. No Rio Grande do Sul, as comunidades alemãs se destacaram não apenas pelo progresso econômico e agrícola, mas também pela preservação de suas tradições culturais e espirituais, em meio a políticas nacionalistas que buscavam a assimilação cultural (Gertz, 2008; Dreher, 2014).

Nesse contexto, as escolas das comunidades de colonização alemã apresentavam um nível organizacional mais estruturado do que outras instituições comunitárias de imigração no Brasil, como as italianas, polonesas ou japonesas. Com currículos definidos, uso sistemático da língua e forte participação de associações comunitárias e lideranças religiosas, essas escolas refletiam um projeto educativo coletivo que buscava replicar práticas europeias, adaptadas à realidade brasileira (Kreutz, 1999). A presença de pastores luteranos e padres católicos na gestão escolar garantiu a manutenção de conteúdos e práticas pedagógicas que reforçam valores ligados à fé e à germanidade. Regiões como o Vale do Sinos, o Vale do Taquari e a Serra Gaúcha consolidaram o que Kreutz (2000) denomina uma “cultura escolar própria”, marcada por rituais diários, normas disciplinares e uma estrutura que fortalecia a identidade teuto-brasileira.

Essas instituições escolares foram fundamentais para a formação da identidade teuto-brasileira, não apenas preservando a língua e a cultura alemãs, mas também atuando como espaços onde se negociavam fronteiras simbólicas de distinção étnica (Da Luz Ramos; Witt, 2020, p. 57–59). As crianças imigrantes, embora pouco visibilizadas nas narrativas tradicionais, foram protagonistas nesse processo de construção identitária. (Seyferth, 2004; Kreutz, 2000; Meyer, 2014). Dagmar Meyer (2014) também analisa que, a cultura escolar nas comunidades evangélicas teuto-brasileiras e mostra que as práticas pedagógicas e os materiais escolares não só transmitiam conhecimentos, mas também construía representações sociais que naturalizavam papéis sociais e refletiam relações de poder e valores da época em sua tese sobre representações de gênero, etnia e classe na imprensa teuto-brasileira evangélica. Essa dualidade, presente nos documentos do Acervo Benno Mentz, revela a escola como espaço fundamental para a produção simbólica do pertencimento e da diferenciação teuto-brasileira.

3. O acervo como porta entreaberta: quem guardou, por que ficou?

O Acervo Benno Mentz, vai além de um simples agrupamento de documentos escolares preservados por acaso, trata-se de um espaço de memória (Nora, 1993, p. 13), que ao longo de

quase um século, resguarda registros textuais e visuais. Como âncoras identitárias, estes documentos representam os processos dinâmicos de seleção, silenciamento e legitimação cultural (Chartier, 2002, p. 17-18). A intencionalidade na formação do Acervo Benno Mentz é evidente desde sua origem. Nascido em 1902, Mentz foi empresário, educador e líder comunitário teuto-gaúcho, engajado na preservação da memória da imigração alemã no Rio Grande do Sul. Entre as décadas de 1930 e 1950, percorreu regiões como o Vale do Sinos, a Serra Gaúcha e o Vale do Taquari coletando documentos que, embora não orientados por critérios acadêmicos, visavam salvaguardar a memória coletiva de sua comunidade (Ramos, 2014).

À luz de Aleida Assmann (2011), sua atuação pode ser compreendida como a de um “agente da memória cultural”, que buscava influenciar o que deveria ser lembrado sobre os teuto-brasileiros. Seu trabalho de preservação constitui uma estratégia de construção da “fama”, ou seja, da permanência pública de certas memórias por meio de legitimação e repetição social. Deste modo, Benno Mentz reunia fontes que considerava representativos da cultura teuto-brasileira. Esse gesto de preservação também constituiu uma forma de resistência simbólica diante do avanço da censura e da repressão cultural durante a Segunda Guerra Mundial e a campanha de nacionalização. Após a morte de Benno Mentz em 1961, seu acervo passou por diferentes instituições. Inicialmente vinculado ao Instituto Benno Mentz, foi transferido em 1988, por comodato, ao Instituto Latino-Americano de Estudos Avançados (ILEA/UFRGS), onde permaneceu até 2009. Em novembro daquele ano, foi incorporado ao DELFOS – Espaço de Documentação e Memória Cultural da PUCRS, por meio de acordo com a família de Raul Santos.

O acervo está organizado em categorias temáticas como por exemplo; Política, Guerra e Ensino Escolar. Cada uma reúne diferentes tipos de documentos. A categoria Ensino Escolar e Educação, foco desta pesquisa, concentra atas escolares, listas de estudantes, programas de festas e materiais de divulgação das escolas étnicas. Esses registros preservam não apenas conteúdos textuais e iconográficos, mas também marcas materiais do tempo, como rasuras, colagens, anotações e grifos feitos pelo próprio Mentz, que evidenciam os temas por ele considerados relevantes.

No conjunto visual coletados até o momento, destacam-se fotografias históricas de escolas como a *Josefsschule*, *Marienschule*, *Instituto Pestalozzi* e *Stift Schertschaft*, registrando cenas de eventos cívicos, formações escolares e momentos do cotidiano pedagógico, o que amplia as possibilidades de leitura iconográfica das práticas e representações escolares. Apesar de desgastes ao longo do tempo e danos como a enchente de 1941 (Ramos, 2014, p. 675), a

coleção permite ao pesquisador articular conteúdo, materialidade, contexto histórico e memória.

4. Uma escola entre mil colônias: onde se guardam as memórias

A escolha das escolas St. Josefs-Schule e Marienschule como objeto de análise neste artigo se justificam tanto pela sua relevância histórica no contexto das instituições escolares de matriz étnica alemã no Rio Grande do Sul quanto pela documentação expressiva encontrada no Acervo Benno Mentz. Ambas performam entre as primeiras escolas confessionais germânicas de Porto Alegre, sendo seu surgimento entre 1905 a Escola São José e 1914 a Escola Santa Maria. Assim, oferecem subsídios concretos para refletir sobre os processos de preservação, adaptação e resistência cultural da comunidade teuto-brasileira até seus respectivos fins, devido ao processo de assimilação pelas políticas de nacionalização no Brasil.

Conforme descreve Lisete Göller (Göller, SITE Memorial do Tempo, 2017), a St. Josefs-Schule, fundada no século XIX, de Porto Alegre, esteve vinculada à comunidade católica alemã e funcionou inicialmente junto à igreja de São José, localizada na Rua Alberto Bins, no centro da capital. A escola possuía forte orientação moral e disciplinar e atendia tanto meninos quanto meninas, oferecendo ensino bilíngue com ênfase no alemão e nas tradições confessionais. Inclusive, foi onde trabalharam os professores maristas até meados de 1923, após a troca para os professores que vieram Renânia. Entre o período de nacionalização das escolas, a escola veio a fechar e, posteriormente, reabriu com nova nomenclatura, por obrigação das políticas de Vargas, escolheram escola Roque Gonzales). Em homenagem a Padre Roque González de Santa Cruz, um missionário jesuíta e santo nascido na região das missões, martirizado no Rio Grande do Sul em 1628 (Göller, 2017).

Já a Marienschule (Escola Santa Maria ou Maria), fundada por religiosas de origem alemã, era voltada exclusivamente à educação de meninas, funcionando em regime de internato e semi-internato. Esta escola aplicava com um currículo voltado à formação feminina da época. A escola era coordenada pelas Irmãs Franciscanas oriundas de *Nonnenwört*, na Baviera, que chegaram ao Brasil em 1872, instalando-se inicialmente em São Leopoldo, onde fundaram o primeiro Colégio São José, considerado uma das primeiras instituições educacionais tradicionais da região sul. Estas seis missionárias advindas da Alemanha foram responsáveis por estabelecer bases sólidas da educação católica feminina no Rio Grande do Sul. Como em Porto Alegre, além da Marienschule, as religiosas também dirigiram importantes instituições como o Colégio Nossa Senhora do Bom Conselho, no bairro Moinhos de Vento, fundado em 1905, além de atuarem em outras frentes educacionais e sociais, como no Colégio Nossa

Senhora dos Anjos e em serviços junto à Santa Casa de Misericórdia. Ao longo das décadas, sua presença se expandiu por diversas cidades do estado, deixando uma presença religiosa expressiva na formação cultural e espiritual da sociedade regional e étnica sul rio grandense (Gauchazh, 2022).

Destarte, as Marias, também foram obrigadas pelas políticas do Estado Novo e a visão pejorativa que a Segunda Guerra trouxe aos imigrantes, posteriormente a trocar de nome, a qual passou para Nossa Senhora Medianeira, porém não conseguiram resistir e foi fechada para sempre. Ambas as escolas eram expressivas culturalmente e organizaram festividades escolares e corais, como forma de reforço da identidade étnica e pertencimento à comunidade germânica. No depoimento recolhido por um ex-aluno da escola São José e egresso da Faculdade de Direito da UFRGS “*Fui aluno do Colégio São José até 1939, quando ele foi fechado por ordem do Governo Vargas, passamos a nos chamar o Colégio Roque Gonzales*” (Aluno Almiro Régis do Couto e Silva, 18 de outubro de 2011. UFRGS, 2014, p. 40) encontra-se uma memória vívida do impacto da Campanha de Nacionalização sobre esse tipo de instituição.

Esse relato reafirma o papel dessas escolas como espaços de manutenção e vivência identitária, que passaram a ser alvo de repressão estatal nos períodos de intensificação da política de nacionalização, sobretudo entre o final da década de 1930 e o início dos anos 1940. Deste modo, com o objetivo de explorar os modos como a identidade teuto-brasileira foi construída, tensionada e preservada no espaço escolar, esta análise se debruça sobre um conjunto específico de documentos, todos pertencentes à categoria temática “*Ensino e Cultura*” do acervo do Benno, sendo no total oito documentos textuais e visuais em linguagem alemã e português.

5. Espelhos e vitrines: a escola como construção da identidade teuto-brasileira

Vislumbrando essa narrativa, de demonstrar um esboço de alguns dos documentos coletados, chamam atenção os registros das chamadas *Schlussfeiern* (cerimônias de encerramento do ano letivo) realizadas por escolas como a St. Josefs-Schule e a Marienschule¹. Essas celebrações, embora formatadas como eventos escolares de fim de ano, funcionavam como verdadeiros rituais cívicos e étnico-culturais, em que se articulavam educação, memória e identidade coletiva. Os programas dessas festas, impressos com bastante detalhamento,

¹ Esta análise contempla os documentos: DOC-IMG-JOSEFSCHULE-SCHLUSSFEIER-1924, DOC-IMG-JOSEF-SCHLUSS-20_40, DOC-IMG-MARIENSCHULE-SCHLUSSFEIER1-1919 e DOC-IMG-MARIENSCHULE-SCHLUSSFEIER-1922. Classificados na unidade de análise “O ambiente escolar e suas tradições étnicas”, foram enquadrados nas categorias Cultura Escolar, Identidade Cultural e Hibridização Cultural, com códigos de conteúdo como preservação cultural, ensino da língua alemã, civismo e práticas escolares.

revelam repertórios artísticos compostos por corais, peças teatrais e recitais poéticos, muitos dos quais realizados em alemão.

No entanto, observa-se também a presença de elementos em português, de obras organizadas para as programações como “*O Alfaiate e o Moleiro*”, “*Sândalo*” e “*Quando for grande*”, compondo uma ambiência de transição cultural performada através das poesias e musicais. Um exemplo particularmente eloquente dessa articulação cultural também é o programa da *Schlussfeier* da Marienschule de 1922, que além de peças e corais em alemão, apresenta também números como “*Minha terra tem palmeiras*”, poema canônico de Gonçalves Dias, e uma comédia infantil em português intitulada “*Arremedos do Grande Tom*”. Essa justaposição de repertórios nacionais e étnicos revela não apenas a adaptação das escolas ao ambiente sociopolítico brasileiro, mas também a tentativa de produzir uma identidade teuto-brasileira negociada, em que o pertencimento à nação e à etnia não são excludentes, mas coabitam o mesmo palco. Sob esse prisma, tais documentos não são apenas registros funcionais; são expressões simbólicas de uma identidade teuto-brasileira em construção com transformações híbridas em convívio com os brasileiros e gaúchos.

Nos documentos analisados, o uso do salão “*Turnerbund*”², um ginásio como local simbólico para a cultura de germânica de festas e esportes, a presença de grupos instrumentais externos (como o “*Quintett Pichmen*”) e os nomes dos estudantes, todos germanófonos, revelam, segundo a abordagem indiciária de Ginzburg (1989), traços silenciosos, mas eloquentes, de uma germanidade que se mantinha viva no cotidiano escolar. Assim, o ambiente escolar germânico em Porto Alegre no Rio Grande do Sul, portava mais do que instrução: ele era um campo de ritualização da pertença. A língua, os costumes, as músicas e os espaços físicos da escola compunham um imaginário coletivo onde o étnico era pedagogizado. A identidade teuto-brasileira, portanto, não era apenas celebrada, mas performada em atos públicos, como nas *Schlussfeiern*, cuja função excedia a da celebração, tornando-se um palco de autoafirmação cultural.

5.1. Corpos pequenos, grandes histórias: gênero, etnia e classe nas práticas escolares e símbolos das celebrações cívicas

² *Turnerbund* é um termo de origem alemã que significa “associação de ginástica”, utilizado para designar clubes fundada por imigrantes germânicos, que combinavam atividades físicas, culturais e comunitárias, especialmente no século XIX. Em Porto Alegre e no Rio Grande do Sul, a *Turnerbund* foi uma das primeiras sociedades de ginástica dessa tradição, estabelecida em 1867 na capital. Ver: JAEGER, Angelita Renck; MENEZES, Moisés de; HEREDIA, Vitor. Sports associations in Rio Grande do Sul (1867–1918): outlining relations between gymnastics societies.

Ao observar os documentos selecionados, pode-se compreender que também são pertencentes a marcadores sociais normativos. As práticas escolares também operavam como espaços de naturalização de papéis sociais atribuídos a meninos e meninas, bem como de afirmação (e reprodução) de distinções étnico-culturais e de pertencimento comunitário.

Figura 3: Fotografia na área externa da Escola São José (St. Josefsschule), em frente à entrada principal.



Fonte: Delfos - Acervo Benno Mentz: IMG-JOSEFSCHULE-SAIDA-AULAS-1920_1930

A partir da fotografia que registra a saída de alunos da escola São José (St. Josefsschule), na década de 1920, acreditando ser a escola localizada em Porto Alegre, na qual se observa uma divisão explícita entre meninos e meninas, uniformizados e organizados por gênero, evidenciando normas sociais e disciplinares da época. Como também, do programa impresso da festa de encerramento de 1919 da escola feminina Marienschule³, onde são anunciadas apresentações artísticas e recitações realizadas exclusivamente por alunas, é possível perceber o reforço os papéis sociais esperados conforme a formação moral e comportamental de cada sexo. Este ponto dialoga com a proposta de Joan Scott (1995, p.14), ao definir o gênero como uma forma de dar sentido às relações de poder na cultura. Enquanto os meninos da Josefschule aparecem em registros fotográficos coletivos, em movimento ou ligados a atividades cívico-físicas, as meninas da Marienschule são retratadas em coreografias, recitais poéticos e apresentações artísticas que remetem à delicadeza, ao cuidado e à interioridade.

Esse contraste performático reforça, com a observação de Dagmar Meyer sobre a visão de gênero nos impressos teuto-brasileiros (2014, p.145), os quais definiam uma associação

³ DOC-IMG-MARIENSCHULE-SCHLUSSFEIER1-1919 (evento escolar feminino com poesia, coreografia e ritualidade escolar); IMG-JOSEFSCHULE-SAIDA-AULAS-1920_1930 (registro fotográfico de saída escolar, com meninos em evidência); as categorias associadas incluem Representações Sociais, Cultura Escolar e Identidade Cultural, com códigos como Vestimentas, Meninas, Meninos, Práticas de ensino e Etnicidade.

simbólica entre o feminino como a “*Mutterland*” (terra mãe), evocando um vínculo idealizado com a Alemanha como pátria afetiva e espiritual. Já o masculino era associado como “*Vaterland*” (terra pai), no caso o Brasil como papel de pai, enquanto território da atuação pública e da integração nacional, cuja regras e autoridade eram rígidas. Tais dualidades reforçam a noção de gênero como construção cultural situada e, nesse caso, atravessada por imaginários étnicos e binacionalidade simbólica.

Na perspectiva da análise visual (Mauad, 2014), a disposição dos corpos, os trajes, o uso dos espaços e a iconografia dos eventos escolares evidenciam códigos não verbais que organizam os sujeitos sociais por gênero e classe. A educação das meninas, focada na formação doméstica e moral, expressa-se nas apresentações de poesia e nos gestos suaves das coreografias, enquanto a dos meninos enfatiza o vigor, o civismo e a presença pública. Seguindo a perspectiva de Poutignat e Streiff-Fenart (1998), os marcadores sociais como gênero e etnicidade não são categorias fixas ou naturais, mas construções políticas e históricas, constantemente mobilizadas em disputas de identidade e poder. No contexto das escolas teuto-brasileiras, esses marcadores são performados em rituais escolares que evidenciam o lugar social esperado de meninas e meninos dentro de uma ordem cultural específica, ao mesmo tempo em que projetam uma identidade étnica que negocia entre a tradição germânica e os imperativos de assimilação eminente de novos marcadores mais abasileirados e gauchescos.

Contudo, é impossível compreender integralmente essas formas de representação sem considerar o papel da religião. Como lembra Dreher (2005, p. 102), nas comunidades de origem germânica a religião não era apenas um fator espiritual, mas um “eixo estruturante da identidade étnica”, que atribuía papéis sociais, delimitava condutas e reforçava a coesão do grupo. Assim, negligenciar o marcador religioso é não validar outras camadas identitárias igualmente fundamentais na construção simbólica de pertencimento teuto brasileiro (DREHER, 2005, p. 102).

5.2. Lugares (in)visíveis de memória: patrimônios escolares e narrativas identitárias

As abordagens simbólicas de lugares de memória⁴, foram utilizados como meio de análise para os documentos que evocam, direta ou indiretamente, as materialidades e ausências da memória escolar teuto-brasileira. A primeira delas consiste em uma fotografia da fachada da St. Josefs-Schule, datada aproximadamente de 1925. A imagem revela uma edificação de

⁴ Unidades de análise: Abordagens simbólicas dos lugares de memória; Categorias analíticas: Cultura Escolar; Identidade Cultural; Representações Sociais; Hibridização Cultural; Códigos aplicados: hc-arquitetura-imigrante; ce-patrimônio-material; ic-hibridizacão; hc-documento-ritual; ic-religiosidade.

traçado simétrico, com janelas verticais bem distribuídas, arquitetura limpa e austera, remetendo aos modelos escolares germânicos do período. Não há pessoas na cena, apenas a estrutura imponente do prédio. Esse silêncio visual, na ausência de corpos e atividades, atua como marca da memória ausente e convoca a leitura indiciária (Ginzburg, 1989) para entender o não dito.

Nas palavras de Mauad (2014), o vazio nas imagens também dialoga e, nesse caso, fala da dissolução de uma experiência escolar culturalmente densa. Para entender além das ausências de pessoas, torna-se necessário observar outros níveis simbólicos presentes, especialmente a partir das ideias de Clifford Geertz sobre cultura (Geertz, 2008, p. 7). As fachadas escolares, ao serem fixadas em registros fotográficos e programas impressos, não apenas representavam os espaços físicos das instituições, mas funcionavam como dispositivos culturais que simbolizavam a ordem social teuto-brasileira e a continuidade identitária frente às transformações regionais e nacionais culturais. Através de René Gertz (2005), pode-se ler estas imagens como formas pelas quais as comunidades de origem germânica no Rio Grande do Sul elaboraram uma identidade teuto-brasileira a partir de elementos arquitetônicos, educacionais e religiosos. Não por acaso, as escolas eram majoritariamente vinculadas à religião.

Na mesma direção, encontra-se a fotografia da fachada da Marienschule, anterior ao ano de 1920⁵. O edifício, de linhas mais ornamentadas, revela a natureza feminina e religiosa da instituição: o frontão decorado, a vegetação cuidadosamente composta ao redor, e os elementos arquitetônicos que remetem à delicadeza e à elevação espiritual.

Já o terceiro documento é um programa escolar da *Schlussfeier*, evento de encerramento do ano letivo promovido pela St. Josefs-Schule, produzido em data não confirmada, mas provavelmente entre 1920 e 1940. O impresso é visualmente organizado, com a sequência das apresentações, informações musicais, falas e peças teatrais. No entanto, o que se destaca nesse exemplar são as diversas anotações feitas à mão, como nomes de alunos corrigidos, marcações nas margens e comentários avaliativos que sugerem uma leitura atenta e personalizada do conteúdo. Entre os registros, encontram-se observações como: “*Luiz Affonso Schlickmann com desempenho bastante bom*”⁶, e ainda, no corpo do programa, “*com apresentação mais viva, menos superficial*”⁷. Tais marcas são indícios de apropriação simbólica, possivelmente por

⁵ IMG-MARIENSCHULE-FACHADA-1910_1920: Fotografia da fachada da escola Marienschule, em estilo neogótico, vinculada à tradição católica.; IMG-JOSEFSCHULE-FACHADA-1925: Registro da fachada da St. Josefs-Schule, com elementos arquitetônicos da imigração germânica e inscrição em alemão; DOC-IMG-MARIENSCHULE-SCHLUSSFEIER-1922: Programa impresso bilíngue da festa de encerramento, com trechos manuscritos visíveis.

⁶ Trecho manuscrito na lateral do documento: “Luiz Affonso Schlickmann mit durchaus gut”

⁷ Trecho manuscrito no centro do documento: “mit lebendiger Vortrag, weniger flach”.

parte de um professor, diretor, familiar ou até do próprio Benno Mentz. Deste modo, esses manuscritos atuam como camadas adicionais de sentido que reconfiguram a função do documento. Elas transformam o programa de um simples informativo institucional em um vestígio da memória subjetiva e experiencial de seus participantes.

Portanto, vale destacar que a própria existência dessas fontes, hoje catalogadas no Acervo Benno Mentz constitui um gesto de resistência à efemeridade da cultura escolar. Através do poder da sua representação na comunidade teuto como educador e memorialista, Benno permitiu que documentos frágeis, cotidianos e aparentemente banais fossem conservados e, agora, reinterpretados. Nesse aspecto, o acervo não apenas documenta o passado, mas o reinscreve como campo de disputa simbólica no presente.

6. Caminhos conclusivos: o que fica depois da aula?

Quando as luzes se apagam no salão da festa escolar, quando os corredores silenciam e os programas impressos tornam-se repousos em arquivos, o que resta? O que esquecemos e o que lembramos? Ao visitar os documentos escolares do Acervo Benno Mentz, atravessamos mais do que papéis antigos, tocamos marcas de uma memória coletiva construída com palavras, gestos e silêncios. Nesses rastros materiais do tempo, reconhecemos os contornos da cultura escolar teuto-brasileira, moldada entre tensões de preservação, adaptação e hibridização. As iconografias e programas analisados entre as décadas de 1920 e 1940 revelaram práticas rituais que não apenas organizavam o calendário pedagógico, mas projetavam representações simbólicas de pertencimento, civismo e germanidade.

Se por um lado os hinos escolares, a língua alemã e as vestimentas tradicionais apontavam para um esforço de manutenção étnica, por outro, a presença de poesia brasileira e de traduções culturais demonstrava a negociação cotidiana entre herança e assimilação. A identidade se articula como um processo inacabado, e nesses documentos, vemos além da identidade teuto-brasileira emergir como uma prática viva, moldada pelas escolas e suas comunidades, a ideia de identidade teuto gaúcha sendo construída também na capital de Porto Alegre (Hall, 2006).

Através das unidades de análise desenvolvidas, o ambiente escolar étnico, os marcadores sociais, os lugares de memória, foi possível compreender que a escola era mais do que um espaço de ensino: era uma engrenagem de produção simbólica, uma extensão da religiosidade, da disciplina e das hierarquias sociais. Os registros visuais e manuscritos permitiram ouvir vozes antes abafadas pela política de nacionalização ou pela ausência de

reconhecimento institucional. Como nos lembra Aleida Assmann (2011), é nos arquivos que repousam as disputas pelo que será lembrado e pelo que será silenciado.

Nesse sentido, é entendido que trabalho atingiu seus objetivos ao interpretar os vestígios escolares não como evidências neutras, mas como documentos ativos na construção de narrativas identitárias. A análise visual, a leitura indiciária e a escuta histórica abriram frestas por onde vislumbrar infâncias marcadas por distinções de gênero, classe e etnia, mas também por afeto, pertencimento e comunidade.

Escutar os arquivos do Benno Mentz é, portanto, um gesto ético: de permitir que o silêncio não seja esquecimento, mas pausa para a lembrança. Ao resgatar esses fragmentos, compreendemos que a história da educação regional passa também pela preservação das memórias escolares étnicas. Também, que as infâncias de origem germânicas, teuto-brasileiras ou teuto-gaúchas, como quiserem identificar-se, com seus hinos, suas roupas e seus gestos coreografados, ainda têm muito a nos dizer. Afinal, quando a aula termina, é a memória que continua ensinando.

REFERÊNCIAS

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural**. Tradução de Paulo Soethe (coordenação geral); terceira parte traduzida por Daniel Martineschen. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011. 456 p.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude**. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2002.

DA LUZ RAMOS, Eloisa Helena Capovilla; WITT, Marcos Antônio. Pequenas, mas não invisíveis: as crianças na imigração. In: CARDOZO, José Carlos da Silva et al. (orgs.). **História das crianças no Brasil Meridional**. São Leopoldo: Oikos; Unisinos, 2020. p. 57–82.

DREHER, Martin Norberto. **190 anos de imigração alemã no Rio Grande do Sul: esquecimentos e lembranças**. 2. ed. São Leopoldo: Oikos, 2014.

DREHER, Martin Norberto. O protestantismo e a escola paroquial teuto-brasileira: memória e identidade. In: HILLEBRANDT, Vera Lúcia Maciel; CUNHA, Magali Engel (orgs.). **Religião, cultura e memória**. São Leopoldo: Sinodal; EST, 2005. p. 93–108.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Tradução de Fátima da C. L. Costa. Rio de Janeiro: Gen LTC, 2008. 323 p.

GERTZ, René E. Guerra contra cidadãos. Fronteiras: **Revista Catarinense de História**, n. 13, p. 43–63, nov. 2005.

GERTZ, René Ernaini. Brasil e Alemanha: os brasileiros de origem alemã na construção de uma parceria histórica. **Textos de história: revista da Pós-Graduação em História da UnB**, Brasília, v. 16, n. 2, p. 119–149, 2008.

- GINZBURG, Carlo. Raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, indícios: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020. p. 143–179.
- HALL, Stuart. Identidade cultural e diáspora. *Comunicação & Cultura*, n. 1, p. 21–35, 2006.
- JAEGER, Angelita Renck; MENEZES, Moisés de; HEREDIA, Vitor. **Sports associations in Rio Grande do Sul (1867–1918): outlining relations between gymnastics societies**. Academia.edu, 2020.
- JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. **As representações sociais**, v. 17, n. 44, p. 1–21, 2001.
- KLEBER DA SILVA, Haike Roselane. A identidade teuto-brasileira pensada pelo intelectual Aloys Friederichs. **Anos 90: Revista do Programa de Pós-Graduação em História**, Porto Alegre, v. 12, n. 21/22, p. 295–330, jan./dez. 2005.
- KREUTZ, Lúcio. Escolas comunitárias de imigrantes no Brasil: instâncias de coordenação e estruturas de apoio. **Revista Brasileira de Educação**, p. 159–176, 2000.
- KREUTZ, Lúcio. Identidade étnica e o processo escolar. **Educação Teuto-Brasileira no Rio Grande do Sul, Revista Brasileira de História da Educação**, n. 107, p. 77–96, 1999.
- MAUAD, Ana Maria. Como nascem as imagens? Um estudo de história visual. **História: Questões & Debates**, v. 61, n. 2, p. 105–132, 2014.
- MEYER, Dagmar Elisabeth Estermann. Cultura teuto-brasileiro-evangélica no Rio Grande do Sul: articulando gênero com raça, classe, nação e religião. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 25, n. 1, 2014.
- MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Educação**, Porto Alegre, PUCRS, n. 37, p. 7–32, 1999. Edição temática: Epistemologia e Ciência da Educação, Família e Educação.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7–28, dez. 1993.
- POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade: seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras, de Fredrik Barth**. Tradução de Elcio Fernandes. São Paulo: UNESP, 1998.
- RAMOS, Rosângela Cristina Ribeiro. A vida de Benno Mentz e sua importância para a preservação do patrimônio sobre a colonização alemã no Rio Grande do Sul. **Oficina do Historiador**, p. 671–684, 2014.
- RAMOS, Rosângela Cristina Ribeiro; GERTZ, René Ernaini. Projeto para organização do Acervo Benno Mentz (Parte II), 2011.
- SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5–22, jul./dez. 1991.
- SEYFERTH, Giralda. A ideia de cultura teuto-brasileira: literatura, identidade e os significados da etnicidade. **Horizontes Antropológicos**, v. 10, p. 149–197, 2004.
- SEYFERTH, Giralda. Socialização e etnicidade: a questão escolar teuto-brasileira (1850–1937). **Mana**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, p. 579–607, 2017.
- SILVA, Haike Roselane Kleber da. A identidade teuto-brasileira: uma construção simbólica em negociação. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**, São Paulo, 2011.

VOIGT, André Fabiano. Emílio Willems e a invenção do teuto-brasileiro: entre a aculturação e a assimilação (1940–1946). **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 46, p. 189–201, 2007.

AXT, Gunter (coord.). **Faculdade de Direito de Porto Alegre: depoimento de ex-aluno**. Porto Alegre: Leitura XXI/UFRGS, 2014. Disponível em: https://www.pliniocorreadeoliveira.info/wp-content/uploads/2024/03/TD_2014_Faculdade_de_Direito_de_Porto_Alegre.pdf. Acesso em: 29 jun. 2025.

GAUCHAZH. **Congregação Irmãs Franciscanas completa 150 anos no Brasil: conheça a história das seis primeiras missionárias**. GZH, 2 abr. 2022. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/comportamento/noticia/2022/04/congregacao-irmas-franciscanas-completa-150-anos-no-brasil-conheca-a-historia-das-seis-primeiras-missionarias-cl1e8erdk00cj017cxgqs8vcw.html>. Acesso em: 30 jun. 2025.

GÖLLER, Lisete. Família Göller – Histórias (I). **Memorial do Tempo**, 7 mar. 2017. Disponível em: <https://memorialdotempo.blogspot.com/2017/03/familia-goller-historias-i.html>. Acesso em: 29 jun. 2025.

SOBRE ARQUIVOS E MEMÓRIA: UMA VISITA NAS NORMATIVAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE E NO ACERVO DA PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS

Adriana Dias Silveira

1. Introdução

A Universidade Federal do Rio Grande - FURG, com a edição das normativas recentes, além de definir os procedimentos para o controle e a gestão documental, demonstra a preocupação com os documentos como subsídio para que a memória da instituição se mantenha segura e atualizada, pois os documentos são produto da atividade cotidiana da instituição (Paes, 2004; Campos, 2015 apud Silva; Parrela, 2023). Também desta forma o recém atualizado Regimento do Núcleo de Memória Engenheiro Francisco Martins Bastos - NUME prevê a promoção de ações que permitam levar informações da história da FURG ao alcance das comunidades. Faz-se necessário neste cenário, portanto, um panorama geral das normativas a respeito da informação.

Através da Lei 8.159/1991, conhecida como a Lei de Arquivos, os processos de gestão de documentos são regulamentados e, por isso, a sua aplicação está muito presente no dia a dia dos servidores que atuam na administração pública. Em seu artigo 1º expressa o dever do poder público de realizar a gestão documental e a proteção especial de arquivos como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elemento de prova e informação. A FURG, desde o ingresso de servidoras Técnico Administrativos em Educação – TAEs, no cargo de arquivistas, no ano de 2008, passou a exercer esta responsabilidade de forma mais técnica, com o intuito de preservar documentos e estipular normas de gestão de arquivamento a fim de evitar perdas e promover a organização adequada de seu acervo.

A Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, regula os procedimentos a serem observados pelos órgãos públicos, autarquias e entidades privadas sem fins lucrativos que recebam recursos públicos para realização de ações de interesse público, a fim de garantir o direito fundamental de acesso à informação. Nesta lei — conhecida como Lei de Acesso à Informação – LAI —, considera-se como documento a unidade de registro de informações, independentemente do suporte ou formato. Além disso, entre outros termos aplicados na área e entre outras informações, estabelece os prazos máximos de restrição de acesso à informação a partir de sua produção e classificação em ultrassecreta, secreta ou reservada. Transcorrido o prazo, a informação torna-se automaticamente de acesso público.

Considerando ainda a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD, com redação dada pela Lei nº 13.853, de julho de 2019, que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, cabe registrar que no âmbito da FURG a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – PRAE foi piloto para adequação da lei na instituição.

2. Sobre arquivos e memória

Desde os primeiros meses de efetivo exercício no cargo, as novas profissionais arquivistas estiveram em visita nas unidades da FURG para elaborar um diagnóstico dos documentos sob guarda de seus servidores e colaboradores. Em inspeção, na Divisão de Apoio ao Estudantes - DAE, da Superintendência Estudantil - SUPEST, da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis - PROACE, havia uma classificação criada pelo servidor José Reduzindo Cortinhas Soldera que permanece sendo aplicada até os dias atuais para documentos físicos na unidade. Após a alteração de estruturas, em 2009 essa classificação passou para a Diretoria de Assistência Estudantil - DAE, da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis - PRAE. Bolão, como era mais conhecido pelos colegas, foi um servidor ímpar na área de promoção ao desporto, na organização de eventos e no estabelecimento de protocolos para a equipe de trabalho administrativo. A DAE era composta basicamente por estudantes da FURG. Através de contratos e cargas horárias específicas, eles atuavam como bolsistas ou estagiários na elaboração, produção, envio, recebimento e guarda de documentos dos assuntos estudantis ligados a programas voluntários e remunerados de qualificação acadêmica. Além disso, participavam de planejamento e execução de cerimoniais de outorgas de grau, públicas e em gabinete, dos cursos de graduação da instituição, lidando, portanto, com um volume substancial de documentos. Estes colaboradores atuam concomitantemente com os agentes públicos no atendimento às demandas dos usuários e dos procedimentos administrativos, como, por exemplo, dar o acesso à informação — ressalvadas aquelas cujos sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

A técnica ou ferramenta de organização caracterizava-se por um modo simples e preciso que permitia a otimização do tempo, pois cada assunto da Divisão tinha uma cor estabelecida para identificação e arquivamento (Figura 1). Os documentos de uso corrente, ou seja, consultados quase diariamente, ficavam em pastas A – Z nas prateleiras e, quando o ano

calendário se encerrava, eram colocados em caixas de papelão e guardados nos armários da unidade para uso esporádico. Boa parte destes bolsistas e estagiários costumam rememorar que a primeira atividade no setor era aprender a dobrar as caixas para arquivo dos muitos documentos da unidade — que, aliás, ocupavam uma grande parte do espaço na sala. Importante ressaltar que após o período pandêmico do Coronavírus em 2020 e 2021, aconteceu uma redução significativa na produção de documentos físicos em função da substituição por alternativas digitais. Os arquivos, a partir desse período, deixaram de ocupar espaço em caixas e prateleiras e passaram, então, para armazenamentos móveis ou na rede de computadores.

Figura 1 – Armário com acervo da PRAE.



Fonte: Fotografia da autora

Após muitas conquistas no setor arquivístico da FURG, a Coordenação de Arquivo Geral - CAG foi criada com a finalidade de implementar, executar, supervisionar e dar apoio às diversas unidades na execução da política arquivística através do Sistema de Arquivos SIARQ, responsabilizando-se pela normatização dos procedimentos técnicos aplicados aos arquivos. A CAG faz parte da Pró-reitoria de Planejamento e Administração – PROPLAD. Seu espaço de arquivamento de documentos já funcionou no antigo Campus Cidade de maneira adaptada e, atualmente, localiza-se na segunda rótula após a entrada no Campus Carreiros em Rio Grande, Rio Grande do Sul, Brasil, em frente ao Lago dos biguás, em um prédio construído para este fim, com área total de 1.219m², distribuído em dois andares. Além da Coordenação de Arquivo Geral, no andar térreo encontram-se o Protocolo (subordinado à Pró-Reitoria de Infraestrutura - PROINFRA) e a Ouvidoria (subordinada à Reitoria). As duas salas destinadas à guarda dos acervos possuem mais de 310 m², junto com uma Sala de Pesquisas, onde o usuário pode consultar o acervo em mesas individuais ou coletivas com mobiliário e

equipamentos adequados. O agendamento com a coordenação de arquivo geral pode ser feito através dos seguintes e-mails: arquivo.geral@furg.br e arquivo.pesquisa@furg.br. A equipe técnica entrará em contato com o solicitante para comunicar dia e hora de consulta ou empréstimo dos documentos, de maneira gratuita.

Entre setembro de 2023 e janeiro de 2024, com a normatização da Política Arquivística e o Sistema de Arquivos, houve um avanço significativo no que tange a gestão documental na FURG. Além disso, outro passo para a preservação da memória da universidade se deu com a disposição do Regimento do NUME – Resolução CONSUN nº 21, de 08 de dezembro de 2023. Sendo este um núcleo permanente com a finalidade de resgatar, restaurar, preservar, divulgar, difundir e facilitar o acesso à história da universidade tem, então, essas informações explicitadas em seu artigo 3º, parágrafo VIII: “investigar, resgatar, restaurar e preservar acervos documentais culturais, históricos e científicos relacionados às memórias da instituição”.

Fazem parte da estrutura da gestão do NUME, o Conselho Deliberativo com um representante da PRAE indicado pelo Pró-reitor e dois estudantes eleitos por seus pares, em processo coordenado também pela PRAE; e uma Comissão Permanente da Unidade Administrativa composta por pelo menos três servidores. Atualmente a composição é de 01 servidora atuando na PRAE, 03 que atuaram na pró-reitoria, mas estão em outros locais de trabalho e 01 servidora aposentada da mesma unidade (Portaria 2645/2025). Esta comissão permanente, assim como as das demais unidades acadêmicas e administrativas e comissões temporárias, desenvolvem atividades de promoção e integração de projetos e ações de resgate e preservação das memórias.

A Resolução do Conselho Universitário - CONSUN nº 16, de 22 de setembro de 2023 instituiu a Política Arquivística da FURG, visando assegurar a gestão, o acesso e a preservação dos documentos produzidos ou recebidos pela instituição em decorrência de suas atividades-meio e suas atividades-fim no âmbito da FURG, em consonância com políticas que tratam sobre segurança de informação, proteção de dados pessoais, privacidade e classificação da informação quanto à confidencialidade e outros congêneres definidos pela universidade. Ainda classifica os documentos de arquivo em correntes, intermediários e permanentes, sendo correntes aqueles que estão em curso, intermediários aqueles que aguardam recolhimento para guarda permanente ou eliminação e não são consultados com frequência, e permanentes os que apresentam valor histórico, probatório e/ou informativo, devendo ser preservado definitivamente. Segundo o inciso VIII do artigo 5º, é objetivo desta política contribuir com a preservação da memória institucional e salvaguarda do patrimônio documental da universidade. Segundo artigo 12, inciso VI, é diretriz promover a difusão, preservando e valorizando os

documentos de arquivo e a memória da FURG, inclusive por meio de ações educativas e culturais. Em especial, se evidencia no artigo 14 a elaboração de instrumentos de pesquisa que sejam uma das formas de divulgação e socialização do patrimônio documental, devidamente exposto em norma específica (Instrução Normativa da PROPLAD, nº 08, de 25 de janeiro de 2025, e anexo I - Termo de responsabilidade para uso e reprodução de documentos da Coordenação de Arquivo Geral da FURG).

O Sistema de Arquivos da FURG, Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Administração - COEPEA nº 106 de 15 de setembro de 2023 foi instituído como conjunto de órgãos arquivísticos inter-relacionados com vistas a promover a gestão continuada dos documentos de arquivo visando assegurar a gestão, o acesso e a preservação pela Instituição. O artigo 3º desta resolução dispõe que todos os documentos, de qualquer tipo, natureza, suporte ou formato, inclusive os digitais, produzidos e recebidos e/ou acumulados, no decurso das atividades de cada órgão da universidade, são integrantes do acervo arquivístico da FURG. É, portanto, dever da FURG e de todos os órgãos que compõem a sua estrutura, a gestão dos documentos e a proteção especial a documentos de arquivo, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação. Incluímos aqui a memória, sendo todos os servidores responsáveis por zelar pelas condições adequadas de manuseio, acondicionamento e guarda. Esta resolução define que as atividades arquivísticas serão normatizadas e divulgadas pela CAG — e estabelece as diretrizes gerais — e que o SIARQ tem por objetivo assegurar a conservação, a proteção, e o acesso aos documentos para defesa de direitos ou como elementos de prova, informação ou fonte para a pesquisa científica, pautada pela Política Arquivística da instituição. No artigo 10, inciso II, alínea a) define-se órgão setorial como integrantes do SIARQ, as unidades acumuladoras e receptoras de documentos arquivísticos da FURG.

A CAG é responsável por planejar, propor, implementar, operacionalizar, sistematizar, difundir e monitorar ações integrantes de políticas no âmbito da FURG, visando o desenvolvimento organizacional da gestão documental e da preservação da memória institucional em conformidade com o SIARQ.

O Grupo de Trabalho Arquivos Permanentes e Preservação, previsto no artigo 16 da Resolução 106 do COEPEA, que integra a estrutura e/ou dá suporte para o funcionamento da CAG, participa de programas e projetos especiais visando a preservação da memória institucional além de promover, em conformidade com os recursos disponíveis, a conservação e a restauração de documentos arquivísticos e não arquivísticos integrantes do acervo documental da universidade ou de interesse para a história da FURG.

A Instrução Normativa nº 05/2024 da PROPLAD, que regulamenta, no âmbito da FURG, a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos da FURG, dispõe sobre a orientação e coordenação do processo de análise, avaliação e seleção dos conjuntos documentais arquivísticos no âmbito da instituição com autonomia para deliberar e encaminhar ao Arquivo Nacional os casos omissos. O § 1º do 1º artigo descreve que documento arquivístico é todo o documento produzido e/ou recebido pela Instituição, no decorrer das suas atividades, qualquer que seja o suporte, e dotado de organicidade. Ele considera ainda organicidade a relação natural entre documentos de um arquivo em decorrência das atividades da entidade que os produziu. Considera também o valor primário como o valor atribuído ao documento em função do interesse que possa ter para a entidade produtora, levando-se em conta a sua utilidade para fins administrativos, legais e fiscais, e valor secundário o valor atribuído a um documento em função do interesse que possa ter para a entidade produtora e outros usuários, tendo em vista a sua utilidade para fins diferentes daqueles para os quais foi originalmente produzido, que justifica a guarda permanente, também chamado de valor arquivístico ou valor histórico.

Já a Instrução Normativa nº 15, de 15 de dezembro de 2024 da PROPLAD visa normatizar os procedimentos de assessoria técnica sobre a conservação, a restauração, a preservação de documentos arquivísticos, bibliográficos e museológicos no Laboratório de Conservação e Restauração - LCR da Coordenação de Arquivo Geral. O LCR é responsável pela coordenação das ações de preservação, conservação curativa e restauração dos bens sob sua custódia ou aos quais presta assessoria. O Laboratório de Conservação e Restauração segue os códigos de ética dos organismos nacionais e internacionais relacionados aos acervos, tais como: Conselho Internacional de Museus - ICOM, Conselho Internacional de Museus Brasil - ICOM-Brasil, Conselho Federal de Museologia - COFEM, Conselho Regional de Museologia - COREM, Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ e legislação vigente. Importante destacar que, sempre que necessário, o Laboratório poderá consultar um especialista externo.

Considera-se preservação as medidas e ações definidas com o objetivo de salvaguardar os bens culturais e garantir sua integridade e acessibilidade para as gerações presentes e futuras. Inclui ações de identificação, catalogação, descrição, divulgação, conservação e restauração.

As normativas da FURG deixam evidente a preocupação com a preservação do acervo e da memória da universidade, inclusive prestando assessoria arquivística às unidades que não possuem um profissional em seu quadro, fato que possibilita campos para atividades de projetos ou estágios curriculares.

Considerando a Instrução Normativa 003/2021 da PROPLAD sobre a eliminação de rascunhos de documentos arquivísticos, a CAG é responsável pela recepção de todos os

rascunhos de documentos no âmbito da FURG, visando a sua eliminação de forma a impossibilitar a recuperação e/ou visualização de informações sobre dados pessoais de qualquer documento eliminado. A normativa considera como rascunho todo esboço que serve como base para a elaboração final de um documento arquivístico — também chamado de minuta — que é produzido e/ou extraído dos diversos sistemas utilizados na FURG, que, contendo qualquer erro ou utilizado para fins de controle interno e imediato, seja de eliminação após seu uso ou conferência. Já todo documento arquivístico produzido e/ou recebido pela FURG, no decorrer das suas atividades, qualquer que seja o suporte e dotado de organicidade, não deverá ser considerado rascunho e sua eliminação deve obedecer à legislação arquivística.

A seguir, elaboramos uma tabela contendo as normativas em vigor na FURG sobre arquivos e documentos.

Tabela 1: Instruções Normativas da PROPLAD sobre arquivos/documentos.

Instrução Normativa - IN:	Assunto:
IN nº 03/2021	Dispõe sobre os procedimentos para eliminação dos rascunhos de documentos arquivísticos no âmbito da FURG
IN nº 05/2024 (revoga a IN nº 03/2018)	Dispõe sobre a finalidade, atribuições, composição e nomeação da Comissão Permanente de Avaliação - CPA de documentos da FURG
IN nº 06/2024	Dispõe sobre os procedimentos para a classificação arquivística de documentos no âmbito da FURG
IN nº 07/2024 (revoga a IN nº 05/2018)	Dispõe sobre os procedimentos para eliminação de documentos arquivísticos intermediários no âmbito da FURG
IN nº 08/2024 (revoga a IN nº 04/2018)	Dispõe sobre as normas de acesso e uso dos documentos de arquivo custodiados pela Coordenação de Arquivo Geral da FURG para usuários externos
IN nº 09/2024	Dispõe sobre os procedimentos para assessoria arquivística aos setores no âmbito da FURG
IN nº 10/2024	Dispõe sobre os procedimentos para a digitalização de documentos arquivísticos permanentes no âmbito da FURG
IN nº 11/2024	Dispõe sobre os procedimentos a serem observados na transferência e/ou recolhimento de documentos arquivísticos das unidades para a Coordenação de Arquivo Geral da FURG
IN nº 15/2024	Dispõe sobre os procedimentos para assessoria no Laboratório de Conservação e Restauração da Coordenação de Arquivo

	Geral sobre acervos arquivísticos, bibliográficos e museológicos que precisem de conservação e restauração no âmbito da FURG
--	--

Fonte: Autora

A partir de 2023 a FURG passou a utilizar o Sistema Eletrônico de Informações - SEI e a maioria dos documentos passou a tramitar digitalmente. As responsabilidades do Comitê Gestor do Sistema Eletrônico de Informações - CGSEI foram descritas, em nível operacional, na Resolução nº 106/2023 do COEPEA, porém cabe aos servidores da área técnica competência administrativa para gerir os arquivos considerados históricos. Foram acrescentadas, neste momento, informações para sistema informatizado à gestão arquivística de documentos. Com a implementação do SEI em janeiro, percebeu-se nitidamente a redução de arquivos nas unidades da FURG, porém ainda é necessário organizar digitalmente a massa documental que foi acumulada ao longo dos anos.

Considerando como acervo o conjunto de bens que integram o patrimônio de um indivíduo, de uma instituição, de uma nação, agrupados por atribuição de valor, segundo sua natureza cultural e seguindo uma lógica de organização, é que se faz necessária a existência de espaços para a preservação da memória de uma instituição. A PRAE, como responsável pelos assuntos estudantis, possui um considerável acervo de informações sobre as políticas de assistência estudantil e sobre os demais assuntos que envolvem o dia a dia da comunidade acadêmica. Cada servidor ou estudante que participou dos processos na pró-reitoria é um elemento para testemunhar esta história e resgatar a memória da instituição. Segundo Jardim (1995 apud Silva; Parrela, 2023), é a partir do acesso aos documentos que se torna possível a seleção memorial. Importante lembrar também que a memória das instituições não deve ser feita apenas com a narrativa dos pontos positivos e de momentos gloriosos, é relevante trazer para os relatos também momentos críticos da universidade.

Somente após a indicação do NUME para que as unidades acadêmicas e administrativas da FURG organizassem através dos seus servidores um espaço específico é que surgiu a preocupação em resguardar os arquivos históricos da PRAE. Foi idealizado um local de fácil acesso, no prédio das pró-reitorias, no campus Carreiros, em Rio Grande, com um acervo histórico físico e digital, fortalecendo a identidade e o reconhecimento do trabalho da instituição. Neste local também estão em exposição objetos, fotografias, produções materiais e imateriais, com a intenção de perpetuar a memória dos assuntos estudantis na FURG.

Tabela 2: Títulos de dissertações e teses dos TAEs da PRAE.

Tipo:	Título:	Servidor(a):	Cargo:
Dissertação	Impacto da saúde oral na qualidade de vida de estudantes universitários no sul do Brasil	Adriana Vieira Camerini	Odontóloga
Dissertação	Problematização dos editais de inclusão n.06/2018, 07/2019 e 25/2021 da Universidade Federal do Rio Grande - FURG a partir da assistência estudantil.	Fernanda Conceição Pohlmann	Assistente em Administração
Dissertação	Maternidade e vida acadêmica: limites e desafios das estudantes mães na Universidade Federal do Rio Grande – FURG.	Thais Sallfield Andrade	Assistente Social
Dissertação	A formação na relação teórico-prática: desafios e possibilidades do estágio não obrigatório na perspectiva da tríade	Silvia Coimbra Hilti	Assistente em Administração
Dissertação	O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL COM OS DISCENTES QUILOMBOLAS: estudo de caso na Universidade Federal do Rio Grande – FURG.	Carla Isabel de Oliveira Marinho e Silva	Assistente Social
Dissertação	Marcadores de consumo alimentar das mulheres da zona rural no extremo sul do Brasil	Fernanda de Castro Silveira	Nutricionista
Dissertação	A avaliação das Políticas Públicas realizadas através do Plano Nacional de assistência Estudantil (PNAES); Proposição de um instrumento único para as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).	Paulo Renato Thompson Claro	Administrador
Dissertação	Desvelando a Educação Ambiental transformadora para estudantes surdos: uma proposta bilíngue de glossarização dos termos.	Naraina Zerwes Gentil	Tradutor Intérprete de Linguagem de Sinais
Dissertação	Conservação de pinhões minimamente processados por meio revestimentos comestíveis com características antimicrobianas	Michele Krüger Vaz Moreira	Nutricionista
Dissertação	Os reflexos do Programa de Aceleração de Crescimento Urbanização de Assentamentos Precários (PAC-UAP) para as famílias removidas do bairro Getúlio Vargas, na cidade do Rio Grande – RS	Ingrid Augusta Celmer Donald	Assistente Social

Tese	O revoar das sementes: expressão de sentimentos e compreensões, de estudantes da CEU/FURG sobre o estudo e a aprendizagem em Cálculo.	Joice Rejane Pardo Maurell	Pedagoga
Tese	Saúde mental materna e cárie dentária entre crianças menores de 5 anos: um estudo na zona rural de Rio Grande – RS	Adriana Vieira Camerini	Odontóloga
Tese	As ações afirmativas no contexto da FURG mediante a perspectiva da educação ambiental e do pensamento complexo.	Daniele Barros Jardim	Pedagoga
Tese	O pré-cálculo na formação do estudante: uma estratégia de permanência no Ensino Superior.	Sirlei Nádia Schirmer	Pedagoga
Tese	Prevalência e fatores associados às práticas alimentares adequadas entre trabalhadores de enfermagem de hospitais universitários federais do sul do Brasil.	Fernanda de Castro Silveira	Nutricionista
Tese	O direito dos povos indígenas à educação superior na América Latina: concepções, controvérsias e propostas	Soledad Bech Gaivizzo	Assistente Social
Tese	Avaliação de estratégias e proposta de intervenções em crise para equipes de assistência estudantil universitária	Cynthia Castiel Menda	Psicóloga

Fonte: Autora.

No que se refere à preservação dos dados históricos, cabe registrar que as informações da tabela acima demonstram que mesmo que os TAEs que atuaram ou atuam na PRAE tenham se utilizado de artefatos históricos para desenvolver suas pesquisas de pós-graduação, suas dissertações ou teses não versaram sobre este tema. É necessário, então, incentivar uma nova perspectiva de pesquisa do patrimônio documental para a preservação da memória institucional entre os profissionais que atuam nos assuntos estudantis.

3. Considerações finais

A análise deste panorama visitado demonstra que a composição do quadro profissional da FURG com servidores no cargo de arquivistas qualificou a gestão documental na universidade através de normativas técnicas potentes. Além disso, a possibilidade de capacitações a todos os servidores para que arquivos, documentos e informações estejam devidamente organizados e catalogados (otimizando a estrutura física de guarda), torna o trabalho mais dinâmico, pois agiliza a busca por determinado assunto, comprova fatos

ocorridos, evita repetições desnecessárias, assim como resgata a história e a memória institucional. Além desses aspectos, cabe ressaltar a adoção do Sistema Eletrônico de Informações na FURG, que direciona para o controle e recuperação de informações e documentos específicos, mantendo a memória institucional a alcance dos colaboradores e demais interessados.

Ainda estamos distantes do previsto no artigo 15 da Política Arquivística em relação a viabilizar a utilização de softwares, protocolos, formatos abertos e autossustentáveis que permitam o intercâmbio de informações e documentos entre instituições e usuários em todos o país e em várias partes do mundo. Contudo, estamos em busca deste avanço na gestão da documentação pública.

REFERÊNCIAS

COSTA VIDAL, R., RIBAS SABARÁ, M. T., BATISTA CASTANHO, L. F., & PESSOA SOUSA, G. (2023). Universidade e pertencimento: uma reflexão sobre memória institucional. **Revista Extensão**, 6(2), 57-68.

RUEDA, Valéria Matias da Silva; FREITAS, Aline de; VALLS, Valéria Martins. **Memória Institucional: uma revisão de literatura**. CRB Digital, São Paulo, v.4, n. 1. p. 78-89, abr. 2011

SILVA, Daniele Augusta dos Santos; PARRELA Ivana Denise. **Documentos Arquivísticos como Base para a Construção da Memória Institucional: uma revisão de literatura nas teses brasileiras entre 2009 e 2018**. Brazilian Journal of Information Science: research trends, vol. 17, publicação contínua, 2023, e023024. DOI: 10.36311/1981-1640.2023.v17.e023024.

BRASIL. Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 09 jan 1991.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso à informação e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 18 nov 2011.

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Dispõe sobre a proteção dos dados pessoais. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 15 ago 2018.

Universidade Federal do Rio Grande. Regimento do Núcleo de Memória Engenheiro Francisco Martins Bastos. Resolução do Conselho Universitário nº 021, de 08 de dezembro de 2023. Disponível em: <https://nucleodememoria.furg.br/documentos>. Acesso em 01 abr 2025.

Universidade Federal do Rio Grande. Dispõe sobre a Política Arquivística da FURG. Resolução do Conselho Universitário nº 016, de 22 de setembro de 2023. Disponível em: <https://conselhos.furg.br/resolucoes-resolucoes-2023/resolucoes-2023-16>. Acesso em 01 abr 2025.

Universidade Federal do Rio Grande. Dispõe sobre a implementação e funcionamento do Sistema de Arquivos da FURG. Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Administração nº 106, de 15 de setembro de 2023. Disponível em: <https://conselhos.furg.br/resolucoes-coepea/resolucoes-2023/pleno/resolucoes-coepea-2023-106>. Acesso em 01 abr 2025.

Universidade Federal do Rio Grande. Instrução Normativa da Pró-reitoria de Planejamento e Administração nº 02, de 08 de dezembro de 2021. Disponível em: <https://conselhos.furg.br/instrucoes-normativas/proplad/2021/in-003-2021>. Acesso em 01 abr 2025.

Universidade Federal do Rio Grande. Instrução Normativa da Pró-reitoria de Planejamento e Administração nº 05, de 23 de janeiro de 2024. Disponível em: <https://conselhos.furg.br/instrucoes-normativas/proplad/2024/in-2024-5>. Acesso em 01 abr 2025.

Universidade Federal do Rio Grande. Instrução Normativa da Pró-reitoria de Planejamento e Administração nº 06, de 23 de janeiro de 2024. Disponível em: <https://conselhos.furg.br/instrucoes-normativas/proplad/2024/in-2024-6>. Acesso em 01 abr 2025.

Universidade Federal do Rio Grande. Instrução Normativa da Pró-reitoria de Planejamento e Administração nº 07, de 23 de janeiro de 2024. Disponível em: <https://conselhos.furg.br/instrucoes-normativas/proplad/2024/in-2024-7>. Acesso em 01 abr 2025.

Universidade Federal do Rio Grande. Instrução Normativa da Pró-reitoria de Planejamento e Administração nº 09, de 25 de janeiro de 2024. Disponível em: <https://conselhos.furg.br/instrucoes-normativas/proplad/2024/in-2024-9>. Acesso em 01 abr 2025.

Universidade Federal do Rio Grande. Instrução Normativa da Pró-reitoria de Planejamento e Administração nº 10, de 25 de janeiro de 2024. Disponível em: <https://conselhos.furg.br/instrucoes-normativas/proplad/2024/in-2024-10>. Acesso em 01 abr 2025.

Universidade Federal do Rio Grande. Instrução Normativa da Pró-reitoria de Planejamento e Administração nº 11, de 25 de janeiro de 2024. Disponível em: <https://conselhos.furg.br/instrucoes-normativas/proplad/2024/in-2024-11>. Acesso em 01 abr 2025.

Universidade Federal do Rio Grande. Instrução Normativa da Pró-reitoria de Planejamento e Administração nº 15, de 19 de dezembro de 2024. Disponível em: <https://conselhos.furg.br/instrucoes-normativas/proplad/2024/in-2024-15>. Acesso em 01 abr 2025.

ALLAS GAUT? DOCUMENTANDO A MÚSICA E A MEMÓRIA POMERANA NA SERRA DOS TAPES

Danilo Kuhn

1. A pesquisa acadêmica

Ao pesquisar a música pomerana da Serra dos Tapes, região sul do estado do Rio Grande do Sul, o investigador se confrontou com raras canções tradicionais que ainda reverberavam na tradição oral da comunidade de descendentes de imigrantes pomeranos que ainda residem na área da antiga colônia São Lourenço, fundada em 1858. Deste modo, engajou-se em uma etnografia musical pomerana, a fim de atravessar a moldura por vezes fria da partitura – e da Musicologia – e observar aquele contexto musical desde dentro. Foi assim, paramentado com os preceitos da Etnomusicologia (TITON, 1997; RICE, 1994; NETTL, 2005) e focalizando as pessoas fazendo música (SEEGER, 2008), que uma pesquisa de doutorado (KUHN, 2019), após registrar apenas duas canções tradicionais, buscou etnografar festas tradicionais pomeranas, quais sejam casamentos, confirmações¹, bailes de casais e festas de comunidade, bem como a atuação de um conjunto musical pomerano, o Musical Boa Esperança, primeiro conjunto a compor, cantar e gravar músicas populares autorais em pomerano contemporaneamente, ademais de outros atores sociais importantes.

Pesquisas indicam a origem eslava dos pomeranos (Wille, 2011; Salamoni, 1995), descendentes do povo *wende*, o qual emigrou para a região da Pomerânia – hoje pertencente uma parte à Alemanha e outra à Polônia – no período das migrações dos povos, a partir do século VII (Hammes, 2010, vol. 1; Maltzahn, 2011), onde foram cristianizados no século XVII (SeibeL, 2010, p. 69) e germanizados no século XV (Maltzahn, 2011, p. 85) e de onde emigraram para a colônia São Lourenço – em área situada sobre a Serra dos Tapes, região Sul do estado do Rio Grande do Sul, em terras hoje pertencentes ao município de São Lourenço do Sul/RS – a partir de 1858 (Podewils, 2011, p. 7). A comunidade estudada consiste em descendentes de imigrantes pomeranos que ainda habitam a área original da colônia e seu entorno, que abrange a zona rural dos municípios de São Lourenço do Sul/RS, Canguçu/RS, Turuçu/RS, Arroio do Padre/RS, Pelotas/RS, Capão do Leão/RS e Morro Redondo/RS (Cerqueira, 2010, p. 872).

¹ A confirmação, de acordo com Adriele Schmidt (2015), é um marco religioso na vida dos luteranos (equivalente à crisma no catolicismo) e se dá após o término de um período de estudos sobre a religião luterana, denominado ensino confirmatório. A maioria dos descendentes de pomeranos da Serra dos Tapes é luterana e os jovens que se confirmam são chamados confirmando ou confirmanda.

Ainda que a referida comunidade seja bastante afeita à música, haja vista sua massiva participação em corais de igreja e o substancial número de conjuntos musicais na região, são escassas as canções tradicionais pomeranas que se mantêm ressoando em sua tradição oral. Entretanto, por meio de pesquisa de doutorado (KUHN, 2019) se pôde registrar ao menos duas canções, *De múta éna hóchtich* (“O casamento da vovó”) e *De fest* (“A festa”), fornecidas pelo senhor Leopoldo Klug (*in memoriam*).

Não são claras, porém, características musicais peculiares pomeranas nas duas canções tradicionais registradas, exceto sua origem alemã. Tendo em conta a secular germanização dos pomeranos, a primeira canção pomerana apresentada, *De múta éna hóchtich*, é uma polca, ritmo oriundo da cultura alemã, bem como a segunda canção, *De fest*, é uma valsa, também de mesma origem. No entanto, as temáticas e as letras das canções são vestígios de como os pomeranos veem o mundo que ali ficam cristalizados, das representações culturais intrínsecas, i.e., são uma forma de narrativa cultural da memória pomerana. Se as canções têm letra, elas contam histórias, narram fatos, episódios, expressam ideias, revelam traços culturais, registram a memória da comunidade que as criam. Segundo Jovchelovitch (2007), é pelo contar histórias que o conhecimento social se torna palpável, assim como as representações do passado e as apresentações da identidade, porque, com base em narrativas, as comunidades acodem à memória o que aconteceu, dão sentido aos acontecimentos e constroem o individual e o social. Cada uma das canções tradicionais pomeranas aludem, portanto, a características culturais atreladas à memória e à identidade da comunidade.

A partir de *De múta éna hóchtich*, por exemplo, foi possível evidenciar uma rota de emigração pomerana para os Estados Unidos anterior à para o Brasil e identificar a presença de duas manifestações culturais relevantes, quais sejam a fartura de bebidas e comidas nas festas pomeranas e a presença do violino naquele contexto musical. Primeiramente, analisou-se a letra da canção, donde os versos “Um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete/ onde está minha namorada?/ Não está aqui, não está ali/ ela é dos Estados Unidos”, “Desde o casamento da vovó/ não dá mais carne de porco”, e “Violino, violino, pedra de breu/ você não viu minha namorada?” soaram como indícios culturais. Após, buscou-se na literatura o devido endosso aos achados, quando a hipótese da emigração foi verificada em Tressmann (2008), Droogers (2008) e Wille (2011), a da fartura em Salamoni (1995), Hammes (2010, vol. 1) e Bahia (2011), e a do violino novamente em Hammes (2010, vol. 1).

A partir de *De fest*, por seu turno, foi possível trazer à baila a temática das grandes festas com a presença da música, bem como o misticismo pomerano. Ao perscrutar a letra da canção, sobressaíram-se os versos “E nós saímos para a grande festa/ onde muitos querem cantar e os

músicos tocam muito” e “Eu não conseguia achar minha mulher na cama/ ela não estava deitada nem na frente, e nem atrás/ Peguei a vassoura e revirei tudo/ e aí passou no meio das minhas pernas”. Logo, a revisão de literatura comprovou a hipótese das grandes festas com música através de Salamoni (1995) e a do misticismo pomerano também por Salamoni (*ibid.*), mas também por Thum (2009) e Bahia (2011), entre muitos outros pesquisadores que apontam a utilização mágica da vassoura dentre as superstições dos pomeranos, cuja cultura ainda é permeada por seu paganismo originário (Maltzahn, 2011).

No entanto, mesmo que plenas de significados, são poucas as canções tradicionais pomeranas que ainda reverberam na tradição oral da comunidade local e, por este motivo, após se deparar com apenas dois exemplares deste repertório em processo de esquecimento, a referida pesquisa de doutorado guinou da Nova Musicologia para a Etnomusicologia. A Nova Musicologia, que a partir da década de 1980 renovou a Ciência da Música no sentido de uma crítica musical pluralista, que abarcasse julgamentos estéticos e históricos a partir da contextualização mais ampla das obras musicais analisadas (Williams, 2000, p. 385) e que se propusesse a lidar com aspectos sociais, culturais, históricos, políticos e ideológicos (McCreless, 1996, p. 8), mostrou-se profícua conquanto à análise do supracitado exíguo repertório tradicional; contudo, a partir da necessidade de ampliar os horizontes investigativos e, por consequência, teóricos, veio ao auxílio da investigação acadêmica a Etnomusicologia, cujo paradigma mais atual – que se estabeleceu também a partir dos anos 1980 – foi definido por Titon (1997) como o estudo das pessoas fazendo música, ou das pessoas experienciando música, pautado no compartilhamento da autoridade entre o pesquisador e seus colaboradores no campo de pesquisa. Logo, o presente pesquisador, que também é musicista, foi autorizado pelo conjunto musical pomerano colaborador da pesquisa, o Musical Boa Esperança – após negociação etnográfica e artística –, a empregar sua performance musical junto ao mesmo, tocando bandoneon – um instrumento que, embora conhecido mundialmente por sua ligação ao tango uruguaio e argentino, foi originalmente utilizado em música sacra e popular alemã e que se constituiu no instrumento mais representativo da música pomerana da Serra dos Tapes – a fim de observar este contexto musical desde seu âmago. Tratou-se, portanto, de uma etnografia musical, como assim conceitua Seeger (2008):

[...] uma abordagem descritiva à música que vai além do registro escrito de sons, apontando para o registro escrito de como os sons são concebidos, criados, apreciados e como influenciam outros processos musicais e sociais, indivíduos e grupos. A etnografia da música é o escrito sobre as maneiras que as pessoas fazem música. Ela deve estar ligada à transcrição analítica dos eventos, mais do que simplesmente à transcrição dos sons. (Seeger, 2008, p. 239).

Sob essa abordagem, a música pomerana saiu da moldura (por vezes fria) da partitura e do universo restrito do registro através da tradição oral para ganhar corpo e voz no fazer musical da comunidade. À vista disso, o conjunto Musical Boa Esperança, pioneiro em cantar, compor e gravar músicas em pomerano na região, habilitou-se como importante objeto de estudo e seu aval oportunizou a observação participante do pesquisador/musicista em casamentos, bodas, confirmações, festas de comunidade e bailes de casais.

Quanto à música popular pomerana de autoria do Musical Boa Esperança, sua atuação compositiva começou com *Fóta Krúiha*² (“Vovô Krüger”), primeira canção autoral em pomerano gravada – em meados do ano 2000 – na região. O compositor, Almiro Hörnke, líder do conjunto, conhecia a primeira estrofe da tradição oral pomerana através de sua família, a qual serviu como embrião para a criação das demais estrofes. Porém, há mais canções autorais no repertório do Musical: *In uza tit*³ (“No nosso tempo”), que aborda as mudanças culturais no transcorrer das gerações do avô, do pai, e do “nosso tempo”, embora sem um ar de preocupação; *Xtüpas*, que se refere à tradição pomerana homônima⁴; *Dütx gevéa* (“Arma pomerana”) e *Vii köipa*⁵ (“Nós compramos”), estas elaboradas a partir de trechos escritos e doados à banda pelo rimador⁶ Valdir Geppert, às quais Almiro musicou e adaptou para se tornarem canções; e *Us zaina* (“Nosso zaino”⁷), que remete às negociações rurais de outrora, onde as pessoas percorriam grandes distâncias para negociar animais e coisas⁸. Em decorrência do sucesso de *Fóta Krúiha*, o próprio Musical Boa Esperança, mas também outras bandas da região se viram instigadas a compor mais canções em pomerano. Trata-se, portanto, de uma estratégia comunal de preservação e continuidade de sua música, ainda que em até certo ponto restrita e motivada pelo escasso repertório musical em sua língua materna.

Para além desse repertório, importa destacar, também, através da pesquisa realizada, o papel estrutural que a música desempenha nas festas pomeranas. A prática de fazer o cortejo

² «Fóta Krúiha», Musical Boa Esperança. [online]. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ME0LLQYUAM>>. Acesso em: 25 jun. 2025.

³ «In uza tit», Musical Boa Esperança. [online]. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=4R8DnasvqeU>>. Acesso em: 25 jun. 2025.

⁴ Folgado popular realizado na noite do sábado de Páscoa, quando homens saem tocando instrumentos musicais – geralmente acordeon, violão e pandeiro – e cantando músicas, mascarados e vestidos de mulher, indo de casa em casa na madrugada, aos quais é oferecido dinheiro, comidas e bebidas por aqueles que “aceitam” sua entrada na casa. Os que não a aceitam e ficam espiando pelas janelas são cutucados – *xtüpiados* – por alguns dos participantes com galhos ou ramalhetes (Thum, 2009, p. 63).

⁵ «Vii köipa», Musical Boa Esperança. [online]. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=nZ1-dxsKwsU>>. Acesso em: 25 jun. 2025.

⁶ Termo utilizado pela banda.

⁷ Cavalo de pelagem castanho-escuro.

⁸ Salienta-se que as temáticas de todas as letras mencionadas possuem *ethos* camponês.

dos noivos, padrinhos e demais convidados de um casamento através de um destacamento da banda tocando músicas para conduzi-los da igreja onde se realizou a cerimônia até o salão onde se dará a festa e a adoção do mesmo procedimento tanto para recepcionar o confirmando ou confirmanda, quanto para levar os convivas para a mesa do *buffet* ou do churrasco, ou ainda para o local de recepção da festa, por exemplo, são atribuições musicais. Além disso, a música se relaciona com a animação da festa em si e tem íntima ligação com a dança. A organização das danças tradicionais dos referidos eventos, como a dança da vassoura, a dança do bolo, a dança do cesto, a dança das cadeiras, a jardineira, a polonesa, etc., e dos sorteios, agradecimentos, avisos e anúncios também está a cargo da música. Ademais, a música também tem papel social na cultura pomerana: políticos, músicos de outras bandas e pessoas em geral oferecem bebidas ao conjunto no palco e recebem em contrapartida o devido agradecimento ao microfone; crianças sobem no palco ou ficam em frente a este ou são levadas por seus pais ou avós para contemplarem a apresentação; músicos de outras bandas sobem ao palco para dar uma palhinha (tocar algumas músicas); e os músicos do conjunto também têm certo *status* nas festas, pois não pagam ingressos em festas de comunidade ou em bailes de casais, tampouco precisam entrar em fila para almoço naquelas, têm passagem livre na copa (chope, cerveja, bebidas em geral) e na cozinha (sopa, caldo, café, *buffet*, churrasco) de casamentos e confirmações, e são conhecidos e reconhecidos pela comunidade.

Portanto, a música popular pomerana, analisada sob uma etnografia musical, ao desempenhar importante papel estrutural e social nas festas pomeranas e ao se relacionar com manifestações culturais tradicionais, como os cortejos e as danças, atua também como uma estratégia comunal de salvaguarda cultural, pois conforma uma parte indispensável da cultura pomerana da Serra dos Tapes e se encontra em pleno vigor.

Ademais do repertório de músicas populares autorais em pomerano do Musical Boa Esperança e da observação das festas tradicionais pomeranas do contexto cultural da Serra dos Tapes, a supracitada etnografia musical pomerana pôde também analisar a atuação de outros atores sociais relevantes, como bandoneonistas e ativistas culturais, os quais contribuíram para escrutinar temáticas significativas para a pesquisa, como a existência de um *luthier* de bandoneons na colônia São Lourenço, a presença do hibridismo cultural entre a música pomerana e a música gaúcha, e de contatos interétnicos, notadamente entre pomeranos e pessoas negras, no âmbito da comunidade estudada. Salienta-se que a etnografia musical em si, bem como as entrevistas com os demais atores sociais relacionados ao mencionado contexto, adveio do trabalho de campo, justamente o fator de distinção do ofício do etnomusicólogo em relação a outras formas de estudo da música, conforme aponta Nettl (2005, p. 9). Outrossim,

segundo Prass (2013, p. 293), é importante que haja um retorno aos colaboradores da pesquisa que, no caso da presente investigação, configuram-se como a própria comunidade de onde a mesma parte, qual seja a comunidade de descendentes de imigrantes pomeranos da Serra dos Tapes. Esta ideia é corroborada por Oliveira (2009), para quem o campo precisa ser entendido enquanto uma verdadeira “situação etnográfica”, “onde os atores interagem com finalidades múltiplas e complexas, partilhando (ainda que com visões e intenções distintas) de um mesmo tempo histórico” (Oliveira, 2009, p. 12). Dessa forma, o que se pesquisa em campo, de acordo com o autor, não deve permanecer objeto exclusivo de algum interesse acadêmico, justificado puramente por sua relevância científica e decidido entre o pesquisador, seu orientador e a instituição universitária (*ibid.*, 2009, p. 12), mas, sim, ultrapassar as fronteiras acadêmicas e retornar à comunidade sob a forma de alguma contrapartida acessível à mesma.

Desta forma, embora a própria performance do pesquisador/musicista tenha desempenhado uma contrapartida ao conjunto – que angariou alguns contratos justamente por contar com um bandoneonista entre seus pares – e à comunidade – pois que inúmeras pessoas se acercavam do instrumentista e do instrumento, mostrando admiração e memória afetiva ante o bandoneon, emitindo relatos tais como: “Meu pai tocava”, “Meu avô tocava”, “Ainda tenho o bandoneon dele guardado lá em casa” –, além de trabalhos acadêmicos do pesquisador terem reverberado a cultura e a música pomerana – e a própria comunidade – em eventos regionais, nacionais e internacionais – em países como Uruguai, Alemanha, Chile, Argentina, Estados Unidos, Portugal, México e Itália (Kuhn, 2016; 2020; 2022; 2023a; 2023b; 2023c; 2024a; 2024b) –, entendeu-se, acadêmica e culturalmente, ser necessário um retorno outro à comunidade estudada, que retornasse à mesma sob a forma de um produto cultural onde ela se pudesse reconhecer e que lhe fosse mais acessível, tanto no que tange à linguagem quanto no que concerne ao formato. Foi assim que se gestou o documentário *Allas gaut?*⁹ *Um documentário sobre música pomerana e intercâmbios culturais em São Lourenço do Sul*¹⁰, proposto pelo pesquisador/produtor cultural e viabilizado através da Lei Paulo Gustavo e da Prefeitura Municipal de São Lourenço do Sul/RS, o qual será apresentado a seguir. Porém, destaca-se o papel científico da etnografia musical, que foi capaz de direcionar a pesquisa teoricamente, no tocante à entrada em campo, às negociações etnográficas, à observação

⁹ *Allas gaut?* é uma expressão pomerana que equivale a “tudo bem?” em português, muito utilizada pela comunidade em questão.

¹⁰ «Allas gaut? Um documentário sobre música pomerana e intercâmbios culturais em São Lourenço do Sul», Danilo Kuhn. [online]. Disponível em: <<https://www.youtube.com/playlist?list=PLtZuMYiv0b7hoVwhuDiCFgyDkHQT2e5r0>>. Acesso em: 25 jun. 2025.

participante do pesquisador e ao empenho de sua performance musical em favor da investigação, enfim: a pesquisa científica, em seu percurso acadêmico, contribuiu, a seu modo – notadamente conceitual, mas nem por isso sem incidência nos eventos práticos –, em prol de uma situação etnográfica em que pesquisador e colaboradores atuaram com o fito comum de registrar a música pomerana da Serra dos Tapes.

2. A produção cultural

O mencionado documentário, todavia, não foi a primeira iniciativa do pesquisador a fim de fornecer uma contrapartida cultural acessível à comunidade pomerana local, pois, em 2021, também através de um projeto cultural, este através da então Lei Aldir Blanc e da Prefeitura Municipal de São Lourenço do Sul, o mesmo produziu uma série de vídeos musicais e explicativos em seu canal de *YouTube* intitulada *A música pomerana de São Lourenço do Sul*¹¹. Nestes vídeos – pensados a partir de um formato de videoclipe, porém, com conteúdo etnomusicológico intrínseco –, o pesquisador musicista toca e canta músicas do contexto musical pomerano analisado durante sua tese de doutorado (Kuhn, 2019), explicando questões culturais inerentes àquelas após cada execução musical. Entretanto, com a possibilidade de elaborar um material documental através de uma concepção audiovisual, viu-se a oportunidade de ressoar a voz dos atores sociais que colaboraram durante o trabalho de campo relacionado à tese – com alguns acréscimos no elenco –, bem como registrar audiovisualmente algumas festas tradicionais pomeranas, aproximando-se ainda mais da comunidade estudada. Ademais, levando-se em consideração o formato mais atual de interação audiovisual nas redes sociais – principal meio de divulgação cultural independente nos dias de hoje –, qual seja, vídeos curtos, o documentário, em vez de se constituir em uma única peça audiovisual de cerca de trinta minutos, dividiu-se em dez episódios de três a cinco minutos, lançados semanalmente no canal virtual do pesquisador e em suas redes com o intuito de manter a expectativa dos espectadores e fomentar seu engajamento no projeto.

O primeiro episódio, nomeado *Paisagem*, objetivou apresentar a paisagem rural da colônia São Lourenço, de aspecto serrano e campesino, assim como a paisagem cultural da região, envolvida pelo *ethos* camponês – o qual pode ser considerado, segundo Murta e Mafra (2014), a conjugação dos valores família, terra e trabalho (Murta; Mafra, 2014, p. 10) –, e também sua paisagem sonora, onde a língua pomerana e a língua portuguesa convivem fraternalmente (e se canta em português e em pomerano com naturalidade), além de músicas

¹¹ «A música pomerana de São Lourenço do Sul», Danilo Kuhn. [online]. Disponível em: <https://www.youtube.com/playlist?list=PLtZuMYiv0b7iL1bzYWUz2bUC7e9V_7xM5>. Acesso em: 25 jun. 2025.

instrumentais. Desta maneira, intentou-se contextualizar, audiovisual e culturalmente, os espectadores já no episódio inicial, mostrando-lhes características da(s) paisagem(ns) local(is). Inclusive, a acima mencionada canção *Fóta Krúiha*, sucesso do Musical Boa Esperança e precursora do repertório regional de músicas populares autorais pomeranas do século XXI, ressoa ao fim deste episódio, interpretada pela própria banda em uma festa de comunidade.

Do segundo episódio, *Atores sociais*, sublinha-se a diversidade dos personagens entrevistados, os quais comprovam que o contexto da música pomerana da Serra dos Tapes é um mosaico cultural (Cerqueira, 2010). Musicistas pomeranos (um cantor e guitarrista, três bandoneonistas e um violinista), um músico de ascendência portuguesa (guitarrista), duas ativistas negras e um cantor e compositor negro (todos próximos à música pomerana local) atestam que a cultura não tem fronteiras étnicas. Ressalta-se a participação da colaboradora Ana Centeno, uma senhora negra, cantando (sim, o episódio apresenta os colaboradores oral e musicalmente) uma canção tradicional em alemão – *O, du lieber Augustin* (“Oh, querido Augustin”) –, fato que será explicado mais adiante (no documentário e no presente texto).

O terceiro episódio, *Música pomerana*, foi dividido em quatro subtemáticas: *música tradicional pomerana*; *música popular autoral pomerana*; *música instrumental*; e *o luthier Willi Boemeke e o bandoneon*. Nos primeiros da referida pesquisa de doutorado sobre música pomerana, conforme já abordado, procurou-se por músicas tradicionais pomeranas que ainda soassem na memória da comunidade, mas foram encontradas poucas, embora significativas, quais sejam, *De mûta éna hóchtich* e *De fest*; nesse sentido, Almiro Hörnke, do Musical Boa Esperança, comenta no episódio sobre como ele e a banda participaram deste processo, gravando estas músicas em um CD produzido pelo pesquisador e as incorporando em seu repertório a partir de então. Em seguida, pesquisou-se o fazer musical do Boa Esperança, primeira banda a cantar, compor e gravar músicas em pomerano na atualidade; da atuação desta banda, analisaram-se tanto suas músicas populares autorais, compostas em pomerano por Almiro, o qual detalhou suas inspirações durante este episódio, quanto as músicas instrumentais de seu repertório, baseadas em vários gêneros musicais e soladas geralmente por instrumentos de sopro. Contudo, o personagem Willi Boemeke (*in memoriam*), um *luthier* de bandoneons regional, é lembrado pelo colaborador, bandoneonista e vendedor de bandoneons João Bergmann; Boemeke desempenhou importante papel na manutenção deste instrumento ainda hoje representativo da música pomerana local, tendo construído uma dezena de bandoneons (KUHN, 2019, p. 366), inclusive um que pertence à família do investigador e que foi por ele utilizado durante seu trabalho de campo, fato este descoberto no decorrer da pesquisa.

O quarto episódio, *Música gaúcha*, compreendeu as subtemáticas: *pomeranos e música gaúcha*; *o bandoneon e a música gaúcha*; e *negros na colônia e música gaúcha*. De um lado, os pomeranos expressam que se consideram também gaúchos, e incluem gêneros musicais utilizados na música gaúcha, como vaneira¹² e chote¹³, em seu repertório – ainda que com instrumentação pomerana, designadamente instrumentos de sopro, como trompetes, saxofone e trombone (Kuhn, 2019) – e, de outro, negros deste mesmo contexto cultural relatam que aprendem a falar em alemão ou pomerano e que atuam na música gaúcha, por vezes incluindo música pomerana em seu repertório – embora com instrumentação gaúcha, com o acordeon e o violão de cordas de náilon em destaque –; tanto a atuação do pai de Ana e Almerinda Centeno (Manoel Fernando Centeno, o *Schwarz Guri*, ou “Menino Negro”, *in memoriam*) quanto a de Valdinei do Canto Lessa, o popular “Alemão Preto”, corroboram esta afirmação. A música gaúcha serve, portanto, neste contexto, como elemento de intersecção cultural entre negros e pomeranos.

Já no quinto episódio, *Festas pomeranas*, Almiro Hörnke, líder do Musical Boa Esperança, empenha-se em narrar características de algumas festas tradicionais pomeranas, como casamentos, confirmações e festas de comunidade. Em todos estes eventos, a música desempenha papel fundamental, tanto na animação da festa quando na organização de manifestações culturais, como cortejos musicais e danças tradicionais pomeranas, algumas delas descritas nos próximos episódios (Kuhn, 2019). Além disso, elementos sociais como a religiosidade e, principalmente, a culinária, permeiam tais festas, corroborando Salamoni (1995), Hammes (2010, vol. 1) e Bahia (2011) e a própria letra da canção tradicional pomerana *De mûta éna hóchtich*, analisada anteriormente no presente trabalho, conquanto à fartura gastronômica de tais festas.

O sexto episódio, *Danças pomeranas – parte 1*, deteve-se em descrever algumas danças tradicionais pomeranas, como a dança do bolo, a dança da noiva e a dança do cesto. Estas foram descritas por Almiro Hörnke, cujas observações advêm de sua longa experiência em festas pomeranas e do papel que as bandas musicais têm na organização e no transcorrer destas danças (Kuhn, 2019). Nos três exemplos referidos, a banda executa músicas para animar os dançarinos, enquanto que alguns procedimentos, como doar dinheiro aos noivos ou sortear prendas aos convidados, são realizados – os sorteios, inclusive, ficam a cargo da banda.

O mesmo Almiro, já no sétimo episódio, *Danças pomeranas – parte 2*, procedeu com a descrição de mais algumas danças tradicionais pomeranas, como a polonesa, a manifestação

¹² Um gênero musical gaúcho de propagação europeia, de acordo com Oliveira e Verona (2006, p. 57-61).

¹³ Outro gênero musical de propagação europeia amplamente utilizado na música gaúcha (*ibid.*, 2006, p. 51-53)

cultural quebra-louças e a dança da vassoura. Hörnke também abordou as mudanças ocorridas nestas manifestações ao longo das gerações, ainda que a comunidade tenha preservado o sentido original das mesmas. Importa salientar também o misticismo pomerano, povo originalmente pagão (Maltzahn, 2011), presente na prática do quebra-louças e na simbologia da vassoura, que alude à limpeza espiritual, como foi antecipado, neste trabalho, através da letra da canção tradicional pomerana *De fest*, e corroborado pelos pesquisadores Salamoni (1995), Thum (2009) e Bahia (2011), entre outros.

Em contraponto, o oitavo episódio, *Negros em São Lourenço do Sul (contatos interétnicos)*, abordou tais contatos através de duas ativistas culturais negras (Ana e Almerinda Centeno), filhas de um musicista negro criado por alemães, o *Schwarz Guri*, e também apresentou outro musicista negro criado entre os pomeranos, o “Alemão Preto”. Ambos são exemplos de contatos interétnicos pacíficos e orgânicos entre negros e alemães ou pomeranos na colônia São Lourenço (Bosenbecker, 2011, p. 6) através da música. Neste ponto, o documentário (e, por extensão, o presente texto) cumpre a tarefa de explicar como a colaboradora Ana Centeno, ainda no segundo episódio, foi capaz de cantar uma música tradicional alemã embora se constitua uma pessoa negra, ademais de ativista cultural em prol da cultura afro: Ana é filha do *Schwarz Guri*, que fora criado em contato com uma família de imigrantes alemães no seio da colônia São Lourenço, quem lhe ensinou algumas músicas em alemão durante sua infância.

Nesse sentido, no nono episódio, *Intercâmbios culturais (hibridismo musical)*, o colaborador e bandoneonista Adolfo Peglow apontou a mistura de gêneros musicais no repertório das bandas pomeranas desde algumas décadas atrás, incluindo, por exemplo, músicas de carnaval; o também colaborador e bandoneonista João Bergmann, por sua vez, comentou sobre o hibridismo da música pomerana com a música gaúcha; e o músico Adão Quevedo, nascido na zona urbana de São Lourenço do Sul/RS, descreveu sua atuação como guitarrista em uma banda tradicional pomerana na década de 1970, a banda Fortaleza, quando introduziu alguns elementos do gênero musical *rock*. Todos estes entrevistados comprovam que a música pomerana local, apesar de preservar elementos tradicionais, também se mostra aberta ao hibridismo cultural e a intercâmbios musicais. Importa trazer à baila uma definição de hibridismo que, nas palavras de Canclini (2011), pode-se definir como “[...] processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existiam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas”. Essas “estruturas discretas” já são frutos de hibridações anteriores, o que leva a questionar a própria noção de pureza das fontes. Tratam-se de “ciclos de hibridação”: “passamos de formas mais heterogêneas a outras mais

homogêneas, e depois a outras relativamente mais heterogêneas, sem que nenhuma seja ‘pura’ ou plenamente homogênea” (Canclini, 2011, p. XIX-XX). Ou seja, trata-se de um *continuum* hibridizante. O olhar sobre processos híbridos questiona noções essencialistas (representações de pureza, autenticidade) acerca das identidades culturais. Através da “abstração de traços (língua, tradições, condutas estereotipadas)”, estas noções essencialistas “definem” as identidades a partir de modos absolutizados de representar as realidades, rejeitando “maneiras heterodoxas de falar a língua, fazer música ou interpretar as tradições” (*ibid.*, 2011, p. XXII-XXIII). Assim, a música pomerana da Serra dos Tapes se mostra híbrida, aceitando influências, sobretudo, da música gaúcha, embora ainda ligada fortemente às suas raízes germânicas.

E, finalmente, no décimo e derradeiro episódio, *Encerramento (exemplos de gêneros musicais)*, observou-se o merecido espaço para os entrevistados musicistas se expressarem musicalmente, brindando os espectadores com exemplos de gêneros musicais daquele contexto cultural: Alemão Preto tocou uma polca pomerana com instrumentação gaúcha; o pesquisador/musicista e seu pai e colaborador, Adão Quevedo, tocaram uma valsa pomerana na guitarra e ao violão; Adolfo Peglow e sua neta Ísis tocaram um chote gaúcho ao bandoneon e ao violino; o Musical Boa Esperança tocou uma vaneira gaúcha com instrumentação pomerana; a banda Recordando o Passado tocou uma rancheira gaúcha ao bandoneon e ao violino (com acompanhamento de teclado); e João Bergmann e seu filho Luís Fernando tocaram um tango ao bandoneon e ao violino. Assim, pegou-se de empréstimo o talento musical dos entrevistados/colaboradores para fornecer exemplos dos principais gêneros musicais daquele contexto cultural (e dar parte, audiovisualmente, do hibridismo abordado acima).

Desta maneira, o presente trabalho intentou destacar o papel etnográfico do documentário, que se permitiu partir da pesquisa teórica e contemplar o lado empírico e prático da cultura através da voz dos colaboradores e de registros audiovisuais *in loco*, ademais de constituir um retorno cultural mais acessível à comunidade estudada (PRASS, 2013), enfim: a produção cultural, em seu percurso audiovisual, contribuiu, a seu modo – notadamente prático, através de um produto cultural, mas nem por isso sem embasamento teórico –, em prol de uma situação etnográfica em que pesquisador e colaboradores atuaram, uma vez mais, com o fito comum de registrar a música pomerana da Serra dos Tapes.

Conclui-se que ambas abordagens, a investigativa/acadêmica e a cultural/audiovisual, são faces que se complementam em favor da “situação etnográfica” (Oliveira, 2009), oferecendo, de um lado, rigor científico e aprofundamento teórico e, de outro, a tangibilidade da empiria e a reverberação das vozes dos colaboradores. Ao integrar pesquisa e produção cultural, o pesquisador/produtor ressoa, ao fim e ao cabo, e através de linguagens

distintas e, aparentemente, incompatíveis, mas, ao final, complementares, a música pomerana da Serra dos Tapes.

REFERÊNCIAS

BAHIA, Joana. **O tiro da bruxa: identidade, magia e religião na imigração alemã**. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

BOSENBECKER, Patrícia. **Uma colônia cercada de estâncias: imigrantes em São Lourenço do Sul (1857-1877)**. 2011. 166 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.

CERQUEIRA, Fábio Vergara. Serra dos Tapes: mosaico de tradições étnicas e paisagens culturais. IV Simpósio Internacional Memória e Patrimônio. **Anais...** Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, p. 872-874, 2010. Disponível em: <<https://simpufpel.files.wordpress.com/2010/09/mesa-serra-dos-tapes.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2025.

DROOGERS, Andreas Frederik. Religião, identidade e segurança entre imigrantes luteranos da Pomerânia, no Espírito Santo (1880-2005). **Religião e Sociedade**, v. 28, n. 1, p. 13-41, 2008.

HAMMES, Edilberto Luiz. **São Lourenço do Sul: radiografia de um município – das origens ao ano 2000**; vol. 1-4. São Leopoldo: Studio Zeus, 2010. JOVCHELOVITCH, Sandra. **Knowledge in Context: Representations, Community and Culture**. London and New York: Routledge, 2007.

KUHN, Danilo; NOGUEIRA, Isabel Porto; CERQUEIRA, Fábio Vergara. Canções pomeranas: memória e identidade na Serra dos Tapes (Rio Grande do Sul, Brasil). In: BRESCIANO, Juan Andreas (Org.). **Las migraciones europeas a través de sus fuentes: relevamientos heurísticos en Argentina, Brasil y Uruguay**, ed. 1. Montevideo/UY: Ediciones Cruz del Sur, v. 1, p. 190-220, 2016.

KUHN, Danilo. **Festa, dança e alegria: uma etnografia musical pomerana ao sul do sul do Brasil – São Lourenço do Sul/RS**. 2019. 398f. Tese (Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas. 2019.

KUHN, Danilo. Music of Pomeranian Influence in the Serra dos Tapes, Rio Grande do Sul, Brazil. In: STORCH, Christian (Org.). **Zwischen Identitätsbewahrung und Akkulturation: Deutsche Musikgeschichte in Übersee**, ed.1. Würzburg/AL: Könighausen & Neumann, p. 69-82, 2020.

KUHN, Danilo. O patrimônio musical pomerano da Serra dos Tapes (sul do Brasil) e as estratégias comunitárias de sustentabilidade e descolonização. II Simposio ICTM LAT CAR 2022. **Libro de resúmenes**. Santiago/CH: ICTM LAT CAR, p. 23-24, 2022.

KUHN, Danilo; CURBELO, José Andreas. Allas gaut?: Música Pomerana e intercambios interétnicos en Serra dos Tapes: Propuesta de proyecto de investigación. II Jornadas de Etnomusicología, ed. 1. **Libro de resúmenes**. Córdoba/AR: América Sincrética, p. 121-141, 2023a.

KUHN, Danilo; CURBELO, José Andreas. **The Pomeranians in Brazil, the ‘pomeranos’ (documentário)**. Freistadt/EUA: Ocho Bajos Records, 2023b.

KUHN, Danilo; CURBELO, José Andreas. Allas gaut? Música pomerana e intercâmbios culturais na Serra dos Tapes (sul do Brasil). Colóquio Internacional As tradições musicais no século XXI: novas práticas, contextos e desafios. **Anais...** Lisboa/PT, Universidade Nova de Lisboa, p. 15-15, 2023c.

KUHN, Danilo. Epistemicídio musical pomerano em Serra dos Tapes, Brasil: estratégias comunales desustentabilidad. **Patrimonio cultural y sustentabilidad: experiencias y prácticas**, ed. 1. Veracruz/MX: El Colégio de Veracruz, p. 209-226, 2024a.

KUHN, Danilo. Allas gaut? Música Pomerana e intercâmbios culturais na Serra dos Tapes: uma investigação em curso. XLVI Convegno Internazionale di Americanistica. **Anais...** Perugia/IT: Centro Amerindiano, p. 22-22, 2024b.

McCRELESS, Patrick. Contemporary music theory and the new musicology: An introduction. **Music Theory Online**, v. 2, n. 2, p. 1-5, 1996.

MALTZAHN, Paulo César. **A construção da identidade étnica teuto-brasileira em São Lourenço do Sul** (década de 1980 até os dias atuais). 2011. 335 f. Tese (Doutorado em História cultural) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

MURTA, Raíssa de Oliveira; MAFRA, Rennan Lanna Martins. *Ethos* camponês: a expressão de uma racionalidade na modernidade em crise. VIII Congresso Português de Sociologia, Évora, 2014, **Anais...** Évora: Universidade de Évora, v.1, p. 1-11, 2014

NETTL, Bruno. **The Study of Ethnomusicology**: Thirty-one Issues and Concepts. Urbana & Chicago: The University of Illinois Press, 2005 [1983].

OLIVEIRA, João Pacheco de. Pluralizando tradições etnográficas. **Cadernos do LEME**, v. 1, n. 1, p. 2-27, jan./jun., 2009.

OLIVEIRA, Sílvio de; VERONA, Valdir. **Gêneros musicais campeiros no Rio Grande do Sul** – ensaio dirigido ao violão. Porto Alegre: Nativismo, 2006.

PRASS, Luciana. Tem que vir aqui prá saber: sobre o fazer de uma etnografia musical em três comunidades quilombolas gaúchas. In: LUCAS, Maria Elizabeth (Org.). **Mixagens em campo**: etnomusicologia, performance e diversidade musical. Porto Alegre: Marcavíual, p. 285-301, 2013.

PODEWILS, Denise Oswald. **Colonização germânica**: a colônia de São Lourenço e suas particularidades. 2011. 40 f. Monografia (Licenciatura em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2011.

RICE, Timothy. **May it fill your soul** – Experiencing Bulgarian music. Chicago: The University of Chicago Press, 1994.

SALAMONI, Giancarla (Org.). **Os pomeranos**: Valores culturais da família de origem pomerana no Rio Grande do Sul – Pelotas e São Lourenço do Sul. Pelotas: Universitária, 1995.

SCHMIDT, Adrielle. **A comida na cultura pomerana**: simbolismo, identidade e sociabilidade. 2015. 190 f. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica). Departamento de Economia Doméstica, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2015.

SEEGER, Anthony. Etnografia da música / Tradução Giovanni Cirino. **Cadernos de campo**. São Paulo, n. 17, p. 237-260, 2008.

SEIBEL, Ivan. **Imigrante no século do isolamento/1870-1970**. São Leopoldo: Traço – Produções Gráficas, 2010.

THUM, Carmo. **Educação, história e memória**: silêncios e reivindicações pomeranas na Serra dos Tapes. 2009. 384 f. Tese (Doutorado em Educação) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade do Vale dos Sinos, São Leopoldo, 2009.

TITON, Jeff Todd. Knowing Fieldwork. *In*: BARZ, Gregory F. & COOLEY, Timothy J. (Ed.). **Shadows in the Field**: New Perspectives for Fieldwork in Ethnomusicology. New York: Oxford University Press, p. 25-41, 1997.

TRESSMANN, Ismael. O pomerano: uma língua baixosaxônica. **Educação, cultura e sociedade**, v. 1, p. 10-21, 2008.

WILLE, Leopoldo. **Pomeranos no sul do Rio Grande do Sul**: trajetória, mitos, cultura. Canoas: Ed. ULBRA, 2011.

WILLIAMS, Alastair. Musicology and postmodernism. **Music Analysis**, v. 19, n. 3, p. 385-407, 2000.

ENTRE VISIBILIDADES E SILENCIAMENTOS: TENSÕES ENTRE TRADIÇÃO, PODER RELIGIOSO E PROCESSOS EDUCATIVOS NA HISTÓRIA DAS MULHERES LUTERANAS

Andressa Vargas Soares Falcão
Patrícia Weidushadt

1. Introdução

A história das mulheres luteranas na Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) é marcada por tensões entre visibilidades e apagamentos, entre protagonismo e subordinação, e entre tradição e transformação. Embora tenham desempenhado papéis fundamentais na organização comunitária, na transmissão da fé e na manutenção da vida eclesial, essas mulheres permaneceram, por muito tempo, à margem das narrativas oficiais e da historiografia da educação. A produção acadêmica recente demonstra que essa invisibilidade não resulta da ausência de participação, mas de mecanismos institucionais e teológicos que silenciaram ou minimizaram sua atuação. Nesse cenário, compreender o papel das mulheres luteranas requer revisitar a história da IECLB a partir das margens e reconhecer o potencial educativo, político e comunitário presente nas práticas desenvolvidas por grupos como a Ordem Auxiliadora de Senhoras Evangélicas (OASE).

A história das mulheres na Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) permanece atravessada por tensões entre visibilidade e apagamento, protagonismo e subordinação, tradição e transformação. A análise da produção acadêmica recente evidencia que a invisibilidade histórica das mulheres luteranas não decorre de ausência de participação, mas antes de mecanismos de poder, discursos teológicos e práticas institucionais que por muito tempo limitaram o reconhecimento de suas ações. Ainda assim, esses silenciamentos convivem com formas de resistência e com a construção de espaços informais de educação, sociabilidade e fé, especialmente no âmbito da Ordem Auxiliadora de Senhoras Evangélicas (OASE) grupos de mulheres ligadas a igreja evangélica de confissão luterana (IECLB). Nesse sentido, compreender as mulheres luteranas implica revisitar a história da IECLB a partir de suas margens, iluminando o potencial educativo e político de suas práticas.

2. Desenvolvimento

Galvão e Lopes (2010), propõe uma forma diferente de pensar o campo da História da Educação, trazendo uma visão plural desse campo, para que haja uma diversificação no que diz respeito a novos objetos, fontes e novas formas de produção do conhecimento. Elas defendem

maneiras diferentes para construção da história da educação. Baseando-se no estudo de sujeitos que foram historicamente deixados de fora, como crianças jovens e mulheres. Além dos objetos as autoras destacam a importância de incluir temas, como história das mulheres e da educação de gênero. Elas ressaltam também o uso de fontes diversas que vão além das utilizadas tradicionalmente na historiografia da educação, como por exemplo, fontes orais, manuais escolares, literatura e poemas. Além disso advertem para os cuidados metodológicos no tratamento dessas fontes, para isso é necessário desenvolver categorias de análise adequadas ao objeto histórico que será estudado. As autoras destacam ainda, a influência da micro-história, tendência que surgiu por meio de pesquisas desenvolvidas por pesquisadores italianos nos anos 70, sobre os historiadores da educação, essa tendência se torna relevante no desenvolvimento da pesquisa, pois:

(...) trata-se de uma prática historiográfica, com referências teóricas variadas (podendo incluir pressupostos tanto da história social quanto da história cultural), que se baseia na redução da escala da observação, em uma análise microscópica e em um estudo intensivo do material documental. Essa opção está fundamentada na hipótese de que a observação microscópica pode revelar ao pesquisador fatores previamente não observados. (Galvão e Lopes, 2010, p.34).

Weidushadt e Amaral (2016), demonstram que as histórias de vida são construções sociais reconstruídas no presente, demonstrando sentidos de pertencimento, identidade e profissão. O artigo mostra que professores leigos pomeranos-luteranos, obtiveram legitimação e reconhecimento, não pela formação formal, mas pelo pertencimento étnico e religioso nas comunidades onde atuavam. A etnicidade luterana aparece como princípio de confiança, autoridade moral e identidade comunitária, dando forma a trajetórias profissionais e práticas pedagógicas. O artigo evidencia que as escolas rurais étnicas funcionavam como um centro comunitário onde o docente desempenhava múltiplas funções, professor, líder moral, agente cultural e guardião da identidade, ou seja, um universo que abrangia muito além da sala de aula. O texto revela que estudos locais são essenciais para compreender a constituição da docência e da cultura escolar no Brasil, pois expõe dinâmicas que desaparecem nas histórias gerais da educação. O artigo dialoga com a pesquisa, pois assim como os entrevistados pelas autoras, as mulheres da OASE, também eram legitimadas pela identidade étnica-religiosa, que as autorizava a assumir funções educativas, sociais e morais nas suas comunidades.

A partir da segunda década do século XXI, observa-se um crescimento expressivo de pesquisas dedicadas ao estudo das relações entre mulheres, gênero e luteranismo no Brasil. A concentração significativa de trabalhos nas Faculdades EST¹ indica não apenas uma

¹ Instituição de ensino superior de caráter privado, comunitário e confessional, localizada no município de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, Brasil.

institucionalização do debate, mas a consolidação de um campo que articula teologia, feminismo, memória e religião. Esse movimento coincide com esforços de revisão histórica que buscam questionar narrativas tradicionais e recuperar experiências silenciadas. Ainda assim, a produção acadêmica analisada mostra que a maior parte dos estudos se debruça sobre períodos recentes, sobretudo pós 1990, deixando lacunas relevantes sobre as décadas formativas da OASE, especialmente entre 1920 e 1970, período fundamental para entendimento da formação identitária das mulheres luteranas no sul do país.

Os trabalhos de Philippsen (2017, 2018), são centrais para compreender essa dinâmica. Ao analisar as origens do Fórum de Reflexão da Mulher Luterana, a autora demonstra que, muito antes da institucionalização de espaços explícitos de crítica e debate, as mulheres já vivenciavam tensões internas em torno do poder, da liderança e da definição dos papéis femininos na Igreja. A partir de uma leitura feminista da história, Philippsen revela que a submissão tradicional atribuída às mulheres luteranas é menos uma realidade vivida e mais uma representação construída, utilizada para sustentar hierarquias eclesiais e reforçar padrões patriarcais. Assim, o que se apresenta como silêncio pode ser interpretado como disputas simbólicas e resistências não registradas, mas presentes no cotidiano das comunidades.

Essas tensões tornam-se ainda mais evidentes quando observadas sob a perspectiva das Ciências Sociais. Pires (2019, 2023, 2024), ao analisar feminismo, hierarquia religiosa e subjetividades contemporâneas, evidencia como o ideário feminista tensiona as estruturas de poder da IECLB. Suas análises mostram que a entrada de mulheres no ministério pastoral, o surgimento de teologias feministas e a reorganização dos papéis de gênero não são fenômenos isolados, mas parte de processos históricos mais amplos, que incluem migração, identidades regionais e disputas internas da tradição protestante. Ao relacionar luteranismo, tradição gaúcha e feminismo, Pires oferece elementos valiosos para compreender como, no contexto de Pelotas e da imigração alemã, as mulheres da OASE estiveram inseridas em um território de negociações culturais e religiosas que atravessavam tanto suas práticas educativas quanto suas experiências de fé.

É nesse ponto que a dimensão educativa se torna essencial para a discussão. Embora muitas vezes concebida como um espaço devocional e assistencial, a OASE funciona historicamente como ambiente de educação informal, onde mulheres compartilham saberes, constroem redes de apoio, refletem sobre sua realidade e produzem leituras próprias da tradição luterana. A pesquisa de Labes (2017), ao destacar a relação das mulheres da OASE com povos indígenas, revela como esse espaço favorece processos formativos que ultrapassam o ritual religioso, envolvendo ética, interculturalidade e reinterpretação da fé. São práticas educativas

que, mesmo não reconhecidas como tal pela historiografia tradicional, possuem profundo impacto na vida comunitária.

Autor	Título	Tipo	Ano	Instituição	Palavras-Chave	Área De Conhecimento
<i>Labes, Katilene Willms</i>	Identidade e cultura indígena na perspectiva das mulheres de um grupo de OASE da IECLB: uma proposta para a (re)construção dos conhecimentos numa relação de alteridade na perspectiva das mulheres de um grupo de OASE da IECLB.	Dissertação	2017	Faculdades EST	mulheres luteranas, comunidades indígenas, imigração alemã em Santa Catarina, relações de alteridade e respeito mútuo	Teologia
<i>Rosane Philippsen</i>	As origens do fórum de reflexão da mulher luterana e relações de poder entre mulheres da IECLB	Artigo	2017	Faculdades EST	Fórum; Mulher; Poder	Teologia
<i>Rosane Philippsen</i>	Encontros E Resistências: O Fórum De Reflexão Da Mulher Luterana, Sua Origem E Contribuições Às Mulheres Da IecLB. <i>Autora</i>	Dissertação	2018	Faculdades EST	Mulheres. Mulheres luteranas. Fórum de Reflexão da Mulher Luterana. IECLB	Teologia

<i>Joyce Aparecida Pires</i>	Entre reformadoras: mulheres e hierarquia religiosa na IECLB	Artigo	2019	Faculdades EST	Feminismo. Hierarquia. Protestantismo	Teologia
<i>Joyce Aparecida Pires</i>	Imbricações entre religião, feminismo, migração e tradicionalismo gaúcho. Uma análise a partir do feminismo luterano no Brasil.	Artigo	2024	UNESP	Religião, Feminismo, Luteranismo, Migração, Tradicionalismo	Ciências Sociais
<i>Ketlin Laís Schuchardt</i>	“Em Comunhão Com As Vidas Das Mulheres”: Histórias, Gênero E Teologias	Dissertação	2021	Faculdades EST	Histórias de vida. Gênero. Teologia Feminista. Sacerdócio Geral.	Teologia
<i>Joyce Aparecida Pires</i>	“Nunca é feminista o suficiente”: mulheres e feminismos na Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil.	Tese	2023	UNESP	Feminismo. Igreja luterana. Mulheres. Religião. Teologia feminista	Ciências Sociais
<i>Rubens Ruprecht</i>	Pastoras Da IECLB: Percepções Do Seu Cotidiano E Repercussões Contemporâneas	Tese	2022	Faculdades EST	Pastoras IECLB. Teologia Ecofeminista. Cuidado	Teologia

Pamela Milbratz	Histórias Das Mulheres Da Paróquia Evangélica De Confissão Luterana Apóstolo João: Partes Inspiradoras De Um Mosaico De Protagonismo E Fé	Dissertação	2017	Faculdades EST	História. Feminismo. Mulheres. Protagonismo. Igreja. Fé.	Teologia
Claudir Burmann	Protagonismo feminino, igreja e mulheres no ministério da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil a propósito dos 500 anos da Reforma	Artigo	2025	Faculdades EST	Cristianismo, Protagonismo feminino, Reforma.	Teologia

Da mesma forma, os estudos que trabalham com narrativas de vida, como os de Schuchardt (2021) e Milbratz (2017), mostram que a memória das mulheres luteranas revela uma pedagogia da experiência, marcada pela escuta, pela oralidade e pela reconstrução de identidades. Quando essas memórias são resgatadas, torna-se evidente que as mulheres não apenas participaram, mas moldaram a vida comunitária através de processos educativos sutis, contínuos e frequentemente invisibilizados pela narrativa oficial da Igreja. A ausência dessas vozes na documentação histórica não significa ausência de ações, mas sim um enquadramento institucional que privilegiou lideranças masculinas e práticas formais de ensino.

Ao considerar também pesquisas como a de Ruprecht (2022), que analisa a atuação contemporânea de pastoras, percebe-se que o reconhecimento institucional do ministério feminino resulta de processos iniciados décadas antes, muitas vezes impulsionados por mulheres da OASE que, no cotidiano, desestabilizavam expectativas tradicionais de gênero. Assim, o que hoje se apresenta como conquista formal é fruto de uma longa trajetória de resistências, aprendizados e práticas educativas invisíveis, que precisam ser historicizadas. Complementarmente, o artigo de Burmann (2025) oferece uma leitura teológica-histórica do protagonismo feminino na Reforma e na IECLB, reiterando a persistência das mulheres na luta por igualdade dentro da Igreja. Essa leitura reforça a ideia de que a visibilidade conquistada atualmente tem raízes em processos históricos mais longos.

Para o levantamento de dados foi utilizada a plataforma Google Acadêmico, utilizando-se os descritores: mulheres luteranas, educação, IECLB e OASE, com trabalhos produzidos entre os anos de 2015 até 2025, dentre esses trabalhos estavam, dissertações, teses e artigos. Com esses descritores no determinado período obteve-se cinquenta e nove resultados, mas desses, foram utilizados aqueles que estavam relacionados ao tema e objeto da pesquisa, selecionando os trabalhos que citavam a OASE e a IECLB, foram excluídos os trabalhos que citavam a organização e a Igreja Evangélica de Confissão Luterana, mas os temas abordados se distanciavam do tema da pesquisa, após essa seleção foram analisados onze trabalhos. Entre os onze, quatro eram dissertações de mestrado, cinco artigos científicos e duas teses de doutorado conforme demonstra a tabela a seguir:

Os trabalhos podem ser analisados sob diferentes áreas de conhecimento, a maioria da área da teologia, mas também, na área da educação, história e ciências sociais. Diante disso a análise dos trabalhos foi feita agrupando-os de acordo com eixo temático: Primeiros estudos e enfoques identitários, nesse sentido, a dissertação de Katilene Willms Labes (2017) representa um marco inicial, ao investigar a identidade e cultura indígena a partir da perspectiva das mulheres da OASE. Embora o foco não seja diretamente o protagonismo feminino na IECLB, a pesquisa contribui para compreender como mulheres luteranas atuam em processos educativos e de reconhecimento da alteridade, evidenciando a dimensão pedagógica e social da OASE como espaço de formação e reflexão teológica. Nesse contexto, a autora situa a OASE como uma instância que ultrapassa o âmbito devocional, abrindo-se à construção de saberes e relações interculturais. Um aspecto relevante para a compreensão da função educativa desses grupos também no período histórico da pesquisa (1920–1970).

Outro eixo está relacionado as origens do movimento feminino organizado na IECLB, a partir de Rosane Philippsen (2017, 2018), identifica-se uma transição temática importante.

Seu artigo de 2017, “As origens do Fórum de Reflexão da Mulher Luterana e relações de poder entre mulheres da IECLB”, situa o Fórum de Reflexão da Mulher Luterana, surgido em 1990, como um espaço de crítica e reconstrução das relações de poder entre mulheres da OASE e da estrutura eclesial. Na dissertação de 2018, “Encontros e resistências”, Philippsen aprofunda a análise histórica, utilizando a historiografia feminista para desconstruir a imagem essencialista da “mulher luterana submissa”, revelando trajetórias de liderança, resistência e reinterpretação da fé. Esses trabalhos são fundamentais para compreender as continuidades e rupturas entre a OASE tradicional e as novas expressões de organização feminina posteriores, permitindo visualizar o Fórum de Reflexão da Mulher Luterana como herdeiro e, ao mesmo tempo, contestador das práticas da OASE.

Feminismo, hierarquia e novas subjetividades religiosas, nesses aspectos, os estudos de Joyce Aparecida Pires (2019, 2023, 2024) tomam a direção do campo das Ciências Sociais, articulando religião, gênero e poder. O artigo “Entre reformadoras: mulheres e hierarquia religiosa na IECLB” (2019) e sua tese de doutorado (2023) analisam as dificuldades históricas na legitimação do exercício eclesiástico feminino e a influência do feminismo nas subjetividades das mulheres da IECLB. A autora demonstra como o ideário feminista, ao penetrar o espaço teológico, produz reconfigurações das práticas e identidades religiosas femininas, tensionando a tradição patriarcal herdada do luteranismo europeu. Em “Imbricações entre religião, feminismo, migração e tradicionalismo gaúcho” (2024), Pires amplia o olhar, relacionando as experiências das mulheres luteranas às dimensões culturais, migratórias e regionais, especialmente no Rio Grande do Sul. Esse recorte é particularmente pertinente a essa pesquisa, pois o tradicionalismo gaúcho e a herança germânica são elementos constitutivos do contexto histórico da OASE em Pelotas.

Com relação a teologia e as narrativas de vida das mulheres, a dissertação de Ketlin Laís Schuchardt (2021), “Em comunhão com as vidas das mulheres”, evidencia a importância das narrativas biográficas e da teologia feminista na reconstrução do lugar das mulheres na IECLB. A autora trabalha com histórias de vida colhidas na Campanha “Em Comunhão com as Vidas das Mulheres”, o que ressalta a dimensão de memória e escuta como prática teológica. Seu estudo contribui metodologicamente ao propor uma teologia que emerge das experiências concretas das mulheres, perspectiva que pode inspirar abordagens interpretativas para compreender as práticas educativas e religiosas das mulheres da OASE em décadas anteriores.

No estudo sobre pastoras, protagonismo e poder pastoral, a tese de Rubens Ruprecht (2022) analisa a atuação das pastoras na IECLB e a consolidação da teologia ecofeminista, destacando os desafios de reconhecimento e cuidado pastoral. Embora centrada em um período

contemporâneo, a pesquisa ilumina a trajetória de institucionalização do ministério feminino, que se desdobra a partir das ações pioneiras das mulheres da OASE. Complementarmente, o artigo de Claudir Burmann (2025) oferece uma leitura teológica-histórica do protagonismo feminino na Reforma e na IECLB, reiterando a persistência das mulheres na luta por igualdade dentro da Igreja. Essa leitura reforça a ideia de que a visibilidade conquistada atualmente tem raízes em processos históricos anteriores àqueles vivenciados pelas integrantes da OASE.

Por fim, o eixo temático relacionado a OASE e as histórias locais de fé e protagonismo, a dissertação de Pamela Milbratz (2017), “Histórias das mulheres da Paróquia Apóstolo João”, utiliza a hermenêutica feminista para analisar a presença ou ausência das mulheres na história escrita da comunidade luterana. A autora evidencia o quanto as narrativas oficiais invisibilizaram as mulheres, mas também como é possível reconstruir suas trajetórias a partir de indícios e memórias. Essa abordagem local e micro-histórica é muito próxima à proposta dessa dissertação, pois também busca compreender a presença feminina nos contextos comunitários, especialmente entre 1920 e 1970, quando a OASE se consolidava como espaço de sociabilidade e fé entre mulheres imigrantes e descendentes de alemães.

Diante do exposto, os estudos analisados permitem identificar três eixos centrais de produção acadêmica sobre mulheres e luteranismo no Brasil: Eixo histórico-educativo: investiga as práticas e organizações femininas nas comunidades luteranas (OASE, fóruns, grupos locais) e suas relações com processos de ensino, cultura e fé. Eixo teológico-feminista: reflete sobre as contribuições da Teologia Feminista e as narrativas das mulheres como fonte teológica e eclesial. Eixo sociológico e político-religioso: analisa as relações de poder, hierarquia, migração e gênero na estrutura eclesiástica e nas dinâmicas identitárias das mulheres luteranas.

Ao realizar esse estudo pode-se perceber ainda lacunas relacionadas ao tema e objeto de pesquisa, apesar do crescimento das pesquisas sobre o protagonismo feminino na IECLB, ainda há escassez de estudos históricos voltados às décadas iniciais de organização da OASE e o envolvimento dessas mulheres nos processos educativos em suas comunidades, especialmente com foco regional, caso de Pelotas/RS. A maioria das produções se concentra em períodos recentes, pós 1990 e nas dimensões teológico-feministas contemporâneas.

3. Considerações finais

Diante desse panorama, torna-se evidente que a invisibilidade histórica das mulheres luteranas não pode ser compreendida apenas como ausência de registros, mas como produto de tensões entre tradição teológica, estruturas de poder e práticas educativas informais que

marcaram profundamente suas trajetórias. A OASE, nesse sentido, configura-se como espaço de formação e transformação, onde as mulheres elaboraram modos próprios de viver, ensinar e reinterpretar a fé em contextos permeados por desafios culturais, sociais e religiosos.

Assim, investigar a história dessas mulheres não significa apenas preencher lacunas historiográficas, mas reconhecer a amplitude de sua presença e a centralidade de seus processos formativos no contexto comunitário. Ao trazer essas trajetórias à luz, torna-se possível compreender que a educação vivenciada pelas mulheres luteranas ultrapassou os limites da instrução formal, configurando-se como um campo fundamental para o fortalecimento das comunidades, para a renovação do pensamento religioso e para a construção de espaços de autonomia e protagonismo feminino. Revisitar essa história, portanto, implica romper com a lógica de invisibilidade que por décadas marcou sua atuação e contribuir para a construção de uma narrativa da IECLB que considere as vozes e experiências das mulheres que sustentaram, de forma silenciosa e contínua, a vida da Igreja.

REFERÊNCIAS

BURMANN, Claudir. Protagonismo feminino, igreja e mulheres no ministério da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil a propósito dos 500 anos da Reforma. **Protestantismo em Revista**, São Leopoldo, v. 43, n. 1, 2017. Disponível em: <https://revistas.est.edu.br/PR/article/view/4040>. Acesso em: 10 nov. 2025.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; LOPES, Eliane Marta Teixeira. **Território plural: a pesquisa em história da educação**. 1. ed. São Paulo: Ática, 2010.

LABES, Katilene Willms. **Identidade e cultura indígena na perspectiva das mulheres de um grupo de OASE da IECLB: uma proposta para a (re)construção dos conhecimentos numa relação de alteridade**. 2017. 79 f. Tese (Doutorado em Teologia) – Faculdades EST, São Leopoldo, 2017.

MILBRATZ, Pamela. **Histórias das mulheres da Paróquia Evangélica de Confissão Luterana Apóstolo João: partes inspiradoras de um mosaico de protagonismo e fé**. 2018. 81 f. Dissertação (Mestrado em Teologia) – Faculdades EST, São Leopoldo, 2018.

PHILIPPSE, Rosane. As origens do fórum de reflexão da mulher luterana e relações de poder entre mulheres da IECLB. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA FACULDADES EST, 3., 2016, São Leopoldo. **Anais [online]...** São Leopoldo: Faculdades EST, 2016. v. 3, n. 1. Disponível em: <http://anais.est.edu.br/index.php/congresso/index>. Acesso em: 2 nov. 2025.

PHILIPPSEN, Rosane. **Encontros e resistências: o Fórum de Reflexão da Mulher Luterana, sua origem e contribuições às mulheres da IECLB**. 2018. 98 f. Dissertação (Mestrado em Teologia) – Faculdades EST, São Leopoldo, 2018.

PIRES, Joyce Aparecida. Entre reformadoras: mulheres e hierarquia religiosa na IECLB. **Vulnerabilidade, resistência e justiça**, São Leopoldo, v. 6, n. 1, 2019. Disponível em: <http://anais.est.edu.br/index.php/genero/article/view/910>. Acesso em: 5 nov. 2025.

PIRES, Joyce Aparecida. Imbricações entre religião, feminismo, migração e tradicionalismo gaúcho: uma análise a partir do feminismo luterano no Brasil. **Coisas de Gênero**, São Paulo, v. 10, n. 1, 2024. Disponível em: <https://revistas.est.edu.br/genero/issue/view/218>. Acesso em: 31 out. 2025.

PIRES, Joyce Aparecida. **“Nunca é feminista o suficiente”: mulheres e feminismos na Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil**. 2023. 239 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2023.

RUPRECHT, Rubens. **Pastoras da IECLB: percepções do seu cotidiano e repercussões contemporâneas**. 2022. 225 f. Tese (Doutorado em Teologia) – Faculdades EST, São Leopoldo, 2022.

SCHUCHARDT, Ketlin Lais. **“Em comunhão com as vidas das mulheres”: histórias, gênero e teologias**. 2021. 137 f. Dissertação (Mestrado em Teologia) – Faculdades EST, São Leopoldo, 2021.

WEIDUSCHADT, Patrícia; AMARAL, Giana Lange do. Memórias escolares: narrativas de professores leigos no contexto rural das escolas étnicas do município de Pelotas, RS (1940-1960). **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, v. 15, n. 3, p. 1006-1030, set.-dez. 2016. Disponível em: https://e-aula.ufpel.edu.br/pluginfile.php/2503034/mod_resource/content/1/1982-7806-che-15-03-1006.pdf. Acesso em: 24 nov. 2025

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE UMA PROFESSORA TEUTO-BRASILEIRA NA EDUCAÇÃO RELIGIOSA PRESERVADAS NO INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS (1980-2000)

Weliton Barbosa Kuster
Patrícia Weiduschadt

1. Introdução

No Estado do Rio Grande do Sul, durante a década de 60, mais precisamente no ano de 1966, era fundada a Escola Especial Concórdia, instituição de confissão luterana que voltou sua operação educativa aos alunos com surdez. Ao centro do seu processo de criação esteve a figura da professora Naomi Warth, esposa do então Reverendo Martim Carlos Warth.

Muitos anos antes, durante o período imperial brasileiro, nascia a primeira instituição para sujeitos surdos criada com o incentivo do Estado. À época, nomeado como Imperial Instituto dos Surdos-Mudos e conhecido nos dias de hoje (2025) como Instituto Nacional de Educação de Surdos, representou uma das gêneses das instituições educativas de atendimento especializado. Válido ressaltar, ainda, que mesmo que esse espaço educativo tenha surgido dentro de uma sociedade profundamente influenciada pelas crenças do catolicismo, sendo essa, inclusive, a religião declarada oficial pelo Estado Imperial, não foi uma instituição de confissão religiosa em nenhum momento de sua história, mesmo que tenha mantido um relacionamento significativo com a religião e a Igreja Católica (Silva, 2003).

Evidentemente que essas duas instituições possuem trajetórias significativamente diferenciadas no que tange ao trabalho que desenvolveram e às formas pelas quais se deram os caminhos das suas fundações, tendo a educação de surdos como único ponto de convergência entre seus aspectos, o que também não sugere um cruzamento tendo em vista as localidades em que esses espaços educativos operaram.

Nesse sentido, o presente escrito busca se aproximar a uma possível cooperação existente entre a Escola Especial Concórdia e o Instituto Nacional de Educação de Surdos referente às aulas de Ensino Religioso. O mote para a construção desse escrito une dois tempos de pesquisa desse autor. O primeiro, desenvolvido durante o Mestrado Acadêmico e que se debruçou sobre os aspectos religiosos luteranos da Escola Especial Concórdia¹ e, o segundo,

¹ Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas no ano de 2022 e intitulada “Dia por dia, milagre por milagre: luteranismo e educação de surdos na Escola Especial Concórdia (1966-1996). Essa pesquisa contou com o apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

ainda em construção, durante o Doutorado Acadêmico², que necessitou do acesso às fontes preservadas no Acervo Histórico do Instituto Nacional de Educação de Surdos.

Esse movimento de consulta às fontes promoveu um estranhamento a partir dos muitos materiais utilizados nas aulas de Ensino Religioso do Instituto Nacional de Educação de Surdos terem sido produzidos pela professora Naomi Warth e endereçados à Escola Especial Concórdia. O objetivo que se apresenta a partir disso, para essa escrita, é apresentar quais os aspectos da abordagem realizada por essa professora luterana nas suas aulas de Ensino Religioso e que se destinou também aos usos do Instituto Nacional de Educação de Surdos.

2. A Escola Especial Concórdia

O processo que deu início à futura fundação da Escola Especial Concórdia, no ano de 1966, contou com a presença direta e indireta da própria Igreja Evangélica Luterana do Brasil, além, como já mencionado, da figura central da professora Naomi Warth.

Na condição de esposa de pastor, Naomi manteve-se ligada as atividades da Igreja, mesmo que os luteranos não permitam ainda que exista um ministério encabeçado por mulheres.

De toda forma, cabia à professora Naomi a ministração das aulas sobre os ensinamentos de Jesus, da Bíblia e das crenças luteranas para as crianças filhas dos membros. Em determinada aula, Naomi solicita aos seus alunos que escrevam uma pequena redação e recebe como devolutivo o relato de uma de suas alunas a respeito dos seus irmãos surdos. Ela escreve:

Eu tenho 2 irmãos mudos. Mas eu mostro o retrato de Jesus e mostro que Jesus gosta deles e eles amam Jesus. Um dia vão falar, eu peço a Deus isso [...] Jesus, um dia eu e meus irmãozinhos vão cantar um hino que a minha professora ensinou (LINDEN, 1964, n. p.)

A forma com que a aluna Elizete Linden se refere aos seus irmãos, os chamando de “mudos”, reforça as marcas existentes com relação à surdez da época, já superadas. Ainda, a preocupação e extensão feita à figura de Jesus revelam o ambiente religioso em que essa criança estava inserida.

Segundo Beatriz Raymann (2001) que também é filha da fundadora, Naomi se solidariza com a situação apresentada por essa aluna e decide por realizar uma visita a essas crianças. Devido à falta de preparo para lidar com uma linguagem que não era oralizada, o encontro gerou poucos frutos.

² Processo de doutoramento sendo desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas e que busca analisar a influência do discurso religioso católico no campo da educação de surdos. Essa pesquisa também conta com o apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

A oportunidade de aperfeiçoamento surge naquele mesmo ano por meio do Reverendo Martim Carlos Warth. No ano de 1964 ele recebe uma bolsa de estudos para a Universidade de Missouri, nos Estados Unidos, direcionando seus estudos para a teologia e ao trabalho junto a um curso de mestrado em Teologia Sistemática (Raymann, 2001). Toda a família muda-se para os Estados Unidos e Naomi aproveita dessa oportunidade para conhecer, em St. Louis, o Dr. Richard Silverman, e buscar um espaço de estudos no Instituto Central para Surdos, afiliado à Universidade de Washington. Naquele momento, a Língua Americana de Sinais possuía uma significativa circulação pelo país e serviu como importante aporte para aquela fase de aprendizados. Em Saint Louis estava localizada, também na comunidade luterana norte-americana, o Seminário Concórdia, que ofertava um curso de linguagem de sinais que contou com a participação de Naomi e Beatriz.

Ao retornar ao Brasil, Naomi reestabelece o contato com as crianças surdas e percebe outras necessidades que atravessavam aquele contato, como elas não terem sido alfabetizadas, um espaço apropriado, equipamentos específicos e outros profissionais qualificados. Mesmo com alguns entreves mais complexos de serem resolvidos, os encontros continuam acontecendo e, com o tempo, vão crescendo em número de crianças que eram encaminhadas por pais que sabiam do trabalho que estava sendo desenvolvido a partir do contato com a comunidade luterana. Nesse cenário, mesmo que essa nunca tenha sido a intenção primeira, Naomi funda a Escola Especial Concórdia (Kuster, 2022).

A história dessa escola especial é composta por diferentes momentos institucionais. Nos seus primórdios, as atividades educativas eram desenvolvidas dentro da residência dos próprios Warth. Com o correr dos anos e o aumento do público, a instituição passa para o porão do Seminário Concórdia, na cidade de Porto Alegre, que era anteriormente utilizado para as atividades culturais da comunidade luterana. Esse foi o espaço em que ela ocupou por 18 anos, passando a ser conhecida, inclusive, como uma escola de porões (Kuster, 2022). De acordo com Beatriz Raymann (2001):

[...] o porão da residência dos Warths tornou-se o centro de audiolgia/ terapia de discurso, com um audiômetro, uma cabine de teste, um treinador de fala, e um local para atividades de ritmo. Outro porão foi o da casa dos Raymann. A filha de Martim e Naomi, Beatriz, casou-se com um pastor, Rev. Acir Raymann, também um professor do Seminário que morava no campus. Seu porão tornou-se, em 1979, o primeiro programa de Pais e Filhos, um centro de demonstração caseiro, baseado na experiência de Beatriz Raymann no Instituto Central para os Surdos (St. Louis) [...] (Raymann, 2001, n.p).

Com o passar do tempo, o trabalho que a Escola Especial Concórdia desenvolvia recebeu um aumento de contatos sociais e burocráticos que gerou um processo de busca mais

acentuada pela instituição. Desse modo, o corpo discente passa a se ampliar, fazendo com que mais professores, funcionários e equipamentos também apontasse como uma necessidade. É diante desse cenário que um espaço mais amplo e preparado para atender as demandas dos alunos passa a ser considerado.

O plano original foi concebido por volta dos anos 1973-1974, mas levou cerca de 10 anos para ser totalmente finalizado. A construção de fato iniciou no ano de 1978 depois de finalizados os trâmites que envolveram a compra do terreno. Em um primeiro momento, a própria Escola Especial Concórdia realizava os pagamentos por meio de prestações, até que não conseguiu mais manter os pagamentos em dia e recebeu o auxílio da comunidade luterana por meio da figura do Rev. Martin Carlos Warth que articula a doação do terreno para a escola.

O investimento que permitiu a construção do novo prédio partiu de uma rede de apoio firmado no alinhamento entre a comunidade luterana tanto dentro do Brasil quanto para além dessas fronteiras. Um dos aspectos mais importantes da história dessa instituição foi o seu relacionamento com entidades estrangeiras que financiaram o trabalho que a Escola Especial Concórdia desenvolvia. Uma das mais destacadas, para citar um exemplo, era a Christian Blind Mission, da Alemanha, cujo objetivo era melhorar a qualidade de vida de pessoas com necessidades específicas em comunidades em situação de pobreza no mundo (Taylor, 2005).

Os objetivos educacionais defendidos pela instituição se dividiam em três vertentes principais. Os objetivos gerais atravessavam todas as instâncias do ensino e havia também objetivos específicos traçados para a Educação Infantil e para o Ensino Médio. Era preocupação da escola que todas as capacidades do aluno fossem exploradas e, revelando a intensa ligação com o caráter religioso, também ser grato a Jesus em todo e qualquer ato (Kuster, 2022).

Esse foi um dos aspectos que orientou muitos dos desenvolvimentos dessa instituição. A presença do luteranismo pressupunha que o desenvolvimento dos alunos deveria se dar a partir de uma perspectiva humana e cristã. A partir desse mote, as aulas de Ensino Religioso recebiam um direcionamento específico, devendo se manter atento à transmissão dos princípios espirituais e em aprofundar as vivências dos alunos voltadas para a fé. A gestão da instituição acreditava que a ausência do ensino religioso caracterizava uma falha na formação do aluno, e por essa razão a Escola Especial Concórdia oportunizava aos seus alunos conhecerem a Deus, sua obra e seu amor pelos homens quando mandou seu filho Jesus para que salvasse toda a humanidade (Warth, s.d.).

Esse foi um dos princípios que diferenciaram esse espaço educativo de outros direcionados aos sujeitos surdos. A Igreja Evangélica Luterana do Brasil posicionava a Escola

Especial Concórdia como uma das suas estratégias para aproximar o público dessa instituição do luteranismo transformando-o em membros ativos (Kuster, 2022).

A operação educativa desenvolvida pela Escola Especial Concórdia a posicionou como uma instituição destacada no cenário social, reconhecida a nível regional e nacional, sendo uma instituição cujos alunos alçaram caminho ao Ensino Superior e a Pós-Graduação, tendo alunos com proeminente trajetória intelectual e política. Mesmo assim, suas atividades foram descontinuadas no ano de 2019. Nesse tempo, a Escola Especial Concórdia fazia parte da rede de instituições privadas da Universidade Luterana do Brasil que respaldou a decisão do fechamento no fato de não existirem mais recursos financeiros que pudessem manter esse espaço em funcionamento pleno.

Uma vez que existia essa acentuada preocupação com as aulas de Ensino Religioso, a professora Naomi Warth produziu uma série de materiais para o uso nessas aulas, materiais esses que, como já mencionado, foram encontrados no Acervo Histórico de outra instituição para surdos cuja trajetória se estende até os dias atuais (2025), mas que expressou seu surgimento em tempos mais pretéritos dos que aqueles vividos pela Escola Especial Concórdia.

3. O Instituto Nacional de Educação de Surdos

Foi durante o reinado do então Imperador Dom Pedro II (1825-1891) no período denominado pela historiografia como Brasil Império (1822-1889) que o movimento que deu origem ao surgimento do Instituto Nacional de Educação de Surdos, chamado, à época, de Imperial Instituto dos Surdos-Mudos³, teve início.

Edouard Huet (1822-1882) é um dos sujeitos centrais na discussão que antecedeu a fundação desse espaço. Professor de surdos, teve sua trajetória ligada a instituições para surdos em países da Europa. Na França, atuou como professor no Instituto Nacional de Paris e também foi diretor do Instituto de Surdos-Mudos de Bourges (Pinto, 2006).

Sua vinda do Brasil tinha como objetivo a criação de uma escola para surdos; portanto, trouxe consigo uma carta de apresentação tecida pelo próprio Ministro da Instrução Pública da França, à época. Huet não encontrou dificuldades quando apresentou seu projeto, recebendo apoio do Governo Imperial para a criação da entidade pretendida (Rocha, 2008). Ainda de acordo com Solange Rocha (2008):

No relatório entregue ao imperador, Huet apresentou duas propostas para que o governo ajudasse na criação do colégio, já que, segundo ele, a maioria dos surdos

³ A nomenclatura “surdos-mudos” denuncia os entendimentos existentes a respeito da surdez daquele tempo. Hoje, é um termo superado.

pertencia a famílias pobres e, portanto, sem condições de arcar com as despesas relativas à educação. Em uma, o colégio seria de propriedade livre (particular), com uma concessão de bolsas e alguma subvenção por parte do Império; em outra, as despesas totais seriam assumidas pelo Império (pública). Caberia ao imperador a decisão. No entanto, Huet argumentava que, por ter experimentado os dois modos como diretor no Instituto de Surdos-Mudos e Bourges, considerava o modelo privado com subvenções nacional e particular o mais adequado (Rocha, 2008, p. 28).

O Governo Imperial se movimentou para que a instituição, em caráter privado, dê início aos seus trabalhos em 1º de janeiro do ano de 1856. O curso fora pensado para durar 6 anos e o foco do ensino estava associado às atividades agrícolas, em conformidade com as características socioeconômicas que definiam o Brasil daquele tempo.

A proposta de ensino apresentada por Huet no que tange às disciplinas a serem ministradas contava com: Língua Portuguesa, Aritmética, Geografia, História do Brasil, Escrituração Mercantil, Linguagem Articulada, Doutrina Cristã e Leitura sobre os Lábios. O regulamento interno apontava também que o Instituto tinha por objetivo promover a educação intelectual, moral e religiosa dos surdos de ambos os sexos que se achavam em condições de recebê-la e prepará-los segundo a aptidão e necessidade de cada um ao exercício de uma arte mecânica ou liberal (Artigo 2º).

O Instituto funcionava em regime de internato e recebia alunos de ambos os sexos mediante o pagamento de uma pensão anual que era utilizada para cobrir a alimentação, moradia e o acesso à educação (Cabral, 2015).

Em seus primórdios, essa escola para surdos funcionou nas dependências do colégio carioca M. De Vassimon. Em abril do ano de 1856, Huet se dirige à Comissão Diretora, responsável por acompanhar o trabalho realizado pelo instituto. Segundo Solange Rocha (2008):

Naquela oportunidade, discorreu sobre a situação econômica da Instituição, destacando a importante ajuda do Teatro de São Januário, que concedeu um benefício permitindo sanar as dívidas do Instituto. Huet ressaltou também a generosidade do imperador D. Pedro II que contribuiu com alguma subvenção. Ainda argumentou que raramente um estabelecimento dessa natureza pode caminhar por si só e que na Europa essas instituições necessitam de caridade de particulares. Além disso, solicitou outro lugar para o Instituto funcionar, já que era necessário se submeter às regras do colégio que ocupava, não podendo aumentar o tempo de aula, das 10h às 12h e das 15h às 17h (Rocha, 2008, p. 30).

É importante ressaltar que o caráter de caridade assumido pela oferta dessa educação era evidente. Maria Aparecida Soares (2008) afirma que a educação comum esteve sempre associada ao direito de liberdade e igualdade, ao passo que a educação de surdos estava arraigada a ideia de caridade, não obtida por meio da luta, mas sim pelo apelo, pois era necessário que se ressaltasse o infortúnio para que então se adquirisse a benevolência (Soares,

1999). A educação de surdos, ainda segundo a autora, estava firmada no escopo da caridade e da filantropia uma vez que esses sujeitos não se enquadravam junto aqueles que tinha prioridade no recebimento da instrução, mas também não estavam postos junto aqueles que faziam parte do "mundo da desordem", restando a eles a assistência e o cuidado (Soares, 1999).

Algumas discordâncias dentro da administração do Instituto começam a surgir a partir dos conflitos entre Huet e o marquês de Abrantes, que fazia parte de uma comissão instituída por D. Pedro II para ajudar na administração do Instituto. Abrantes se exonera da presidência dessa comissão abrindo espaço para que o marquês de Olinda assumisse a função (Brasil, 1898). A respeito da saída de Huet do Instituto, Rocha (2008) traz:

A saída de Huet da direção do Instituto está registrada num documento datado de 13 de dezembro de 1861. Nele, é descrita a reunião convocada pelo marquês de Abrantes para que este apresentasse à comissão diretora os acertos que fizera com Huet para a sua saída (Rocha, 2008, p. 34).

O Governo Imperial tinha interesse em manter o Instituto sob sua égide, e por isso atende as concessões feitas pelo professor Huet. Para que o Instituto se mantivesse ativo, a política de subvenções também se mantém. Nessa roupagem, o Instituto é projetado para uma administração que se desenhasse por meio das intervenções do governo que passou a separar as funções de diretor e professor do corpo profissional e a incorporar as disposições já existentes no Regulamento de Instrução Primária e Secundária da Corte (Cabral, 2015).

O quadro ficou composto da seguinte forma: diretor, um professor, uma professora, capelão, inspetor e inspetora dos alunos, roupeiro, enfermeira, despenseiro, criada, cozinheiro e quatro funcionários serventes. O instituto admitia gratuitamente até 16 alunos considerados pobres e cuja permanência nesse espaço era garantida pelos recursos do Governo Imperial (Brasil, 1867). Além disso, as disciplinas adotadas eram as seguintes:

Leitura Escrita, Doutrina Cristã, Aritmética, Geometria com ênfase no Brasil, Geometria Elementar, Desenho Linear, Elementos de História, Português, Francês e Contabilidade. Após a publicação desse regulamento, o marquês de Olinda deixou de acompanhar o trabalho no Instituto, transferindo essa responsabilidade para a Secretaria de Estado dos Negócios do Império (Rocha, 2008, p. 35).

Uma figura importante para a história do Imperial Instituto dos Surdos-Mudos é a de Tobias Rabello Leite. Médico, fora chefe da Seção de Saúde Pública, dos Estabelecimentos de Beneficência e Socorros Públicos e ainda da Secretária de Estado dos Negócios do Império. Coube a ele a produção de um relatório que concluiu que dentro do Imperial Instituto dos Surdos-Mudos não havia ensino, mas que ele operava como um asilo para pessoas surdas (BRASIL, 1898). Cabral (2015) aponta que, posteriormente:

Tobias Leite foi encarregado da elaboração de novo regimento interno, aprovado pela decisão n. 195, de 26 de maio de 1868. Esse regimento estava voltado para as questões de organização interna do instituto, como o estabelecimento dos deveres dos empregados e alunos, regime disciplinar e as penas a que estavam sujeitos os infratores, bem como as rotinas burocráticas necessárias ao seu funcionamento. E, em agosto desse mesmo ano o médico foi nomeado diretor da instituição, cargo que exerceu até sua morte, em 1896 (Cabral, 2015, n.p.).

O trabalho que Tobias Leite desenvolveu encontrou respaldo nos regimentos do Império e vigorou até o início do período republicano brasileiro, no ano de 1889. Contando com:

Além do diretor, o instituto contava em sua estrutura com capelão, dois professores de linguagem escrita, um de linguagem articulada e leitura dos lábios, um de matemática, geografia e história do Brasil, um de desenho, um médico, um escriturário e agente, roupeiro e despenseiro, um inspetor para cada turma de 25 alunos, um mestre de ginástica e serventes. Haveria um repetidor para cada cadeira de linguagem escrita e um para a cadeira de matemática, de geografia e história. Os alunos poderiam frequentar o curso no regime de internato ou externato, limitado a 100 o número dos primeiros. O governo imperial poderia mandar admitir até 30 alunos como pensionistas gratuitos, já os mantidos pelas províncias eram considerados contribuintes (Cabral, 2015, n.p.).

Percebe-se que o número de professores recebe um aumento expressivo além de uma divisão melhor estabelecida entre as disciplinas que eram ofertadas. É importante enfatizar que nem todos os professores que atuavam dentro do Instituto possuíam domínio de uma linguagem gesticulada uma vez que se pontua a atuação dos alunos repetidores para as disciplinas de linguagens, matemática, geografia e história. Em suma, alunos repetidores eram aqueles que alcançavam um rendimento mais destacado e recebiam outros alunos para ficarem sob a sua tutela e com quem deveriam repetir a lição trazida pelo professor. Essa era uma prática comum dentro do Imperial Instituto dos Surdos-Mudos.

A respeito da atuação desse espaço educativo e da projeção que ele alcança, Lanna Júnior (2010) infere que:

Diferente de seus congêneres europeus que serviram como modelo, o Instituto dos Surdos-Mudos desde sua fundação foi considerado uma instituição de ensino, não uma entidade assistencial, ainda que não tenha conseguido de imediato atingir esse ideal, constituindo-se precocemente como objeto da ação do Estado imperial voltada para os surdos (Lanna Júnior, 2010, p. 23).

4. O ensino religioso luterano em uma instituição laica

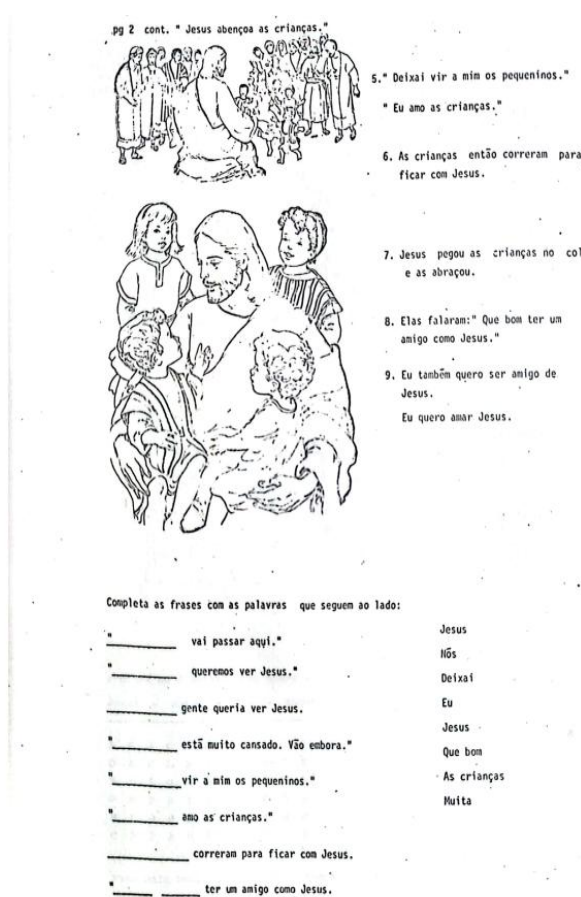
Diferente da Escola Especial Concórdia que, infelizmente, teve as suas atividades descontinuadas, o Instituto Nacional de Educação de Surdos mantém-se como uma das instituições mais importantes para a educação de sujeitos surdos do Brasil ainda em atividade e com uma trajetória que se estende ao longo de muitos anos.

Novamente, diferente da Escola Especial Concórdia que professou a sua confessionalidade religiosa luterana desde o seu surgimento, o Instituto Nacional de Educação de Surdos, como já aferido, não se configurou como uma instituição educativa religiosa em nenhum momento da sua trajetória. Entretanto, manteve-se ligada, direta e indiretamente, com a religião católica por ter sido fundado quando esse seguimento religioso era considerado a religião oficial do Estado

Os materiais produzidos pela professora Naomi Warth e direcionados às aulas de Ensino Religioso foram encontrados junto ao corpo documental presente no Acervo Histórico do Instituto Nacional de Educação de Surdos, na cidade do Rio de Janeiro. Esse Acervo em questão se destina a salvaguardar documentos referentes a história do Instituto e da história da educação dos surdos de modo geral.

Os materiais encontrados foram produzidos em folha de ofício no tamanho A4 (21cm por 29,7 cm) e não aparentavam ser originais, mas cópias produzidas em maior escala para serem distribuídas aos alunos. Possuíam imagens religiosas da figura de Jesus junto a crianças e alguma atividade na sequência. Como exemplo, temos a figura 1:

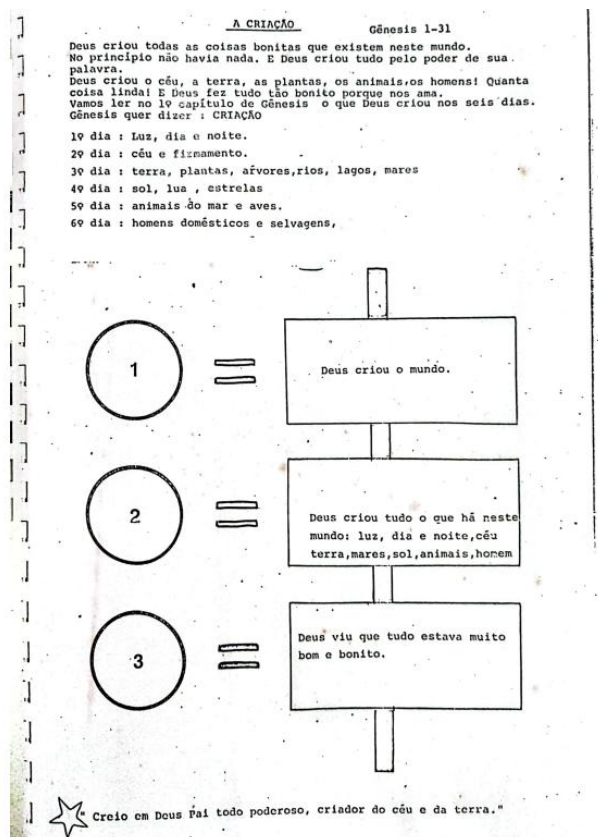
Figura 1: Atividade religiosa: imagens de Jesus com crianças.



Fonte: Acervo Histórico do Instituto Nacional de Educação de Surdos

Nesse exemplo, pode-se perceber a figura de Jesus cercada por crianças. Além disso, a atividade também associa Jesus ao cuidado com os pequenos. O exercício destinado aos alunos orientava que as frases fossem completadas a partir de algumas palavras que reforçavam essa associação. A seguir, a figura 2:

Figura 2: Atividade de leitura religiosa.



Fonte: Acervo Histórico do Instituto Nacional de Educação de Surdos

Nesse exercício, que mesmo não possuindo imagens de figuras divinas, ainda assim preserva a ligação com a Bíblia e os ensinamentos cristãos. Aqui, a ênfase é dada à criação do mundo por Deus, com o exercício proposto sendo a leitura da própria Bíblia no livro que narra esse momento.

Além dos exercícios direcionados aos alunos, o Acervo Histórico do Instituto Nacional de Educação de Surdos registra manuais construídos pela professora Naomi Warth e direcionados para outros professores com propostas de atividades a serem desenvolvidas nas aulas de Ensino Religioso. Nos objetivos planejados, os alunos deveriam, a partir dessas atividades:

Conhecer e amar Jesus; Sentir gratidão por este amor; Saber que Jesus o ama; Amar Jesus e trazer outros para este amor; Saber que Jesus lhe perdoa e que é seu salvador; Saber que Jesus o conhece pelo nome e se preocupava com ele; Saber que Jesus está sempre perto e conhece os seus problemas; Confiar em Jesus como seu ajudador, pedir ajuda, agradecer; Reconhecer a presença de Jesus ao seu lado; Saber e reconhecer de

que necessita de um salvador; Sentir tristeza pelos seus pecados e alegria na ressurreição de Jesus e certeza na vida eterna pelo perdão dos pecados; Confiar em Jesus como seu melhor amigo; Reconhecer Jesus como seu melhor amigo; Reconhecer que pode falar com Jesus como seus pais; Reconhecer que recebe tudo de Deus por amor; Refletir o amor de Deus em sua vida como os alunos; Orar, agradecer, pedir perdão e perdoar outros; Dobrar as mãos ao fazer oração no início e final da aula e nas refeições; Desenvolver hábitos de atenção e concentração; Familiarizar-se com diversos materiais bíblicos que lhe possibilite uma auto-expressão; Desenvolver memória visual; Responder perguntas sobre as histórias bíblicas apresentadas; Memorizar e sinalizar pequenas orações, hinos e versículos bíblicos; Relatar pequenas histórias bíblicas na sequência apresentada; Descrever caracteres físicos de personagens; Reconhecer a importância e os objetivos das aulas de religião; Reconhecer e identificar por meio da leitura labial, fala, alfabeto manual, linguagem de sinais, figuras da história bíblica em questão; Dramatizar histórias e parábolas; Participar do coro falado e sinalizado; Respeitar o coleguinha e todos que trabalham na escola e em casa; Conscientizar-se do conceito de amor ao próximo (Warth, n.p., n.d.).

Esse conjunto de objetivos revela que concepções pedagógicas orientavam a professora Naomi em sua proposta para as aulas de Ensino Religioso. Por um lado, existia uma preocupação voltada para a formação espiritual e a internalização da fé, e, por outro, uma formação mais disciplinar e comportamental.

Nesse sentido, é possível perceber que os conteúdos doutrinários eram objetivados em vista de uma consolidação cristã, do mesmo modo que as condutas e as atitudes também eram visadas a partir de uma ideal cristão. Sendo esses alunos caracterizados pelas suas necessidades específicas, nesse caso, a surdez, os recursos metodológicos acionados diferem-se daqueles vistos em turmas para ouvintes, como o alfabeto manual, a leitura labial e a linguagem de sinais.

Mesmo assim, o objetivo central continuava sendo integrar esse aluno a um amplo conhecimento sobre a fé. Em última análise, os objetivos pretendidos pelo manual da professora Naomi apontam para práticas educativas que estivessem preocupadas com a religiosidade cristã.

4. Considerações finais

Ainda que o movimento de acesso aos manuais e as atividades desenvolvidas pela professora Naomi Warth em seu contexto de educação religiosa luterana encontrados em uma instituição laica, nesse caso, o Instituto Nacional de Educação de Surdos, seja recente e, portanto, esse é uma fonte que está sendo cotejada, algumas reflexões podem ser suscitadas.

Os manuais carregavam como um dos seus principais objetivos a consolidação dos conhecimentos bíblicos e a fixação deles nos alunos por meio de exercícios de repetição e atividades de memorização. Essa preocupação em fixar conteúdos religiosos e um dos aspectos que caracteriza projetos educacionais confessionais.

Entretanto, uma vez que esses materiais estão preservados e foram utilizados no contexto de uma instituição laica, outros significados podem ser percebidos. Primeiro, em se tratando da educação de surdos, é possível aferir uma lógica de cooperação e de compartilhamento de saberes que ultrapassava fronteiras entre instituições. Nessa esteira, as práticas que originalmente haviam sido pensadas para a formação religiosa de alunos inseridos em uma instituição guiada por essa vertente foram inseridas em outro espaço que, em tese, deveria possuir uma pedagogia que priorizasse princípios laicos.

Outra análise que se apresenta é a falta de materiais pedagógicos sobre religião atentos as especificidades da surdez, o que pode ter legitimado a busca por instrumentos utilizados e elaborados por escolas confessionais. Em última análise, é viável aferir a influência do luteranismo educacional no campo da educação de surdos e os limites entre o religioso e o laico na constituição desse mesmo campo, que se estende também a outros espaços do Brasil para além dos educativos. Por fim, no movimento de preservação operado pelo Instituto Nacional de Educação de Surdos, as práticas de ensino religioso de uma professora teuto-brasileira e luterana, foram legitimadas, ainda que tensionassem a identidade institucional desse espaço educativo.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei n. 939, de 26 de setembro de 1857. Fixa a despesa e orça a receita para o exercício de 1858-1859. **Coleção das Leis do Império do Brasil**, Rio de Janeiro, 1867.
- CABRAL, Rosângela, de Melo. M. **Desafio docente no processo de alfabetização de surdos e ouvintes**. - Libras, UFPB. João Pessoa, 2016.
- KUSTER, Weliton Barbosa. **Dia por dia, milagre por milagre: luteranismo e educação de surdos na Escola Especial Concórdia (1966-1996)**. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2022.
- LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins. História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010.
- LINDEN, Elizete. [Redação apresentada em uma aula de Ensino Religioso da Igreja Evangélica Luterana do Brasil]. Porto Alegre, 1964.
- PINTO, Fernanda Bouth. **O silencioso despertar do surdo mudo brasileiro**. **Revista de História e Estudos Culturais**. Universidade Federal de Uberlândia / Uberlândia, 2006.
- RAYMANN, Beatriz Carmen Warth. Family factors as predictors for academic development and progress: a self-report by hearing parents of deaf university students and by deaf university students. United States: Wisconsin International University, 2001.

ROCHA, Solange. O INES e a educação de surdos no Brasil: aspectos da trajetória do Instituto Nacional de Educação de Surdos em seu percurso de 150 anos. Instituto Nacional de Educação de Surdos – Divisão de Estudos e Pesquisas – Rio de Janeiro, 2008.

SILVA, Fabiany de Cássia T. **As relações entre ensino, aprendizagem e deficiência mental desenhando a cultura escolar**. Tese de doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2003.

SOARES, Maria Aparecida Leite. **A educação do surdo no Brasil**. Bragança Paulista: Edusf, 1999.

TAYLOR, Ina. **Religião e vida com Cristianismo**. São Paulo: Heinemann, 2005.

WARTH, Naomi. [Documento Oficial da Escola Especial Concórdia]. Porto Alegre, s.d.

WARTH, Naomi. Manual de atividades de ensino religioso para alunos deficientes auditivos. Porto Alegre, s.d.

INCENTIVOS À MIGRAÇÃO, ABANDONO AO NEGRO: A FACE OCULTA DA DEMOCRACIA BRASILEIRA

Rejane de Oliveira Gomes

1. Introdução

No pós-abolição, a população negra foi deliberadamente marginalizada do novo projeto de nação. Sem acesso à terra, à educação e ao trabalho formal, homens e mulheres negras foram empurrados para as periferias urbanas, para o subemprego e para condições de vida precárias. Segundo Fernandez (1978), a sociedade brasileira, ao invés de integrar os libertos, optou por preservar as hierarquias raciais do período escravista, mantendo a cor da pele como marcador social de inferiorização.

O lado curioso dessa ambígua situação de transição aparece na saída espontânea que se deu a esse drama de consciência. Sem nenhuma espécie de farisaísmo consciente, tende-se a uma acomodação contraditória. O preconceito de cor é condenado sem reservas, como se constituísse um mal em si mesmo, mais degradante para quem o pratique do que para quem seja sua vítima. (Fernandes, 1978, p. 38).

Fernandes (1978) critica a leitura harmônica proposta por Freyre (2003), argumentando que a miscigenação não foi sinônimo de igualdade, mas um mecanismo ideológico que ajudou a ocultar o racismo estrutural e manter a hierarquia racial no Brasil. Para ele, o mito da democracia racial criou uma “falsa consciência” sobre as relações raciais, dificultando a luta por direitos e a afirmação da identidade negra no pós-abolição.

O sociólogo Gilberto Freyre e outros intelectuais da época propagaram a ideia de que a miscigenação naturalizava as relações raciais, distanciando o Brasil do racismo explícito observado em países como os Estados Unidos da América. Essa narrativa colocou a imigração branca como um componente essencial da suposta democracia racial nacional.

O brasileiro é, antes de tudo, um ser mestiço, no corpo e na alma. A miscigenação que, em outras partes, foi motivo de decadência, entre nós parece ter sido o contrário: fator de democratização das relações sociais e de flexibilidade na formação nacional. Foi a mestiçagem que nos deu não apenas um corpo mais aclimatado aos trópicos, mas também uma cultura mais maleável, capaz de harmonizar contrastes e absorver diferenças. Se, na Europa, a pureza racial foi ideal de separação e intolerância, no Brasil a mistura constituiu-se como princípio de adaptação e convivência. Da fusão de senhores e escravizados, de brancos, negros e índios, nasceu uma sociedade que, embora hierarquizada, soube encontrar uma forma de equilíbrio tropical. É nessa harmonia aparente, nesse convívio entre desiguais, que reside o segredo da nossa formação social (Freyre, 2003, p. 52-53).

Como vemos na citação, a estratégia de atrair imigrantes veio acompanhada de teorias racistas como a eugenia, que apoiavam o branqueamento como progresso nacional. O mito da

democracia racial serviu como base para criminalizar os negros e absolver os imigrantes de responsabilidade pelas desigualdades geradas a essa população que foi ceifada em todas as suas potencialidades e reduzida a objetos ou coisificados

Embora retratado como terra de cordialidade, o Brasil consolidou um racismo estrutural que privilegia brancos e europeus, enquanto discrimina todas as pessoas não-brancas. Para isso, importantes estudiosos, como Florestan Fernandes (1920-1995), Roger Bastide (1898-1974), Abdias do Nascimento (1914-2011), Carlos Hasenbalg (1942-2014) denunciaram esse mito que impedia o país de reconhecer sua dívida histórica, pois negava a existência do racismo ao naturalizar as desigualdades.

Imigrantes eram celebrados como engrandecedores da nação, enquanto os problemas enfrentados pela população negra pós-abolição permaneciam invisíveis. A idade entre imagem e ausência de dados raciais nos primeiros censos reforçou essa cegueira, pois permitia ao Estado sustentar a narrativa de harmonia racial sem precisar fundamentá-la em evidência. A historiografia revela que essa omissão incluiu apagamentos deliberados sobre as condições de vida e dificuldades dos negros a sua realidade.

Hoje, a crítica ao mito da democracia racial se intensifica, destacando que as desigualdades raciais não apenas persistem, mas foram legitimadas por uma política estatal, que apoia imigrantes enquanto subjuga a população negra. Reconhecer essas contradições históricas, é essencial para construir políticas antirracistas efetivas e desconstruir os vestígios desse mito na sociedade brasileira.

2. O pós-abolição e as políticas de exclusão

Simultaneamente, o governo imperial e, posteriormente, a República, implementaram políticas explícitas de incentivo à imigração europeia, especialmente de italianos, alemães e portugueses. Essa política visava não apenas suprir a demanda por mão de obra nas lavouras de café, mas também branquear a população brasileira, numa tentativa de modernização racial inspirada nas teorias racistas do século XIX. O objetivo era criar um trabalhador livre, mas de origem europeia, considerado mais civilizado e apto ao progresso nacional.

Thomas Skidmore é fundamental para discutir o projeto de branqueamento da nação brasileira ele analisa como, no final do século XIX e início do XX, o Estado e as elites intelectuais viam o embranquecimento como um caminho para o progresso. Ele mostra que o branqueamento foi um projeto estatal, influenciado por teorias eugenistas e pelo darwinismo social, sustentando a crença de que a “melhoria” da raça traria também o avanço moral e econômico do país. Essa ideologia justificou políticas de incentivo à imigração europeia e o

abandono do povo negro, consolidando o racismo estrutural sob a aparência de modernização nacional. Conforme Skidmore “As elites brasileiras acreditavam que, através da imigração europeia e da miscigenação controlada, poderiam ‘aperfeiçoar’ racialmente a população, criando uma nação mais branca e, portanto, mais civilizada” (1976, p. 65).

Essa predileção pelo colono europeu traduziu-se em incentivos econômicos e sociais. Os imigrantes recebiam terras, moradia, ferramentas e contratos, enquanto os ex-escravizados eram deixados sem qualquer suporte. Assim, o Brasil pós-abolição consolidou uma estrutura social racialmente hierarquizada, na qual a população negra continuou sendo explorada, agora sob o discurso da liberdade.

As elites políticas e intelectuais da época difundiram o mito do branqueamento, segundo o qual a miscigenação e o incentivo à imigração europeia melhorariam a população brasileira. Essa ideologia racista, fortemente influenciada pelo darwinismo social e pelo pensamento eugenista, orientou as políticas públicas do final do século XIX e início do XX veja o que nos diz Schwarcz, sobre esse processo:

O pensamento social da época também acabará sendo influenciado por esse tipo de reflexão, reorientando-se antigos debates teóricos. Assim, enquanto a etnografia cultural adaptava a noção monogenista aos novos postulados evolucionistas, darwinistas sociais ressuscitavam, com nova força, as perspectivas poligenistas de inícios do século. Era preciso pensar na antiguidade da “seleção natural” e na nova realidade que se apresentava: a mestiçagem racial. Questão fundamental, a mistura de raças na versão poligenista apontava para um fenômeno recente. Os mestiços exemplificavam, segundo essa última interpretação, a diferença fundamental entre as raças e personificavam a “degeneração” que poderia advir do cruzamento de espécies diversas. Com respeito a essa noção, conviviam, inclusive, argumentos variados. Enquanto Broca defendia a ideia de que o mestiço, à semelhança da mula, não era fértil, teóricos deterministas como Gobineau e Le Bon advogavam interpretações opostas, lastimando a extrema fertilidade dessas populações que herdavam sempre as características mais negativas das raças em cruzamento. O certo, porém, é que a miscigenação, com a sua novidade, parecia fortalecer a tese poligenista, revelando novos desdobramentos da reflexão. As raças humanas, enquanto “espécies diversas” deveriam ver na hibridação um fenômeno a ser evitado. Portanto, se a adaptação monogenista do darwinismo. (Schwarcz, 1993, p. 46,47).

Nessa passagem, Schwarcz explica como o discurso científico e institucional foi utilizado para sustentar a ideologia do branqueamento e consolidar o racismo como estrutura do Estado e da sociedade. A autora demonstra que o racismo brasileiro não se expressou apenas por meio da escravização, mas também pela produção de conhecimento e políticas públicas, que transformaram a exclusão racial em projeto de modernização nacional.

Vemos que o Estado brasileiro aboliu a escravização, mas não o racismo. A ausência de políticas de reparação e a institucionalização do privilégio branco criaram as bases para o que ela chama de racismo estrutural, um sistema de exclusão que naturalizou a pobreza e a

marginalização negras, ao mesmo tempo em que garantiu aos brancos o acesso privilegiado à cidadania e à mobilidade social.

É visível que o governo não ofereceu terra, educação, emprego ou moradia, por acreditar que este povo não sobreviveria por muito tempo, numa lógica genocida de deixar morrer. Aqui é importante citar o conceito de necropolítica, que foi desenvolvido pelo filósofo camaronês Mbembe (2018), e diz respeito ao poder exercido pelo Estado de decidir quem vive e quem morre, ou seja, quem é considerado sujeito de direitos e quem é descartável dentro da lógica do poder. Para Mbembe, nas sociedades pós-coloniais, a dominação política não se dá apenas pelo controle da vida como propôs Michel Foucault com a noção de biopolítica, mas também pelo direito soberano de expor determinados grupos à morte. Conforme o autor, “a necropolítica consiste nas diversas maneiras quais o poder soberano define quem importa e quem não importa, quem é descartável dentro da lógica da dominação e da economia contemporânea. (Mbembe 2018, p. 27).

Essa lógica se traduz, no Brasil, na morte física e simbólica da população negra nas prisões superlotadas, na violência policial, na negação de direitos, e nas condições precárias de vida impostas às mulheres negras, às juventudes periféricas e às comunidades tradicionais. Assim, o racismo, que no período escravista era justificado pelo direito de propriedade, hoje se reconfigura como um poder de morte institucionalizado, mantido pelo Estado e pela indiferença social. O jurista Silvio Almeida (2019) complementa essa análise ao afirmar que o racismo estrutural é o mecanismo que organiza a necropolítica, pois é ele que define quem será exposto à precariedade e quem será protegido pela estrutura estatal. Em suas palavras, “a morte do negro é tratada como efeito colateral de um sistema que naturaliza o sofrimento e a exclusão racial” (Almeida, 2019, p. 122).

No contexto brasileiro, a necropolítica se manifesta de forma racializada e classista: os corpos negros, pobres e periféricos são historicamente alvos de um Estado que naturaliza a violência, a pobreza e a morte dessas populações. Essa herança remonta ao pós-abolição, quando a população negra foi abandonada sem acesso à terra, à moradia e ao trabalho digno, sendo empurrada para os espaços de vulnerabilidade social.

Em contraste, imigrantes europeus foram acolhidos com incentivos financeiros e logísticos transporte subsidiado e alocação em fazendas, especialmente nas lavouras de café. A política de imigração facilitada visava preencher a demanda por mão de obra após o fim da escravização, e promover o branqueamento da população. Já os libertos só receberam o fim da escravização como um bônus, mas ela veio junto com o impedimento aos instrumentos necessários para reconstruir suas vidas de forma digna.

Imigrantes europeus ocuparam postos na agricultura e mais tarde na indústria, muitas vezes com salários baixos, porém estáveis. Em contrapartida, negros, sem qualificação formal, foram relegados a empregos informais e domésticos, enfrentando discriminação estrutural que perdura por décadas. Os imigrantes europeus recebiam apoio estatal e integração progressiva à economia de mercado, a população negra recém-liberta era empurrada à marginalidade. Muitos imigrantes conseguiram estabelecer-se como pequenos proprietários rurais ou empreendedores urbanos, participando ativamente da formação da classe média branca brasileira.

A política migratória do final do século XIX e início do século XX foi conduzida sob a crença de que a introdução de europeus no país significaria não apenas a modernização da economia, mas também o aperfeiçoamento da população. O Estado brasileiro estimulou a imigração branca, oferecendo subsídios e terras, enquanto abandonava os libertos à própria sorte, consolidando, assim, uma nova forma de segregação racial. (Ianni, 1988, p. 112).

Essa ascensão foi possível devido às políticas de incentivo econômico e educacional voltadas quase exclusivamente a eles, e ao preconceito racial que impediu o negro de competir em condições de igualdade. No discurso oficial da época, o trabalhador livre ideal era o europeu, visto como símbolo de progresso e racionalidade, enquanto o negro era associado à preguiça e à incapacidade estigmas herdados do escravismo. Assim, a imigração europeia consolidou-se como um mecanismo de branqueamento e de exclusão, criando uma herança de desigualdades raciais que perdura até hoje nas estruturas econômicas e sociais do país.

O branqueamento era visto como uma política racional de Estado: acreditava-se que, com o passar das gerações, a miscigenação e a imigração europeia resultariam num país mais claro e, portanto, mais apto ao progresso. A presença do negro era associada ao atraso, e o futuro nacional dependia, segundo as elites, do desaparecimento gradual da população de cor. (Skidmore, 1976, p. 69).

Os atuais quilombolas e os povos indígenas, em particular, sofreram muito com essa lógica de racismo ambiental que se deu no período pós-abolição e de como a forma que o governo brasileiro tratou as questões da saída do negro do ambiente de trabalho escravo, para o ambiente de pessoa liberta. Os problemas causados pela falta de uma política que se comprometesse com a inserção do povo negro na sociedade como cidadão marcou e marca a história do povo negro até os dias de hoje.

Enquanto para os imigrantes alemães, italianos e espanhóis havia uma política pensada na permanência das famílias nesta região, para os negros sobrou apenas a desterritorialização simultânea como uma reivindicação por espaços considerados importantes para a região, ou

como espaços lucrativos e centrais. O que significou, para a população negra, o início de um novo processo de deslocamento e exclusão territorial.

Sem acesso à terra, ao crédito ou a políticas de inserção produtiva, milhares de pessoas negras foram expulsas das antigas fazendas, engenhos e casas-grandes, perdendo seus laços com os espaços onde haviam vivido por gerações. Como explica Florestan Fernandes (1978), o Estado brasileiro não apenas negou reparações aos libertos, como também estruturou uma sociedade que “integrou o negro pela margem”, impedindo-o de disputar os mesmos espaços econômicos e sociais dos brancos. Essa exclusão territorial inaugurou o que muitos autores descrevem como uma nova forma de cativeiro, em que a liberdade não se traduzia em pertencimento, mas em desposseção.

A abolição libertou o escravo, mas não incorporou o negro na sociedade brasileira, como era o justo e esperado. O antigo cativo foi lançado à própria sorte, sem-terra, trabalho estável e sem amparo social. A liberdade significou, para ele, um novo tipo de cativeiro o da miséria e da marginalidade. (Fernandes, 1978, p. 45).

A desterritorialização negra se agravou com a implementação da Lei de Terras de 1850, que determinou que o acesso à propriedade rural só poderia ocorrer por compra uma medida que, na prática, impediu o ex-escravizado de se tornar proprietário, já que ele não possuía recursos financeiros. Essa lei representou o nascimento jurídico da exclusão, pois transformou a terra em mercadoria e consolidou a desigualdade estrutural que persistiria após a abolição. Enquanto isso, os imigrantes europeus recebiam lotes e incentivos para colonizar o Sul e o Sudeste, fortalecendo o projeto de branqueamento da população. A população negra, por sua vez, foi forçada a migrar para os centros urbanos, onde passou a ocupar morros, cortiços e favelas, criando territórios de sobrevivência à margem do Estado.

A Lei de Terras de 1850 foi uma das mais eficazes estratégias de exclusão social da história brasileira. Ao transformar a terra em mercadoria, ela impediu que o trabalhador liberto tivesse acesso à propriedade e consolidou o monopólio da terra nas mãos das antigas elites. Assim, o negro, recém-liberto, foi condenado à errância e à dependência, expulso dos espaços onde havia construído sua vida.” (Martins, 1981, p. 57).

Apesar dessa expulsão sistemática, os povos negros desenvolveram novas territorialidades de resistência, reconstruindo vínculos comunitários em espaços urbanos e rurais marginalizados. Como destaca Santos (1996), o território não é apenas um espaço físico, mas um “espaço vivido”, carregado de experiências, afetos e práticas culturais. A partir dessa perspectiva, quilombos, terreiros, irmandades e comunidades periféricas se tornaram espaços de memória e reterritorialização simbólica, onde a população negra pôde afirmar sua identidade e resistir à violência da exclusão. Essa reconstrução territorial foi e ainda é um ato político:

transformar o desterro imposto pelo racismo em território de existência, cultura e ancestralidade.

O conceito de racismo ambiental refere-se à imposição de danos ambientais desproporcionais a grupos raciais minoritário. No Brasil, isso se manifesta na escolha de territórios vulneráveis para implantação de grandes empreendimentos e no cerceamento de direitos básicos. A formação dos recolhimentos quilombolas no Rio Grande do Sul remonta ao período pós-abolição, quando ex-escravizados estabeleceram-se em áreas periféricas de Porto Alegre, formando territórios como Colônia Africana¹ e Areal da Baronesa². Esses espaços tornaram-se símbolos de resistência, mantendo tradições orais, religiosas e comunitárias. Conforme Silva “Os espaços formados pelos descendentes de escravizados no Rio Grande do Sul foram territórios de resistência, onde se preservaram memórias, valores e práticas culturais afro-brasileiras em meio às pressões urbanas e raciais” (1995, p. 121).

Ao longo do século XX, programas estatais de modernização urbana resultaram em grandes eventos de higienização das cidades. A população negra foi removida para as áreas mais periféricas para dar espaço à expansão da cidade, erodindo a coesão espacial e fragilizando e restringindo os acessos urbanos as pessoas negras. Combinado, esse arranjo aprofundou a desigualdade racial. Dados mostram que, embora imigrantes tivessem níveis de renda e educação superior, a população negra permaneceu em posição vulnerável com disparidades persistentes em escolaridade, renda e saúde.

A imigração foi celebrada como progresso civilizatório e modernização, reforçando o mito da democracia racial. Já os negros foram invisibilizados sua contribuição foi minimizada, e sua presença foi tolerada, com conivência do Estado. Esse contraste histórico embasa políticas de reparação como cotas raciais, retomando a posição que os negros jamais receberam. A imigração incentivada criou grupos consolidados; os negros tiveram que lutar por sua abertura e direitos. O reconhecimento da dívida histórica segue sendo central para a reparação e combate às desigualdades.

3. O sistema de *plantation* e o racismo ambiental

O sistema de *plantation*, instalado desde a colonização portuguesa, baseava-se na monocultura de exportação açúcar, depois café sustentada pela mão de obra escrava africana e indígena. Esse modelo visava maximizar lucros através da coerção extrema, sem qualquer consideração pela dignidade humana. Em contraste, as colônias de imigrantes europeus,

¹ antigo território de ex-escravizados e seus descendentes em Porto Alegre, originalmente no Bairro Rio Branco

² quilombo urbano localizado na Cidade Baixa, em Porto Alegre, RS, que abriga uma comunidade tradicional

patrocinadas entre 1870 e 1920, surgiram com a justificativa oficial de modernizar o país e substituir o trabalho escravo por trabalhadores livres.

Negros nas plantations eram tratados como propriedade, sem direitos, submetidos à violência física, jornadas exaustivas e condições precárias. Já os imigrantes participaram do sistema de colonato, que previa contratos formais, pagamento em dinheiro e a concessão de lotes para cultivo ainda que, muitas vezes, com exploração através de endividamento, paternalismo e condições ruins.

As plantations não é apenas um espaço histórico distante; ela é o cenário simbólico no qual ainda se estrutura a relação entre brancos e negros. É o lugar onde o sujeito negro é constantemente colocado como o 'outro', o subalterno, aquele que deve ser silenciado. O racismo cotidiano é a reencenação dessa cena colonial: cada gesto, palavra ou olhar racista reabre as feridas do passado e reinscreve o corpo negro no espaço da escravidão. A memória da plantation é, portanto, uma memória viva o passado que insiste em habitar o presente. (Kilomba, 2019, p. 15).

Nas *plantations*, a disciplina era imposta pela força e pela supervisão de capitães do mato, sem qualquer possibilidade de mobilidade social. Entre os imigrantes, embora existisse controle do fazendeiro e supervisão estatal, havia algum grau de negociação, como contratos, protestos e iniciativas coletivas para melhorar condições

Nas *plantations*, revoltas de escravos eram severamente reprimidas; o controle servia para sustentar o poder branco. Já entre os imigrantes houve disputas trabalhistas mais organizadas, como greves e revoltas que muitas vezes geravam negociações com os patrões e até influência de governos europeus.

O sistema da plantation deixou marcas profundas e desigualdades estruturais, discriminação racial e exclusão social dos afrodescendentes. As colônias de imigrantes, embora exploradas, tiveram acesso à cidadania, terras e recursos criando um contraste evidente entre grupos. Essa herança é visível hoje: enquanto descendentes de imigrantes exibem níveis médios de renda e educação superior, a população negra continua sub-representação e vulnerável.

A plantation é a metáfora da sociedade contemporânea: um espaço em que o poder colonial permanece operando, determinando quem pertence e quem deve permanecer às margens. O corpo negro, historicamente explorado e silenciado, continua sendo o corpo da plantation aquele sobre o qual o sistema projeta o trabalho, a violência e o controle. A modernidade ocidental ergueu-se sobre esse corpo, e ainda hoje o mantém como fronteira entre humanidade e desumanização. (Kilomba, 2019, p. 27).

As regiões ocupadas pelas comunidades quilombolas frequentemente correspondem a áreas de risco alagáveis, com infraestrutura precária pois o poder público negligência o planejamento urbano, refletindo uma lógica de racismo ambiental. Normalmente o acesso a

saneamento, mobilidade e infraestrutura básica é limitado para lugares mais afastados dos grandes centros urbanos.

As enchentes recentes no RS agravaram sobremaneira a situação de famílias quilombolas rurais e urbanas. Segundo a Comissão Interamericana dos Direitos Humanos, esses eventos expuseram duas realidades: a falta de contornos de políticas públicas adequadas e o reconhecimento tardio das enchentes como consequências do racismo ambiental. Ao perder seu território, as comunidades sofrem desconexão com suas matrizes culturais, rituais religiosos e laços solidários. Esse processo perpassa pela concepção de necropolítica, onde a morte social e territorial é imposta através da destruição de seus marcos simbólicos e modos de vida coletivos.

Organizações coletivas e redes quilombolas vêm lutando por justiça ambiental exigindo reassentamentos dignos, infraestrutura básica, participação cidadã e proteção legal efetiva. A desterritorialização, portanto, não é apenas um drama histórico, mas um campo de resistência que reafirma a ancestralidade, identidade e o direito inalienável às terras a essas comunidades.

Pesquisas revelam que comunidades quilombolas são frequentemente deslocadas por grandes empreendimentos agronegócio, mineração, barragens que se instalam em territórios tidos como últimas fronteiras. Isso implica perda de acesso a recursos naturais, água potável e saúde, o que molesta e retira a riqueza da matéria prima e mais importante para a subsistência, a Terra. Relatórios apontam mortes e suicídios entre indígenas como resultado da violência territorial e da fratura do vínculo com seus territórios sagrados. Além disso, falta de infraestrutura e saúde nas zonas tradicionais agrava tragédias climáticas, como inundações, tornando a permanência insustentável.

As migrações não são espontâneas, mas impostas por políticas extrativistas que ignoram a dimensão racial da vida latino-americana. São vistas como zonas de sacrifício racial terras não brancas e ecossistemas sensíveis são escolhidas para grandes projetos de infraestrutura, impondo riscos à subsistência e saúde desses povos. O impacto se estende também à água, saneamento, saúde mental e autonomia comunitária.

A modernização das cidades brasileiras nunca foi neutra: ela se fez sobre o apagamento da presença negra, empurrando-a para as margens físicas e simbólicas do espaço urbano. Sob o discurso do progresso e da civilização, o Estado promoveu um verdadeiro processo de limpeza social, no qual os descendentes de africanos foram removidos das áreas centrais para dar lugar ao modelo urbano europeu. Assim, a cidade moderna tornou-se o espelho de uma ideologia racial que associa o branco ao desenvolvimento e o negro ao atraso. Essa reorganização espacial, legitimada por políticas públicas e pela própria produção do conhecimento, consolidou o que podemos chamar de 'geografia do racismo': uma estrutura de exclusão que nega à população negra o direito à cidade, ao território e à memória. (MUNANGA, 2004, p. 88-89).

Para reverter essa dinâmica, seria necessário garantir, acesso à terra e demarcações justas, participação dos processos decisórios, reparação por danos ambientais, apoio a iniciativas de resistência cultural e territorial. Essa justiça ambiental é também reparação racial e histórica e condição para que essas migrações se tornassem escolhas de vida, e não condenações que promovam mais desigualdades.

4. Considerações finais

Visando modernizar a nação e deslocar as lembranças da escravização, o Estado encabeçou várias ações desastrosas, que tornaram o povo negro objeto de escambo e figura de descarte. Essa iniciativa foi apresentada como benéfica para a economia e socialmente harmoniosa, em contraponto às demandas por reparação dos negros libertos.

Os negros eram vistos como força de trabalho até o fim da escravização, mas após abolição foram amplamente marginalizados, sem acesso à terra, educação ou cidadania plena. Já os imigrantes europeus foram rapidamente incorporados à sociedade e formaram comunidades rurais, que representavam progresso e eram frequentemente vistos como civilizadores.

Ao longo das gerações, muitos descendentes de imigrantes conseguiram ascender economicamente, conquistar terras, educação formal e integrar-se ao meio urbano. A população negra, porém, conviveu com segregação espacial, ausência de políticas públicas e disparidades legítimas, mesmo após a suposta liberdade formal.

A imigração europeia foi celebrada como essencial para o branqueamento e modernização do Brasil, reforçando a ideia de uma sociedade democrática e harmoniosa. Em paralelo, o povo negro era invisibilizado, enquanto suas experiências e contribuições eram sufocadas pelo mito da democracia racial. Este paralelo revela que, embora ambos os grupos tenham sido submetidos a condições laborais duras, a coerção, o controle institucional e a integração social foram radicalmente diferentes contribuindo para a construção de um sistema racialmente desigual que persiste até hoje.

Movimentos sociais e ativistas quilombolas defendem a justiça ambiental, exigindo reparações e políticas democráticas com participação efetiva das comunidades. A abordagem interseccional sustenta que apenas a união das lutas racial, ambiental e de classe pode enfrentar essas injustiças de forma a buscar por melhores condições, todo esse processo é fruto de mecanismos de racismo estrutural que expulsam essas populações de seus territórios.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen, 2018.
- BARBOSA, Maria Inês da Silva. **Negros em Porto Alegre: território e identidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. In: HOLANDA, H. B. (org.). *Raça, classe e gênero no Brasil*. São Paulo: Rosa dos Tempos, 1984. HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.
- HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.
- MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. São Paulo: Cobogó, 2019.
- RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- RÜSEN, Jörn. **Razão histórica: teoria da história: os fundamentos da ciência histórica**. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora da UnB, 2001.
- SOUZA, N.S **Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.
- SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. **Educação e relações étnico-raciais no sul do Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 1995.

O REGIMENTO DE ESTRANGEIROS E A IMIGRAÇÃO ALEMÃ: ANÁLISE HISTÓRICA DA LEGISLAÇÃO MONÁRQUICA BRASILEIRA (1818-1830)

Edison Botelho Silva Júnior

1. Introdução

A criação do Regimento de Estrangeiros com a participação de imigrantes alemães foi parte da política de colonização do Estado brasileiro, após a Independência, sendo um meio de D. Pedro I garantir o aumento do contingente militar que pudesse fazer frente a qualquer ameaça ao processo de separação política. A existência do Regimento acompanhou os poucos anos do Primeiro Reinado, sendo extinto ao final deste período.

Este artigo é o resultado de pesquisa em História do Direito da Imigração, baseado na investigação e análise legislativa e normativa, exclusivamente¹, consolidada com o exame do contexto histórico das demais fontes não jurídicas. Utiliza-se a interpretação sistêmica, para que se identifique o tecido jurídico que serviu de solo para os fatos históricos, dando a melhor noção da correlação entre normas e fatos.

Assim, trata-se do estudo histórico das regras jurídicas expedidas entre 1818 e 1830, que regularam diretamente o Regimento de Estrangeiros e as que lhe eram conexas, além da pesquisa historiográfica geral, que contextualiza os fatos que envolveram a criação e extinção deste corpo militar. Cabe destacar que, como aborda diretamente os imigrantes germânicos, como será visto, a pesquisa visa também relacionar a criação deste Regimento militar com o processo de imigração alemã.

O recorte histórico começa pelo ano de 1818, quando Brasil era um Reino unido a Portugal e Algarves e não era um Estado soberano, sendo o momento em que se editaram normas jurídicas que marcaram o início da colonização estatal brasileira, que modelou a construção da primeira colônia alemã de 1824. Foram normas que cumpriram função especial na vinda dos imigrantes alemães, incluindo os que viriam participar do Regimento de Estrangeiros.

Encerra-se o recorte exatamente com o fim desse corpo militar, fato que fez parte do processo político que resultou no fim do Primeiro Reinado, a abdicação de D. Pedro I e o encerramento da política de colonização estatal. Aquele ano de 1830 foi especial, demonstrando que a colonização estatal e a formação do Regimento de Estrangeiros faziam parte do coração do governo de D. Pedro I.

¹ Destaca-se que outras fontes do Direito, como jurisprudência e contratos, por exemplo, não formam a base dessa pesquisa.

2. As normas jurídicas fundantes da política de colonização estrangeira

O Reino de Portugal não tinha um estatuto jurídico destinado a regular a imigração, sobretudo para os casos que tivessem o Brasil como destino. Essa lacuna foi preenchida pelo Decreto de 16 de março de 1820, que seria utilizado pelas políticas de colonização, inclusive por D. Pedro I após a Independência. Este documento legal era a chancela do governo de que os imigrantes poderiam contar com determinados privilégios, chegando a contribuir para a formação do Regimento de Estrangeiros.

Contudo, é importante verificar que este Decreto foi precedido por um conjunto normativo que deu início à política colonização estatal empreendida por D. João VI e continuada por D. Pedro I. Trata-se das regras que deram formato para a criação da “colônia de suíços”, que tinha caráter estatal, com o investimento direto do Tesouro português para promover a vinda dos imigrantes, através da compra de uma fazenda e da instalação de europeus.

A primeira norma editada teve a forma de Carta Régia, publicada em 2 de maio de 1818, que respondia o Presidente e os Membros da Confederação Suíça, concordando com “a solicitação do Cantão de Friburgo para o estabelecimento de algumas famílias suíças neste Reino do Brasil.”. Segundo Sanglard (2003, p. 176), essa colônia brasileira “ajudaria a socorrer os “pobres” habitantes do cantão de Fribourg, que haviam atravessado um rigoroso inverno seguido de acentuada carestia alimentar.”²

Em 6 de maio de 1818 adveio a segunda Carta Régia, que firmava o acordo com Sebastien Nicolas Gachet, representante do governo cantonês, determinando expressamente o “estabelecimento de uma colônia de várias famílias da Suíça, católicos romanos, neste Reino do Brasil”. A Carta trazia especificações sobre a aquisição da fazenda onde seria a colônia e os detalhes sobre aquisições e nomeação do inspetor da colônia.

Outros quatro Decretos deram conta de instituir os meios formais e materiais da criação da colônia estatal, com a vinda de 1.600 famílias (Oberacker Júnior, 2004, p. 262). Ainda naquele dia 6 de maio, foram editados três decretos que executariam as ordens daquela segunda Carta Régia. O primeiro Decreto efetivava a compra da fazenda, enquanto que o segundo realizava a nomeação do inspetor, cabendo ao terceiro a função de realizar compras e pagamentos.

² Santos (2021, p. 18) informa que a condição do povo suíço era muito precária, após as Guerras Napoleônicas, gerando a promoção da emigração como solução. É nesse contexto que Gachet foi destinado a negociar com o governo de D. João VI o acordo para a formação da colônia em terras brasileiras. (Nicoulin, 1996)

O quarto Decreto, editado em 18 de maio de 1818, era responsável por ditar as condições para a formação da colônia, sendo composto de vinte e quatro artigos. Esta era uma norma mais complexa e que ditava deveres ao Estado que recepcionava os imigrantes, dispondo sobre seus direitos, como se fosse um estatuto da colônia. Estes imigrantes seriam naturalizados imediatamente, gozando de todas as vantagens e privilégios concedidos aos “vassalos dos dois hemisférios”, sem exceção, conforme regra do artigo 13. Caso a colônia alcançasse o total de 150 homens, que tivessem a idade entre 18 e 40 anos, haveria a formação de uma guarda provisória, que passariam a formar a força militar portuguesa.

Aqui se iniciava a formação de colônia de imigrantes, entre eles alemães, com atuação exclusiva do governo, através de investimentos do patrimônio público. Não se tratava de uma colonização exclusivamente alemã, no entanto muitos dos imigrantes trazidos para formar esta colônia vinha das regiões germânicas.

Vale lembrar que neste momento ainda não havia a Alemanha como um país unificado, mas desde o Congresso de Viena (1815) os estados autônomos formavam uma Confederação³ Germânica. Os povos alemães sofriam com problemas de miséria e fome, de desigualdade social e concentração da propriedade de terras (Mühlen, 2013, p. 40), formando as condições de fluxo emigratório, naquele momento.

As demandas do governo de D. João VI e as condições sociais e políticas europeias motivaram a criação do Decreto de 16 de março de 1820, que funcionaria como uma base jurídica para a atração de imigrantes, em especial os oriundos da Alemanha. Não se tratava de um regulamento para uma colônia ou situação migratória específica, como as regras de 1818. Este Decreto instituiu uma espécie de estatuto jurídico para as próximas colônias de imigrantes. Nesse sentido, expressava que estava criando regras para a “admissão de colônias estrangeiras no Reino do Brasil”, tendo em vista “a tendência que se manifesta nos diferentes povos de Alemanha e de outros Estados, de emigrarem do seu país”. (Biker, 1880, p. 324)

Se as normas de 1818 criavam materialmente uma colônia de estrangeiros, o Decreto de 1820 dispunha sobre regras gerais de criação de colônias estrangeiras para imigrantes vindos da Alemanha e outros Estados, vale reforçar. Este Decreto propunha um conjunto de direitos, prerrogativas e vantagens para quem imigrasse para as colônias estatais edificadas em solo brasileiro. Os três primeiros artigos dispunham sobre a cedência de terras gratuitas por pessoas ou famílias, permitindo que o “empreendedor” que trouxesse os imigrantes também tivesse direito. O artigo quarto trazia o direito à isenção tributária por um período de dez anos para

³ A confederação internacional configura-se como um acordo internacional em que os estados concordam em colaborar entre si, sem a formação de um novo Estado.

aqueles que se mantivessem na colônia neste período. Essa isenção recaía sobre a terra doada pelo governo, não se estendendo a propriedades adquiridas. Também não se aplicava a isenção sobre a mineração de ouro (o chamado quinto) e valores recebidos pelo comércio. Por fim, vale destacar que se concedia o direito de ser reconhecida a condição de vassalo do Reino, gozando das mesmas vantagens e privilégios dos vassalos portugueses.

Além de ser um estatuto jurídico, era também a base formal para ofertas aos imigrantes, que viessem a ser convidados a vir para o Brasil. A própria norma reconhecia a possibilidade de haver a figura do contratante, que trouxesse os imigrantes, que também tinha previsto algumas prerrogativas. Era um expediente que seria usado especificamente para a formação do Regimento de Estrangeiros

3. A Independência, a vinda de mercenários, a colônia de alemães e o regimento de estrangeiros

O processo de Independência envolveu o preparo para possíveis reações bélicas de Portugal, sendo que a criação de um Regimento de Estrangeiros foi empreendida para o aumento da força militar brasileira. Como lembra Cunha (1991, p. 63), houve a específica demanda da formação de esquadrões de soldados estrangeiros que defendesse a soberania brasileira de possíveis pretensões portuguesas.

Aliás, a própria política de colonização era um expediente utilizado para a formação da segurança nacional (Iotti, 2010, p. 43). Não bastava trazer o imigrante como um mercenário, mas promover a vinda de famílias estrangeiras a ocupar uma colônia, cujos homens seriam destinados à força militar. Isso seria a alternativa ao movimento europeu contrário a formação de exércitos de mercenários, que havia sido criado após o Congresso de Viena (1815), que findou as guerras napoleônicas. Como afirma Padoin e Passin (2016, p. 168) “a estratégia do disfarce se fazia necessária frente às determinações do Congresso de Viena (1814-1815) que proibiam a formação de novos exércitos de mercenários sob a alegação de evitar o surgimento de ‘novo’ Napoleão Bonaparte.”

Enquanto se procediam os atos que resultaram na separação política entre Brasil e Portugal, em 1822, D. Pedro I enviou o ajudante de ordens da Princesa Leopoldina, o Major Jorge Antônio Von Schaeffer, para a missão de trazer imigrantes alemães, que precisassem ou quisessem emigrar. O real objetivo do emissário e sua missão de promoção ativa da imigração era trazer europeus, em especial das terras germânicas, para compor secretamente a força militar brasileira, naquele momento crítico da formação da soberania nacional (Oberacker Jr., 1975).

Como a missão não tinha caráter oficial e seus objetivos não deviam estar expostos, não houve um Decreto, um Alvará ou qualquer norma que formalizasse as funções a serem

desempenhadas pelo Major. (Cunha, 1991, p. 56) O documento que poderia ser usado na tarefa de convencer os estrangeiros era apenas o Decreto de 1820, que expunha as vantagens de migrar para o Brasil, além do que havia sido regulado em 1818 para as colônias de suíços. Conforme explica Jean Roche (1969, p. 95):

Para atraí-los mais facilmente, Schaeffer oferecera-lhes condições extremamente favoráveis: os colonos viajariam a expensas do governo brasileiro, seriam logo naturalizados, gozariam de liberdade de culto, receberiam como livre propriedade 160.000 braças quadradas de terra (77 hectares) por família, e cavalos, vacas, bois, etc.; durante um ano, perceberiam uma ajuda, em moeda corrente, de um franco por cabeça, e de cinquenta cêntimos durante o segundo ano; enfim, seriam isentos de todo imposto e de toda prestação de serviços pelo espaço de dez anos. A única condição que se lhes impunha era a inalienabilidade de suas terras por dez anos.

O efeito direto deste movimento alcançou resultado e trouxe alemães para o território brasileiro, incluindo a própria colônia de Suíço. Mas também permitiria a formação de uma colônia específica, que foi criada pela Decisão de governo n.º 80, de 31 de março de 1824, que mandava “estabelecer a colônia de alemães”, que se daria no “Estabelecimento do Linho Cânhamo, na província de São Pedro”, que depois passou a se denominar Colônia de São Leopoldo. Os imigrantes teriam um lar no Brasil, fazendo com que a promessa fosse cumprida, incluindo o direito a terras, como disposto no Decreto de 1820. Como a norma que criava a colônia de alemães não regulava direitos e deveres dos imigrantes, as normas de 1818 e 1820 formariam a base legal.

Contudo, antes mesmo de consolidar um fluxo de imigração alemã e de criar uma colônia específica para esse fim, o governo do Brasil independente editou o Decreto de 8 de janeiro de 1823, criando o Regimento de Estrangeiros da seguinte forma:

Convindo nas atuais circunstâncias aumentar a força do Exército e havendo estrangeiros, que voluntariamente se oferecem ao serviço deste Império; Hei por bem Mandar formar um Regimento, composto de um Estado-maior, e três Batalhões, o qual se denominará - Regimento de Estrangeiros -, procedendo-se imediatamente a organização de um dos Batalhões, que terá a força de um Estado-maior seis Companhias, na conformidade do plano que baixa com este, assinado por João Vieira de Carvalho, do Meu Conselho de Estado, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra; (...)

Meses depois, o Regimento foi reformulado pelo Decreto de 13 de outubro de 1824, que ordenou que um dos Batalhões tivesse “a denominação de Batalhão Estrangeiro de Granadeiros e os outros dois de Batalhão estrangeiro de Caçadores.” Pelo Decreto de 13 de novembro de 1824, mais um Batalhão de Estrangeiros Granadeiros foi criado. Não havia previsão legal para a criação de força naval de estrangeiros, porém, o Decreto de 11 de junho de 1824 concedia vantagens pecuniárias aos marinheiros estrangeiros que se empregassem no serviço da Armada do Império.

A estrutura militar criada teve seus postos de comandos preenchidos imediatamente por franceses e italianos residentes do Rio de Janeiro. Para a difícil tarefa de conseguir soldados rasos, se procedeu o recrutamento forçado dos imigrantes instalados em Nova Friburgo, sem que conseguisse chegar a duzentas pessoas. A vinda de imigrantes alemães, provocadas pelas ações de Schaeffer, se mostrava vital para atender a intenção de D. Pedro I de formar sua guarda pessoal. (Dreher, 2009, p. 28).

Desta forma, o Regimento receberia os imigrantes alemães novos, que se somariam aos de Nova Friburgo, mesmo que naturalizados. Os novos integrantes, a princípio, eram voluntários, não havendo previsão legal que obrigasse o imigrante a compor o corpo militar. Contudo, o recrutamento feito por Schaeffer vinculava a vinda dos alemães à composição das forças militares imperiais brasileiras, que teriam seus gastos pagos pelo governo do Brasil. (Padoin e Piassini, 2016, p. 169).

A fórmula inicial era simples, onde o imigrante que aceitasse vir para o Brasil teria a passagem paga pelo Império brasileiro, figurando como voluntário para o Exército nacional. Os demais imigrantes, que viriam exercer ofícios civis, principalmente na lavoura, teriam que pagar sua passagem e demais custas. Ocorre que Schaeffer também usou o dinheiro do Tesouro para custear a vinda destes imigrantes, que não tinham pretensões de integrar voluntariamente a força militar do Brasil⁴. Contudo, havia um problema desde o convite para a vinda dos colonos, feitos pela equipe do Major, como explica Padoin e Piassini (2016, p. 169-170)

A desorganização e falta de método que caracterizaram o trabalho de Schaeffer, agravadas pela desonestidade de seus auxiliares em mascarar o recrutamento e burlar a vigilância da polícia germânica, impediram qualquer controle rigoroso sobre os recrutados. A confusão entre colonos e soldados gerou consequências na chegada ao Brasil. Para o Governo Imperial, a forma de diferenciar as duas categorias residia na questão do pagamento da passagem: aqueles cuja viagem tivesse sido financiada pelo governo teriam de assentar praça no Exército. A determinação afetou diversos colonos, obrigados a ingressar na dura vida militar por terem viajado gratuitamente em consequência da desautorizada benevolência de Schaeffer, ou enganados por falsas promessas e garantias dadas pelos auxiliares. Apesar dos protestos, foram para os quartéis e suas famílias para a mendicância.

Assim, nem todos os imigrantes que aderiram aos postos militares do Regimento de Estrangeiros eram realmente voluntários, sendo que apenas uma parte era e tinha vindo especificamente com o intuito de compor a força bélica brasileira. Alguns eram colonos, que vinham com a intenção de ganhar terras e lá trabalhar, mas que tiveram o destino de compor

⁴ Não é demais informar que o resultado da missão não trouxe apenas trabalhadores e militares. Mühlen (2013, p. 33 e 34) afirma que também foram trazidos criminosos e sem ocupação.

forçadamente o Exército brasileiro, tendo que deixar a família em condições inadequadas e até de miséria.

4. Problemas com a imigração, a vinda de irlandeses e o fim do regimento

É possível identificar nas normas brasileiras de 1824 a tentativa de solucionar os problemas existentes na vinda de imigrantes alemães, que foram obrigados a integrar o Batalhão de Estrangeiros e que deixaram suas famílias desamparadas. A Decisão do governo n.º 35, de 30 de janeiro de 1824 concedia “meia ração para as mulheres e filhos menores de sete anos dos colonos alemães que assentarem praça e que não tivessem meios de subsistência”. A Decisão de governo n.º 249, de 3 de dezembro de 1824, tinha como objetivo dar “destino aos filhos dos colonos que assentarem praça nos Corpos de Estrangeiros”. O texto da norma expressava que era um requerimento do Inspetor da Colonização Estrangeira da Província do Rio Grande do Sul, que revelava a condição de mendicância das crianças cujos pais foram compor o Regimento. A decisão foi de enviar as meninas para o recolhimento, enquanto que os meninos seriam admitidos como aprendizes do Arsenal do Exército.

Cabe lembrar que não havia, nas instruções dadas a Schaeffer, menção ao que seria dado às esposas e filhos, pois o objetivo era trazer apenas os mercenários. Os colonos foram incluídos no decurso do processo e a oferta oficial se baseava nos benefícios dados na colônia de suíços, formalizada pelas regras de 1818, e pelo Decreto de 1820. Ou seja, havia formalmente apenas previsão de entrega de terras, sem qualquer outro auxílio, como acontecia com a colonização inglesa na Austrália. As instruções recebidas por Schaeffer eram truncadas e parecia permitir ofertar meios semelhantes aos colonos ingleses, mas as famílias dos soldados chegavam no Brasil tendo que buscar os meios de sobrevivência, contando com a doação de terras. (Oberacker Jr., 1975) Aquela Decisão do governo, de 30 de janeiro de 1824, tentava remediar a situação dessas famílias, concedendo amparo semelhante a de outras experiências de colonização.

Não importava qualquer tipo de reclamação ou revolta dos alemães que chegavam ao porto brasileiro, por considerar injusta a obrigação de servir ao Exército brasileiro, por terem vindo gratuitamente. Mesmo considerando que houve engano e fraude na comunicação da equipe de Schaeffer, as autoridades brasileiras efetivavam a ordem imperial de destinar os homens ao corpo militar. (Lemos, 2013, p.63) Isso gerava uma série de problemas, sobretudo para as suas famílias, jogadas para condições de vulnerabilidade.

Tais situações constituíram entraves em dar continuidade à vinda de alemães, que, diante da demanda pelo reforço militar, como a guerra da Cisplatina (1825-1828), levaram o

governo a buscar uma alternativa. Em 1827, uma comitiva foi enviada para a Irlanda⁵, com vistas a repetir a missão de trazer imigrantes para as forças militares brasileiras. Mais uma vez a comitiva não contava com normas legais expressas e públicas que assegurassem a condição dos imigrantes. O que havia era o que ocorrera com Schaeffer, tendo as normas sobre colônias estrangeiras e principalmente o Decreto de 1820, que serviam de base jurídica para a garantia de benefícios, restritos à entrega gratuita de terras, naturalização e isenção tributária.

William Cotter liderava a comitiva para trazer imigrantes irlandeses, com algumas promessas diferentes, nenhuma destas oficializadas. Segundo Armitage (2011, p. 271)

Os termos sob que este oficial tratara com os colonos, eram: que todos teriam a sua passagem paga; que cada homem robusto receberia de salário o equivalente a um “shilling” por dia; que se lhes forneceria bons mantimentos, e o vestuário apropriado a um clima quente. Aos artistas e lavradores se assegurava constante ocupação, e destes, os que trouxessem os seus próprios utensílios, receberiam cada um uma data de terra de quarenta geiras: para mais os animar, se lhes assegurou que nenhum seria obrigado a ficar contra a sua vontade; e nada se disse a respeito de serviço militar.

A chegada no Brasil revelava que as ofertas eram enganosas e a descoberta se dava já no abrigo em batalhões. Destaca-se que o dever de servir ao exército brasileiro era imposto aos imigrantes irlandeses, como era feito com os alemães. Conforme De Paula (2003, p. 310),

Quando da guerra da Cisplatina, o Coronel Cotter trouxe da Irlanda 2.000 mercenários; alguns vieram enganados com a perspectiva de que se destinariam à agricultura e outros chegaram em lastimável estado de saúde. Isso aumentou ainda mais o mal-estar reinante entre os soldados estrangeiros, estimulando o motim que, em junho de 1828, estourou nos quartéis de São Cristóvão.

Formou-se um conjunto de condições adversas aos imigrantes irlandeses, que iam desde as péssimas condições dos alojamentos e o sistema de castigos corporais, herdados dos regulamentos disciplinares de Portugal, além da própria obrigatoriedade de serem integrados aos Regimentos de Estrangeiros. (Costa, 2022, p. 111 et seq.) Todo este cenário acabou resultando em um conflito na cidade do Rio de Janeiro, levando 240 imigrantes à morte, deixando mais de trezentos feridos. Quanto aos danos sofridos pelos integrantes brasileiros da força militar, também houve muitas baixas, sendo que morreram 97 soldados de infantaria e 23 de cavalaria, tendo um total de 180 feridos, entre paisanos e militares. (Costa, 2022, p. 111).

As péssimas condições para os imigrantes, incluindo alemães e irlandeses, foram o gatilho para um conflito que fortaleceu os argumentos dos que eram contra a formação de colônias de estrangeiros através da ação direta do governo. A oligarquia formada por latifundiários já vinha pressionando o Imperador de forma contrária a política de colonização

⁵ Ainda na época do envio de Schaeffer já existia a intenção de trazer irlandeses. (Oberacker Jr., 1975).

que se baseava na entrega de terras e formação de pequenos proprietários. Aqueles conflitos auxiliaram os opositores, que viam no fim do Regimento de Estrangeiros uma das estratégias para finalizar a política de D. Pedro I.

Deste modo, a Assembleia Geral, em 24 de novembro de 1830, criou uma lei orçamentária referente ao período de 1831 a 1832, que regulava os gastos referente às forças (militares) de terra, que daria fim ao Regimento de Estrangeiros, que foi aprovada pelo Imperador. Assim dispunha o artigo dez:

Não haverá no Exército do Brasil corpo algum composto de homens estrangeiros, nem Oficiais e Oficiais inferiores, Cabos de Esquadra, a Anspeçadas estrangeiros ainda nos corpos nacionais de qualquer classe ou arma, que sejam. Os Oficiais e outras praças, que ora se acham alistadas no Exército do Império, serão demitidos do serviço, quer estejam engajados, quer sem engajamento, cumprindo-se com tudo a respeito delas os ajustes onerosos, a que o Governo se achar ligado. Os soldados estrangeiros, que quiserem completar o tempo dos seus engajamentos nos corpos nacionais, serão a eles admitidos com as vantagens, que gozavam, e quando preferirem a sua demissão, ser-lhes-á imediatamente dada. A disposição deste artigo não compreende os Oficiais estrangeiros, que colaboram com o Exército do Brasil durante a luta da sua Independência, e bem assim os que forma mutilados, ou gravemente feridos em o serviço nacional.

Nota-se que não houve uma revogação expressa das leis que criaram os Regimentos de Estrangeiros, nem citava direta e especialmente estes corpos militares. Ainda que fosse uma norma orçamentária, este artigo não mencionava questões de despesas, mas dispunha expressamente que não haveria no Exército brasileiro “corpo algum composto de homens estrangeiros”, extinguindo o Regimento de Estrangeiros e proibindo a criação de novos. Não pretendia fazer a expulsão dos estrangeiros da força militar, pois permitia que completassem “o tempo dos seus engajamentos nos corpos nacionais”.

No dia seguinte, 25 de novembro de 1830, foi aprovada uma lei orçamentária para regular as forças navais para o ano financeiro de 1831-1832. Como não havia corpo naval formado especificamente de estrangeiros, o artigo quarto apenas impedia a presença de oficiais que não fossem brasileiros. Assim dispunha a regra:

Serão demitidos dos postos em que se acham os Oficiais estrangeiros, exceptuados, porém os que na luta da Independência colaboraram ativamente na Armada Brasileira contra os inimigos do Império, os que têm sido mutilados, ou feridos gravemente em o serviço nacional, e os que tiverem contrato expresso, até que se finde o tempo contratado.

Essas leis não representavam apenas o fim da política de formação de regimentos militares formados por estrangeiros, que dava o tom da política de imigração empregada por D. Pedro I. Havia ali um auxílio na desconstrução do programa Imperial de atração de imigrantes e de formação de colônias estatais. Isso se sedimentava com a lei geral de orçamento para o

período de 1831 a 1832, publicada em 15 de dezembro de 1830, que em seu artigo abolia “em todas as Províncias do Império a despesa com a colonização estrangeira”.

5. Conclusão

A criação do Regimento de Estrangeiro fez parte de um estratagema de fortalecimento das forças armadas independentes do Brasil, que custou o sacrifício de alemães, irlandeses e demais estrangeiros convencidos a migrar para o Brasil. O governo brasileiro burlou a pressão europeia contra a formação de corpos militares com mercenários, aproveitando as adversidades sociais experimentadas pelo povo europeu, trazendo agricultores, artífices, deportados e militares. Com isso, alimentava o fluxo migratório, consolidava a colonização e aumentava o efetivo militar.

A formalidade jurídica restringia-se ao estatuto de colonização editado pelo Decreto 1820, não havendo meios legais mais consistentes de comprovar as promessas de vantagens em migrar para o Brasil, como questões sobre soldos e valores a receber. Formalmente, os estrangeiros tinham apenas direitos das terras prometidas pela norma, que foi garantida pela criação da Colônia de São Leopoldo, além do direito a naturalização e certa isenção tributária. Os meios materiais de manutenção dos imigrantes no processo de adaptação e de instalação não estavam previstos nas normas legais.

Os resultados negativos experimentados pelas famílias provocaram algumas reações paliativas por meio de suas normas, que tentaram arrefecer condições precárias impostas as famílias, cujos homens integraram o Regimento de Estrangeiros. Mas o peso dos problemas da política implementada era superior ao poder de ação do governo e esse cenário levou pouco tempo a mostrar sua face. A ineficiência do governo no trato da imigração alemã e na tentativa de trazer irlandeses ficou clara e marcada por sérios conflitos, que alimentaram a resistência à política colonizatória do Império.

Os primeiros alemães a migrarem para o Brasil testemunharam o fim do Primeiro Reinado, junto com o encerramento da colonização estatal e do Regimento de Estrangeiros. Nenhuma destas políticas foram repetidas nos mesmos moldes, demonstrando que seus percalços foram mais efetivos que seus sucessos.

REFERÊNCIAS

ARMITAGE, João. **História do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2011.
BIKER, Julio Firmino Judice Biker. **Suplemento a colleccão dos tratados, convenções, contratos e actos publicos celebrados entre a Corôa de Portugal as mais potencias desde**

1640. TOMO XIX. Do Ministerio dos Negocios Estrangeiros. Lisboa: Imprensa Nacional, 1880.

BRASIL. Câmara dos Deputados do Brasil. **Carta Régia de 2 de maio de 1818.** Anui a solicitação do Cantão de Friburgo para o estabelecimento de algumas famílias suíças neste Reino do Brasil. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/carreg_sn/antioresa1824/cartaregia-39303-2-maio-1818-569218-publicacaooriginal-92457-pe.html> Acesso em: 24 ago. 2025

BRASIL. Câmara dos Deputados do Brasil. **Carta Régia de 6 de maio de 1818.** Sobre o estabelecimento dos colonos suíços na fazenda do Morro-Queimado no distrito de Cantagalo. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/carreg_sn/antioresa1824/cartaregia-39308-6-maio-1818-569229-publicacaooriginal-92466-pe.html> Acesso em: 24 ago. 2025

BRASIL. Presidência da República. **Decreto de 06 de maio de 1818.** Manda comprar a fazenda denominada do Morro Queimado, em Cantagalo para assento de uma colônia de suíços. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos/dim/1818/DIM-6-5-1818-2.html> Acesso em 24 ago. 2025

BRASIL. Presidência da República. **Decreto de 06 de maio de 1818.** Nomeia Inspector para o estabelecimento dos Colonos Suíços. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/atos/dim/1818/dim-6-5-1818-1.html> Acesso em 24 ago. 2025

BRASIL. Presidência da República. **Decreto de 16 de maio de 1818.** Aprova as condições para o estabelecimento no Brasil de uma Colônia de suíços. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/Atos/dim/1818/DIM-16-5-1818.html> Acesso em 24 ago. 2025

BRASIL. Presidência da República. **Decreto de 06 de maio de 1818.** Incumbe ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino, de organizar e dirigir uma colônia de Suíços neste Reino, e de contrair um empréstimo para ocorrer as despesas da mesma colônia. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos/dim/1818/DIM-6-5-1818.html> Acesso em 24 ago. 2025

BRASIL. Câmara dos Deputados do Brasil. **Decreto de 8 de janeiro de 1823.** Cria um Regimento e três Batalhões com a denominação de - Regimento de Estrangeiros. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret_sn/antioresa1824/decreto-38715-8-janeiro-1823-567480-publicacaooriginal-90817-pe.html> Acesso em: 24 ago. 2025

BRASIL. Câmara dos Deputados do Brasil. **Decisão de governo n.º 249, de 3 de dezembro de 1824.** Dá destino aos filhos dos colonos que assentarem praça nos Corpos de Estrangeiros. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/18340/collecao_leis_1824_parte3.pdf> Acesso em: 24 ago. 2025

BRASIL. Câmara dos Deputados do Brasil. **Decisão de governo n.º 80 de 31 de março de 1824.** Manda estabelecer uma colônia de alemães na Província do Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-G_53.pdf> Acesso em: 24 ago. 2025

BRASIL. Câmara dos Deputados do Brasil. **Decisão do governo n.º 35, de 30 de janeiro de 1824.** Concede meia ração para as mulheres e filhos menores de sete anos dos colonos alemães que assentarem praça. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/18340/collecao_leis_1824_parte3.pdf> Acesso em: 24 ago. 2025

BRASIL. Câmara dos Deputados do Brasil. **Decreto de 11 de junho de 1824.** Concede vantagens pecuniárias aos marinheiros estrangeiros que se empregarem no serviço do Império. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret_sn/1824-1899/decreto-38592-11-junho-1824-567153-norma-pe.html> Acesso em: 24 ago. 2025

BRASIL. Câmara dos Deputados do Brasil. **Decreto de 13 de novembro de 1824.** Cria um Batalhão de Granadeiros estrangeiros com a organização de outro já existente. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret_sn/1824-1899/decreto-38692-13-novembro-1824-567434-publicacaooriginal-90793-pe.html> 24 ago. 2025

BRASIL. Câmara dos Deputados do Brasil. **Decreto de 13 de outubro de 1824**. Manda que os três batalhões de estrangeiros tenham, um a denominação de batalhão estrangeiro de granadeiros e os outros dois de batalhão estrangeiro de caçadores. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret_sn/1824-1899/decreto-38679-13-outubro-1824-567361-publicacaooriginal-90723-pe.html> Acesso em: 24 ago. 2025

BRASIL. Câmara dos Deputados do Brasil. **Lei de 15 de dezembro de 1830**. Orça a receita e fixa a despesa para o ano financeiro de 1831-1832. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38056-15-dezembro-1830-565833-publicacaooriginal-89571-pl.html> Acesso em 25 ago. 2025

BRASIL. Câmara dos Deputados do Brasil. **Lei de 24 de novembro de 1830**. Fixa as forças de terra para o ano financeiro de 1831-1832. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37992-24-novembro-1830-565665-publicacaooriginal-89410-pl.html> Acesso em: 24 ago. 2025

BRASIL. Câmara dos Deputados do Brasil. **Lei de 25 de novembro de 1830**. Regula as forças navais para o ano financeiro de 1831-1832. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37994-25-novembro-1830-565670-publicacaooriginal-89414-pl.html> Acesso em 25 ago. 2025

COSTA, Sergio Corrêa da. **As Quatro Coroas de D. Pedro I**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2022.

CUNHA, Jorge Luiz da. **Os colonos alemães e a fumicultura: Santa Cruz do Sul**. Rio Grande do Sul (1849-1881). Santa Cruz do Sul: Livraria e Editora da FISC, 1991.

DE PAULA, Eurípedes Simões. **A organização do Exército brasileiro**. In. HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir). História geral da civilização brasileira. Tomo II. O Brasil monárquico. v. 3. O processo de emancipação. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 301 a 314.

DREHER, Martin N. **Imigração e política**. In.: COSTA, Miguel Ângelo S. d; DREHER, Martin N.; CARVALHO, Enildo de M. (org.) Explorando possibilidades: experiências e interdependências sociais entre imigrantes alemães, seus descendentes e outros mais no Brasil Meridional. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2009, p. 17 a 45.

IOTTI, Luiza Horn. **Imigração e Poder. A palavra oficial sobre os imigrantes italianos no Rio Grande do Sul. [1875-1914]** Caxias do Sul: Educs, 2010.

LEMONS, Juvêncio Saldanha. **Os Mercenários do Imperador: A primeira corrente migratória alemã no Brasil (1824-1830)**. Porto Alegre: Letra&Vida, 2. ed., 2013, p. 63.

MÜHLEN, Caroline von. Degredados e imigrantes. **Trajetórias de ex-prisioneiros de Mecklenburg-Schwerin no Brasil Meridional (século XIX)**. Santa Maria: Editora UFSM, 2013b.

MÜHLEN, Caroline von. **Exclusão, criminalidade e prisão: ser mulher no Grão Ducado de Mecklenburg-Schwerin**. Revista Emblemas. Revista do Departamento de História e Ciências Sociais - UFG/CAC. v. 10 n. 2 (2013): Dossiê Gênero, Sexualidade e Direitos Humanos. p. 39-53 Disponível em: <https://revistas.ufg.br/emblemas/article/view/29233/16258>. Acesso em 24 ago. 2025.

NICOULIN, Martin. **A Gênese de Nova Friburgo: Emigração e Colonização Suíça no Brasil 1817 – 1827**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1996.

OBERACKER JR, Carlos Henrique. **A colonização baseada no regime da pequena propriedade**. In: HOLANDA, Sergio Buarque de (dir.). História Geral da Civilização Brasileira. t. 2: O Brasil Monárquico, v. 3: Reações e transações. 4ªed. São Paulo: DIFEL, 2004.

OBERACKER JR, Carlos Henrique. **Jorge Antônio von Schaeffer. Criador da primeira corrente migratória alemã para o Brasil**. Porto Alegre: Editora Metrópole, 1975.

PADOIN, Maria Medianeira; PIASSINI, Carlos Eduardo. **Os mercenários do Império (1851): os Brummer**. Navegar, Revista de Estudos de E/Imigração. Dossiê: Hospedarias de Imigrantes nas Américas. V. 2, n.º 3, p. 166-189, Jul-Dez. 2016. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Laboratório de Estudos de Imigração, 2016.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969.

SANGLARD, Gisele. **De Nova Friburgo a Fribourg através das letras: a colonização suíça vista pelos próprios imigrantes**. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, vol. 10(1): p. 173-202, jan.-abr. 2003.

SANTOS, Carolina Araujo Góes dos. No tempo em que os suíços eram miseráveis: a formação da primeira colônia suíça no Brasil. 88 f. Dissertação. (Mestrado em História). Universidade de Lisboa. Lisboa, 2021.

COOPERATIVISMO E ASSOCIATIVISMO TEUTO NO SUL DO RIO GRANDE DO SUL

Patrícia Schneid Altenburg

1. Introdução

Quando da chegada da imigração germânica ao Brasil, no decorrer do século XIX, não foram raras as situações em que as áreas de colonização, inclusive aquelas sob organização estatal, se depararam com a ausência de políticas públicas consistentes voltadas à promoção social e cultural, bem como ao fomento da produção e à comercialização dos produtos coloniais. Em síntese, o Império e as províncias descumpriram diversas das promessas dirigidas aos imigrantes, transferindo aos administradores locais a responsabilidade de suprir necessidades básicas — educação, religião, saúde e transporte — que, em princípio, deveriam ser objeto de atendimento público (Schallenberger, 2005).

No que se refere à colônia de São Lourenço, mais tarde transformada no município de São Lourenço do Sul — cuja trajetória do sindicalismo de trabalhadores do campo, sobretudo entre teuto-brasileiros, constituiu objeto de investigação desta pesquisadora em seu mestrado acadêmico, junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas —, a responsabilidade pela instalação das famílias e pela administração do núcleo recaiu sobre seu fundador e administrador, Jacob Rheingantz. Dado que, por tratar-se de uma colônia de iniciativa privada, não se enquadrava nas rotinas de atendimento direto do Estado, ainda que o próprio Rheingantz mantivesse relação formal com a província mediante o envio regular de relatórios administrativos. Na prática, contudo, em numerosas ocasiões, foram os próprios colonos que tomaram a iniciativa de responder às carências locais, organizando mutirões para a abertura de picadas e estradas destinadas ao escoamento da produção e viabilizando, paralelamente, ações no campo religioso e educacional, compondo um repertório de soluções comunitárias que mitigava a precariedade estrutural (Bosenbecker, 2011; Mossmann, 2014).

Nesse contexto, a criação e a manutenção de associações — bem como o fomento ao movimento cooperativista — tornaram-se práticas correntes nas áreas coloniais, funcionando como instrumentos de enfrentamento das demandas coletivas anteriormente não atendidas. Carregadas de intenso simbolismo identitário, tais associações operavam, conforme observa Giralda Seyferth (2015), para muito além dos propósitos estritamente econômicos: constituíam-se em espaços de sociabilidade, de reprodução da vida comunitária e de preservação de valores culturais germânicos, entre os quais se destacavam a língua e os costumes tradicionais, cuja

continuidade se desejava assegurar em solo brasileiro. Essa tessitura associativa, ao fortalecer vínculos de confiança e reciprocidade, contribuiu para estabilizar normas de convivência e mecanismos de ajuda mútua, fundamentais à coesão social em um ambiente de fronteira agrícola.

Ciente de que a constituição do Sindicato de Trabalhadores Rurais de São Lourenço do Sul (STR) — objeto de um estudo mais detido anteriormente realizado — possui bases históricas que ultrapassam em muito o período de sua fundação, ocorrida na década de 1960, e que tais bases se encontram intimamente atreladas às características da colonização do município, o presente artigo, organizado em subcapítulos, dedica-se a examinar a trajetória de formação de São Lourenço do Sul, município da região Sul do Rio Grande do Sul fortemente marcado pela colonização germânica, especialmente por descendentes de pomeranos. O enfoque recai sobre o papel desempenhado pelo cooperativismo e pelo associativismo na constituição da comunidade local antes da criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, formado majoritariamente por descendentes de imigrantes. Defende-se que o processo de formação da referida colônia agrícola de imigrantes na Serra dos Tapes ampara-se nas vivências concretas dos sujeitos que contribuíram para a conformação da comunidade e de suas características distintivas, sobretudo no que se refere às inúmeras dificuldades cotidianas e aos conflitos então vivenciados — em especial aqueles relacionados à figura de Jacob Rheingantz. Tal processo resultou na sedimentação de um forte sentimento de pertença, capaz de ultrapassar distinções religiosas, sociais e de origem, e de favorecer a fundação de entidades, associações e cooperativas, as quais vêm confirmar a prevalência de um associativismo voltado ao atendimento de interesses coletivos naquela comunidade.

2. A igreja como elo de coesão social e cultural dos imigrantes no Sul do Rio Grande do Sul

Conforme já pontuado na introdução deste artigo, muitos dos imigrantes europeus que chegaram ao Brasil no decorrer do século XIX, ainda que inicialmente subsidiados pelo Império, depararam-se, uma vez assentados nas áreas de colonização, com a ausência de políticas públicas efetivas voltadas à promoção social e cultural, bem como ao fomento da produção e da comercialização de produtos coloniais. Na lacuna deixada pela inoperância estatal, a Igreja Católica e a Igreja Evangélico-Luterana — ambas diretamente vinculadas ao contexto migratório — assumiram papel central na manutenção do elo de coesão social e cultural dos imigrantes, promovendo formas de organização destinadas a retirá-los da condição de precariedade social e a fomentar a melhoria das condições materiais de vida. Nesse âmbito, destaca-se a fundação, em 1899, da Associação Rio-Grandense de Agricultores, concebida

como uma instituição interconfessional voltada à promoção do bem-estar material e espiritual dos colonos de descendência alemã (Schallenger, 2005).

Todavia, as diferenças confessionais entre católicos e protestantes geraram resistências à aceitação dos ideais de identidade e cooperação defendidos por seus líderes. Enquanto os católicos de origem alemã mantinham uma postura reativa diante do Estado, recorrendo à tradição étnica e religiosa como instrumentos de organização de comunidades cívicas voltadas à conquista da autossuficiência, os evangélico-luteranos, por sua vez, mais familiarizados com o Estado liberal e autoritário alemão, desfrutavam de maior proximidade com o ideário político do Estado brasileiro, especialmente após a separação entre o reino da fé e o reino temporal, consolidada pela Constituição Republicana de 1891. Assim, as distintas culturas políticas que prevaleciam entre católicos e luteranos resultaram na divisão da Associação Rio-Grandense de Agricultores em duas redes de associações: a Sociedade União Popular dos Alemães Católicos do Rio Grande do Sul e a Liga das Uniões Coloniais (Schallenger, 2005).

Entre os fatores que levaram à saída das lideranças católicas da Associação Rio-Grandense de Agricultores destacou-se a ingerência estatal na organização da sociedade. Desde o início, o catolicismo imigrante — fortemente influenciado pela tradição jesuítica — nutria certo preconceito em relação ao Estado. A experiência anterior de organização de sociedades populares alemãs e suíças contribuiu, nesse sentido, para que lideranças católicas vinculadas à Igreja de Imigração fundassem, em 1922, a Sociedade União Popular para os Católicos Teutos do Rio Grande do Sul (*Volksverein*), com o objetivo de unir todos os católicos de origem alemã em uma frente única diante das demandas sociais e políticas emergentes, sob o princípio da cooperação. A Sociedade estabeleceu distritos em todas as paróquias que a aceitassem e seções em escolas comunitárias e capelas (Schallenger, 2005).

Uma das principais funções da Sociedade consistia em prestar auxílio aos associados na organização de suas finanças e negócios, por meio da criação de Caixas de Depósito e Empréstimo — sistema considerado capaz de retirar o agricultor da mera subsistência, possibilitando-lhe inovar e ampliar suas condições materiais de vida. Entretanto, apenas essa medida não era suficiente: tornava-se igualmente fundamental garantir o acesso à terra para os católicos alemães migrados ao Sul do Brasil, influenciando e fomentando, assim, diversos empreendimentos coloniais no estado (Schallenger, 2005).

Outro ponto central de sua atuação foi o investimento na formação de comunidades cristãs, mediante a criação de clubes e associações de leitura destinados a jovens e egressos da escola, o que fomentava o surgimento de uniões juvenis. A escola era considerada o principal espaço de recriação étnica e cultural, indispensável à manutenção da autoestima dos colonos.

Nesse sentido, a Sociedade investiu fortemente na formação de professores, responsáveis por difundir o social-catolicismo entre os estudantes. A relevância atribuída à educação foi tamanha que, por meio das escolas comunitárias de língua alemã — acessíveis tanto a católicos quanto a luteranos —, alcançou-se praticamente a erradicação do analfabetismo (Schallenberger, 2005).

A Sociedade União Popular também voltou esforços para serviços assistenciais e de saúde, erguendo ou mantendo hospitais, leprosários e institutos de parteiras em diferentes localidades do Rio Grande do Sul. Nesse âmbito, as mulheres tiveram participação significativa por meio das Associações de Senhoras (*Frauenverein*), que desempenhavam atividades de assistência social (Schallenberger, 2005).

A deflagração da Primeira Guerra Mundial, contudo, paralisou as atividades da União. Apesar disso, a identificação cultural e linguística intensificou a solidariedade entre seus membros, a ponto de “listas de doações correrem para arrecadar fundos para auxiliar os alemães desamparados pela guerra” (Schallenberger, 2005, p. 8). Nesse período, a aproximação entre católicos e evangélico-luteranos em torno da defesa da germanidade — especialmente através da educação e do cooperativismo — possibilitou que a Sociedade União Popular e as Uniões Coloniais atuassem em conjunto, em detrimento das tradicionais associações de autodefesa e de promoção cidadã. Após o fim do conflito, seguindo orientação de Roma, a Sociedade concentrou seus esforços na difusão da Ação Católica para distintos segmentos sociais, visando maior unidade do movimento e combatendo novas ideologias emergentes, substituindo o foco local pela perspectiva universalista (Schallenberger, 2005).

Enquanto a Sociedade União Popular privilegiava os aspectos comunitários e familiares dos católicos de origem germânica, a organização conduzida por evangélico-luteranos caracterizava-se por um viés eminentemente econômico. Essa última deu origem, em 1929, à Liga das Uniões Coloniais, com apoio de associações remanescentes da Associação Rio-Grandense de Agricultores, declarando-se interconfessional e representando os teuto-brasileiros perante o Estado (Schallenberger, 2005).

Apesar de semelhanças no incentivo ao trabalho comunitário, Sociedade e Liga divergiam quanto à representação classista e às concepções econômicas. Os objetivos da Liga incluíam a criação de cooperativas de produção e comercialização, a organização da produção e da propriedade, além da orientação de práticas agrícolas (Schallenberger, 2005). Ao contrário da Sociedade União Popular, a Liga aproximava-se de órgãos governamentais, atuando como mediadora entre agricultores e Estado, sobretudo após o Decreto nº 2299 (15/04/1929), que

determinava o registro de agricultores, criadores e profissionais de indústrias conexas junto à Diretoria de Agricultura e Comércio. A Liga tornou-se, assim, a maior entidade representativa dos agricultores no estado, alcançando cerca de vinte mil associados em seu auge. Estruturava-se a partir de um Escritório Geral em Porto Alegre, subdividido em até vinte Centros Regionais que agrupavam 160 Uniões Coloniais filiadas (Schallenger, 2005).

Exemplo de sua influência pode ser observado em Pelotas, onde, em 1931, fundou-se a Sociedade Cooperativa União Rural Ltda., considerada por Schallenger (2005) um marco no cooperativismo de produção no Sul do Brasil, bem como na assistência técnica aos agricultores. Já em São Lourenço, em 1923, foi criada a Liga dos Colonos Lourencianos, vinculada à Liga das Uniões Coloniais. Conforme Hammes (2014), essa entidade, sediada na Boa Vista e com endereço postal em São João da Reserva, surgiu em meio à instabilidade da Revolução de 1923¹, quando grupos armados invadiram áreas rurais, impondo violência aos colonos, que, representados pela Liga, recorreram a autoridades em Rio Grande e Porto Alegre.

Além da defesa contra abusos, a Liga dos Colonos Lourencianos engajou-se na luta por melhorias nas estradas, orientação agrícola, defesa jurídica dos colonos e mediação de interesses junto ao governo estadual e federal, chegando a interagir com o Ministério da Agricultura em pautas relacionadas à lavoura, impostos e preços de produtos (Hammes, 2014). Sua atuação resultou, em 1931, na criação da Cooperativa São Lourenço – Sociedade Agrícola de Compra e Venda de Responsabilidade Limitada, com sede urbana e objetivos de defesa comercial, combate à fraude, incentivo à exportação e abertura de armazém para depósito e venda de produtos coloniais (Hammes, 2014).

Embora não haja evidências conclusivas sobre sua permanência posterior, a cooperativa possivelmente foi incorporada à própria Liga dos Colonos, que permaneceu atuante até o início da década de 1940, quando o impacto da Segunda Guerra Mundial e a política antigermanista restringiram severamente as organizações de origem alemã no Brasil (Hammes, 2014).

De modo mais amplo, a década de 1930 tratou-se de um momento decisivo para o cooperativismo no Brasil. O decreto nº 22.239 (19/12/1932) isentou as cooperativas de impostos e transferiu a gerência do movimento para os estados, com a criação dos

¹ A revolução ou guerra civil de 1923 foi deflagrada no Rio Grande do Sul após as eleições para presidente estadual no ano de 1922, cujo pleito se enfrentaram uma força de coalizão entre diversos setores oposicionistas gaúchos liderada por Joaquim Francisco de Assis Brasil e Borges de Medeiros, principal liderança do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) e atual presidente do estado. A reeleição Borges de Medeiros causou tumultos, gerando uma onda de acusações de fraudes, violências e irregularidades. Defendendo a ideia de uma fraude eleitoral, o grupo derrotado iniciou em janeiro de 1923 uma guerra civil pelo território rio-grandense com o intuito principal de provocar a intervenção do Presidente da República Arthur Bernardes no estado e a deposição de Borges da comandância estadual. A luta armada se desenrolou em municípios do estado através da liderança de chefes político-militares com grande capacidade de mobilização (Forno, 2014).

Departamentos de Assistência ao Cooperativismo (DACs). A Constituição gaúcha de 1934 reconheceu oficialmente as cooperativas e associações econômicas, conferindo-lhes legitimidade (Schallenberger, 2005). No entanto, esse florescimento foi interrompido com a instauração do Estado Novo (1937) e, posteriormente, pela Segunda Guerra Mundial, quando a Liga das Uniões Coloniais foi enfraquecida e dissolvida sob a imposição da ideologia nacional-desenvolvimentista e do discurso antigermanista (Schallenberger, 2005).

Apesar disso, enquanto estiveram ativas, tanto a Sociedade União Popular quanto a Liga das Uniões Coloniais desempenharam papel fundamental na estruturação do capital social das colônias, mobilizando forças produtivas e suprimindo a infraestrutura necessária ao desenvolvimento regional. Por meio de cooperativas de crédito e produção, frigoríficos e abatedouros, escolas comunitárias, difusão tecnológica e serviços de saúde, essas entidades foram decisivas na conformação do espaço social do Sul do Brasil (Schallenberger, 2005, p. 15).

No caso de São Lourenço, não há indícios da presença direta da Sociedade União Popular ou de lideranças a ela vinculadas. Contudo, a atuação da Liga dos Colonos Lourencianos e as razões de sua criação revelam que, já na década de 1920, havia mobilização significativa em defesa dos interesses econômicos e agrícolas da população teuto-brasileira, composta majoritariamente por pomeranos de confissão luterana. Assim como em outras regiões, a criação e manutenção de associações vinculadas à Liga, bem como o estímulo ao cooperativismo, revelaram-se práticas recorrentes e carregadas de simbolismo identitário. Como assinala Seyferth (2015), essas associações operavam para além da esfera econômica, constituindo-se em espaços de reprodução da sociabilidade colonial e de preservação de valores culturais, como a língua e os costumes comunitários, que os descendentes de imigrantes buscavam preservar em solo brasileiro.

4. As sociedades culturais e o peso da economia agrícola na colônia de São Lourenço

No âmbito cultural, a música foi considerada, desde os primórdios da colonização, uma das formas mais íntimas e significativas de expressão da saudade em relação à pátria de origem. Esse sentimento motivou a fundação, em 1874, apenas dezesseis anos após a chegada dos primeiros imigrantes, da *Sängerbund*, primeira de muitas sociedades filarmônicas que viriam a se constituir na colônia, localizada em Picada Moinhos, área de residência de Jacob Rheingantz. Nas décadas subsequentes, registram-se a criação de diversas sociedades de canto, pelo menos três Sociedades de Atiradores e cinco Sociedades de Amparo Mútuo — estas últimas já no

início do século XX —, muitas das quais incluíam departamentos de canto como parte de suas atividades.

O crescimento expressivo dessas sociedades resultou na necessidade de uma entidade maior que pudesse coordenar, integrar e representar os diferentes grupos. Assim, em 1930, foi fundada a União Cultural e Agrícola (UCA), concebida como uma liga de cantores e, ao mesmo tempo, como instituição aglutinadora de associações culturais e econômicas do município. Além de manter viva a cultura de matriz europeia, a UCA organizava eventos festivos, cujas rendas revertiam-se em benefício dos associados, permitindo-lhes, por exemplo, adquirir sementes para o plantio. A atuação da entidade, entretanto, ultrapassou a esfera cultural, assumindo também funções econômicas: passou a fornecer empréstimos aos colonos, muitos dos quais careciam de recursos financeiros para completar o ciclo agrícola. Nesse sentido, antes mesmo da criação de órgãos representativos formais, como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Lourenço do Sul, a UCA configurava-se como “a entidade que fornecia apoio e assistência ao agricultor” (Hammes, 2014), resultado da união de várias sociedades antes dispersas pelo território do município.

Com base na trajetória da UCA, evidencia-se a relevância atribuída pelos colonos de São Lourenço à questão econômico-agrícola, dado que, após a chegada da imigração alemã à região, era fundamentalmente da terra que provinha tanto o sustento das famílias quanto o desenvolvimento do núcleo colonial. Essa percepção já estava presente desde 1858, quando elevadas expectativas eram depositadas sobre os imigrantes e sobre a colônia agrícola de Jacob Rheingantz, como indica a matéria publicada naquele ano no jornal *Diário de Rio Grande*, prevendo que

A agricultura será a solução da Província do Rio Grande (...) as vantagens que nos trará a colônia do Sr. Rheingantz está ao alcance de todos (...) abastecerá os mercados de Pelotas e Rio Grande com seus produtos privando-nos assim de maiores misérias (Hammes, 2014).

Essa previsão, em grande medida, concretizou-se, uma vez que, já no início do século XX, o município apresentava uma diversificada produção agrícola e pecuária, comercializando uma parcela significativa de seus produtos para além de seus limites territoriais. Entre os gêneros cultivados e criados, destacavam-se milho, feijão, batata-inglesa, cebola, gado bovino e suíno, além de lã, banha, peixe, lenha e carvão. Tais produtos alcançaram relevância expressiva no contexto estadual, de modo que São Lourenço do Sul figurava como o segundo maior produtor de mandioca e batata-inglesa e o terceiro maior produtor de feijão do Rio Grande do Sul (Hammes, 2014).

Inicialmente cultivada apenas para o consumo interno da colônia, a batata-inglesa, graças à elevada produtividade favorecida pelas condições climáticas e pela fertilidade do solo, rapidamente superou os limites do abastecimento local, inserindo-se no comércio inter-regional e internacional. Tornou-se, assim, produto emblemático da economia lourenciana, conferindo à região reconhecimento pela sua qualidade tanto no mercado interno quanto no exterior. O tubérculo abastecia centros urbanos importantes, como Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco, Porto Alegre, Pelotas, Rio Grande, Santa Vitória do Palmar e São José do Norte, além de ser exportado para Montevidéu, no Uruguai. Conforme apontam os registros de Hammes (2014), nos anos imediatamente anteriores à fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), a agricultura constituía o verdadeiro motor econômico do município e a principal fonte de riqueza da zona colonial, com a batata-inglesa assumindo papel de destaque como produto-símbolo dessa prosperidade.

6. Resistência ao movimento organizacional e cooperativista

Nesse sentido, diante da centralidade do trabalho agrícola e da diversidade de culturas cultivadas pelos colonos de São Lourenço, é perfeitamente compreensível que tenham surgido diferentes iniciativas organizacionais, conduzidas por lideranças locais, com vistas a atender às demandas de planejamento, custeio das safras e comercialização da produção em condições mais justas, capazes de remunerar adequadamente o esforço humano e o capital investido. Tratava-se, sobretudo, de enfrentar práticas recorrentes de exploração que, segundo registros da época, marcaram os primeiros anos da colônia, quando a autoridade de Jacob Rheingantz exercia controle quase absoluto sobre a vida econômica local. Contudo, a memória dessa experiência inicial de dominação e exploração alimentava também forte resistência e desconfiança por parte dos colonos em relação a novas iniciativas de caráter associativo ou cooperativista, o que explica a curta duração de muitas dessas organizações e a escassez de informações documentais sobre seu efetivo funcionamento.

Um exemplo elucidativo é a Cooperativa Agrícola Mista Ltda., mencionada pelo senhor Ronald Spiering², cujo nome remete à Cooperativa São Lourenço. No entanto, em razão da divergência entre o período de funcionamento relatado pelo depoente e aquele registrado em outras fontes, não é possível afirmar com segurança tratar-se da mesma entidade. Apesar dessa incerteza, o caso revela indícios da postura reticente dos colonos em relação à participação em

² Ronald Spiering, destacada liderança comunitária de origem teuto-brasileira em São Lourenço do Sul, figura de articulação e ex-secretário do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Lourenço do Sul, vereador e prefeito no município nas décadas de 1960 e 1970.

estruturas cooperativistas, o que reforça a hipótese de que a memória da exploração inicial exerceu papel decisivo na conformação das relações sociais e econômicas no interior da colônia.

Participei da Cooperativa essa dos agricultores, nós nem morávamos aqui na cidade, nós morávamos lá fora e aí começou, mas depois não deu certo, porque na época o produto principal da cooperativa era a batata e a batata é um produto perecível, então dava problema de todo jeito, porque a cooperativa funciona da seguinte maneira: o associado entrega o produto e aí recebe um adiantamento, vamos dizer um saco de batata no mercado, o comprador paga 50 reais, a cooperativa recebe a batata, dá um adiantamento de 40 reais e depois comercializa esse produto e no fim do ano quando terminou a safra faz um rateio e vê quanto que deu em média, então esses 40 podem virar em 60, em 38, depende. E aí o agricultor era muito desconfiado e não queria entregar por 40, se lá outro comprador paga 42,50, e aí começava a desviar o produto. Esse sistema cooperativo é muito complicado, porque primeiro tem que ter um espírito. Esse curso na Alemanha que fomos fazer era justamente para isso.³

O cenário descrito por Ronald Spiering é corroborado pelo depoimento de Balbino Schneid⁴, que igualmente destaca o breve período de funcionamento da cooperativa: “Me parece que, no início, funcionaram juntas a cooperativa e o sindicato na época, os dois eram recém-fundados, mas a cooperativa foi à lona em seguida.”⁵ Um indício concreto dessa coexistência é o registro de uma assembleia do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), realizada em fevereiro de 1969 na sede da Cooperativa Agrícola Mista Lourenciana Ltda., localizada na zona urbana do município, o que evidencia a proximidade entre ambas as entidades, tanto em termos institucionais quanto organizacionais.

Esses testemunhos permitem inferir que a fundação da Cooperativa Agrícola Mista Ltda. coincidiu com a criação do Sindicato de Trabalhadores Rurais, tendo ambas funcionado de forma concomitante e, muito provavelmente, com a participação de membros em comum. Contudo, a trajetória da cooperativa revelou-se breve e marcada por dificuldades estruturais, em grande parte resultantes da persistente ausência de espírito cooperativista entre os colonos de São Lourenço do Sul. Estes, frequentemente, optavam por comercializar sua produção fora da entidade, motivados pela possibilidade de obter preços superiores, o que inviabilizava a consolidação de uma dinâmica associativa sólida e comprometida com a coletividade.

O sindicato, por sua vez, apresentava-se como uma instituição mais abrangente e menos restrita ao âmbito estritamente econômico, buscando responder às múltiplas demandas do

³ Entrevista concedida por Ronald Spiering em sua residência para Patrícia Schneid Altenburg, em São Lourenço do Sul/RS, em 20 de maio de 2022.

⁴ Balbino Schneid, destacada liderança comunitária de origem teuto-brasileira em São Lourenço do Sul, membro fundador e presidente por uma década do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Lourenço do Sul.

⁵ Entrevista concedida por Balbino Schneid em sua residência, para Patrícia Schneid Altenburg, em São Lourenço do Sul/RS, em 24 de maio de 2022.

espaço rural. Sua atuação contemplava tanto os pequenos produtores quanto os trabalhadores assalariados, assumindo a defesa de questões ligadas à produção, mas também à sobrevivência e à organização social dos agricultores. Tal amplitude conferiu ao STR maior legitimidade e relevância no contexto local, permitindo que se tornasse, diferentemente da cooperativa, um marco efetivo de representação política e social para os colonos lourenciano.

7. Considerações finais

Neste artigo, apesar dos limites e das lacunas inevitáveis — em razão do escopo reduzido e da dificuldade de acesso a fontes mais amplas —, foi possível alcançar algumas constatações relevantes. Observou-se que a maioria das entidades criadas ao longo do tempo, como sociedades, cooperativas e associações, surgiu com a finalidade de atender às demandas econômicas imediatas dos colonos. Questões como o acesso a mercados, a busca por melhores preços para os produtos, a aquisição de insumos, sementes e ferramentas constituíram os principais motivadores da organização coletiva.

No contexto do Rio Grande do Sul, destacou-se o papel fundamental desempenhado pelas igrejas — tanto a Católica quanto a Evangélica Luterana — na estruturação e no apoio a essas iniciativas. Essa presença institucional também se fez sentir na região estudada, evidenciando o entrelaçamento entre fé, cultura e economia na dinâmica das comunidades de origem germânica.

A importância da agricultura era tamanha que até mesmo organizações voltadas à promoção cultural, como a União Cultural e Agrícola (UCA), direcionaram parte significativa de suas ações às necessidades econômicas dos colonos, contribuindo assim para o fortalecimento da vida rural e para a consolidação de redes de cooperação local.

Todavia, nem toda proposta associativa foi prontamente acolhida. Na região lourenciana, a memória do passado colonial e, em especial, os relatos de exploração relacionados à figura de Jacob Rheingantz deixaram marcas profundas de desconfiança. Esse sentimento, enraizado na experiência coletiva, gerou resistências significativas à participação em novas iniciativas organizadas, demonstrando que a história vivida influencia diretamente a forma como as comunidades respondem às propostas de cooperação.

REFERÊNCIAS

BOSENBECKER, Patrícia. **Uma colônia cercada de estâncias: imigrantes em São Lourenço/RS (1857-1877)**. 2011. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

HAMMES, Edilberto Luiz. **A imigração alemã para São Lourenço do Sul**: Da formação de sua Colônia aos primeiros anos após seu Sesquicentenário. 1ª. ed. São Leopoldo: Studio Zeus, 2014. 734 p.

MOSSMANN, Paulo Germano. **Os Deutsch-Brasilianer em oposição ao PRR**: um estudo de caso dos municípios de origem germânica que derrotaram o PRR nas eleições de 1891. 2014. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

SCHALLENBERGER, E. Redes de associações agrícolas no sul do Brasil: União Popular e Liga das Uniões Coloniais. In: Segundas Jornadas de História Regional Comparada, 2005, Porto Alegre. Segundas Jornadas de História Regional Comparada. Porto Alegre: PUCRS, 2005. v. 1. p. 01-17.

SEYFERTH, Giralda. Formação de identidades culturais em contextos migratórios. In: VALLE, Carlos Guilherme do (org.). **Etnicidade e Mediação**. São Paulo: Annablume Editora, 2015. cap. I, p. 61-86.

SEYFERTH, Giralda. Identidade camponesa e identidade étnica (um estudo de caso): (um estudo de caso). **Anuário Antropológico**, Rio de Janeiro, 1993.

CARACTERIZAÇÃO DO AVANÇO DA PEQUENA PROPRIEDADE SOBRE O LATIFÚNDIO NO RS: SANTA CHISTINA DO PINHAL E ESTÂNCIA (SÉCULO XIX)

Dóris Rejane Fernandes

Os colonos iam tomando conta dos seus lotes,
construíam seus ranchos, derrubavam os matos e iniciavam a plantação de suas roças.
Naturalmente, não podiam eles conhecer
exatamente as divisas de suas terras,
sendo inevitável que um ou outro se sentisse prejudicado com o avanço de seu vizinho
nas que julgava serem de sua propriedade.
(Leopoldo Petry)

1. Introdução

O presente artigo tem como objetivo apresentar o estado atual da pesquisa sobre a ocupação da terra no século XIX no Vale do Sinos. As fontes documentais utilizadas compõem acervo do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, formado por livros tombo e processos judiciais. Darei especial atenção as localidades de Estância Velha em São Leopoldo e a Fazenda Santa Cruz da Concórdia em Santa Chistina do Pinhal, posteriormente Taquara. Essa abordagem é uma continuação da pesquisa sobre a ocupação da terra no vale do Sinos e avanço da pequena propriedade com imigrantes.

Esse recorte espacial é compreendido como uma fronteira em construção. Essa fronteira se constitui, segundo Martins (1997), a partir de frentes: primeiro a frente de expansão e posteriormente a pioneira. A frente de expansão compõe o período de limpeza do terreno com habitantes originários e moradores nacionais expulsos para estabelecimento do latifúndio. Dela resultam as Fazendas Nossa Senhora da Conceição, Padre Eterno, Nossa Senhora da Conceição do Funil, Mundo Novo, Santa Cruz para exemplificar. Passada essa fase e com o início da colonização com imigração estrangeira (povos de fala alemã) essas regiões formam loteamentos/empreendimentos ora públicos, ora particulares para estabelecimento dos colonos.

Outro elemento a ser considerado, é o que Jean Roche (2022; 1969) chama de enxamamento da Colônia de São Leopoldo. Nos primeiros anos da colonização, os colonos, que nesse caso são de procedência e fala alemã, sentem a necessidade de conseguir mais terras para acomodar seus filhos em idade para formar família. Os terrenos recebidos em São Leopoldo não eram suficientes para o sustento da mesma. Os loteamentos novos abertos por particulares possibilitaram a ocupação das famílias e seus descendentes por venderem o(s) terreno(s) em São Leopoldo e, com esse(s) ganho(s), investir em outras áreas bem maiores e nas redondezas para estabelecimento da família e seus descendentes. A esse processo de

aumento da população, e, sem terrenos para comercializar, ou os existentes serem de elevado valor, gera a busca de novas áreas para colocação das novas famílias ou famílias recém-formadas que Roche chama de enxamamento. E os colonos seguem nesse movimento para o norte, leste ou oeste¹ do Rio Grande de São Pedro.

A forma dos lotes coloniais, retangular, provém aparentemente da maneira como a administração distribuiu as terras.

Partindo das margens de um curso d'água navegável, traçava-se uma linha ou picada na direção norte-sul ou leste-oeste. Era preciso que ela atingisse um escarpamento ou um profundo precipício para que se afastasse de sua direção; abria na floresta um corredor de alguns metros de largura, que servia de eixo de penetração.

(...) Os contatos e as trocas só podem realizar-se através da “picada”, perto da qual se encontra em geral a casa;(Roche, 2022, p.323)

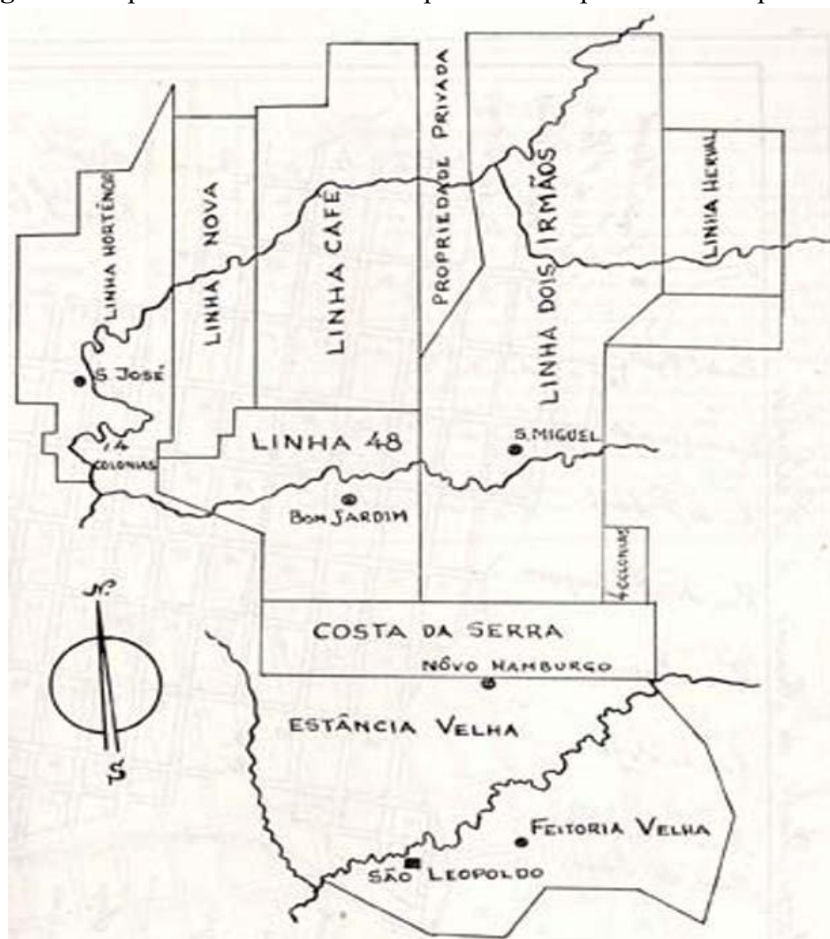
Esses espaços abertos para ocupação colonial estrangeira ou com descendentes das primeiras levas chegadas a São Leopoldo se completam em 1844, segundo Roche (2022, p. 338) quando abrem-se novas áreas ao longo do rio dos Sinos, alcançando rapidamente a borda da serra. Magalhães (1988; 2003) relata que em decorrência do movimento Farroupilha abrem-se os loteamentos do Padre Eterno, formado pelas picadas do Ferrabraz e da Bica; e do Mundo Novo. Ambos projetos foram financiados com indenizações decorrente da luta ao lado dos monarquistas e pagos pelo Império. João Pedro Schmidt (Schmitt) de Hamburgo Velho e José Tristão Monteiro de Porto Alegre receberam essas indenizações foram responsáveis pela organização/negociação dos empreendimentos.

2. A Estância Velha

O espaço geográfico dessa pesquisa/reflexão inicia na localidade conhecida como Estância Velha, é parte da Feitoria do Linho Cânhamo e do loteamento no município de São Leopoldo. O empreendimento da Feitoria corresponde ao período da frente de expansão, onde Portugal estabelece um posto de apoio para as tropas militares e de tropeiros que se dirigiam para o sul, Forte Jesus Maria José, hoje Rio Grande. Nesta feitoria havia um espaço em que era utilizado e considerado a estância/fazenda velha. Nela criava-se gado em pé e para abate, bem como para produção de couro.

¹ Em Magalhães (2003) localiza-se a constatação de um número significativo de colonos para o leste contrariando a indicação das autoridades e, seguindo a ocupação para o litoral. Tradicionalmente, a geografia indica que a ocupação do Brasil se deu de leste para oeste. No vale do Sinos essa ocupação se deu em sentido contrário: para o mar ao longo do rio e seus afluentes.

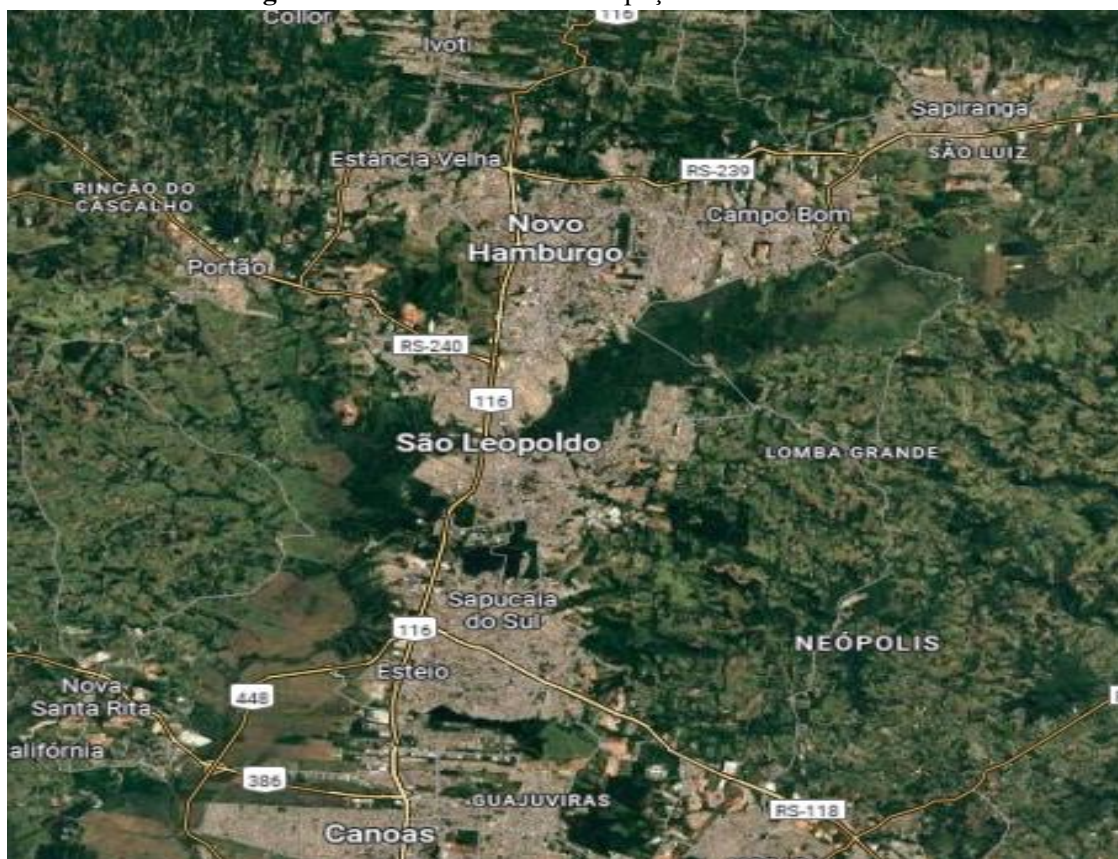
Figura 1: Mapa da colônia de São Leopoldo/município de São Leopoldo/RS.



Fonte: https://ihgrgs.org.br/mapoteca/cd_mapas_rs/CD/imagens/mapas/cap_6/images/Primeira_Divisao_SLeo.JPG

Os dados sobre a Estância Velha foram observados e destacados dos 142 registros de prazos do 1º Livro Tombo de São Leopoldo. Esses dados elencados caracterizam o que Martins (1997) aponta como a frente pioneira. A frente de expansão está mesclada com a pioneira e há a gradativa substituição do latifúndio pelas pequenas propriedades identificadas como prazos. Nesses prazos há a presença de militares com posses entre os colonos do governo, com a presença de brasileiros negociando terras. Os conflitos estão indicados nas negociações e pedidos de medição com resultados diferentes ao declarado. O levantamento apresenta a documentação, identifica a forma de aquisição, histórico, possuidores, colonos do governo, nacionais. O registro pode conter mais de um terreno, ou seja, mais de um prazo e não apenas os 142 registros.

Figura 2: Vista de Satélite do Espaço da Estância Velha



Fonte: Google Earth, acesso em 10/07/2025.

O mapa da colônia de São Leopoldo tem gerado uma série de dúvidas, entre elas, o próprio traçado da Estância Velha como acima pode ser observado. Há dúvidas sobre a área que realmente pertence para Estância Velha. A antiga Estância Velha correspondia ao espaço entre a Feitoria Velha e a Costa da Serra.

No entanto, pode-se afirmar que os prazos coloniais eram longitudinais, como na vista de satélite acima

[...]as terras estendem em comprimento até tocar o fundo do lote correspondente da “picada” paralela, aberta a 6,4 quilômetros da primeira. Efetua-se o arroteamento da frente para o fundo do lote, seguido pela instalação de um caminho privado, comumente ao longo de um dos limites laterais. De início, cultivavam-se ao máximo as terras mais próximas da casa, e as reservas de floresta virgem, mais afastadas, confinavam com as do lote oposto. É o que explica a compartimentagem do quadro da vida dos colonos, assim seu costume de dividir as propriedades longitudinalmente. O desenho em forma de fita foi tão bem associado ao desbravamento florestal, que existe na maior parte das novas colônias do Planalto. (Roche, 2020, p. 323).

A frente de expansão está mesclada com a frente pioneira na construção da fronteira sulina do Brasil. Nas áreas dos lotes na Estância velha há presença de militares com posses vivendo entre os colonos do governo e a presença de brasileiros negociando terras. A presença de oficiais de ascendência lusa e de um doutor (até o momento, sem identificação: advogado ou médico) é uma indicação de uma possível burocracia.

As trocas são outra opção para adequação aos interesses dos possuidores: área do Bom Jardim, do Padre Eterno, do Herval, da Estância Velha, do rio dos Sinos, da Feitoria Velha são trocadas para ampliar a área de maior interesse do possuidor. O colono Jacob Wassum arremata um prazo com 386:000 braças quadradas, pertencente a falecida Maria Angélica Coelho, pelo valor de R 1:045\$000 (um conto e quarenta e cinco mil réis) arrematada em hasta pública no dia 28 de maio de 1869. A compra e venda foi realizada em uma parcela única e a aquisição feita de uma ascendência luso-brasileira e com possibilidade de pertencer aos cristãos novos. O colono efetua a compra estipulada por lei de 1850 e por regulamento de 1854.

O colono João Pedro Schmitt possui 40:000 braças quadradas em decorrência da compra com escrituras particulares de três vendedores com valores diferentes: dos Mergnener por R 60\$000, de Kusch por Rs 100\$000 e dos Orsi por Rs 200\$000. As quarenta braças custaram Rs 360\$000.

Jacob Schneider possui 466:000 braças quadradas na Estância Velha adquirida por compra dos oito herdeiros de Adão Schneider, sendo Jacob o oitavo. Jacob Schneider compra de seus irmãos e cunhados. Apenas a irmã Carolina não vende seu quinhão. Jacob compra cada quinhão por valores diferentes sem explicar os critérios de valorização. A compra resultou na soma de Rs 1:186\$000 (um conto, cento e oitenta e seis mil réis). Jacob fica com a maior parte da colônia familiar. E continua a adquirir outras áreas como as terras de Francisco e Catharina Richter por Rs 400\$000; e para completar efetuou a compra de terras de Henrique Koelsch pelo valor de Rs 400\$000. Esse declarante do prazo 52 é possuidor por herança e compra.

Entre as peculiaridades das informações do 1º Livro Tombo, ocorre com o prazo 79, que com 41:020 braças quadradas é considerado sem domínio particular por não ter conhecimento do possuidor. Um lote vazio em meio ao loteamento ocupado, portanto era terra devoluta ou do governo.

Os prazos 113, 114 e 115 encontram-se da mesma forma em questionamento. Os prazos 113 e 115 pertencentes a João Borckart são resultado de medição indicadora de falta de terreno por direito como colono. Borckart recebeu por herança de colono do governo e por compra com escritura pública. A área herdada não estava completa ao que tinha direito pela medição realizada. O Comissário Especial deu título de integração ao prazo 113. O prazo 114 de Guilherme Wassum tinha superfície completa não tendo direito à integração.

O prazo 58 pertencente ao Dr. Antonio Pereira Prestes e sua mulher Luisa Prestes foram compradas ao governo. Segundo declaração não faziam parte das terras da ex-Colônia de São Leopoldo. No prazo 68, Carlos Vilck comprou parte de terras de Pereira Prestes. O prazo 91 apresenta o Dr. Antonio Pereira Prestes como comprador de terras do governo e não

inventariadas por não fazer parte do território da ex-Colônia de São Leopoldo. Pereira Preste é um especulador fundiário? Há na Estância Velha sete prazos a ele e sua esposa pertencentes por compra de sobras do Governo.

O prazo 81 refere-se a um caso que foge ao exposto até o momento. O prazo pertence a Francisco Harbstrith e sua mulher Catharina Harbstrith que tem uma dívida de Rs 4:870\$180 com a firma Born & Engel. O casal procura vender o prazo, mas como não conseguem o valor necessário para o pagamento da dívida, devolvem o terreno. A empresa dá quitação completa da dívida. Os colonos não têm sucesso no seu empreendimento quanto a terra, mas quitam a dívida. Essa é uma dificuldade enfrentada pelos colonos e identificada no livro de registro. Até o momento o casal não foi localizado em outra localidade ou situação.

No prazo 95, João Koeche comprou terras, mas não efetuou o pagamento no período combinado. O vendedor retirou as terras passadas por escritura datada em 24 de março de 1862. Quando Koeche “apresentou as respectivas quantias”, após três anos, foi lavrada a segunda escritura com data em 9 de janeiro de 1865.

Os casos relacionados e apresentados sinteticamente demonstram a diversidade das formas de aquisição e posse das terras. No levantamento há colonos do governo e seus descendentes. Não está declarado a profissão de cada um, no entanto pode-se observar que os compradores são comerciantes como Schmitt e Schneider, sendo que o primeiro é residente da costa da serra.

Os conflitos estão indicados nas negociações e pedidos de medição com resultados diferentes ao declarado. O levantamento parte da documentação apresentada, a forma de aquisição, histórico, possuidores, colonos do governo, nacionais. Algumas declarações são validadas pelo juiz e/ou escrivão por conhecerem o histórico familiar diante da falta de documentos. O registro pode conter mais de um terreno, ou seja, mais de um prazo e não apenas os 142 registros. O número de registros não corresponde ao número de prazos. Ter terras não era garantia, pois em caso de dívidas as mesmas poderiam ser resgatadas para pagamento.

3. Santa Christina do Pinhal

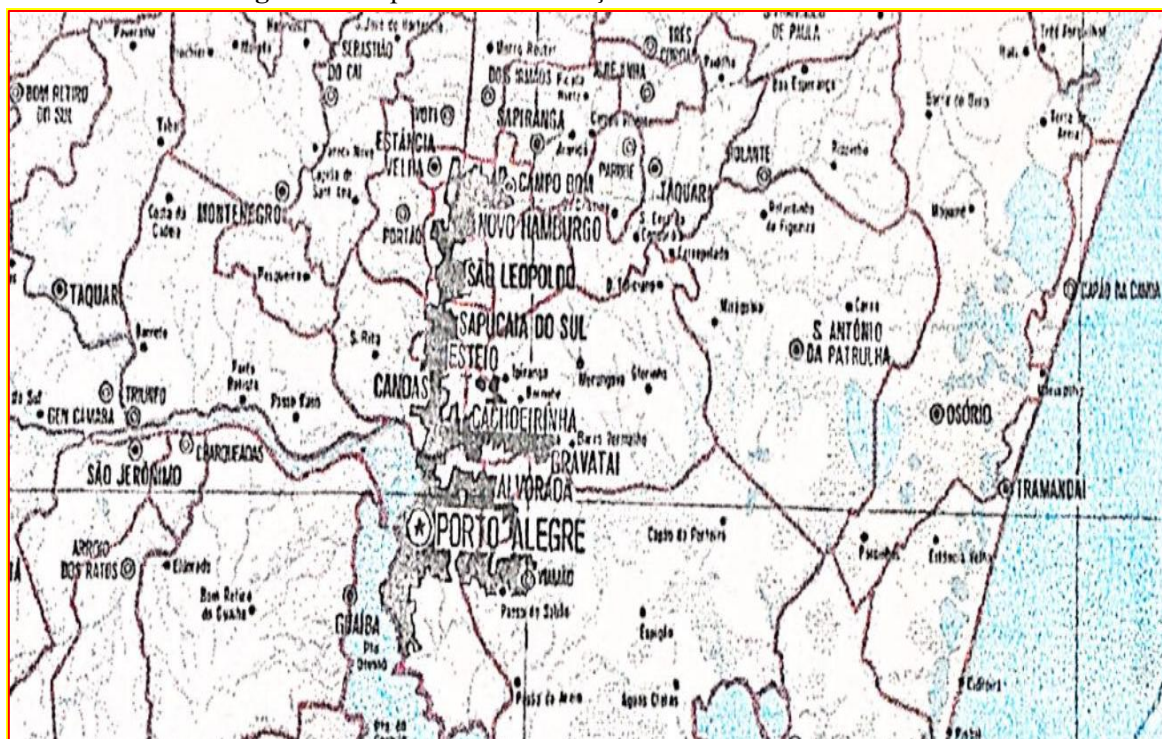
A localidade de Santa Christina do Pinhal possui uma série de latifúndios conhecidos como fazendas. Fazenda Mundo Novo, do Padre Thomé, Santa Cruz, Nossa Senhora da Conceição são parte do espaço que compõe Santa Christina do Pinhal e faz divisa com a Aldeia dos Anjos e a Feitoria do Linho Cânhamo/São Leopoldo.

Santa Christina do Pinhal, localizada à margem esquerda do rio dos Sinos, formou-se a partir da Aldeia de Nossa Senhora dos Anjos, tendo por referência os pinheirais ali existentes.

Esse espaço é marcado pelo encontro da Mata Araucária e da Mata Atlântica. A presença da araucária ou pinheiro era um destaque na paisagem e ponto de identificação da paisagem. As atividades exercidas vinculavam a criação de animais e ao extrativismo vegetal para abastecer Porto Alegre com pinhão, madeira e lenha. Abastecer Porto Alegre e ser fonte de segurança era a relação existente entre as duas localidades, estabelecendo contato e vínculo. Até esse momento as fazendas abastecem localidades, latifúndio/sesmaria e empregam mão de obra escravizada preta. Esses elementos compunham a frente de expansão que limpa o espaço de povos originários e moradores nacionais e impõem o latifúndio, a produção para exportação e emprego de mão de obra escrava.

É interessante observar que nessas fazendas foram localizados povos originários, negros escravos, padres, comerciantes de Porto Alegre e de outras cidades do Rio Grande de São Pedro. Os povos originários e moradores nacionais foram removidos para outros espaços como no planalto, nos ervais ou/também na Aldeia de Nossa Senhora dos Anjos.

Figura 3: Mapa com a localização de Santa Christina do Pinhal



Fonte: Magalhães (2003).

Entre os ocupantes da localidade foram localizados, açorianos (casais de número ou d'El Rei), soldados e tropeiros pois a região era ponta de passagem das tropas militares que seguiam rumo ao Prata. As fazendas mencionadas eram latifúndios que empregam mão de obra escrava. A presença de uma fazenda de um padre é uma peculiaridade, mas uma possibilidade no Brasil dos finais do século XVIII e inícios do século XX. Um padre localizado como empresário do

agronegócio. Junto a esse segmento, localizamos comerciantes estabelecidos em Porto Alegre e que possuem fazendas para veraneio e para produção de gêneros para comercializar com tropas, localidades e a própria capital do Rio Grande de São Pedro do Sul.

Nos Autos de Medição e Demarcação de Terras (AHRS, Diretoria de Terras e Colonização) referentes a Santa Christina do Pinhal há uma série de casos peculiares quanto a ocupação e posse da terra, permitindo a caracterização e comparação com a Estância Velha. Entre os casos, a Fazenda Santa Cruz merece descrição.

José Luiz Cardoso de Salles se declara possuidor, juntamente com a esposa, da metade da Fazenda Santa Cruz. É morador na cidade de Porto Alegre e possuidor de terras, no 2º distrito da freguesia de N. Sra. dos Anjos. Além da fazenda, declara mais três outras terras vizinhas ou no lugar Santa Cruz. As formas de aquisição são por herança, por troca, por compra e por pagamento de dívida. Os registros foram feitos por procurador e, num deles ao ser datado consta o lugar onde foi redigido, “Fazenda do Curral de Pedra no Município de São Gabriel”. Esses dados permitem algumas conjunturas como Salles é possuidor/proprietário de terras em três locais pelo menos: São Gabriel, Porto Alegre e Santa Christina. As formas de aquisição são similares as da Estância Velha. Há um processo movido pelos ocupantes da Fazenda Santa Cruz para garantir a posse dos mesmos aos seus quintões. No entanto, os ocupantes são declarados invasores acirrando a disputa. A declaração de invasão era uma estratégia dos fazendeiros para defesa da aquisição ilícita de terras. Nas proximidades da Fazenda Santa Cruz há lindeiros que declaram terras.

Manoel Fialho de Vargas declara duas posses, que formam uma fazenda de matos, no Pinhal Pequeno. Nessas terras, Fialho divide parte com o genro João Teixeira de Souza e a filha Feliciano. João Teixeira de Souza declara três posses: no Barro Vermelho, um sítio de agricultura e criação de animais; outro campo e mato, na Taquara, e outra terra de matos e capoeiras com moradia e benfeitorias, localizada no Pinhalzinho, onde mora com Felicianna que é vizinha, por dois lados, de Manoel Fialho de Vargas e, por outro, com “uns alemaes q. ignora o nome....” Henrique e Felipe Elsz declaram possuir, em “sociedade entre ambos, em partes iguais, no lugar denominado Pinhal, um terreno de mattos”. Estamos frente a um exemplo de alemães registrando terras. Ignacio Maxado da Silveira, morador no lugar denominado Rio dos Sinos “possue em comum com uns irmãos, uma data de terras de mattos”. Esses são alguns exemplos que demonstram a divisão das terras, em partes cada vez menores; a presença de outros moradores nas terras, como herdeiros ou como “intrusos”, a concentração de terras nas mãos de outros possuidores/proprietários e a posse de várias terras, residindo o proprietário em

apenas uma delas; ou as sociedades entre parentes, isto é, a permanência da área de terras em família.

4. Considerações finais

A frente de expansão está mesclada com a pioneira com as grandes áreas dos lotes, com a presença de militares com posses entre os colonos do governo, com a presença de brasileiros negociando terras. Há uma gradativa substituição do latifúndio pelas pequenas propriedades identificadas como prazos. Nesses prazos há a presença de militares com posses entre os colonos do governo e com a presença de brasileiros negociando terras.

Os conflitos resultantes da interposição das frentes são melhor identificados em Santa Christina do Pinhal, junto aos autos de medição e demarcação de terras. Em Estância Velha esses casos aparecem na forma de declaração constante no registro no livro tombo. Há conflitos quanto ao pagamento de dívidas com retirada da terra, valores das vendas sem esclarecimento dos critérios, falta de terras frente ao documento apresentado, áreas sem posse. A compra de sobra de terra ao governo é intrigante, mas é parte da negociação que loteia e negocia as áreas no entorno de São Leopoldo. Antonio Pereira Prestes e sua esposa merecem uma pesquisa a parte.

A presença da frente de expansão e a frente pioneira são identificadas nos espaços brevemente descritos. A interposição das duas frentes gera conflitos, contestações judiciais, entrega da terra para pagamento de dívida. Quando se quer criar condições para expulsar moradores indesejáveis são denunciados como invasores ou intrusos nas terras. Essa identificação era considerada crime e passível de expulsão. Em outros instantes poderiam ser chamados a testemunhar como trabalhador da fazenda para declarar o tempo de posse da terra pelo seu senhor.

A composição social diversificada se apresenta no relato dos casos específicos da comparação. Localizados moradores nacionais, povos originários, colonos de fala alemã, militares, padres, comerciantes nos diversos casos. Esses contatos sociais caracterizam as frentes que constroem a fronteira do Rio Grande de São Pedro e também brasileira.

Os espaços da Estância Velha como de Santa Christina do Pinhal se vinculam por estarem às margens do Vale do Sinos. A presença do latifúndio é constatada em maior número em Santa Christina, enquanto que em Estância Velha o processo é mais rápido e decorrente de uma sesmaria/latifúndio. A constatação de conflitos é mais evidenciada na área mais distante, Santa Christina do Pinhal enquanto há maior preocupação com a divisão de terras em Estância Velha, onde a ocupação passa pelo fenômeno do enxamamento.

A fronteira está em construção com a organização das frentes que se encontram de forma clara no estabelecimento de loteamentos para instalação da colonização com mão de obra estrangeira livre. O século XIX, no Vale do Sinos e na Colônia/Município de São Leopoldo adota a ideia do empreendimento pioneiro, moderno e que significa progresso. O encontro entre frentes, expansão e pioneira, é, parafraseando o seminário e Bosenbecker, colônias entre estâncias.

REFERÊNCIAS

- HUNSCHE, Carlos H. **Primórdios da vida judicial de São Leopoldo**. Porto Alegre: EST, 1979.
- MAGALHÃES, Doris Rejane Fernandes. **Terras, senhores, homens livres, colonos e escravos na ocupação da fronteira no Vale do Sinos**. Tese (Doutorado em História Íbero-Americana) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, UNISINOS, 2003.
- MARTINS, José de Souza. **Fronteira**. A degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: HUCITEC, 1997.
- PETRY, Leopoldo. **O município de São Leopoldo**. No anno do 1º centenário da independência do Brasil. São Leopoldo, Porto Alegre, Cruz Alta e Ijuhy, 1923.
- PETRY, Leopoldo. **São Leopoldo**. São Leopoldo: Rotermund, 1964.
- ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, v. I e II, 1969.
- ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. 2 ed. São Leopoldo: OIKOS, 2022.

IDENTIDADE MIGRANTE JUDAICA EM O CENTAURO NO JARDIM: UMA ANÁLISE TEXTUAL DISCURSIVA DA OBRA DE MOACYR SCLiar

Luciana Sanguiné

1. Introdução

Revitalizar a obra de Moacyr Scliar é fundamental para compreender os dilemas da imigração e da identidade no Brasil contemporâneo. Autor reconhecido por sua extensa produção literária e com fortes ligações com o bairro Bom Fim, em Porto Alegre, Scliar foi capaz de captar com precisão os sentimentos contraditórios da condição migrante judaica no estado do Rio Grande do Sul. Como observa Christo (2005), a trajetória de Guedali em *O centauro no jardim* é atravessada por essa mesma ambivalência, articulando sua condição de imigrante judeu e gaúcho em uma narrativa marcada pelo hibridismo. Sua narrativa literária extravasa a dimensão estética e se torna também uma via de acesso à história, permitindo refletir sobre deslocamentos, memórias e formas de pertencimento.

A imigração judaica no Brasil, intensificada no início do século XX, teve no Rio Grande do Sul um espaço privilegiado de fixação. Famílias oriundas da Bessarábia, região então pertencente ao Império Russo e que hoje corresponde majoritariamente à Moldávia e parte da Ucrânia, trouxeram consigo práticas religiosas, memórias de perseguição e expectativas de integração em uma nova sociedade (Scliar, 2017). Em certos registros e mesmo na ficção de Scliar, essa herança aparece marcada como “judaísmo russo”, ressaltando a instabilidade e a multiplicidade próprias do processo identitário.

Essa ambivalência identitária dialoga com o que Jeffrey Lesser (1995), em *Welcoming the undesirables: Brazil and the Jewish question* [Acolhendo os indesejáveis: Brasil e a questão judaica, tradução nossa], descreveu como o paradoxo da política imigratória brasileira: ao mesmo tempo em que buscava modernizar o país por meio da chegada de estrangeiros, o Estado oscilava entre acolhimento e rejeição, classificando-os em categorias generalizantes e, muitas vezes, excludentes. No caso dos judeus, eram vistos ora como agentes de progresso, ora como “indesejáveis”, reflexo de tensões complexas na formação da nação.

Nesse contexto, a obra *O centauro no jardim* originalmente publicada em 1980 (Scliar, 2004) emerge como metáfora literária da condição migrante. O protagonista Guedali Tartakovsky, judeu brasileiro representado como centauro, simboliza a condição de quem vive entre a herança cultural e as pressões de assimilação, oscilando entre o pertencimento e a exclusão. A narrativa se organiza em torno do hibridismo, conceito que, conforme Homi Bhabha (1998), expressa a criação de identidades híbridas em espaços de fronteira. Stuart Hall

(2006), por sua vez, lembra que a identidade deve ser compreendida como construção relacional e discursiva, instável e em permanente transformação, perspectiva essa que descreve bem a trajetória de Guedali e, por extensão, a experiência migrante judaica no Brasil.

O estudo se organiza em torno da questão: de que modo *O centauro no jardim* representa a identidade migrante judaica, articulando metáfora e história, e quais sentidos essa representação produz para a compreensão dos dilemas migratórios no Brasil?

O objetivo deste estudo é analisar a construção da identidade migrante judaica na obra *O centauro no jardim*, de Moacyr Scliar, destacando as tensões entre memória, tradição e assimilação. Nesse percurso, toma-se como eixo central o personagem Guedali, cuja condição híbrida traduz a experiência migrante e suas ambiguidades, em diálogo com aportes teóricos que problematizam identidade, alteridade e hibridismo cultural.

Metodologicamente, a pesquisa utiliza a Análise Textual Discursiva (ATD), conforme sistematizada por Moraes & Galiazzi (2011). Esse método, ao trabalhar com unitarização, categorização e produção de metatextos, possibilita investigar as camadas simbólicas da linguagem, revelando sentidos que se constroem na relação entre literatura e história.

O artigo está organizado da seguinte forma: após esta introdução, a segunda seção apresenta o contexto histórico-cultural da imigração judaica no Brasil e no Rio Grande do Sul; a terceira seção discute a trajetória de Moacyr Scliar e a relevância de sua obra; a quarta seção concentra a análise do personagem Guedali, cuja condição híbrida é interpretada à luz da Análise Textual Discursiva, destacando aspectos de hibridismo, memória e alteridade. Por fim, as considerações finais retomam os objetivos e ressaltam as contribuições do estudo para os debates sobre literatura, imigração e identidade no Brasil.

2. Caminhos da análise

Diante desse panorama da imigração judaica no Brasil e no Rio Grande do Sul, torna-se possível compreender melhor as bases culturais e sociais que alimentaram a literatura de Moacyr Scliar. O autor, cuja trajetória pessoal esteve intimamente ligada ao bairro Bom Fim em Porto Alegre, utilizou a ficção como espaço de reelaboração das memórias coletivas dessa comunidade. É a partir desse ponto que se pode examinar como sua obra dialoga com a experiência migrante e com os dilemas da identidade.

2.1. Contexto histórico e cultural da imigração judaica no Brasil e no Rio Grande do Sul

A imigração judaica no Brasil assumiu múltiplas configurações ao longo do tempo, marcada por fluxos distintos, que ora estiveram vinculados a perseguições políticas e religiosas,

ora às condições socioeconômicas da Europa Oriental. A chegada de famílias vindas da Bessarábia, região historicamente integrada ao Império Russo, intensificou-se no início do século XX, motivada tanto pelos pogroms quanto pelas crises sociais que atingiam comunidades judaicas (Seliar, 2017). Como observa Lesser (1995, p. 5), a política brasileira frente a esses grupos foi ambivalente: em alguns momentos incentivava sua presença como agentes de modernização, mas em outros os rotulava como “indesejáveis”, refletindo contradições do projeto de construção nacional.

No contexto gaúcho, a presença judaica assumiu características próprias. Desde o final do século XIX, famílias judias se estabeleceram em cidades como Porto Alegre, Pelotas e Santa Maria, além de colônias agrícolas patrocinadas por instituições como a *Jewish Colonization Association* (JCA). Essas comunidades buscavam preservar práticas religiosas e culturais, ao mesmo tempo em que eram pressionadas a assimilar-se à sociedade local. Segundo Tedesco e Gritti (2024, p. 102), imigrantes provenientes do espaço imperial russo eram frequentemente classificados de forma genérica como “russos”, apagando suas diferenças internas e projetando sobre eles estigmas relacionados à alteridade. Essa categorização, embora simplificadora, ecoava a realidade vivida por judeus da Bessarábia, cuja identidade oscilava entre a herança cultural e as demandas de integração.

Vinham da Bessarábia, uma região que fazia parte do império czarista e onde os judeus viviam em pequenas e pobres aldeias. Marginalizados, perseguidos, serviam como válvula de escape para a tensão social do império czarista, polarizado entre uns poucos ricos e uma imensa massa miserável. (...) A imigração organizada iniciou-se mesmo com a Jewish Colonization Association, em 1904. Para essas pessoas o Brasil era um paraíso. (...) Muitas eram as esperanças que os animavam a enfrentar a longa viagem marítima.” (Seliar, 2017, p. 32).

A experiência judaica no Rio Grande do Sul também se caracterizou por tensões ligadas à religião, ao idioma e à vida comunitária. Muitos desses imigrantes trouxeram o ídiche como língua de uso cotidiano, o que reforçava os vínculos com a diáspora, mas os distanciava de outros grupos étnicos e da sociedade brasileira em geral. Conforme explica Seliar (1985, p. 27), ao *judendeusch* acrescentaram-se elementos eslavos, surgindo assim o íidiche, língua falada pelos ashkenazim.

O bairro Bom Fim, em Porto Alegre, tornou-se o espaço emblemático dessa presença. Ali se reuniam sinagogas, escolas e associações culturais que reforçavam a coesão da comunidade, mas que também evidenciavam sua condição de enclave étnico-cultural no espaço urbano. Como lembra Hall (2006, p. 13), a identidade deve ser compreendida como construção

discursiva e relacional, marcada por processos de negociação constantes, algo evidente no modo como essas comunidades equilibravam tradição e assimilação.

Essa ambivalência entre a preservação de tradições ancestrais e a necessidade de adaptação ao novo contexto configurou um aspecto fundamental da vivência judaica no Rio Grande do Sul (Christo, 2005). Ela se aproxima do que Jeffrey Lesser (1995) chamou de “ambivalência estatal”, mas que também se manifestava no cotidiano das interações sociais. Os judeus eram percebidos, ao mesmo tempo, como detentores de um capital cultural valorizado para o desenvolvimento do país e como estrangeiros permanentes, cuja diferença jamais se diluía por completo. Essa sensação de não pertencimento foi reelaborada por autores como Moacyr Scliar, cuja obra reflete tanto as memórias familiares da imigração bessarábia quanto as contradições vividas por sua comunidade de origem.

2.2 Moacyr Scliar e a literatura da imigração

Moacyr Jaime Scliar (1937–2011) ocupa lugar singular na literatura brasileira contemporânea. Sua carreira literária, paralela à atuação como médico sanitарista, resultou em mais de 80 obras publicadas, abrangendo romances, contos, ensaios e literatura infantojuvenil. Como observa Regina Zilberman, sua escrita esteve sempre vinculada às experiências culturais da comunidade judaica de Porto Alegre, sobretudo no bairro Bom Fim, que serviu como referência fundamental em seus primeiros romances (Zilberman, 2009).

O próprio autor reconheceu que, entre todos os seus personagens, sentia-se especialmente representado por Guedali, de *O centauro no jardim*,

Certamente. Tive uma vivência na qual o judaísmo representou um papel muito importante. Eu me criei num bairro de imigrantes com intensa vida comunitária e, ao mesmo tempo, muito judaica, não necessariamente religiosa, mas das tradições, dos costumes. Aquilo marcou profundamente as crianças e depois os jovens. É nesse momento que nasce uma geração de filhos de imigrantes, uma geração de transição que sofre crises de identidade. Em casa, ela come um tipo de comida, fala um tipo de idioma, segue um tipo de costumes, e, na rua, no colégio e no clube, é outro idioma, são outros costumes. Essa crise de identidade, esse choque cultural que, para algumas pessoas, é motivo de sofrimento, para quem está escrevendo é fonte de inspiração.” (Scliar, 2006, p. 11).

A trajetória literária de Scliar pode ser dividida em três fases. A primeira, de 1972 a 1977, reúne romances ambientados em Porto Alegre e diretamente vinculados à comunidade judaica, como *A guerra no Bom Fim* (1972), *O exército de um homem só* (1973) e *Os deuses de Raquel* (1975). O segundo período, entre 1980 e 1991, apresenta obras em que sobressai a questão da assimilação dos judeus à sociedade brasileira moderna, destacando-se *O centauro no jardim* (1980) e *A estranha nação de Rafael Mendes* (1983). Já a terceira fase, iniciada em

1999, volta-se a temas bíblicos, em romances como *A mulher que escreveu a Bíblia* (1999) e *Os vendilhões do templo* (2006) (Zilberman, 2009). Essa periodização evidencia a passagem de uma literatura ancorada na memória comunitária para uma escrita que dialoga com temas nacionais e universais, sem perder de vista a questão identitária.

O destaque e a inventividade de sua obra literária renderam a Scliar prestígio. Seus textos foram publicados em diferentes países, traduzidos em várias línguas, e contemplados com premiações nacionais e internacionais (Moacyr Scliar: o centauro do Bom Fim, 2014). Em 2003, foi eleito membro da Academia Brasileira de Letras. Entre os prêmios recebidos, destaca-se o reconhecimento de *O centauro no jardim* como o melhor livro de temática judaica do século XX, distinção atribuída pela comunidade judaica internacional. Além disso, recebeu prêmios Jabuti em diferentes categorias e menções honrosas em concursos literários que reforçam a importância de sua contribuição para a literatura brasileira e para a reflexão sobre identidade e imigração.

A literatura de Scliar também se destaca por tratar de traumas históricos, explorando a memória coletiva como espaço de reflexão crítica. O conto *Mãe judia*, 1964, publicado na coletânea *Vozes do golpe* (2004), insere-se nesse contexto. Ambientado em uma clínica psiquiátrica de Porto Alegre, o texto traz, por meio da fala de uma paciente judia, as marcas da ditadura militar, a manipulação da memória e a banalização da violência. Nicola Gavioli (2014) destaca que o conto denuncia “o processo de normalização e abrandamento, através das armas da persuasão, da banalização e do silêncio, de um recente passado traumático” (Gavioli, 2014, p. 102). Nesse sentido, Scliar inscreve a experiência judaica no Brasil em uma trama mais ampla de violências políticas, mostrando como minorias vivenciam de modo particular as tensões entre identidade e poder.

Esse entrelaçamento entre literatura, identidade e história ajuda a compreender por que Scliar continua a suscitar debates acadêmicos. Em levantamento recente da produção científica entre 2000 e 2024, observou-se um aumento significativo de artigos sobre imigração e identidade em sua obra após sua morte em 2011. O estudo mostrou que revistas como *Arquivo Maaravi* se tornaram centrais na publicação de pesquisas sobre o autor, enquanto o interesse internacional também cresceu, refletindo sua inserção em discussões mais abrangentes sobre migração e literatura (Sanguiné, 2024).

A obra de Moacyr Scliar tornou-se um espaço central para refletir sobre imigração e identidade no Brasil. Ao unir memória, ficção e crítica social, seus textos oferecem leituras que ultrapassam a esfera da literatura e se conectam a questões históricas e culturais complexas. Essa força criativa explica por que sua produção continua a mobilizar pesquisadores e leitores,

confirmando o lugar de *O centauro no jardim* como uma das narrativas mais expressivas e complexas sobre hibridismo e pertencimento tanto no Brasil, como no mundo.

2.3. *Guedali e a identidade migrante: hibridismo, memória e alteridade*

O centauro no jardim, publicado originalmente em 1980, é um dos romances mais célebres de Moacyr Scliar. O exemplar utilizado para esta análise corresponde à edição da Companhia das Letras, de 2004, com 240 páginas. Embora não seja uma obra extensa em termos quantitativos, trata-se de um texto complexo, marcado por múltiplas camadas de sentido, metáforas impactantes e debates que abrangem múltiplas dimensões culturais e sociais. Por essa densidade simbólica, não seria possível, no escopo limitado deste trabalho, explorar todas as nuances do romance. Diante disso, optou-se por uma abordagem metodológica que privilegia a seleção de trechos representativos, escolhidos e classificados conforme temáticas relacionadas à identidade e ao sentimento migrante.

A metodologia empregada é a Análise Textual Discursiva (ATD), conforme proposta por Moraes e Galiazzi (2011). Trata-se de um processo interpretativo que articula a análise qualitativa de textos com a produção de categorias emergentes. A ATD é desenvolvida em três etapas principais: fragmentação do texto em unidades de significado, agrupamento dessas unidades em categorias e produção de sínteses interpretativas.

O primeiro passo, a unitarização, consistiu na leitura integral do romance e na fragmentação do texto em unidades de significado. Nesse estágio, foram destacados trechos em que o personagem Guedali manifesta conflitos ligados à identidade, ao pertencimento e à alteridade. A escolha das passagens não se restringiu a frases isoladas, mas privilegiou excertos que, pelo contexto narrativo, condensam tensões próprias da condição migrante. Cada unidade foi codificada para facilitar a organização do material, utilizando a abreviação “OCNJ” (de *O centauro no jardim*), seguida do número da página da edição utilizada e de um identificador sequencial da unidade. Assim, por exemplo, o código OCNJ-p170-U01 refere-se à primeira unidade de significado destacada na página 170.

O segundo movimento da ATD corresponde à categorização. A partir da comparação entre as unidades, foram criadas categorias iniciais que expressam sentidos provisórios. Esse momento é caracterizado pela aproximação entre trechos, pela identificação de regularidades e pela percepção de tensões. Por exemplo, a frase “Éramos centauros de novo. [...] E ao mesmo tempo não éramos mais” foi agrupada em torno da ideia de “ambiguidade identitária”, pois reflete a impossibilidade de retorno pleno à origem.

Por fim, o terceiro movimento corresponde à produção dos metatextos, em que se interpreta o conjunto das categorias iniciais para construir significados mais amplos. Nesse processo, percebeu-se que todas as unidades selecionadas remetiam, de alguma forma, a um mesmo núcleo de sentido: o hibridismo identitário e as fronteiras simbólicas.

Tabela 1 – Análise textual discursiva de trechos selecionados de O centauro no jardim

CÓDIGO	UNIDADES DE SIGNIFICADO	CATEGORIA INICIAL	CATEGORIA FINAL
OCNJ-p170-U01	Éramos centauros de novo. [...] E ao mesmo tempo não éramos mais.	Ambiguidade identitária, o retorno à 'origem' não anula a transformação do sujeito migrante.	Hibridismo identitário e fronteiras simbólicas
OCNJ - p113 - U02	A ideia de liberdade me atraiu desde cedo. [...] Mas liberdade também é isto: abrir mão.	A liberdade é ambivalente para o migrante: emancipa e cobra o preço da renúncia.	
OCNJ-p170--U03	Eu era o estrangeiro, o diferente. Mas também era o médico. Era o que tinha estudado fora, que tinha visto coisas, aprendido coisas. A isso eles davam valor.	O reconhecimento é condicional: o migrante é valorizado por atributos funcionais, não por sua origem.	
OCNJ-p170--U04	Sim, eu me adaptei. [...] Só que nunca me senti realmente parte. Como se houvesse uma linha invisível.	A assimilação não garante pertencimento: a identidade permanece marcada por fronteiras simbólicas.	
OCNJ-p170--U05	Sou o que sou. [...] Mas continuo me perguntando se isso basta.	Afirmção da identidade com dúvida persistente, tensionamento entre essência e aceitação social.	

Fonte: Elaborado pela autora (2025), a partir de Scliar (2004).

A leitura desses fragmentos deixa claro como o romance articula literariamente dilemas da identidade migrante. O primeiro excerto (OCNJ - p170 - U01) expressa a impossibilidade de um retorno pleno à origem: mesmo quando se retoma o passado, as marcas da experiência transformam o sujeito migrante, metáfora muito bem elaborada a partir da ideia da cirurgia para deixar ser centauro.

O segundo (OCNJ - p113 - U02) associa a liberdade à renúncia, mostrando que emancipar-se exige abrir mão de algo, tensionando o desejo de autonomia com o peso da perda. O terceiro (OCNJ-p170--U03) evidencia que o reconhecimento social do migrante é frequentemente condicionado a atributos funcionais, ser médico, ter estudado fora, e não ao valor de sua herança cultural. O quarto (OCNJ-p170-U04) explicita que a adaptação não garante pertencimento, já que a sensação de fronteira simbólica persiste, ainda que invisível.

Por fim, o quinto excerto (OCNJ-p170-U05) traduz a dúvida permanente do sujeito em relação à sua própria identidade, marcada pelo questionamento sobre se a autoafirmação basta

diante da necessidade de aceitação social. Esse dilema é recorrente em contextos migratórios, nos quais o reconhecimento se associa a funções ou status social, mais do que à origem do indivíduo. Majmudar (2023, p. 98), ao refletir sobre sua própria experiência, exemplifica essa expectativa ao afirmar: “É claro que eu iria ter sucesso, meus pais eram médicos”, observação que evidencia como a condição profissional pode funcionar como marcador de integração dentro da comunidade migrante.

Os resultados dialogam com as reflexões de Hall (2006), que entende a identidade como algo produzido no discurso, em constante mudança e definido pela interação. Para Hall, o sujeito moderno não é fixo, mas está sempre em processo de negociação entre diferentes contextos culturais. De modo semelhante, Bhabha (1998) trabalha com a noção de hibridismo cultural, compreendendo-o como um espaço de fronteira onde tradições diferentes se encontram e produzem sentidos inéditos. Guedali, como centauro, encarna justamente esse espaço de entre-lugares, sendo simultaneamente humano e animal, judeu e brasileiro, médico e estrangeiro.

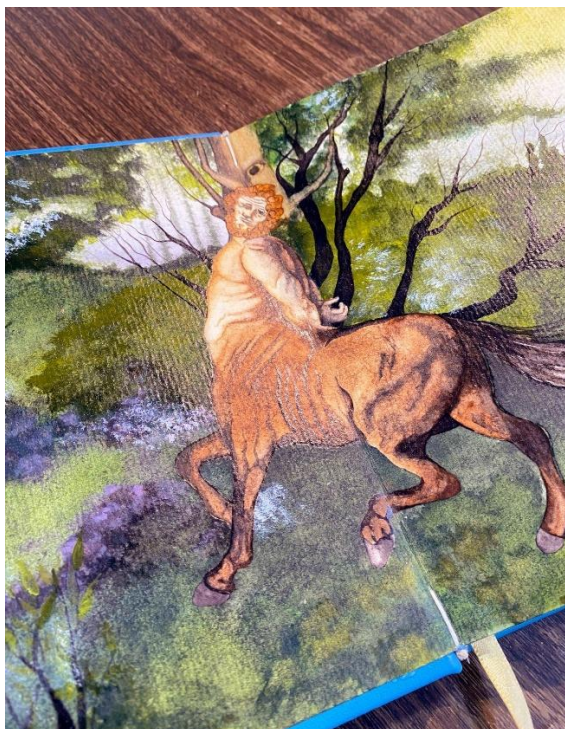
Esse dilema entre pertencimento e diferença também aparece na escrita autobiográfica de Scliar, quando o autor reflete sobre sua própria identidade diante do espelho. Sua descrição ressalta a sensação de deslocamento ao comparar sua aparência física com a de outros grupos judaicos que conheceu em Israel:

Sou judeu? Levanto-me, vou até o espelho. O que vejo? Um homem de barba, cabelos loiros (raros, mas loiros) e melancólicos olhos azuis. Um rosto muito diferente daqueles que vi em Israel, onde a maior parte dos judeus tem aparência tipicamente mediterrânea; tez amarenhada, cabelos pretos, olhos escuros. E muito diferente dos falashas, judeus etíopes, negros, descendentes, segundo se diz, do casamento do Rei Salomão com a Rainha de Sabá. (Scliar, 1985, p. 6).

Para reforçar visualmente essa metáfora do hibridismo, apresenta-se a seguir a Figura 1, uma obra artística que retrata o centauro com feições étnicas judaicas. A pintura foi produzida sob encomenda pela artista Maria Zontes¹ e integra o acervo pessoal da autora deste trabalho.

¹ Instagram da artista @mariazontes

Figura 1 – O Centauro no Jardim



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2025.

A representação artística do centauro amplia o alcance da metáfora criada por Scliar. Guedali, ao mesmo tempo humano e animal, estrangeiro e brasileiro, simboliza a condição de quem vive em fronteira simbólica. Sua imagem transmite a instabilidade do pertencimento e a necessidade constante de negociar identidades. Ao aproximar literatura e arte visual, evidencia-se que o tema da migração segue sendo um campo fértil de reflexão cultural, marcado por ambiguidades que não se resolvem, mas que constituem a própria experiência migrante.

3. Considerações finais

O objetivo deste trabalho foi analisar como a identidade migrante judaica se constrói em *O centauro no jardim*, de Moacyr Scliar, e a aplicação da Análise Textual Discursiva mostrou-se decisiva para esse propósito. A unitarização de trechos selecionados, seguida da categorização e da produção de metatextos, permitiu identificar que o romance articula, de maneira recorrente, sentidos de hibridismo identitário e de fronteiras simbólicas.

Os fragmentos escolhidos evidenciaram que a assimilação cultural não elimina a sensação de não pertencimento, que o reconhecimento social do migrante é condicionado a atributos funcionais e que a afirmação da identidade permanece tensionada pela dúvida e pela necessidade de aceitação. Esses resultados confirmam que a narrativa de Guedali traduz, de forma literária, as ambiguidades próprias da condição migrante.

Ao mesmo tempo, a análise destacou que Scliar produz uma obra em que ficção e memória histórica se entrecruzam. O centauro, figura mitológica, assume a função de metáfora da alteridade e da experiência de fronteira, dando voz às contradições que marcam a trajetória das comunidades judaicas no Brasil. Ao transformar em narrativa questões ligadas ao deslocamento, ao exílio e à assimilação, Scliar oferece ao leitor a possibilidade de compreender a migração não apenas como fenômeno histórico, mas como experiência humana carregada de dilemas.

Para estudos futuros, é necessário, em primeiro lugar, um olhar sistemático para a produção acadêmica já existente sobre Scliar, a fim de mapear contribuições, recorrências e lacunas. Em segundo lugar, torna-se fundamental investir em novas perspectivas analíticas que possam ampliar o campo de leitura de sua obra, seja por metodologias distintas, seja pelo diálogo com outras experiências migratórias. Assim, será possível continuar o processo de revitalização de um autor cuja obra permanece fundamental tanto para a literatura brasileira quanto para a memória da imigração.

REFERÊNCIAS

- BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- SCLIAR, Moacyr. **A condição judaica**: das tábuas da lei à mesa da cozinha. Porto Alegre: L&PM, 1985.
- SCLIAR, Moacyr. **A escrita de um homem só**. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 2006. (Coleção Autores Gaúchos).
- MOACYR SCLIAR: **o centauro do Bom Fim**. Curadoria de Carlos Gherbasi. Porto Alegre: Centhury Soluções Gráficas, 2014. Catálogo de exposição, 17 set.–16 nov. 2014.
- SCLIAR, Moacyr. **O centauro no jardim**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- SCLIAR, Moacyr. **Uma autobiografia literária**: o texto, ou a vida. Porto Alegre: L&PM, 2017.
- CHRISTO, Alzira Fabiana de. A ambivalência do gaúcho-judeu em O centauro no jardim, de Moacyr Scliar. **Trama**, Marechal Cândido Rondon, v. 1, n. 2, p. 9-21, 2007. DOI: <https://doi.org/10.48075/rt.v1i2.204>. Disponível em: <https://saber.unioeste.br/index.php/trama/article/view/204>. Acesso em: 10 set. 2025.
- GAVIOLI, Nicola. Na sala de edição: “Mãe judia, 1964”, de Moacyr Scliar. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, Brasília, n. 43, p. 99-110, jun. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/elbc/a/Kx4Yj6k5KSMbpw4cT8tqQKH/?lang=pt>. Acesso em: 8 set. 2025.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. 104 p. Tradução de: *The question of cultural identity*.
- LESSER, Jeffrey. **Welcoming the undesirables**: Brazil and the Jewish question. Berkeley: University of California Press, 1995.
- MAJMUDAR, Amit. **Black Avatar and Other Essays**. Cincinnati: Acre Books, 2023.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise Textual Discursiva**. 2. ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2011.

MOACYR SCLIAR: **o centauro do Bom Fim**. Curadoria de Carlos Gherbasi. Porto Alegre: Centhury Soluções Gráficas, 2014. Catálogo de exposição, 17 set.–16 nov. 2014.

SANGUINÉ, Luciana. Moacyr Scliar's immigration and identity: a bibliometric analysis of research trends (2000-2024). **Review of Arts and Humanities**, [s. l.], v. 12, p. 10-18, jun. 2024. Disponível em: <https://rah.thebrpi.org/vol-12-june-2024-abstract-2-rah>. Acesso em: 8 set. 2025.

TEDESCO, João Carlos; GRITTI, Isabel Rosa. **Os “russos” na Colônia Erechim: reconfigurações étnico-territoriais no contexto migratório do Sul do Brasil (1910–1940)**. Passo Fundo: Acervus Editora, 2024. Disponível em: <https://www.acervuseditora.com.br/nossasobras/russos-na-colonia-erechim>. Acesso em: 8 set. 2025.

ZILBERMAN, Regina. Do Bom Fim para o mundo: entrevista com Moacyr Scliar. **WebMosaica – Revista do Instituto Cultural Judaico Marc Chagall**, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. 116–120, jul./dez. 2009. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/webmosaica/article/view/11987>. Acesso em: 8 set. 2025.

A REVISTA O JOVEM LUTERANO: FORMAÇÃO DE BIBLIOTECAS E LEITURA JUVENIL

Elias Kruger Albrecht
Patrícia Weiduschadt

1. Palavras iniciais

Este estudo percorre o campo da História da Educação e tem como objetivo falar sobre o incentivo à leitura, promovido pela juventude luterana através da criação de bibliotecas de uso coletivo, organizadas junto aos departamentos juvenis. Esses estímulos à leitura foram promovidos pela revista “O Jovem Luterano” (1929–1971), que, além de divulgar obras literárias, buscava facilitar a aquisição das leituras recomendadas.

O periódico juvenil mencionado (figura 1), foi criado no Brasil pelo Sínodo de Missouri¹, hoje conhecido como Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB). Ela tinha como propósito educar e orientar a vida social e religiosa dos jovens e adolescentes de acordo com as diretrizes da igreja cristã luterana (Warth, 1979). Nela, os jovens eram convidados a refletir sobre temas diversos relacionados à vida, ao corpo e à alma. As abordagens incluíam meditações, conhecimentos bíblicos e catequéticos, o papel do jovem na igreja, cuidados com a saúde e o bem-estar físico e social. Também eram dadas orientações para as moças e os rapazes sobre seu papel na sociedade, vida conjugal e família. Além disso, havia atividades de recreação para serem feitas durante os encontros de jovens², e um espaço para os leitores compartilharem assuntos relacionados ao cotidiano dos departamentos juvenis. Havia ainda o caderno de cultura com abordagens históricas e contemporâneas, assim como o incentivo à leitura e à divulgação de obras literárias tanto religiosas quanto seculares.

¹ Organização religiosa de cunho luterano confessional, estabelecida nos Estados Unidos em 1847 por imigrantes alemães que escaparam do avanço do racionalismo cristão na Alemanha do final do século XVIII, com o propósito de criar uma ramificação do luteranismo fundamentada em princípios ortodoxos, autointitulando-se como a *igreja luterana legítima*. Após se firmar no território norte-americano, começou a se expandir para outras regiões do mundo, entre elas o Brasil, onde se oficializou como instituição religiosa em 1904 (Steyer, 1999).

² Também chamado de “departamento de jovens”, são encontros geralmente semanais onde os jovens, após serem confirmados, se reúnem na igreja para momentos de estudo, reflexão e comunhão. Além dessas reuniões, o Sínodo promove encontros de âmbito distrital, regional e nacional voltados ao jovem luterano (Albrecht, 2024).

Figura 1 – Capas da Revista *O Jovem Luterano* das décadas de 1930, 40, 50, 60 e 70.



Fonte: Biblioteca do Seminário Concórdia.

A revista *O Jovem Luterano*, acima apresentada, é fruto de um acordo firmado entre o Sínodo Missouri e a *Waltherliga Brasiliana*³, como era chamado o agrupamento dos jovens ligados à referida instituição religiosa. A motivação era “oferecer instrução e entretenimento a todos os jovens” (Waltherliga Brasiliana, dez. 1928, p.1). O periódico começou a ser publicado mensalmente em alemão a partir de 1929, sob o nome de *Der Waltherligabote* (Mensageiro da Walther Liga). Com a nacionalização do ensino e a proibição da literatura estrangeira em 1940, a revista passou a ser escrita em português, adotando a designação *O Jovem Luterano*. A revista continuou circulando até dezembro de 1971, quando suas edições foram encerradas e incorporadas como um caderno à revista Mensageiro Luterano⁴.

Pesquisas conduzidas por Weiduschadt (2007; 2012), Albrecht (2019; 2024), Blank (2020), e Romig (2021), revelam que a organização religiosa luterana, responsável pela publicação da revista *O Jovem Luterano*, possuía um sistema educacional entrelaçado com a religião. Dentro desse cenário, o Sínodo de Missouri se destacava pela elaboração de materiais didáticos e complementares, com o intuito de oferecer atividades educativas e doutrinárias adequadas para diferentes faixas etárias (Weiduschadt, 2012).

Pesquisadores no campo da imprensa educacional, étnica e religiosa (Bastos, 2002; Arend, 2005; Gertz, 2004) destacam a relevância da utilização de publicações impressas em investigações históricas que buscam compreender as dinâmicas sociais e conceptuais de comunidades específicas. De acordo com esses estudiosos, as revistas e os jornais têm o potencial de revelar discursos, costumes e valores éticos e sociais que moldaram a identidade

³ Primeira liga juvenil luterana na América Latina e a primeira organização auxiliar da instituição religiosa oficializada em solo brasileiro em 1925 (Albrecht, 2024).

⁴ Periódico da IELB criado em 1917, que continua em circulação até os dias atuais.

desses grupos. Chartier (1990) argumenta que a imprensa não é somente um meio de comunicação, mas sim um agente ativo na construção da identidade cultural e social. Os conteúdos veiculados nesses periódicos permitem explorar o pensamento pedagógico e social de certos segmentos da sociedade. Como a revista *O Jovem Luterano*, que atuou na disseminação de conhecimento e influenciou a formação da identidade dos jovens luteranos (Albrecht, 2024).

Para tanto, conta-se com os preceitos de Certeau (2011) para decifrar as estratégias educativas mobilizadas pela instituição luterana, provedora do impresso, que, além de fomentar o hábito da leitura, promovia a curadoria de obras literárias e incentivava a formação de bibliotecas de uso coletivo, organizadas junto aos departamentos juvenis.

2. Gerenciamento literário e supervisão juvenil

Para Chartier (1999), a história das práticas de leitura dos sujeitos comuns encontra-se entrelaçada com a regulação e intervenção exercida pela Igreja ao longo dos séculos no mundo ocidental. Albrecht (2024), em seus estudos, observou que a revista *O Jovem Luterano* tinha como proposta orientar a vida social e religiosa da juventude luterana e isso incluía também o campo da leitura. Segundo o autor, o periódico atuou na constituição de uma rede de leitores dentro do espaço comunitário da Igreja Luterana sob a perspectiva de homogeneizar a formação cultural, educacional e moral dos seus jovens.

Sob essa perspectiva, suas ações educativas, aqui pensadas à luz de Certeau (2011), como uma estratégia balizadora da pedagógica luterana para jovens, que além de estimular o hábito de leitura da revista *O Jovem Luterano*, exploravam diferentes possibilidades literárias para além das páginas do folhetim. Um exemplo disso era o “Movimento Literário⁵”, que buscava incentivar a criatividade e a expressão dos jovens por meio da escrita e da oralidade. Promovia a circulação de literaturas, mobilizava concursos literários, de desenho, produção de jornais comunitários, rodas de leitura e outras dinâmicas que incentivavam os jovens a compartilhar suas próprias narrativas, poesias e crônicas, criando um espaço fértil para a troca de experiências junto ao espaço juvenil na igreja.

Ao utilizar o “Movimento Literário” como estratégia para incentivar a leitura, a revista afirma que “Lutero soube que a mais eficaz ferramenta para combater a ignorância é EDUCAR o povo à LEITURA” (*O Jovem Luterano*, mar, 1969, p. 7). Cientes da importância da leitura na formação dos sujeitos, era preciso “despertar no jovem luterano o gosto pela leitura, mas não

⁵ Nome dado pela revista ao projeto que incentiva a leitura, criando bibliotecas nas sedes juvenis.

de qualquer literatura, mas sim de publicações que ofereçam auxílio na formação do seu caráter” (O Jovem Luterano, nov. 1954, p. 7). Segundo o periódico,

Bons livros, antigos e modernos, não nos faltam, o que é necessário serem disseminados e lidos. Livros religiosos, históricos, didáticos, científicos ou qualquer que alargam a visão, inspiram ideias elevadas e nos colocam em contato com coisas e pessoas (O Jovem Luterano, fev./mar 1957, p. 17).

Era preciso evitar literaturas consideradas de moral questionável como “[...] livros, revistas, jornais e propagandas sem vestígios de pudicícia e que desprezam a castidade devem ser evitados, pois nada acrescentam à vida do cristão (O Jovem Luterano, jan. 1960, p. 2). Ou seja, literaturas que não estivessem em concordância com os valores cristãos deveriam ser evitadas.

Para os jovens terem acesso a uma “leitura de qualidade”, o impresso reforça, em julho de 1935, a necessidade das Uniãos Juvenis investirem na *Jugendbibliothek* (Biblioteca juvenil), (*Der Waltherliga-Bote*, jul. 1935). A criação de “Bibliotecas” nos departamentos juvenis se alinhava com o “Movimento literário”, oferecendo um acervo diversificado que ia além dos conteúdos da revista. Essas bibliotecas seriam projetadas para atender aos interesses e às necessidades dos jovens, incorporando obras eclesiais, de conhecimentos gerais, clássicos da literatura e diferentes gêneros literários que enriqueceriam o repertório cultural dos jovens luteranos, evitando assim a dispersão com leituras contrárias aos ensinamentos da instituição.

A criação das bibliotecas fazia parte de uma estratégia educacional e cultural que contemplava o projeto socioeducativo da instituição luterana de formar jovens que se diferenciavam culturalmente perante a sociedade. Tendo em vista que a construção da identidade, entre outros fatores, encontra-se culturalmente entrelaçada com ideais religiosos e costumes (Elias, 2011), ela é fruto de um processo de construção, adequação e qualificação de certos comportamentos aceitos como adequados por determinados círculos sociais. Por isso, o empenho da instituição religiosa em fomentar uma literatura para a educação no “conhecimento moral” da juventude.

Para assegurar as condições institucionais de fomento à leitura e promover condições para que todas as Uniãos Juvenis pudessem formar uma biblioteca, e/ou pelo menos adquirir livros a preços reduzidos, tinha-se o “Clube Luterano do Livro”.

[...] um órgão oficial do Conselho Geral da Juventude Evangélica Luterana do Brasil, destinado a fomentar a criação de boas bibliotecas, especialmente entre os departamentos juvenis, que lhes são filiados. Para isso está agremiação indicará, inicialmente, a cada mês, uma obra literária, a ser adquirida pelos seus associados. Esta obra será previamente indicada e comentada através do Jovem Luterano. [...]. Os livros indicados pelo Clube terão o desconto de 20% a 30% sobre os preços que as

respectivas obras estão sendo comercializadas. [...]. Além destas atividades, o Clube Luterano do Livro, manterá vida ativa, organizando cursos literários, conferências, audições, debates, etc. Incentivando desta forma, e mesmo criando entre os jovens o gosto pelas artes, e, em especial pela boa leitura. (O Jovem Luterano, abr. 1958, p. 2).

Além de facilitar o acesso ao conhecimento e à literatura, a formação dessas bibliotecas tinha também o objetivo de orientar a leitura dos jovens luteranos. A instituição reconhecia o potencial que a leitura tinha de criar uma conexão pessoal entre o leitor e a obra, e que ela poderia influenciar as convicções religiosas desses jovens. Por isso, era importante garantir que eles tivessem acesso somente a livros e gêneros literários que estivessem alinhados com os ensinamentos recebidos durante sua formação inicial. Dessa maneira, estímulo e controle da leitura andavam juntos, com o subsídio da mediação literária. Logo;

A Campanha a favor da boa leitura busca selecionar livros e revistas que não oferecem perigos aos jovens e sua difusão consiste principalmente na produção e circulação de revistas e outras publicações que exponham o ponto de vista cristão das coisas. (O Jovem Luterano, fev. 1971, p. 12).

Tratava-se, portanto, de um agenciamento literário estratégico, cuja intencionalidade era subsidiar a formação do conhecimento do jovem luterano pelo crivo da moralidade e da religiosidade cristã, e assim fomentar uma unidade luterana em pensamentos, palavras e ações. De acordo com Chartier (1999) as experiências de leitura de cada pessoa são sempre influenciadas por modelos e regras que fazem parte da sociedade em que ela está inserida.

Incentivar o hábito da leitura entre os jovens eram uma das estratégias do Comitê pró-juventude luterana responsável pelo “Clube Luterano do Livro”. Isso iria auxiliar a expandir os seus conhecimentos, compreender o mundo, enriquecer o vocabulário, aprimorar habilidades de leitura e escrita, e desenvolver uma comunicação mais eficaz. Para tanto, propõem a “organização de uma lista de livros que se recomenda aos nossos jovens e que servirão para ser integrados nas bibliotecas que estão sendo formadas” (O Jovem Luterano, jun. 1948, p. 94). Era seu objetivo:

despertar na mocidade luterana o interesse pela leitura de bons livros e de oferecer-lhe também, por assim dizer, um catálogo, onde poderão encontrar motivos para ótimos presentes. Peço, portanto, aos jovens que se interessem por esta coluna e procurem adquirir e ler livros que aqui recomendamos. (O Jovem Luterano, set. 1957, p. 9).

Assim, mensalmente eram publicadas sugestões de livros que poderiam ser solicitados ao comitê responsável pelo programa, que se encarregava de enviá-los ao endereço informado no pedido. As figuras abaixo fazem referência a indicações de obras literárias disponíveis para serem comercializadas.

Figura 2 – Lista de livros

Biblioteca para Uniãoes de Juventude		
Aquisição: A		
Volumes: 20		
Importância: Cr\$ 246,00		
P. E. Buyers	Nos tempos de Jesus	Cr\$ 28,00
H. Rohden	Alegorias	" 5,00
Franz Treller	O filho do gaúcho	" 7,00
J. W. v. Goethe	Clavigo	" 15,00
Mark Twain	As aventuras de Tom Sawyer	" 30,00
P. Graben	No braseiro dos trópicos	" 25,00
C. Fouquet	O prisioneiro de Ubatuba	" 25,00
R. Eger	No continente negro	" 20,00
F. Salten	Florian	" 20,00
E. Karstner	Três homens na neve	" 25,00
Biblioteca das Moças		
21	A sogra	" 12,00
122	Herança inesperada	" 10,00
136	Amor incompreendido	" 12,00
Visc. de Taunay	Em Mato Grosso invadido	" 6,00
	O Visconde do Rio Branco	" 6,00
TOTAL: Cr\$ 246,00		
A despesa causada pela aquisição destes livros será compensada, se, à razão de Cr\$ 0,50 pelo empréstimo de um livro, cada livro for procurado 25 vezes.		

Fonte: *O Jovem Luterano*, ano XI, jun./jul. 1950, p. 76.

Figura 3 – Lista de livros

J O V E M !

Leia e leia muito!
Você sabe o que é um livro?
"O livro é um mudo que fala, um cego que guia, um morto que vive"
 (Vieira)

O Conselho Orientador da Juventude Luterana anima o jovem a ler e ler para o seu crescimento espiritual.

Recomenda 4 livros:

- 1º) *Paz com Deus- Billy Graham- Preço: 7,50*
- 2º) *Segrêdo da felicidade- Billy Graham- Preço: 5,60*
- 3º) *Grandes possibilidades da Juventude- Le-roy Dugan- Preço: 3,00*
- 4º) *A oração — James McConkey- Preço: 5,60*

Estamos enviando circulares explicativas a tôdas as Uniãoes Juvenis. Nos lugares onde não há União Juvenil formada, recomendamos a inscrição no CLUB DO LIVRO- Cx. Postal 4939- S. Paulo- Cap. Há somente a taxa de Cr\$ 10,00 para inscrição e 1,00 por livro lido. Assim você também poderá lê-los.

Encomendas dos livros poderão ser feitas à:
Hans Werner Kuchenbecker
 Caixa Postal 4939
 São Paulo- Capital

Fonte: *O Jovem Luterano*, ano XXXI, dez. 1970, p. 12

O primeiro catálogo apresenta obras religiosas, históricas, literárias e folclóricas regionais, seguidas pelos valores unitários de cada obra, bem como pelo valor total de todos os volumes ofertados. São ainda apresentadas sugestões de como a juventude poderia reaver o valor investido por meio do empréstimo desses livros. No segundo catálogo, além da indicação de 4 livros, tem-se uma reflexão sobre a importância da leitura na busca pelo conhecimento. Abaixo traz, ainda, alguns informes relacionados à participação no "Clube do Livro" e o endereçamento para solicitar os livros.

A abordagem destaca o cuidado da instituição na seleção de materiais, visando não só promover a leitura, mas também manter alinhamento com os valores e a ética luterana. A seleção dos volumes deveria refletir as orientações doutrinárias e culturais da comunidade, proporcionando aos jovens não apenas entretenimento, mas também formação moral e espiritual. Além disso, a ideia de recuperação do investimento através do sistema de empréstimos demonstra uma consciência econômica e um incentivo à responsabilidade entre os jovens, estimulando-os a zelar pelos livros e a utilizá-los de maneira produtiva.

A criação de bibliotecas não se limitava à mera circulação de livros, mas envolvia uma estratégia mais ampla de formação e educação. Apresentar os livros era uma das etapas do

processo de incentivo à leitura, mas isso não era o suficiente, era preciso oferecer os livros, disponibilizar as leituras, aproximar os leitores, ou seja, tornar os livros acessíveis para a leitura.

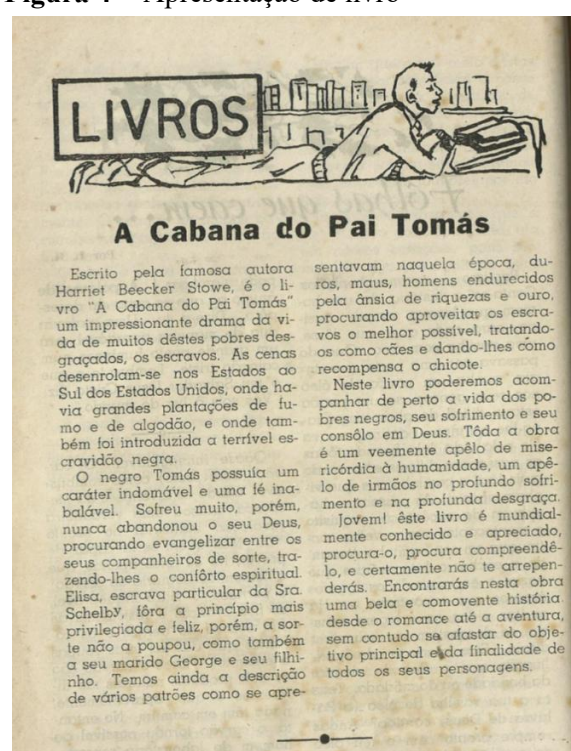
Entre as etapas do processo de incentivo à leitura estava a propaganda de livros que poderiam compor a “Biblioteca da Juventude” e contribuir na aquisição de conhecimentos relacionados à religião, à história das sociedades civis, bem como à cultura e ao folclore brasileiro. *O Jovem Luterano* se encarregava de fazer uma introdução no universo da história ou assunto sobre o qual o livro tratava. Os resumos das obras literárias eram apresentados na revista em uma página feita especialmente para isso (Figuras 04 e 05). Nessa página, havia um cabeçalho com elementos visuais que mostravam um cenário urbano, com prédios de diferentes alturas ao fundo. Na frente, tinha um menino deitado de bruços, lendo um livro. E havia um espaço retangular onde estava escrito, em letras maiúsculas, a palavra “LIVROS”.

Figura 3 – Apresentação de livro



Fonte: O Jovem Luterano, a XX, ago. 1959, p.6

Figura 4 - Apresentação de livro



Fonte: O Jovem Luterano, a XVII, mar, 1956, p. 39

Apresentar a síntese dos livros estimulava os jovens a quererem saber mais sobre o tema. Os leitores atraídos pelo resumo buscavam por mais informações e acabavam adquirindo a obra completa, o que contribuía para a formação de bibliotecas juvenis e, conseqüentemente, para o conhecimento e as experiências literárias dos jovens luteranos.

Os resumos, acima apresentados, tratam-se respectivamente do livro “Helena”, (figura 3), um romance de Machado de Assis envolvendo relações familiares e sociais. E o livro “A cabana do Pai Tomás”, (figura 4), um romance abolicionista que se passa durante a Guerra Civil

Americana, escrito por Harriet Beecher Stowe, o texto narra a história de um escravo leal e piedoso, e de outros personagens que têm suas vidas impactadas pela escravidão nos Estados Unidos.

Entre as inúmeras obras circuladas no periódico, estão livros de autores conhecidos da literatura brasileira da época como “Ubirajara”, de José de Alencar, um romance que tem como tema central um indígena brasileiro que ainda não se corrompeu perante a cultura europeia, cujo resumo é apresentado no exemplar de novembro de 1957; O livro “O tronco do ipê”, também do autor supracitado; “A namoradinha”, de Manoel de Macedo; “Os poemas”, de Castro Alves; “Obras Poéticas” do poeta gaúcho Paulo Correa Lopes, assim como os “Contos e lendas”, de Simões Lopes Neto, um dos grandes nomes da literatura sul-rio-grandense, cujas contribuições se estendem à literatura brasileira.

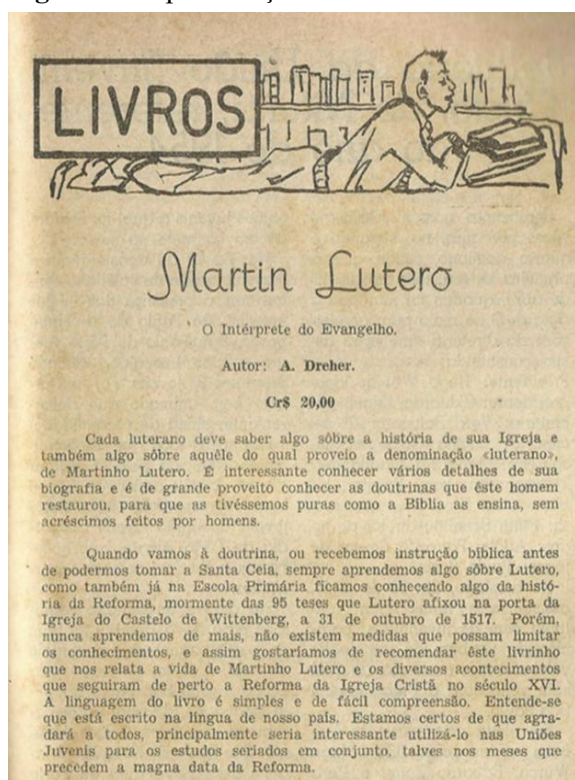
Jovens amigas e amigos. É interessante e importante conhecer mais de perto o regionalismo brasileiro. Tão fecundo! Tão belo! E lendo os contos e lendas de Simões Lopes Neto, lereis beleza e vais saber mais sobre regionalismo tanto gaúcho quanto brasileiro (O Jovem Luterano, mar. 1959, p. 6).

Como a revista era editada no Rio Grande do Sul, é notório o destaque dado à literatura gaúcha, enaltecendo aspectos geográficos, culturais e históricos do estado. Apesar da significativa circulação de obras renomadas na literatura brasileira e estrangeira naquele momento.

Outra leitura bastante recomendada era o livro “Torna Feliz o teu matrimônio”, escrito por O. A. Geisemman, traduzido para português por E.W. Bergmann e publicado pela Casa Publicadora Concórdia. Tal obra era destinada tanto para casados como para aqueles que pretendiam entrar no estado matrimonial. Além de focalizar diversos aspectos que contribuíram para a harmonia e a felicidade do casal, a revista aduz que o livro “fornece conselhos valiosos no que diz respeito às relações sexuais e, ainda, se esse assunto delicado deve ser tratado com franqueza ou reserva por um jovem par, antes que resolvam casar” (O Jovem Luterano, jan. 1962, p. 15).

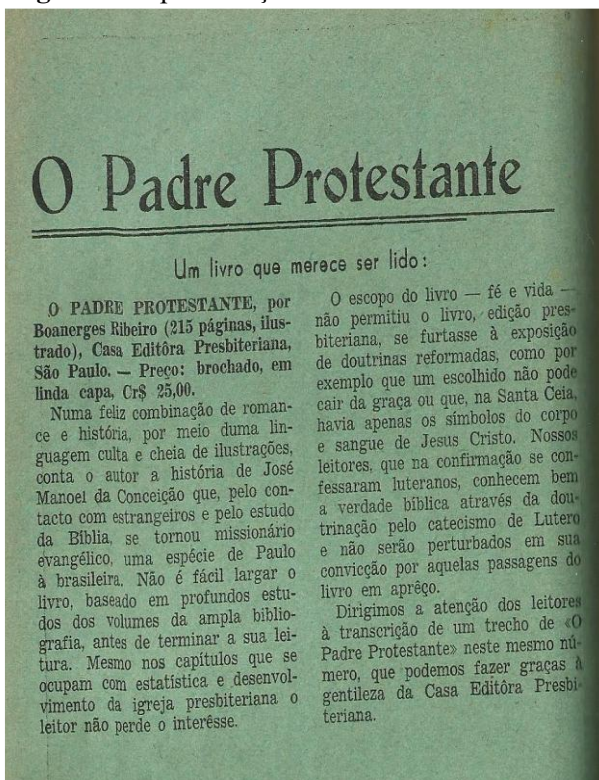
Havia também os livros religiosos e aqueles que narravam a história do luteranismo e suas ramificações. Os volumes abaixo apresentados são um exemplo desse cunho literário.

Figura 5 – Apresentação de livro



Fonte: *O Jovem Luterano*, maio 1955, p. 3.

Figura 6 – Apresentação de livro



Fonte: *O Jovem Luterano*, dez. 1950, p. 192.

A primeira obra (figura 5), escrita por A. Dreher, é uma narrativa histórica da trajetória de Martinho Lutero, seus feitos e acontecimentos que resultaram na Reforma Protestante em 1517. Já o segundo livro (figura 6), de autoria de Boanerges Ribeiro e editado pela Editora Presbiteriana/SP, trata-se de um romance histórico de um rapaz que se torna missionário evangélico após contato com estrangeiros e ler a Bíblia.

O cuidado para com a condução da leitura ia além da circulação dos livros, era importante que os jovens compartilhassem suas experiências para com a biblioteca juvenil. Assim, cabe refletir sobre a contribuição da revista *O Jovem Luterano* não somente na formação do leitor, mas nas relações que se estabeleceram com o universo literário a partir desse contexto, que, ao fim e ao cabo, responsabilizava-se pela formação do jovem luterano.

Conforme solicitado, no exemplar de novembro de 1951, p. 170, a Juventude Concórdia de São Paulo/SP informa que, deu início à formação da sua biblioteca, “que conta já com considerável número de volumes, sendo a nossa intenção de aumentar muito mais ainda”. Já os jovens de Arroio do Meio/RS comunicam que resolveram “criar uma caixinha para angariar contribuições espontâneas destinadas para a compra de livros instrutivos para a formação da nossa biblioteca” (*O Jovem Luterano*, dez. 1951, p. 195).

A Juventude Concórdia de Porto Alegre/RS divulgou um relatório destacando a campanha para doar livros à biblioteca, especialmente durante o mês do aniversário dos jovens.

Observam que “a iniciativa é um sucesso, com a biblioteca crescendo mensalmente, incluindo doações como as de uma amiga da juventude, que doou 23 livros” (O Jovem Luterano, jul. 1952, p. 56). Essas ações evidenciam a mobilização das organizações juvenis alinhada às propostas da Liga Juvenil Nacional, representando mecanismos de conexão de relações de poder por meio de pequenas ações cotidianas, conforme esclarece Certeau (2011).

Em outro relato publicado em novembro de 1951, a Juventude de Imbituva/PR pontua que incluiu a revista O jovem Luterano em sua biblioteca, que, apesar de ainda pequena, fornece bons livros e enfatiza a importância da paciência para retirar livros, por haver excedente de leitores com interesse na mesma obra. Já o distrito de Canguçu/RS informa que está planejando a instalação de bibliotecas nas uniões juvenis e solicitando ao Conselho Geral uma lista de livros recomendados para iniciar esses projetos (O Jovem Luterano abr./mai. 1953).

Esses relatórios, produzidos pelos jovens e socializados pela revista, dão uma ideia de como funcionava o processo de intervenção, recepção e apropriação da leitura. Não se tratava apenas da montagem de uma biblioteca, com opções de uma leitura qualquer, mas sim de um agenciamento literário estratégico condicionado por um modelo cultural, social e institucional (Chartier, 1990). Percebe-se que não se tratava necessariamente de uma literatura reflexiva sobre a estrutura social como um todo, mas de um tipo de leitura escolhida com base em referências estéticas e modelos de representações culturais submetidas às exigências de censura da instituição mobilizadora e da identidade cultural do público ao qual ela se dirigia.

O “Movimento Literário” se fez presente também na formação de uma rede transnacional⁶ de leitura da Bíblia, proposta pela *Walther League* /EUA⁷, em 1951, sugerindo que fosse expandido “a todos os jovens luteranos do mundo”, tendo ampla repercussão na revista *O Jovem Luterano*. O “Plano de leitura da Bíblia”, como era chamado, estava estruturado de forma que, ao longo de três anos, todos os participantes do programa pudessem realizar a leitura simultânea dos mesmos livros da Bíblia, seguindo o cronograma indicado para cada mês e circulado na revista. O plano envolvia ainda o recebimento de uma Bíblia na linguagem do país de origem para cada jovem inscrito no programa de leitura. Depois de alguns anos repercutido o “Plano de Leitura da Bíblia”, *O Jovem Luterano* no exemplar de jun./jul. 1953, comunica a conclusão do projeto de leitura agradecendo aos jovens brasileiros que dele participaram. Destacam ainda o sucesso do projeto, que, segundo informado pela *Walther League*/EUA, teve mais de 17.000 cópias do Novo Testamento, enviadas para 75 diferentes

⁶ Para entender a circulação da leitura além-fronteiras, utilizou-se a teoria transnacional (Schwriewer; Caruso, 2005).

⁷ Liga de jovens luteranos norte-americanos, fundada em 1893 (Albrecht, 2024).

países em 41 línguas” (O Jovem Luterano, jun./jul. 1953, p. 70), mostrando assim a mobilização internacional gerada através do projeto.

Assim, além de facilitar o acesso ao conhecimento e à literatura e cultivar um ambiente de aprendizado colaborativo, onde os jovens pudessem descobrir o prazer da leitura em conjunto. “O Movimento Literário” promovido pela revista *O Jovem Luterano* teve entre outras finalidades a constituição de uma comunidade de leitores que se organizava em torno da manutenção de valores oficialmente sancionados e culturalmente aceitos quanto ao que deveria ser uma leitura apropriada para um jovem luterano.

3. Considerações finais

A combinação “Movimento Literário” e “Criação de Bibliotecas” evidencia uma abordagem educativa ampla e integradora, que ia além do simples ato de ler. Ao iluminar diferentes dimensões da literatura e da leitura, essas ações contribuíam para a formação de uma identidade juvenil luterana, baseada na reflexão, no compartilhamento de saberes e moldado por práticas coletivas.

O Jovem Luterano incentivava a formação de bibliotecas como parte essencial do desenvolvimento educacional e cultural dos jovens luteranos. Através da disponibilização de materiais de leitura, a revista promovia o acesso ao conhecimento, estimulando a curiosidade intelectual e a formação de hábitos de leitura. Essa iniciativa visava criar um ambiente propício para o aprendizado, permitindo que os jovens se aprofundassem em temas relevantes à sua fé e à sua vida cotidiana. Além disso, a formação de bibliotecas contribuía para a preservação da identidade religiosa e cultural, fortalecendo o vínculo da juventude com sua tradição luterana e incentivando o debate e a reflexão sobre questões contemporâneas.

Ao fornecer orientações acerca dos livros que estavam conscientes com a fé dos luteranos e quais deveriam ser evitados, a Igreja buscava salvaguardar os seus jovens de “influências negativas” e promover uma educação e um crescimento espiritual e cultural saudável, de acordo com os seus preceitos. Com base nisso, pode-se afirmar que a indicação de literatura secular aos jovens era realizada com discernimento e responsabilidade. Além da qualidade literária, era levada em consideração a adesão aos princípios cristãos e a relevância para o contexto social e juvenil em questão.

A abordagem combinada, estímulo e controle da leitura, visava garantir que a leitura dos jovens fosse orientada de forma educativa, formativa e edificante, sem desviar os jovens dos propósitos religiosos e sociais preestabelecidos, a fim mantê-los neste espaço de referência

na circulação de conhecimento religioso e secular, fazendo com que o jovem não dispersasse com leituras contrárias aos ensinamentos da instituição.

REFERÊNCIAS

- ALBRECHT, Elias Kruger. **Cartilhas em língua alemã produzidas pelos Sínodos Luteranos no Rio Grande do Sul: usos e memórias (1923-1945)**. 2019. 224 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pelotas/ UFPEL, Pelotas/RS, 2019.
- ALBRECHT, Elias Kruger. **A revista “O Jovem Luterano”: educação, doutrinação e sociabilidade na identidade juvenil do Sínodo de Missouri (1929-1971)**. 2024. 370 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2024.
- ARENDT, Isabel Cristina. **Representações de Germanidade, escola e professor no Allgemeine Lehrerzeitung für Rio Grande do Sul [Jornal Geral para o Professor no Rio Grande do Sul]** 2005. 242 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Vale do Rio do Sinos/Unisinos. São Leopoldo/RS, 2005.
- BLANK, Clóvis Renato. **A proposta de ensino do catecismo menor nas Escolas Paroquiais do Sínodo de Missouri no Brasil a partir da Revista Igreja Luterana (1940-1954)**. 130 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pelotas/UFPEL, Pelotas/RS, 2020.
- BASTOS, Maria Helena Câmara. Espelho de Papel: a imprensa e a história da educação. IN: SOUZA, José C. e GATTI, Décio J. **Novos Temas em História da Educação Brasileira: instituições escolares e educação na imprensa**. Campinas, Autores Associados, 2002.
- CERTEAU, Michel de. **A Invenção do cotidiano**. Petrópolis/RJ, Vozes, 2011.
- CHARTIER, Roger. **História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.
- CHARTIER, Roger. **A Aventura do livro: do leitor ao navegador**. 5ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 1999.
- DER WALTHERLIGA-BOTE. Porto Alegre: Casa publicadora Concórdia, set. 1935.
- ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**. Uma história dos costumes. v.1, 2ª.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- GERTZ, René E. Imprensa e imigração alemã. In: DREHER, Martin N.; RAMBO, Arthur B.; TRAMONTINI, Marcos J. **Imigração e Imprensa**. Porto Alegre: EST, 2004. p. 100-122.
- O JOVEM LUTERANO. Porto Alegre: Casa publicadora Concórdia, ano XI, dez. 1950.
- O JOVEM LUTERANO. Porto Alegre: Casa publicadora Concórdia, ano XII, mar. 1951.
- O JOVEM LUTERANO. Porto Alegre: Casa publicadora Concórdia, ano XII, set. 1951.
- O JOVEM LUTERANO. Porto Alegre: Casa publicadora Concórdia, ano XII, nov. 1951.
- O JOVEM LUTERANO. Porto Alegre: Casa publicadora Concórdia, ano XII, dez. 1951.
- O JOVEM LUTERANO. Porto Alegre: Casa publicadora Concórdia, ano XIII, jan. 1952.
- O JOVEM LUTERANO. Porto Alegre: Casa publicadora Concórdia, ano XIII, jul. 1952.
- O JOVEM LUTERANO. Porto Alegre: Casa publicadora Concórdia, ano XIV, abr./mai. 1953.

- O JOVEM LUTERANO. Porto Alegre: Casa publicadora Concórdia, ano XIV, jun./jul. 1953.
- O JOVEM LUTERANO. Porto Alegre: Casa publicadora Concórdia, ano XV, nov. 1954.
- O JOVEM LUTERANO. Porto Alegre: Casa publicadora Concórdia, ano XVI, mai. 1955.
- O JOVEM LUTERANO. Porto Alegre: Casa publicadora Concórdia, ano XVII, mar. 1956.
- O JOVEM LUTERANO. Porto Alegre: Casa publicadora Concórdia, ano XVIII, fev. 1957.
- O JOVEM LUTERANO. Porto Alegre: Casa publicadora Concórdia, ano XVIII, set. 1957.
- O JOVEM LUTERANO. Porto Alegre: Casa publicadora Concórdia, ano XIX, abr. 1958.
- O JOVEM LUTERANO. Porto Alegre: Casa publicadora Concórdia, ano XX, mar. 1959.
- O JOVEM LUTERANO. Porto Alegre: Casa publicadora Concórdia, ano XX, ago. 1959.
- O JOVEM LUTERANO. Porto Alegre: Casa publicadora Concórdia, ano XXI, jan. 1960.
- O JOVEM LUTERANO. Porto Alegre: Casa publicadora Concórdia, ano XXIII, jan. 1962.
- O JOVEM LUTERANO. Porto Alegre: Casa publicadora Concórdia, ano XXX, mar. 1969.
- O JOVEM LUTERANO. Porto Alegre: Casa publicadora Concórdia, ano XXXI, dez. 1970.
- O JOVEM LUTERANO. Porto Alegre: Casa publicadora Concórdia, ano XXXII, fev. 1971.
- STEYER, Walter Otomar. **Os imigrantes alemães no Rio Grande do Sul e o Luteranismo: a fundação da Igreja Evangélica Luterana do Brasil e o confronto com o Sínodo Rio-Grandense, 1900-1904.** Porto Alegre: Singular, 1999.
- SCHRIEWER, Jürgen; CARUSO, Marcelo. Globale Diffusionsdynamik und kontextspezifische Aneignung. Konzepte und Ansätze historischer Internationalisierungsforschung. IN: SCHRIEWER, Jürgen e CARUSO, Marcelo.
- Nationalerziehung und Universalmethode:** Frühe Formen schulorganisatorischer Globalisierung. Leipzig, Leipziger Universitätsverlag, 2005. p. 7-31.
- ROMIG, Karen Laiz Krause. **O rito da confirmação luterana e o processo escolar dos pomeranos na Serra dos Tapes – RS (1938-1971).** 2021. 226 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pelotas/UFPEL, Pelotas/RS, 2021.
- WARTH, Carlos Henrique. **Crônicas da Igreja: Fatos históricos da Igreja Evangélica Luterana do Brasil (1900- 1974).** Porto Alegre, Concórdia S. A., 1979.
- WEIDUSCHADT, Patrícia. **O Sínodo de Missouri e a educação pomerana em Pelotas e São Lourenço do Sul nas primeiras décadas do século XX: Identidade e cultura escolar.** 2007. 256 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Pelotas/UFPEL, Pelotas/RS, 2007.
- WEIDUSCHADT, Patrícia. **A revista "O Pequeno Luterano" e a formação educativa religiosa luterana no contexto pomerano em Pelotas - RS (1931 - 1966).** 2012. 275f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos/UNISINOS, São Leopoldo/RS, 2012.
- WALTHERLIGA BRASILIANS. Porto Alegre: Casa publicadora Concórdia, dez. 1928.

DESAFIOS DA MANUTENÇÃO DA LÍNGUA POMERANA NO CONTEXTO ESCOLAR: UM ESTUDO NA SERRA DOS TAPES-RS

Myrna Susan Gowert Madia Berwaldt

Patricia Weiduschadt

Gabriela Medeiros Nogueira

1. Introdução

Neste artigo apresentamos resultados de uma pesquisa realizada em 2021, sobre os desafios da preservação da Língua Pomerana, a partir do ingresso das crianças na escola regular. Buscamos conhecer, por meio da observação participante (MINAYO, 2005), como o cotidiano da sala de aula de duas turmas de Educação Infantil, em diferentes escolas públicas situadas em dois municípios no interior do Rio Grande do Sul, possibilita ou não a coexistência das Línguas Pomerana e Portuguesa pelas crianças. Consideramos esta questão relevante pois partimos do pressuposto que falar uma língua, vai além de saber um idioma, porque toda a cultura de um povo ou de comunidade está implicada neste processo. No caso desta pesquisa algumas crianças são de famílias pomeranas, pertencentes aos povos tradicionais que, atualmente, são reconhecidos no Brasil como segmento de Povos e Comunidades Tradicionais.

É importante colocar, que em 2007, o Ministério do Desenvolvimento Social, instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), por meio do Decreto Federal nº 6040, com o intuito de reconhecer e preservar outras formas de organização social¹. Nesse sentido, Povos e Comunidades Tradicionais são: [...] grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição, conforme definido no inciso I do art. 3º do Decreto nº 6.040, de 7/2/2007 (Brasil, 2014, p. 28).

Conforme consta no referido decreto, dentre os povos tradicionais “estão os povos indígenas, os quilombolas, as comunidades tradicionais de matriz africana ou de terreiro, os extrativistas, os ribeirinhos, os caboclos, os pescadores artesanais, os pomeranos, entre outros²”, motivo pelo qual, referimos ao longo do texto o grupo étnico pertencente a pesquisa como povo tradicional. Uma das escolas em que a pesquisa foi realizada, pertence a rede municipal de São Lourenço do Sul, município que tem a Língua Pomerana como patrimônio cultural³. Isso significa, que devido a sua relevância para a cultura local, é necessário assegurar

sua memória, as decisões de uso da língua no presente, bem como a sua perpetuação, vislumbrando com prioridade a dignidade dos sujeitos (Cunha, 2000).

A outra escola, pertence a rede municipal de Canguçu, localidade na qual a Língua Pomerana é cooficial⁴. Cabe colocar que a cooficialização de uma língua no Brasil é de iniciativa jurídica e administrativa, o que representa avanços em prol da proteção das línguas minoritárias que compõe o cenário brasileiro. Delegando ao município a possibilidade de legislar em prol das normas de proteção da língua, inclusive em âmbito escolar, ou seja, propondo uma política de fomento (ou não) da Língua Pomerana nas escolas da rede municipal de ensino (Morello, 2009). Quanto às professoras das turmas observadas, um aspecto importante a ser ressaltado, é que a professora da escola de São Lourenço do Sul é falante apenas da Língua Portuguesa e, a professora da escola de Canguçu é nativa na Língua Pomerana e fluente na Língua Portuguesa.

As duas escolas, estão situadas no interior dos municípios citados e, integram a região da Serra dos Tapes-RS, território este composto por Povos e Comunidades Tradicionais. Sete municípios gaúchos fazem parte da Serra dos Tapes: São Lourenço do Sul, Turuçu, Pelotas, Arroio do Padre, Canguçu, Capão do Leão e Morro Redondo. A paisagem cultural do território resulta de um mosaico étnico, fundamentado por memórias e tradições destes grupos, que passaram por constantes movimentos de renovação e acomodação, em um permanente processo de diálogos culturais, travados entre as etnias dos imigrantes (italianos, alemães, pomeranos, franceses), bem como com etnias afro e luso-brasileiro.

A pesquisa de Bahia (2005) contribui para a reflexão sobre os tensionamentos relativos à língua e cultura pomerana. Deste modo, problematizamos neste artigo, os processos de apagamento da língua e cultura pomerana, a partir do ingresso das crianças na escola que, de modo geral, pouco ou nada se articula com a identidade e pertencimento deste povo em específico, considerando sobretudo o fato de uma professora ser bilíngue e membro da comunidade e a outra não. Apresentamos inicialmente, o contexto sócio-histórico-cultural da pesquisa, na sequência a caracterização das duas escolas pesquisadas e os resultados da inserção nestes espaços ao longo do ano de 2021.

Do ponto de vista histórico, a própria Pomerânia conviveu com disputas linguísticas-político-religiosas-territoriais desde o século XI. Essas disputas também se colocaram no cenário da América do Sul, mas de formas e modos diferentes. Aqui, as comunidades conseguiram estabelecer processos de resistência linguística de tal forma, que até o presente, conformam Comunidades Linguísticas com alto grau de vivacidade. O Atlas Interativo de Línguas em Perigo (UNESCO 2010) coloca o Brasil em terceira posição mundial no ranking

do país com maior índice de línguas ameaçadas de extinção. Estes dados, provenientes da UNESCO, apontam que das 180 línguas brasileiras, 45 encontram-se em situação crítica de extermínio. Entre as demais, grande parte também está catalogada como vulneráveis. Desse modo, ações de salvaguarda linguística são essenciais para amenizar os impactos proporcionados pela padronização cultural e linguística exercida principalmente nos espaços escolares pois, assim como acrescenta Eberhard (2013), a sociedade tem muito a perder com a homogeneização.

Outro ponto preocupante é a fala das crianças, considerando sobretudo, a autoestima promovida pela vergonha de falar a língua pomerana entre os colegas nos espaços escolares, mesmo que na escola, grande parte dos alunos sejam crianças e adolescentes pomeranos, conforme Bahia (2000) identificou em uma pesquisa realizada no Espírito Santo. Os estudos com crianças, realizados por Humphreys (2001), identificam que por meio do comportamento, é possível perceber se a criança tem autoestima baixa ou elevada, sendo que, este fator permanece e afeta, inclusive, os modos de vida adulta. Se o espaço escolar promove, mesmo que despretensiosamente, a segregação das culturas, das diferentes identidades, o pertencimento das crianças ao seu modo de vida, suas características singulares, vão sendo aos poucos substituídas. As famílias de pomeranos participantes da pesquisa sofreram consequências da instauração do Estado Novo, em que os imigrantes foram obrigados a aprender o português, renegando sua língua materna e cultura de origem. As escolas que estavam aos cuidados das diferentes comunidades de imigrantes foram extintas ou nacionalizadas, e foi sendo implantado a base de ensino unificada, ou seja, comum para todos os habitantes do País.

Bahia (2000) afirma que Getúlio Vargas, por meio de um Projeto de Nacionalização do Governo Ditatorial⁶, idealizava a padronização da língua a fim de alcançar uma unidade linguística. O português foi unificado e os pomeranos passaram a substituir a língua materna pelo português (Jacob, 2007). Além de ocupar e desapropriar as escolas dos imigrantes, o governo ainda “fechou gráficas de jornais em alemão e italiano, perseguiu, prendeu e torturou pessoas por falarem suas línguas maternas em público ou mesmo privadamente, dentro de suas casas” (Machado, 2009, p. 33). Estes registros históricos demonstram, de certa forma, o que Bagno (2002) chama de *glotocídios*, pois exterminaram drasticamente o número de línguas alóctones no Brasil e implementaram o mito de um país monolíngue. De acordo com Silva (2004b), a escola brasileira a partir do momento em que iniciou o processo de unificação tinha o foco no ensino da língua portuguesa, guiado pela padronização lusitana nas perspectivas gramáticas e de condutas e normas pedagógicas. Desta forma, nenhuma variante do português, ou outra língua que não fosse o português padrão, era aceita.

A implantação da política de língua única no Brasil, desse modo, ocasionou o silenciamento ou mesmo o apagamento de línguas minoritárias. Para Machado (2009, p. 33) as línguas “[...] perderam sua forma escrita e se afastaram das cidades, passando a ser usadas apenas oralmente e cada vez mais na zona rural, em âmbito comunicacional cada vez mais restrito”. Contudo, apesar deste cenário instituído com o Estado Novo, existe ainda, muitos pomeranos que são monolíngues e proporcionam aos filhos, netos e demais componentes da família a oportunidade de vivenciar a cultura por meio da fala, e desta forma fortalecem laços, valorizam as memórias, o modo de vida e a comunidade tradicional. O grupo que fez parte da pesquisa, é composto por crianças entre cinco e seis anos, são filhos de camponeses pomeranos que praticam agricultura de pequena escala, em grande parte para o próprio consumo e comércio local, o que os caracteriza como Agricultores Familiares.

As famílias que vivem especificamente neste cenário camponês, são organizadas de acordo com a perspectiva sociocultural de família estendida. Tendem a conviver cotidianamente bisavós, avós, pais, irmãos e demais familiares, os quais, costumam dividir a mesma propriedade durante a vida e comunicam-se por meio da língua materna. Cabe destacar, que as famílias com menor imersão no meio urbano, comumente optam por ouvir rádio na Língua Pomerana⁷ e fazem pouco uso de televisão, o que contribui para preservação linguística nestes espaços. Para Bremnkamp (2014), o isolamento que estas famílias viviam, possibilitou e fortaleceu o uso da língua majoritariamente nas suas comunidades até a década de 1980. Entretanto, um maior contato com a Língua Portuguesa, ocasionou alterações sociolinguísticas consideráveis.

Porém, em tantos outros casos, a língua tem se extinguido na terceira geração, devido ao avanço nos meios de comunicação, à expansão da internet, cada vez mais acessível em locais longínquos e, a negação do direito ao uso da língua nos espaços escolares, gera um processo de desvalorização social da língua pomerana. Vivemos em um país que implementou políticas de língua única e, nessa perspectiva, a homogeneização linguística é uma prática padronizada e autorizada. Com isso, os grupos de língua minoritárias sofrem os impactos dessas políticas, pois a imposição de língua única gera uma homogeneidade forçada que impacta na identidade cultural.

As situações de conflito vivenciadas pelo pertencimento de falantes da Língua Pomerana, que é minoritária considerando o contexto em que a Língua Portuguesa é majoritária, na maioria das vezes, promove uma situação de deslocamento. Essa condição foi evidenciada nos espaços em que realizamos a pesquisa, tanto no contexto escolar quanto na comunidade em que os sujeitos da pesquisa estão inseridos. Na escola, quando falam o pomerano, poucas

peessoas entendem e muitas ‘não fazem questão de entender’ (Maher, 2007). Diante disso, o falante da língua materna tende a se expressar em português. Para além disso, a influência da língua materna interfere no sotaque, as palavras se misturam nas diferentes línguas, a sonoridade estigmatiza o falante. Portanto, seja na tentativa de se comunicar na sua língua materna, seja na tentativa de falar a língua da escola, expressar-se em pomerano é concebido como um estereótipo pejorativo, muitas vezes, associados à ideia de “colonos”, fato que amplia ainda mais o estigma.

Para muitas instituições oficiais, mesmo de cultura imigrante, a língua pomerana foi e ainda é considerada apenas um dialeto. No entanto, para a comunidade pomerana a ideia de dialeto é pejorativa, pois assim sendo considerada, linguisticamente não é reconhecida tampouco respeitada. Isso demonstra que a disputa pelos direitos linguísticos é também uma disputa por emancipação cultural. De acordo com a pesquisa de Tressmann (2005), o pomerano na Europa tornou-se atualmente uma língua moribunda, pois grande parte da Pomerânia passou a integrar a Polônia, o que ocasionou grande movimentação de populações naqueles territórios, e gerou o enfraquecimento do uso da língua pomerana causada pelos rompimentos das estruturas socioculturais em território Europeu. Debates e lutas políticas de distintas naturezas fomentam argumentações em relação à educação, especialmente, em cenários onde as escolas públicas são compostas por uma heterogenia cultural e contextual. É justamente essa diversidade, que nos oferece também, experiências várias as quais ensaiam mudanças curriculares, contexto no qual esta pesquisa se insere, ou seja, uma experiência que ousou ressaltar a memória e cultura local para fortalecer a identidade da comunidade, impactando assim no cenário social da mesma. Para Torres (2004) a escola é uma esfera onde ocorre a interseção de culturas, de conversões cotidianas conflituosas na luta pelo poder entre os diferentes sujeitos escolares e educativos, um microcosmo da vida social. Por meio da produção de dados, foi demonstrada a existência de um alto percentual de falantes da Língua Pomerana na comunidade, o que indica boa vitalidade linguística. Nesse cenário há um número considerável de crianças monolíngues pomeranas que ingressam no ambiente escolar falando apenas sua língua materna.

2. Língua pomerana: um direito silenciado quando a crianças entra na escola

No primeiro espaço investigado, localizado no interior do município de Canguçu-RS, a Língua Pomerana é cooficial. A turma de Educação Infantil investigada é composta por um grupo de treze crianças, com idade de cinco e seis anos. O turno da aula é a tarde, com início às 13h e 30min até às 17h e 15min. Do total das treze crianças, seis são monolíngues pomerano,

três bilingues pomerano e português, e quatro monolíngues em português. Outra característica é a presença do alemão como língua no espaço da escola, além de ser uma língua comumente utilizada no meio social pelas famílias, ela é ofertada como disciplina obrigatória na escola. O município de Canguçu é compreendido em uma extensão de 3.525 km², com população de 56.259 pessoas. Esse município é conhecido pelo considerável número de minifúndios, propriedades rurais de pequena proporção com foco na agricultura familiar, apicultura e criação de aves e mamíferos⁸. A escola municipal de ensino básico investigada está localizada no interior da cidade. O deslocamento dos alunos e dos funcionários é realizado pelo transporte público, devido ao seu difícil acesso. Diante do papel relevante que a escola desempenha neste cenário sociolinguístico pomerano e português, apresentamos resultados das inserções realizadas na escola no início, no meio e no final do ano letivo, a fim de perceber as interações das crianças de uma turma de pré-escola e os desafios que os falantes do pomerano enfrentaram.

Durante a primeira semana de observação, que ocorreu em fevereiro de 2021, as crianças, mesmo as falantes de pomerano, pouco interagem entre si, tanto pela barreira linguística, quanto pelo estranhamento do espaço da sala de aula ou timidez. A aproximação das pesquisadoras com as crianças foi construída com certa dificuldade ao longo do ano de 2021. Elas observavam atentamente os detalhes das pesquisadoras, as roupas, o cabelo e a câmera que era utilizada no início da pesquisa para a gravação das aulas, a qual ficava posicionada estrategicamente para registrar os momentos de interação. Porém, ao percebermos que o fato de filmar a sala de aula, deixava as crianças desconfortáveis, decidimos realizar as filmagens apenas nos espaços externos.

Com isso, percebemos que as trocas de palavras e até mesmo as recepções das crianças passaram a ser mais espontâneas. Observamos que nas primeiras aulas do início do ano letivo, as crianças pareciam assustadas com a situação de frequentar a escola, tanto pelo ambiente, quanto pelo contato com pessoas diferentes das que estavam acostumadas. Na localidade, as propriedades são distantes uma das outras, o que dificulta o contato cotidiano entre outras crianças. Comumente, a forma de contato social mais recorrente anterior ao período escola é na igreja. O perfil linguístico da turma é marcante pelo significativo número de falantes do pomerano, considerando as crianças monolíngues e bilíngues. A sala de aula é composta por classes individuais, organizadas em formato de lua. Na parede está disposto o calendário climático, dos aniversariantes, desenhos e enfeites feitos pela professora. Também o alfabeto em português, além de quadro negro e um local de livros. O banheiro fica dentro da sala. A Educação Infantil nesta escola, fica em um anexo do prédio principal, do outro lado da rua e, para chegar até sala de aula, as crianças vão em fila, guiadas pela docente.

A professora, natural da localidade, é de origem pomerana e é bilíngue em pomerano e português. Observamos que, em alguns momentos, ela falava em português, em outros, em pomerano e, assim, ia facilitando o contato com as crianças e acolhimento das mesmas. Porém, ao que tudo indica, a prática da professora não tem planejamento específico para a promoção do bilinguismo, mesmo ela sendo falante das duas línguas. A professora considera que é “uma forma de se comunicar com as crianças, muitas não entendem o português, mas precisam aprender para permanecer na escola”. (Diário de campo, Abril, 2021. p.32). De acordo com Harmers e Blanc (2000, p.189) a educação bilíngue é descrita como “qualquer sistema de educação escolar no qual, em dado momento e período, simultânea ou consecutivamente, a instrução é planejada e ministrada em pelo menos duas línguas”. Entendemos que o fato de a professora ser professora falante da língua da cultura desta comunidade é uma condição potente para a condução das aulas e para a inserção das crianças na escola. Porém, quando a ação pedagógica não é pensada para a valorização da língua, os aspectos constitutivos da identidade e do pertencimento não ganham espaços. Por mais interesse que a professora tenha em manter a comunicação com as duas línguas, isso por si só, não garante o fortalecimento da cultura local e da língua materna. Do mesmo modo, o projeto político pedagógico de escola não se constitui em um instrumento de transformação, é necessário políticas públicas de educação efetivas para esta questão. Porém, à medida que todo material didático disposto na sala de aula e as músicas cantadas forem difundidos exclusivamente em Língua Portuguesa, bem como cartazes com orientações fonológicas desta língua, o que acontecerá é a aquisição do português, e o apagamento da língua materna. Para Maher (2007), enquanto para grande parte das crianças que são brasileiras nativas o bilinguismo é optativo, para as minorias étnicas aprender o português é obrigatório.

O português é o instrumento principal de relação linguística, ou seja, ocorre a substituição da língua materna pelo português. Exemplos disso se concretizam nas observações da pesquisa, em que crianças e sua língua materna são negligenciadas diante da falta de práticas de preservação linguística e valorização cultural. Em relação aos professores trabalharem apenas com a língua portuguesa, Cyranka (2007) ressalta que:[...] hoje, uma parcela considerável desses professores entende a necessidade de mudar as perspectivas de seu trabalho com a educação em língua materna, mas a transição da teoria para a prática ainda gera desconfortável sensação de incompetência projetada na resistência da parte de muitos, resistência essa que, entre outros fatores pode levar à cristalização de metodologias estereis do ponto de vista do conhecimento da competência comunicativa dos alunos (Cyranka, 2007, p.12).

Nas observações realizadas no mês de junho, chamou-nos atenção o fato de que algumas crianças não queriam mais falar a sua língua materna. Ana, por exemplo, expressou, com palavras misturadas entre pomerano “não quero mais falar o pomerano, é feio, as pessoas acham engraçado” (Diário de campo, Junho, 2021, p. 22). Em conversa com a professora e com as crianças sobre a língua, percebemos que elas apresentavam maior apropriação do português. Mudanças, que poderiam passar despercebidas, denotam a transição de uma língua para outra, como, por exemplo, o fato de passarem a nomear em Língua Portuguesa materiais como tesoura, lápis, caderno, mochila, os quais antes eram referidos apenas em Língua Pomerana. Contudo, um dos momentos em que as crianças se expressavam com naturalidade na Língua Pomerana, era a hora do lanche, considerando sobretudo que a senhora responsável pela merenda, ofertava as opções de alimento em pomerano. Neste momento, as crianças pareciam se sentir mais à vontade no ambiente e, principalmente, na comunicação com a merendeira.

Em dezembro, na última semana da pesquisa, percebemos que as crianças estavam falando com fluência o português, mesmo as que ingressaram monolíngues em pomerano. Interessante ressaltar que as crianças e suas respectivas famílias, comemoram as novas habilidades linguísticas. Como exemplo, destacamos a fala da mãe de uma criança no portão da escola: “levei minha filha para consultar, e o médico disse, que se minha filha falar só pomerano era um atraso para ela, agora estou feliz, ela já fala português”. Esta mãe, a partir da colocação do médico, considerou que o fato da filha aprender a Língua Portuguesa permite mais do que interação na escola, mas uma possibilidade de “ser alguém na vida” (Diário de Campo, Dezembro de 2021, p. 32, 2021). Falas como desta mãe, reproduzindo o discurso do médico, está relacionada à ascensão cultural ou social, foi comumente escutada no percurso da pesquisa e reflete as questões de depreciação dos sujeitos do campo e, de desvalorização dos saberes da cultura. O cotidiano de uma turma de pré-escola em São Lourenço do Sul: crianças pomeranas e professora monolíngue em português. A segunda escola localiza-se em São Lourenço do Sul-RS, município no qual a Língua Pomerana é patrimônio cultural.

Uma questão importante de colocar, é que a produção de dados ocorreu de forma concomitante nas duas escolas. Isto foi possível porque as aulas eram em turnos diferentes e o tempo de deslocamento entre ambas as escolas era de 20 a 30 minutos. Essa turma é composta por 14 crianças com idade de cinco e seis anos, sendo que três são monolíngues pomeranos, seis monolíngues portugueses, e cinco bilíngues pomerano e português. A turma de pré-escola é caracterizada por catorze alunos, três monolíngues pomeranos, seis monolíngues portugueses, e cinco bilíngues pomerano e português. A sala de aula era organizada por grupos, sendo que duas classes eram dispostas frente a frente, formando o conjunto de quatro crianças por grupo.

A sala de aula, da mesma forma que na escola anterior, era em um prédio anexo ao pavilhão principal. Esta organização do espaço aconteceu, segundo a diretora, porque não havia estrutura na escola para Educação Infantil e, devido à obrigatoriedade do ensino a partir dos 4 anos, precisou ser implementada. No pátio do anexo havia uma pracinha, com escorregador, balanços e um banheiro.

Nas paredes da sala de aula, estavam dispostos cartazes com calendário de aniversariantes, estações dos anos, o alfabeto, todos escritos em Língua Portuguesa. No início do ano letivo, como descrito na escola em Canguçu, as crianças estavam muito tímidas e algumas chorando. Dois alunos ficaram por quase uma semana acompanhados por irmãos para que se adaptassem ao novo ambiente. De modo geral, o ingresso na escola é um momento de insegurança para as crianças e, para aqueles que não entendem o idioma falado, o estranhamento é ainda maior. O fato de a professora da turma não falar pomerano, dificultou o processo de comunicação entre ela e as crianças que não compreendiam o português.

Nos causou certa estranheza que a instituição de ensino, situada em um território que identifica grande parte dos filhos de imigrantes pomeranos, e que tenha a Língua Pomerana como patrimônio cultural, não atenda as demandas relacionadas à língua materna. Seria isto um indício de desprestígio conferido à língua pomerana em relação ao português? Observamos que nessa turma há mais falantes de pomerano do que Alemão-Hunsrück ou de só falantes de português, mas não há nenhuma proposta que fomente a salvaguarda linguística, seja do pomerano, seja do Alemão-Hunsrück. Essa é a realidade vivenciada pelos falantes das diferentes línguas minoritárias que vivem no Brasil. Conforme Street (2006, p. 472):[...] o fato de uma forma cultural ser dominante é, no mais das vezes, disfarçado por trás de discursos públicos de neutralidade e tecnologia nos quais o letramento dominante é apresentado como o único letramento.

Quando outros letramentos são reconhecidos, como, por exemplo, nas práticas de letramento associadas a crianças pequenas ou a diferentes classes ou grupos étnicos, eles são apresentados como inadequados ou tentativas falhas de alcançar o letramento próprio da cultura dominante: exige-se então, a atenção remediadora, e os que praticam esses letramentos alternativos são concebidos como culturalmente desprovidos. Nesta mesma perspectiva, Bourdieu (1998) considera que a língua e seu uso se constituem por meio do social, em que a imposição de uma ou outra língua escamoteia a relação de mercado linguístico e poder social. Pertencer a um grupo de língua minoritária como pomerano e não ter sua língua materna valorizada no espaço escolar, indica aos diferentes sujeitos que a língua de valor social não é a sua. No contexto escolar, contudo, isso não é entendido como um problema, visto que buscam

lógicas de adaptação, mesmo que incoerentes com a própria cultura, pois as consideram necessárias para apreender o português, a língua da escola. Com isso, há uma perda significativa dos referenciais culturais, desde a infância, em que práticas de silenciamento e autocensura se estabelecem por necessidade de aceitação das normas da instituição formadora e do sistema educacional vigente.

As músicas e as cantigas utilizadas são aquelas que estamos acostumados a escutar em escolas e meios de comunicação urbanos, ou seja, produtos da homogeneização cultural. Os cartazes, enfeites e o material escrito que circulam na aula, são todos em português. Nesta perspectiva, Street (2014) problematiza as consequências do letramento para os diferentes grupos sociais pertencentes a sociedade. Para o autor, o que ocorre é a ênfase no letramento dominante, denominado, como referido anteriormente, por ‘modelo autônomo’. Nesse modelo de letramento a homogeneização é perpetuada, uma vez que o que se vislumbra é o progresso da civilização.

No entanto, como Street (2014) salienta, as relações de poder são práticas veladas por meio da neutralidade aparente nas perspectivas educacionais. Mesmo que imperceptíveis para os agentes da educação, neste caso a falta de oferta de um professor falante da língua da cultura local, impõe um padrão cultural aos alunos, que é silenciadora. Uma situação que exemplifica como isso ocorre no cotidiano da escola é quando a professora fala para as pesquisadoras “Ahh, como ele é teimoso, nunca obedece ao que eu peço, está sempre aéreo” (Diário de Campo, Abril, 2021, p. 38), referindo-se ao fato de uma criança não ter atendido ao seu chamado. Cabe destacar que a criança em questão é pomerana, fala e entende apenas sua língua materna. Estava acompanhado pela irmã, uma menina de nove anos, que estava lá porque seus pais tinham preocupação com o filho, que não sabia se comunicar em português e era muito tímido. Os desafios da língua demonstram fragilidades na comunicação, por consequência, a prática docente fica comprometida, principalmente neste grupo etário da Educação Infantil, que tem como um dos eixos de trabalho as interações e as brincadeiras.

Segundo a fala da professora, o bilinguismo presente na sala de aula desestabiliza sua docência, pois além de lidar com as atribuições cotidianas, que para ela são desafiadoras, trabalhar com crianças que não entendem o português resulta em insegurança, dela e dos educandos. Durante a pesquisa, ficou evidente que não existe planejamento curricular para promoção da língua ou sua valorização, estas classificações significam que o Estado reconhece a língua e seus falantes como salienta Oliveira (2007, p. 40-41): Conquanto a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos atribua direitos a todas as línguas das comunidades linguísticas, independente de classificações como oficial/não oficial, majoritária/minoritária,

escrita/ágrafa, etc, sabemos pela experiência acumulada em várias parte do mundo que a oficialização de línguas é um ponto importante para a promoção social dos grupos que as falam (ou dito pela forma inversa: sua manutenção sem status oficial é um poderoso instrumento para a subjugação desta comunidade linguística). Oficializar uma língua significa que o estado reconhece sua existência e reconhece aos seus falantes a possibilidade de não terem de mudar de língua sempre que queiram se expressar publicamente ou tratar de aspectos de sua vida civil.

Contudo, cabe destacar que a mesma escola que não proporciona a presença de uma professora falante da Língua Pomerana na Educação infantil, para mediar a relação de substituição linguística, oferta aulas de alemão e inglês como disciplinas obrigatórias. Diante deste fato, o desprestígio conferido à língua pomerana é evidente. Não identificamos a presença de uma política educativa pensada para essa questão, nem planejamento escolar direcionado ao atendimento desse público específico. Para Street (2014) As dimensões primárias dessa nova estrutura de poder implicam a hegemonia das áreas urbanas sobre as rurais, dos homens sobre as mulheres e das elites centrais sobre as populações locais. Para compreender os processos de transmissão de letramento nesses contextos, não basta simplesmente analisar o papel do colonialismo ou neocolonialismo; também é necessário desenvolver modos de conhecer as estruturas de poder e as culturas locais (STREET, 2014, p. 53).

Ao que tudo indica, há uma prática padrão escolar sendo implementada desde a Educação Infantil que visa normatizar comportamentos e linguagens, inclusive a fala da cultura. Nesta prática, para Baker (2010), considerando o português como segunda língua pode ocorrer duas formas de bilinguismo, o aditivo e o subtrativo. O aditivo ocorre de forma a não representar nenhum obstáculo para primeira língua das crianças, é uma forma de aquisição da língua que não ocorre por meio de pressão, ou com a menor interferência de sobreposição linguística e cultural, desta forma a aquisição do português ocorre de forma respeitosa e fomenta a preservação da língua materna. Para o autor, o bilinguismo subtrativo acontece de forma oposta do primeiro, em que o sujeito, neste caso as crianças, são pressionadas a sobreposição linguística, os seja uma cultura em detrimento de outra. Estas situações comumente envolvem as línguas minoritárias, e línguas de prestígio, nesta perspectiva, é que o apagamento de uma língua materna pode ocorrer.

3. Considerações finais

Neste trabalho apresentamos e discutimos dados de uma pesquisa que buscou conhecer como o cotidiano de sala de aula de duas turmas de Educação Infantil, em diferentes escolas públicas situadas em dois municípios no interior do Rio Grande do Sul, possibilita ou não a

coexistência das Línguas Pomerana e Portuguesa pelas crianças. As práticas cotidianas que observamos em ambas as escolas nos dão indícios de que o *glotocídeo* é eminente, caso não haja ações de políticas públicas que fortaleçam de forma mais efetiva, as práticas de salvaguarda da cultura do povo pomerano. Os dados da pesquisa demonstraram que escolas inseridas em territórios pertencentes à comunidade de povos tradicionais, como é o caso do povo pomerano, ao não terem em seus quadros profissionais, professores falantes da língua materna local, tornam o processo de inserção das crianças na escola mais difícil, pois além de terem que se adaptar a um novo ambiente, não entendem o que é dito e também não conseguem se expressar por meio da fala.

No caso da escola observada em Canguçu, mesmo a professora sendo origem pomerana pertencente àquela comunidade local e, buscando traduzir em vários momentos para as crianças o que estava sendo tratado no cotidiano da escola, o que acontece de fato, não é um ensino bilíngue e sim a transição da língua pomerana para o portuguesa. Desse modo, ficou evidente no contexto das duas escolas participantes da pesquisa, que práticas de preconceito com a língua materna, foram vivenciadas pelas crianças pomeranas. Muito provavelmente, da referida língua, não fazer parte da hegemonia dominante e estabelecida como culta e até mesmo, bonita. A dissociação entre realidade cultural e as políticas públicas de gestão da educação e da cultura se aprofundam, quando esses mesmos espaços são territórios de processos de reconhecimento da cultura pomerana, tanto como patrimônio, como os de cooficialização da língua^{10.10}. Lembrar que no município de Canguçu-RS a língua é cooficial e em São Lourenço do Sul é reconhecida como Patrimônio Cultural. Ambos do Território Pomerano da Serra dos Tapes.

Outro fato relevante, que se soma à inadequação das políticas educacionais, é que a opção de aprendizado oferecida nas escolas é inglês e alemão, fato esse que destoa de um processo firmado na cultura local e representa o domínio do Estado sobre as culturas tradicionais. A práxis requerida é de avivamento cultural, para que as crianças pomeranas possam exercer seus direitos linguísticos, a língua materna é uma necessidade curricular. Manifestar-se em sua linguagem tradicional na escola é um direito, que embora difuso, necessita ser regulamentado pelas políticas públicas.

O resultado da falta de prestígio às línguas maternas, conferida aos diferentes povos no meio educacional, é representada nas ações de preconceito e negação da presença e uso da língua da cultura. A ausência de uma ação educativa que tenha por base o contexto cultural, impacta na desvalorização do modo de vida. Nesse sentido, as instituições também produzem o escárnio e corroboram para o abandono da língua materna por parte de muitos pomeranos, o que foi evidenciado nesta pesquisa no caso de as crianças entrarem na escola falando apenas

pomerano e no final do ano a comunicação sendo realizada basicamente em Língua Portuguesa. Por fim, cabe lembrar, como reforça Bagno (1999), que língua não está em crise como dito por alguns gramáticos e a mídia, o problema é que a educação foca no que considera erro, tanto na fala quanto na escrita. Essa situação, que demonstra preconceito linguístico, somada com a negação de direitos de língua materna impactam negativamente a vitalidade da língua pomerana na Serra dos Tapes e a diversidade cultural do Brasil.

REFERENCIAS

- BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz**. São Paulo: Loyola, 14^a. ed., 2002. p.148.
- BAKER, Colin. Foundations of bilingual education and bilingualism, 4 ed. rev. ed. Clevedon/Avon: Multilingual Matters, 2006, p. 492.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas**. São Paulo: Edusp, 2008. p. 192.
- BAHIA, Joana. **O Tiro da Bruxa: Identidade: Magia e Religião Entre Camponeses Pomeranos do Estado do Espírito Santo**. 2000. 328f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro.
- BRASIL. Ministério Público Federal. Câmara de Coordenação e Revisão, 6. Territórios de povos e comunidades tradicionais e as unidades de conservação de proteção integral: alternativas para o asseguramento de direitos socioambientais. Brasília: MPF, 2014.
- BREMENKAMP, Elizana Schaffel. **Análise Sociolinguística da manutenção da língua pomerana em Santa Maria de Jetibá, Espírito Santo**. 2014. 291f. Dissertação. (Mestrado em Estudos Linguísticos). – Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória.
- CUNHA, Maria Jandyrá Cavalcanti. Língua e identidade em vidas migrantes. In: CUNHA, Maria Jandyrá Cavalcanti; GURAN, Milton et alii., **Migração e identidade: olhares sobre o tema**. São Paulo: Centauro, 2007a, p. 133-190.
- CYRANKA, Lúcia Furtado de Mendonça. **Atitudes linguísticas de alunos de escolas públicas de Juiz de Fora (MG)**. 2007. 181f. Tese (Doutorado em estudos linguísticos) Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói.
- EBERHARD, David. Em defesa das línguas minoritárias do Brasil. **Associação Internacional de Linguística - Sil**, Anápolis - Goiás, 2013. p.1-18.
- JACOB, Jorge Kuster. **A imigração e aspectos da cultura pomerana no Espírito Santo**. Vitória: Departamento Estadual de Cultura, 1992. p.71.
- MAHER, Terezinha Machado Do casulo ao movimento: a suspensão das certezas na educação bilíngue e intercultural. In: CAVALCANTI, Marilda Couto. & BORTONIRICARDO, Stela Maris. (Orgs.) **Transculturalidade, linguagem e educação**. Campinas: Mercado das Letras, 2007. p. 67-96.
- MORELLO, Rosângela. A política de cooficialização de línguas no Brasil. Platô: **Revista Internacional do Instituto da Língua Portuguesa**, v. 1, n.1 2012. p. 8-17.
- OLIVEIRA, Gilván Muller. A cooficialização de línguas em nível municipal no Brasil: direitos linguísticos, inclusão e cidadania. In: MORELLO, R Rosângela. (org.). **Leis e Línguas no Brasil: O processo de cooficialização e suas potencialidades**. Florianópolis: IPOL, 2007. p. 343-358.
- STREET, Brian. **Letramentos sociais: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação**. 1^a Ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2014. Tradução Marcos Bagno. p. 240.

SCHENEIDER, Maria Nilse. **Atitudes e concepções lingüísticas e sua relação com as práticas sociais de professores em comunidades Bilíngües Alemão-Português do Rio Grande do Sul**. 2007, 261f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada). Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

TRESSMANN, Ismael. **Da Sala de Estar à Sala de Baile: Estudo Etnolinguístico de Comunidades Camponesas Pomeranas do Estado do Espírito Santo**. 2005, 335f. Tese (Doutorado em Linguística,) Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Rio de Janeiro.

.UNESCO. Convenção sobre a proteção e a promoção da diversidade das expressões culturais, UNESCO. 2010.

TESTEMUNHA E MEMÓRIA DA E/I/MIGRAÇÃO ALEMÃ: O RELATO DE VIAGEM AO RIO GRANDE DO SUL DE FRANZ EPP (1864)

Rosane Marcia Neumann

O desejo de realizar algo grandioso anima certamente todos os jovens; muitos sentem, durante o período áureo de suas vidas, o impulso de testar a força da juventude em combate contra o mundo hostil e de serem reconhecidos pelos seus pares como homens dignos de honra. Mas nem todos têm a sorte de alcançar esse objetivo e, enquanto o filho da Sorte entra em um caminho de rosas, que o leva fácil e sem esforço ao seu objetivo, o enteado da Fortuna precisa percorrer um longo e árduo caminho espinhoso antes de alcançar a posição que considera digna de si.

Franz Epp, 1841, p. IV

1. Relato de viagem: testemunha e memória dos deslocamentos migratórios

No século XIX, o Brasil atraiu inúmeros viajantes europeus – aventureiros, pintores, naturalistas, investidores, agentes oficiais do Estado, cônsules –, interessados em conhecer, explorar e estudar o país tropical e os seus habitantes, em particular as colônias formadas com imigrantes europeus. Vários desses viajantes publicaram as suas impressões de viagem na imprensa periódica e/ou no formato de livro em seu país de origem. Entre esses viajantes estava o médico alemão Dr. Franz Epp, que viajou da Alemanha para o sul do Brasil no início de 1863 com o propósito de conhecer os colonos e as colônias alemãs estabelecidas no Rio Grande do Sul. Posteriormente, em 1864, no retorno da viagem, publicou o seu relato com o título *Rio Grande do Sul oder Neudeutschland* (Rio Grande do Sul ou Nova Alemanha), objeto do presente estudo.¹ Logo, no que tange à teoria e à metodologia, a pesquisa em questão é do tipo documental, inserindo-se nos estudos migratórios e situando-se na fronteira entre a História Social e Cultural, estabelecendo um diálogo entre História e Literatura de viagem.

Os e/i/imigrantes e/ou aqueles indivíduos interessados na trajetória de sucesso ou fracasso dos emigrantes no território de destino produziram inúmeros relatos de viagem, que funcionam como testemunhos oculares, conectando experiências transnacionais. Para Peter Alheit (2019), a migração gera a necessidade de produzir documentos escritos que permanecem como vestígios de sua passagem pela posteridade. Outros têm a necessidade de registrar suas experiências por meio de diários, cartas, livros de memórias, escritos literários (contos, poesias, prosas, cantos) e artigos de imprensa. A escrita emerge como um fio condutor entre o local de partida e o local de chegada, assim como um espaço de nostalgia e reelaboração do processo

¹ No decorrer do texto, as citações diretas e indiretas da obra do Dr. F. Epp (1841; 1864) e Ottmar Ette (2020) são tradução livre do alemão para o português; Ette (2001), tradução livre do espanhol para o português; Mary Somers Heidhues (1995), tradução livre do inglês para o português.

migratório. Deste modo, pode-se afirmar que a referida escrita é produzida no cotidiano e destinada a um público específico, frequentemente, para o próprio núcleo familiar. Em geral, os autores desses escritos possuem instrução formal, porém não atua(va)m profissionalmente como escritores; são pessoas que encontraram na escrita um alívio para a solidão nos dias de vida na nova pátria. Todavia, para Ottmar Ette,

não há acesso melhor e mais complexo à humanidade, à sociedade e à cultura que a literatura. Pois acumulou um saber da vida, da sobrevivência e da convivência nas mais diversas áreas geoculturais ao longo de milênios, especializou-se em não estar especializada nem discursiva nem disciplinarmente, nem tampouco em ser um dispositivo especializado do saber. A faculdade de oferecer aos leitores e leitoras seu saber como um saber sobre a experiência que, passo a passo, podem repetir e reviver ou, além disso, de que podem se apropriar revivificando-o (*Nacherleben*) permite à literatura chegar aos homens atravessando grandes distâncias espaciais e temporais, sem deixar ao mesmo tempo de ser eficaz (Ette, 2015, p. 280).

Na mesma perspectiva, Terry Eagleton (2006, p. 16; 17) argumenta que a literatura é uma escrita altamente valorizada, mas “não existe uma obra ou tradição literária que se valorize em si”, uma vez que o valor é “um termo transitivo: significa tudo aquilo que é considerado como valioso por certas pessoas em situações específicas, de acordo com critérios específicos e à luz de determinados objetivos”. Sendo assim, interpretamos as obras literárias conforme as nossas chaves de leitura e os nossos interesses, razão pela qual algumas obras conservam seu valor no decorrer dos séculos, enquanto outras desaparecem. Não obstante, “todas as obras literárias são ‘reescritas’, mesmo que inconscientemente, pelas sociedades que as leem; na verdade, não há releitura de uma obra que não seja também uma ‘reescritura’”. Importa aqui, o mundo do leitor em relação a essa escrita, que pode adquirir novos sentidos. Roger Chartier (1998; 2001) salienta que a leitura é rebelde e vagabunda, e se reatualiza sempre em sentidos, ao longo do tempo e das gerações.

Ao situar os relatos de viagem como um gênero literário, Ottmar Ette (2020) destaca que a relação entre viajar e escrever é intrínseca e duradoura, uma simbiose que resultou em um dos gêneros literários mais resilientes e reveladores da condição humana. Tal paralelismo ilustra a notável persistência das estruturas fundamentais da literatura de viagem: a jornada como um ponto de inflexão, como um processo de autodescoberta e como uma forma de adquirir um “conhecimento de vida” (*Lebenswissen*). Esse conhecimento não é apenas pessoal, mas coletivo e culturalmente inscrito, e nos rodeia como uma atmosfera que inalamos, fazendo parte de nossa *Logosphäre* (a esfera das coisas faladas) e *Graphosphäre* (a esfera das coisas escritas). O autor analisa longamente a literatura de viagem e sua relação com o movimento, o espaço e o conhecimento. Ele salienta que as experiências de viajantes históricos e cientistas que se dirigiram a diferentes lugares carregavam consigo suas percepções eurocêtricas, o olhar

do colonialismo e a descrição de novas terras frequentemente por meio do prisma de arquétipos culturais. Além disso, o gênero reflete as fases de globalização e o desenvolvimento do pensamento ocidental.

Os relatos de viajantes não seguem uma estrutura de escrita rigorosa, mas apresentam alguns traços gerais característicos. Segundo Erich Auerbach (2021), há dois modelos narrativos primordiais para a representação da realidade na literatura ocidental: o modelo homérico, que apresenta uma narrativa coesa, embora sua visão de mundo seja fragmentada; e o modelo bíblico, cuja pretensão é totalizante, buscando abarcar a história universal a partir de um único fio condutor. Ette (2020) propõe uma terceira tradição narrativa para a literatura de viagem, que se soma aos modelos de Auerbach e às visões cartográficas. Trata-se do itinerário (*das Itinerarium*). Nesta tradição, a organização da narrativa não se dá por meio de uma descrição detalhada ou de um plano histórico-universal, mas sim pela própria rota da viagem. A organização do texto é estruturada pela sequência de lugares e pelo percurso delineado no espaço, de modo que o movimento constitui a espinha dorsal da história contada. Além da estrutura, a complexidade do relato de viagem está no fato de que ele apresenta múltiplas camadas de significado e momentos narrativos que articulam a experiência do viajante e o percurso, imerso em um denso tecido de observações espaciais, temporais, sociais e culturais.

Ette (2001, p. 11-12) reforça que o relato de viagens “é a forma de escrita literária e científica em que talvez se reflita com maior clareza a relação da escrita com o espaço, sua dinâmica e sua necessidade de movimento. [...] Precisamente porque o espaço e o movimento estão tão presentes nos relatos de viagem, muitas vezes os ignoramos”. O autor destaca o sucesso dessa literatura entre os leitores nos séculos XVIII e XIX, com continuidade no século XX. Entretanto, ao longo dessa trajetória, a literatura de viagem se adaptou ao contexto e experimentou um processo de autotransformação. O gênero, outrora utilizado como instrumento de descoberta, comércio e poder colonial, isto é, um meio de mapear, nomear e possuir o mundo, evoluiu para se tornar um campo privilegiado de autorreflexão crítica, análise cultural e experimentação formal. Ainda que as formas e os objetivos da viagem tenham passado por mudanças substanciais, a tensão dinâmica entre o movimento no mundo e sua representação na escrita persiste como o cerne vital e mutável do gênero, assegurando sua constante pertinência como um espelho e um laboratório da condição humana (Ette, 2020).

Nesse contexto, é relevante examinar os relatos de viajantes que circularam pelo Brasil no século XIX e nas primeiras décadas do século XX, com ênfase nas áreas de colonização com imigrantes europeus não-ibéricos. Karen Lisboa (2008) realizou uma análise das publicações de intelectuais alemães que escreveram sobre a imigração e colonização alemãs no Brasil

durante o século XIX. No conjunto dos escritos, constata argumentos convergentes nas descrições sobre o país, dentre eles, os fatores climáticos, que facilitariam a adaptação, e a disponibilidade de uma infraestrutura mínima, que eximiria o empreendedor de iniciar do nada. Informava-se, ainda, sobre o pouco apoio oficial de ambos os países, de modo que o sucesso do imigrante dependeria mais da sua disposição individual. Recomendava-se, também, a imigração rural como a mais adequada, pressupondo-se que os imigrantes urbanos teriam maiores dificuldades de adaptação em uma colônia. Por fim, insistia-se no fato de que o imigrante se tornasse um proprietário de terras, não aceitando propostas de trabalho que o sujeitassem a ser empregado numa fazenda. Em sua totalidade, tais publicações tinham como objetivo orientar o e/imigrante de línguas alemãs em potencial sobre as vantagens e as possibilidades oferecidas pelo Brasil.

Outros pontos abordados nesses escritos, conforme Lisboa (2008), incluem o papel e a posição delegada ao imigrante no território brasileiro. Nesse sentido, a imagem do imigrante europeu como fundador ou formador de algo novo, contribuindo para a construção da nação brasileira, é evidenciada. Ademais, são destacados: a ligação do imigrante com o país receptor, passando pela discussão da assimilação; a representação do Brasil como país do futuro, em oposição à velha e culta Europa; o etnocentrismo e a crença na superioridade do imigrante alemão em relação aos demais imigrantes instalados no país; a defesa de que o Sul era a melhor região do Brasil para os imigrantes; assim como a pequena propriedade agrícola e os camponeses, o sedentarismo e a fixação. Em suma,

são questões formuladas em livros de viajantes ou de emigrados voltados em primeiro lugar a um público leitor transnacional de língua alemã com o objetivo de afirmar a sua obra colonizadora no além-mar, num contexto de ascensão e queda do Imperialismo. E nesse sentido, cabe reiterar a sua função como gênero literário no sentido de estes livros estarem produzindo discursivamente as “periferias” para reforçar a formação nacional e a construção da identidade “alemã” (Lisboa, 2008, p. 104).

Em consonância, Frederick Schulze (2017), ao examinar os regimes de e/imigração na Alemanha e no Brasil, destaca que essas relações se modificaram ao longo dos diferentes contextos históricos. Na segunda metade do século XIX, entre os ativistas colonialistas, o Brasil era considerado um destino atraente para emigrantes alemães, devido às suas características climáticas, terras férteis e abundantes, bem como a possibilidade de manter núcleos étnicos e preservar sua cultura de origem. Dessa forma, além de um projeto econômico, tratava-se de uma “missão cultural alemã”.

Conforme observado por Ette (2001; 2020), o viajante parte carregando consigo um conjunto de leituras, informações, mapas e anotações sobre o seu destino. No tocante aos relatos de viagem, observa-se uma tênue rede social e intelectual tecida ao longo dessas pesquisas prévias. Ou seja, o interesse em conhecer ou desbravar determinado lugar é despertado por meio da leitura de um predecessor. Ao reduzir a escala de observação aos viajantes de línguas alemãs, essa situação torna-se mais evidente. Por exemplo, Franz Epp explicita que é leitor do seu compatriota Friedrich Gerstäcker (1816-1872), escritor e viajante que viveu na América entre 1837 e 1843. Ao se deparar com a colônia alemã de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, no período do pós-Guerra dos Farrapos (1835-1845) e da presença de negros e nacionais, escreveu:

Infelizmente, cheguei aqui num período em que o comércio e o tráfego estavam em declínio. Daí a descrição menos favorável da cidadezinha. Quando Gerstäcker se alegra com o fato de que, quando perguntou a uma criança alemã como se chamava, sua babá negra respondeu: “Chama-se Mine”, isso dificilmente nos arranca um sorriso. Pois justamente o convívio de descendentes africanos com crianças alemãs é, para os mais jovens, muitas vezes a escola do vício (Epp, 1864, p. 57).

Por fim, o cruzamento dos relatos de viajantes, considerando a sua nacionalidade, o local de partida, o percurso, a chegada e o retorno – fechando, assim, o ciclo da viagem – permite traçar o seu perfil, as conexões, os destinos comuns, as lentes de leitura, as relações de alteridade, os temas recorrentes. Ademais, é imprescindível observar o tecer de novas redes, como a rede de americanistas ligada à formação de colônias no Rio Grande do Sul, na virada para o século XX, que produziu os relatos de viagem do Dr. Herrmann Meyer (1899), Alfred Funke (1902) e Dr. Robert Jannasch (1905) (Neumann, 2016; 2025).

2. Franz Epp: um indivíduo transnacional

O relato de viagem *Rio Grande do Sul oder Neudeutschland*, assinado pelo Dr. F. Epp, é lacônico quanto à biografia do seu autor, a começar pelo próprio nome, pois consta apenas a inicial F. Após cotejar as fontes documentais, foi possível concluir que o F se refere a Franz. Já a profissão do autor emerge no texto por meio de suas opiniões, análises e a prática clínica enquanto médico. O relato, em sua totalidade, apresenta indícios da trajetória pregressa do autor, que adquirem significado ao serem cruzados com a pesquisa de Mary Somers Heidhues (1995), que se depara com ele nas Índias Orientais e nos Estados Unidos. Com base nos fragmentos de sua trajetória, presentes em suas obras autorais, é possível delinear um breve esboço da trajetória desse indivíduo cosmopolita e transnacional.

Em seu estudo, Mary Somers Heidhues escreve que talvez Franz Epp foi um dos alemães mais críticos a visitar as Índias no século XIX, após o término da Companhia das Índias

Orientais. Ele permaneceu por dez anos no arquipélago, hoje parte do território da Indonésia, onde trabalhou como oficial do corpo médico. Em 1841, publicou na Alemanha o material que coletou e suas observações empíricas sob o título *Schilderungen aus Ostindiens Archipel* (Relatos do arquipélago das Índias Orientais). Posteriormente, em 1852 publicou um relato ampliado contemplando todo período que permaneceu nas Índias, sob o título *Schilderungen aus Hollindisch-Ostindien* (Relatos das Índias Orientais Holandesas). Embora Epp “não seja exatamente um observador ‘imparcial’, ele combina uma descrição minuciosa com julgamentos perspicazes e incisivos sobre os assuntos das Índias e, tendo deixado as Índias definitivamente em 1848, ele dá rédea solta às suas observações críticas no segundo volume” (Somers Heidhues, 1995, p. 25).

Os resquícios da biografia de Epp encontram-se diluídos nos seus escritos, cuja repercussão foi modesta na sua época. Depreende-se que sua família era originária de uma pequena fazenda situada nas imediações da cidade de Heidelberg, Alemanha, onde iniciou os seus estudos de medicina (cirurgia e obstetrícia) em outubro de 1832, aos vinte anos de idade – nasceu em 12 de fevereiro de 1812. Seu pai era um pequeno funcionário do judiciário. Segundo consta, um parente seu continuou a viver na fazenda, um irmão emigrou para a Rússia, onde foi incorporado no exército local. Franz Epp ingressou no serviço médico das Índias em maio de 1835, assim que terminou seus estudos. Após aguardar por dois meses em Hardewyk, a “Gomorra holandesa”, embarcou no *Van Speyk*, que transportava carvão, numa viagem de 130 dias, até chegar à Batávia. De imediato, Epp começou a trabalhar no hospital militar de Weltevreden. Seis meses depois, foi transferido para Bangka e, em 1839, para um local mais afastado e precário, Baros (Sumatra Ocidental), quando serviu no exército de maio a dezembro. Concluído esse período, retornou à Europa por motivos de saúde, provavelmente nos primeiros meses de 1840.

Uma breve referência no artigo de Frederik Schulze (2017) lança uma pista sobre as motivações que levaram Epp às Índias e o seu primeiro retorno: em 1841, ele defendeu na Faculdade de Medicina de Heidelberg a tese que tratou de febres nas Índias. Possivelmente, trata-se de uma parte do estudo publicado como *Schilderungen aus Ostindiens Archipel*, obtendo o seu título de doutor em medicina. Na apresentação do livro, o autor reflete sobre suas ambições e seus objetivos:

agora eu estava no país com o qual tanto sonhei, tudo o que eu desejava ardentemente desde a minha juventude deveria se tornar realidade, meu amor pela pesquisa deveria se concretizar. Uma natureza rica em minerais, plantas, animais e uma grande variedade de raças humanas me cercava. Comecei a mergulhar no trabalho e, assim que me perdi na atividade extenuante, reencontrei meu estado de espírito tranqüilo,

assimilei o estranho, me acostumei com o desconhecido e me senti em casa no meu novo ambiente (Epp, 1841, p. VIII).

Somers Heidhues (1995, p. 26) observa que o relato detalhado dos seus anos na ilha Bangka, onde assumiu seu cargo em julho 1836 e permaneceu até abril de 1839, ocupa quase metade da obra de 1841. Lá, ele era responsável por um pequeno hospital em Baturusak, Merawang, próximo de Pangkalpinang (na época um pântano infestado de crocodilos), e por todos os aspectos do governo civil, incluindo polícia, justiça, obras públicas e gestão das minas de estanho. Epp (1841, p. 204) “aproveitou seu tempo na ilha e parece ter sido mais ou menos seu próprio chefe”. Nas suas reflexões, escreveu: “minha vida em Bangka foi a mais feliz que tive nas Índias Orientais e, durante minha estadia em Sumatra, muitas vezes desejei estar de volta àquele lugar; mesmo agora, lembro com prazer do tempo que passei lá”.

O regresso do médico alemão às Índias em 1842 não atendeu às suas expectativas. Epp imaginava ser reconhecido como autor da obra sobre a colônia holandesa, entretanto, foi destacado para Ambon, o que interpretou como um castigo ou uma tentativa de silenciamento. Após padecer um ano de febre, ele recebeu permissão para partir para Java, mas esperou dois meses por um navio, tempo que aproveitou para fazer uma descrição “médico-topográfica” da ilha. Na sequência, ocupou postos em Java, em Tegal, Pekalongan (onde serviu em uma função militar), Gombang (perto de Semarang) e Banyuwangi. Todavia, o reconhecimento por suas realizações médicas e a esperada nomeação para Batávia nunca se concretizaram. Retornou definitivamente para a Alemanha em 1848, passando a viver em Heidelberg ou nas imediações. Em solo pátrio, Epp publicou seu segundo livro, em 1852, que é mais crítico em relação aos assuntos coloniais e traz traços claros de sua decepção. Porém, em nenhum momento se posicionou como opositor do colonialismo. A partir de então, silenciou em relação à sua experiência nas Índias (Somers Heidhues, 1995).

Radicado novamente no seu país, buscou se estabelecer enquanto médico. Consta que em 1851, o Dr. Johann Matheus Franz Epp, de Heidelberg, comprou um terreno para uma clínica em Dürkheim (atual Bad Dürkheim) e construiu uma clínica, a *Epp'sche Heilanstalt*. Em 1861, na reunião de uma sociedade científica, ele apresentou um artigo sobre as propriedades curativas dos banhos da cidade e de suas uvas. Porém, as dificuldades financeiras levaram-no a vender a clínica em 1866, mediante um processo de falência, cujas razões são desconhecidas, mas possivelmente tem relação com suas longas ausências de Dürkheim (Somers Heidhues, 1995).

No início de 1863, o Dr. Epp deixou seus familiares (a esposa e a filha, provavelmente) e sua pátria, para viajar à América do Sul, onde permaneceu até final de agosto e, em seguida,

aos Estados Unidos, pois no inverno de 1864-65 estava na Filadélfia, hospedado com uma família alemã-americana, de onde acompanhou com interesse o andamento da Guerra Civil Americana. Sua última publicação foi o panfleto *The Study of Souls* (O Estudo das Almas), de 1866, no qual relatava as suas experiências com o espiritismo na tentativa de refutar os materialistas de sua época, que negavam a existência das almas (Somers Heidhues, 1995). Epp faleceu na Alemanha em 4 de agosto de 1867.

A trajetória de Franz Epp e os seus escritos revelam um sujeito em sintonia com as ideias da sua época, ou seja, um homem do início do século XIX. Concordamos com a leitura de Somers Heidhues (1995, p. 40), quando diz:

Ele gostava de descrever o que observava, divulgar suas observações e ser reconhecido pelo que escrevia. [...] Talvez o “espírito científico” de Epp fosse responsável por sua atitude hipercrítica em relação aos assuntos coloniais e aos administradores europeus e seu desdém por quase todas as outras pessoas. Apesar de seu interesse óbvio em catalogar e descrever, quando Epp se aproxima do povo das Índias, ele muitas vezes parece observá-los através de um espelho unidirecional ou como espécimes a serem dissecados. Talvez a distância interior de Epp em relação ao povo das Índias seja típica de sua profissão e até mesmo — apesar de ele ser contemporâneo de Multatuli — de sua época.

Por fim, deduz-se que Epp era um indivíduo sedento por experiências e conectado ao mundo do colonialismo, um observador dos deslocamentos humanos. Ele tinha um interesse permanente “pela colonização alemã dos trópicos, como demonstra o relatório de sua viagem ao Brasil (1864) e, embora fale da ‘Alemanha’ como um todo, ele provavelmente é influenciado por sua região natal densamente povoada de Baden, onde a emigração era uma realidade” (Somers Heidhues, 1995, p. 40). Esse interesse intrínseco leva-o ao Rio Grande do Sul e aos Estados Unidos.

3. O relato de viagem *Rio Grande do Sul oder Neudeutschland*

*Da escuridão e do frio/Para a luz e o sol/Assim partimos do Schelde
[rio Escalda]/Em direção ao sul.
(Epp, 1864, p. 22)²*

No livro *Rio Grande do Sul oder Neudeutschland* (Rio Grande do Sul ou Nova Alemanha), Franz Epp narra sua viagem ao Rio Grande do Sul, realizada em 1863. A obra foi publicada em Mannheim, no estado de Baden-Württemberg, pela editora Franz Bender em 1864, com 100 páginas de texto e 22 páginas de anexo. No anexo, traz o regulamento do Decreto n.º 3.069, de 17 de abril de 1863, que “determina o registro de casamentos, nascimentos e óbitos

² “Aus Finsterniß und Kälte/ In Licht und Sonnenschein /So fuhren aus der Schelde /Wir nach dem Süd hinein.”

das pessoas que professam uma religião diferente da religião oficial do Estado”, recém-aprovado pelo Império do Brasil. Na introdução do livro, sem entrar em detalhes, Epp escreveu que “circunstâncias imprevistas atrasaram um pouco a publicação desta primeira edição”. Logo, o “pouco tempo que me restou me obriga a resumir também o conteúdo do livro; mas espero que ele desperte o interesse dos meus compatriotas de tal forma que em breve seja necessária uma nova edição”. Ele também se dispôs a fornecer informações mais detalhadas sobre o Brasil e as possibilidades de viagem, bastando, para isso, enviar-lhe “uma carta sem porte postal para Friedrichstraße 12, em Heidelberg” (Epp, 1864, p. IV). Segundo o relato, a viagem foi motivada por uma inquietação pessoal, desvinculada de projetos colonialistas ou de instituições voltadas a emigrantes alemães no exterior, financiada com recursos próprios, o que pressupõe a disponibilidade de capital suficiente.

A estrutura formal do texto segue o modelo descrito por Ette (2020): o percurso é o fio condutor da obra, com algumas variações na forma de registro. No início, o relato de viagem de Epp se assemelha a um diário, com data ou semana explícita. Porém, nas últimas páginas, percebe-se a pressa em partir, retornar ou prosseguir, sem detalhar a trajetória do movimento. Ette lembra que o conteúdo do relato de viagem trata “menos de uma realidade extralinguística a ser retratada e mais de uma realidade acreditada, uma representação da realidade que o público leitor aceita como sendo a realidade representada pelo escritor ou escritora de viagens”, ou seja, “não se trata apenas da relação entre um texto e sua realidade empiricamente verificável, mas muito mais da obtenção de um ‘efeito de realidade’”. Dessa forma, o texto é uma representação o mais próxima possível de uma realidade, mediada pelo viajante junto ao seu leitor. Entre autor e leitor há um pacto de credibilidade, cujo objeto “é a suposição (por parte do público leitor) de que o relato de viagem é a representação literária de uma realidade extralinguística e que esta deve ser reproduzida da forma mais precisa possível” (Ette, 2020, p. 132). Aliás, a leitura de literatura de viagem pode substituir a própria viagem como experiência no espaço geográfico. “Viajar e escrever se geram mutuamente e criam um mundo em que tudo está em movimento. Diante do efeito da realidade, há muito tempo é secundário se a viagem ocorre em um espaço real ou virtual. O que importa é apenas a vetorialidade” (Ette, 2020, p. 140).

Na apresentação de seu escrito, Epp informa que o seu objetivo é encontrar uma nova pátria, ou *Neudeutschland*, para os milhares de e/immigrantes alemães que cruzavam o Atlântico, um novo lar que também pudesse ser uma nova *Vaterland*. “Mas onde eles encontraram até hoje uma segunda Alemanha que lhes substituísse a primeira? Onde fica a terra prometida para nossos compatriotas que estão partindo?” (Epp, 1864, p. III). O autor é crítico em relação aos seus compatriotas, postura também percebida por Somers Heidhues (1995) nos escritos sobre

as Índias. Segundo ele, a postura dos e/imigrantes alemães no exterior dificultava sua inserção no local de chegada.

Os alemães são conhecidos como idealistas e, quanto menos as condições estatais da Alemanha correspondem ao ideal, mais nossos emigrantes esperam encontrar o ideal no novo país para o qual estão se mudando. Mas, onde eles encontraram até agora uma segunda Alemanha que teria substituído tão completamente a primeira? Onde está a terra da promessa para nossos camaradas que partem! (Epp, 1864, p. IV).

Nesse momento, exhibe suas credenciais como alguém que fala com propriedade:

eu fui impulsionado pela esperança de encontrar um país que correspondesse a tais expectativas, e posso dizer que observei o mundo com olhos abertos. Visitei os continentes do velho e do novo mundo e acredito ter o direito de atribuir o nome de Nova Alemanha àquele país que promete se tornar uma nova pátria, uma segunda Alemanha. Esse país abrange as regiões desde as nascentes do Uruguai até o Paraná e deste até a foz do rio Prata. Lá, milhões de pessoas cansadas da Europa encontrarão um novo lar, lá está um país do futuro para todos os alemães, do Reno ao Oder, do Belte aos Alpes. Lá, a velha Alemanha será rejuvenescida e celebrará sua ressurreição de forma mais gloriosa do que nunca (Epp, 1864, p. III).

Ele explica ao leitor que o núcleo embrionário dessa “nova Alemanha” já existia: a província sul do Império do Brasil, onde viviam 50.000 alemães prósperos, prevalecendo seus costumes e tradições. Antes de adentrar no relato da viagem, Epp situa brevemente o Brasil Império e a província sulina do Rio Grande do Sul –localização, tamanho, fronteiras, número de habitantes, montanhas, rios, lagos, produtos, plantas, animais, população, doenças, colonização, plantações, florestas e culturas.

Nas primeiras linhas do relato, Epp (1864, p. 22-23) descreve a sua partida: “no início do ano de 1863, deixei minha cidade natal e meus entes queridos para embarcar em Antuérpia [Bélgica] em uma viagem à América do Sul”. A viagem, em pleno inverno, atrasou por cinco semanas em virtude das condições climáticas, e enquanto permaneceram “na foz do rio Escalda e sentimos o desconforto de uma estadia invernal em um navio tão apertado, pois, embora o armador tivesse escrito que eu faria a viagem em um navio veloz, bem construído e equipado, 1ª classe, este era apenas uma escuna”, de nome “Cornelia”, visto que só embarcações menores poderiam adentrar o porto de Rio Grande, “para onde eu queria levar vinho”. O comandante e os marinheiros eram holandeses, todos jovens – o primeiro com 24 anos –, protestantes fervorosos, homens rudes, que se comunicavam em dialeto – “se a língua holandesa já é, por si só, vulgar, então o dialeto da plebe de Amsterdã é o jargão mais grosseiro dela”. A escuna partiu na sexta-feira, 13 de fevereiro, “quando se levantou um vento leste, que foi imediatamente aproveitado pelos navios ancorados em Ahede von Flissingen, para zarpar. Que dia e data sinistros para o início de uma viagem marítima!” (Epp, 1864, p. 24). Assinala que no dia

anterior os passageiros haviam reclamado por mais provisões, incluindo água e batatas, o que a muito custo foi providenciado. Sobre a viagem, escreve que teve muitos enjoos, contando com a assistência dos demais passageiros.

O texto sugere que a relação entre tripulação e passageiros não foi das mais cordiais.

Havia apenas alguns emigrantes a bordo, compatriotas aos quais me juntei e cujos interesses defendi com todas as minhas forças; assim, saí do meu isolamento e, unidos, sentimo-nos fortes diante da tripulação do navio. Pois esta, em sua arrogância, permitiu-se fazer ameaças grosseiras contra nossos emigrantes. Um rapaz que tinha apenas 60 francos foi recusado pelo armador porque não podia pagar a passagem integralmente e em dinheiro adiantado. Aconselhei nosso capitão a levá-lo, pois ele poderia ser muito útil a bordo. Mais tarde, ele não só serviu na cabine e me atendeu bem, mas também se tornou útil a bordo como carpinteiro (ele era um carpinteiro e moleiro qualificado). O capitão embolsou o dinheiro e o aceitou a bordo. Ele se chamava Markus Raab. Dois homens se chamavam Erthal. Um deles tinha esposa e filhos. Um terceiro, Joseph Schlindwein, era um camponês robusto. Todos eram do distrito de Bruchsal, na região de Baden (Epp, 1864, p. 25).

Depois de dois meses no mar, no dia 19 de abril, a escuna ancorou no porto de Desterro, em Santa Catarina, onde houve o primeiro contato com as autoridades brasileiras para conferência da documentação. No dia 21, seguiram viagem e, quatro dias depois, chegaram ao porto de Rio Grande, mas não puderam adentrá-lo devido ao vento. No dia 26, a embarcação foi rebocada por um navio a vapor até a foz do rio. Epp descreveu os perigos dessa chegada e apontou a necessidade de construir um canal que conectasse o porto ao mar, permitindo a entrada de embarcações maiores e sendo vital para o desenvolvimento econômico de Porto Alegre. Sobre a cidade de Rio Grande, ele anotou:

Se, em vez de torres em forma de cúpula, tivesse torres pontiagudas e, em vez de varandas privadas, alguns moinhos de vento, à distância pareceria perfeitamente uma cidade holandesa, que mal se eleva acima da superfície do mar. No entanto, olhando mais de perto, ela tem toda a aparência de uma cidade espanhola, o que não se nega no estilo arquitetônico. As casas, maciças de pedra, são cobertas com telhas ocas, por isso os telhados são bastante planos. As janelas têm frequentemente varandas, às vezes com grades. As paredes são frequentemente revestidas com azulejos coloridos, especialmente na parte da frente. A maioria das casas tem um único andar, mas há muitas com dois andares. As ruas são pavimentadas de forma muito imperfeita; as pedras são desiguais, a sarjeta fica no meio e a água não tem escoamento. As calçadas também são mal construídas (Epp, 1864, p. 38).

Note-se que o relato da viagem ora se preocupa em anotar as datas e descrever os locais, ora sintetiza rapidamente o deslocamento e as observações. Todavia, o autor não antecipa ao seu leitor o roteiro de viagem e as razões de suas escolhas. Assim, após uma breve estadia em Rio Grande, ele seguiu viagem para Porto Alegre em 19 de maio, a bordo do navio de guerra “Amelia” e, no dia 23 de maio, encontrava-se no Rio dos Sinos, em direção à colônia alemã de São Leopoldo, fundada pelo Império do Brasil em 25 de julho de 1824, como uma colônia pública imperial. Sobre essa colônia, escreveu:

Veem-se alguns iates [barcos] ancorados: uma área verde está repleta de casas. Negros, brasileiros e pessoas loiras de olhos azuis estão na margem; estamos em São Leopoldo. A cidadezinha dá a impressão de estar inacabada, ruas não pavimentadas, arenosas, sujas, calçadas precárias, casas sem acabamento, nenhuma ponte sobre o rio ou caminho bem pavimentado. Os moradores são comerciantes ou artesãos, também brasileiros e negros moram aqui, certamente não para elevar o elemento alemão. Percebe-se uma tendência ao luxo sem uma prosperidade sólida entre os artesãos (Epp, 1848, p. 48).

Ao observar o contexto geral, Epp afirma que “a maioria dos habitantes emigrou da Alemanha como gente pobre e se tornou rica e próspera aqui”, pois se tornaram proprietários de um lote colonial ou se estabeleceram como artesãos ou comerciantes. Ele destaca a presença de imigrantes de línguas alemãs católicos e protestantes na colônia, e vê com reservas a presença de negros. Por fim, ele justifica que “as picadas de São Leopoldo, as plantações e a vida dos colonos foram descritas com tanta maestria por plumas experientes que posso ignorá-las aqui; o mesmo vale para a própria paisagem” (Epp, 1864, p. 50, 53).

Ao retornar a Porto Alegre, Epp participou da celebração de Corpus Christi na catedral, realizada no domingo seguinte à data, original por causa da chuva. Ele descreve a decoração e as pinturas dos santos como exageradas e estranhas, e a quase ausência de bancos, pois as pessoas se ajoelhavam no chão. Observa a presença de “senhoras brancas, morenas e negras, com suas melhores roupas”, inclusive mulheres escravas ricamente trajadas, que no conjunto “eclipsam completamente as mulheres e meninas alemãs em seus trajes modestos” (Epp, 1864, p. 54).

A permanência de Epp na capital foi curta, pois na “quarta-feira, 3 de junho, às 8 horas, parti de Porto Alegre em um barco a vapor pelo belo e amplo Rio Jacuí até a pequena cidade de Triunfo, onde o Rio Taquari deságua” (1864, p. 57), seguindo viagem pelo rio Taquari até a cidade de mesmo nome. Ele permaneceu por semanas no município de Taquari, onde alugou uma casa e atuou como médico, descrevendo-a como uma “cidade de brasileiros, negros e portugueses”, com a presença de “uma dúzia de famílias alemãs”. Dentre elas, destacou a presença do sapateiro Lauter, que chegou “como um homem pobre”, e agora “possui várias casas, um açougue, um curtume, uma oficina de sapateiro e seleiro, onde muitos jornaleiros trabalham; ele possui grandes propriedades e uma participação na colônia de Teutônia, bem como uma fortuna considerável”. Outro morador era o ferreiro Bart e seu irmão, “verdadeiros ciclopes, são pessoas igualmente ricas”. Observa que a grande maioria desses imigrantes eram oriundos da região do Palatinado, na Alemanha, o que era notável pela presença do dialeto *hunsrück* (Epp, 1864, p. 63).

A presença teuta em Taquari era ínfima, mas “na colônia vizinha de Teutônia, uma nova Canaã está sendo preparada para os alemães. Eles inevitavelmente alcançarão felicidade e

prosperidade, apenas precisam ter um caráter enérgico e superar muitas dificuldades e obstáculos” (1864, p. 62).³ O preço do lote de terra era mais elevado, mas a fertilidade compensava esse dispêndio maior – uma colônia de 50 hectares custava 700 mil réis. A convite da Sociedade Teutônia, Epp foi conhecer seu projeto de colonização. Ele chegou ao local após horas de cavalcada por uma estrada precária e um terreno irregular. Na colônia, ficou hospedado na casa do diretor Lothar de la Rue, natural de Frankfurt, que estava mobiliada “com todo o conforto, o que causa uma impressão reconfortante nesta solidão da floresta”, onde desfrutou da “culinária alemã. Ainda não consigo me acostumar com a culinária brasileira” (1864, p. 67). Na manhã seguinte, explorou a colônia na companhia do diretor, refletindo sobre as comodidades da vida de colono, ou seja, a precariedade – “no início, o novo colono tinha apenas um telhado feito de galhos de árvores ou folhas de palmeira; depois, uma cabana de vime com paredes de barro. Ele recupera muita terra da selva para plantar seu milho — e luta por ela com javalis” (1864, p. 68). No contato com os colonos, assume uma postura investigativa, ao escutar e anotar as suas histórias.

Conversamos com o colono Hauenstein, um maquinista saxão que havia trocado martelo e lima por machado e pá e recuperado um belo pedaço de terra. Ele agora queria tentar o cultivo de algodão e, se desse certo, estabelecer uma fábrica de fiação e tecelagem. Ele nos serviu um excelente javali assado com batatas que ele mesmo havia cultivado. Sua casa era mal coberta com tábuas. À noite, a família se retirava para o sótão, onde também guardava seus pertences. Tudo ainda parecia muito selvagem. Mas tudo também estava crescendo e prosperando. Um professor e um médico seriam bem-vindos nesta colônia. Seis famílias vivem aqui, todas abençoadas com filhos que parecem estar prosperando. Roupas de luxo são desconhecidas para elas. Eles vagam ao ar livre o dia todo. Quanto mais filhos um colono tem, mais rico ele se considera, já que qualquer ajuda é bem-vinda. Atualmente, apenas alemães vivem na colônia (Epp, 1864, p. 68).

Ao explorar o empreendimento privado de Teutônia, Epp elogia a fertilidade e a qualidade do solo, bem como as possibilidades de culturas para plantio, como a videira. Ao mesmo tempo, se apropria das cláusulas do contrato de compra e vende de lotes coloniais a ser firmado entre a colonizadora e o comprador. Sugere que os

alemães que desejam comprar terras nesta colônia, é aconselhável que várias famílias se unam na Alemanha para esse fim e embarquem diretamente para Rio Grande a

³ A colônia Teutônia foi criada pela iniciativa privada, acompanhando a expansão do núcleo colonial de São Leopoldo em direção aos vales próximos – Sinos, Caí, Taquari. A iniciativa partiu do comerciante atacadista Carlos Schilling, que, em 1856, realizou uma viagem de reconhecimento acompanhado de colonos alemães. Em 1858, ele adquiriu terras devolutas para dar início ao seu projeto. No mesmo ano, a Câmara de Vereadores de Taquari oficializou a criação da Colônia Teutônia. Para arcar com os elevados investimentos, o fundador criou a "Empresa Colonizadora Carlos Schilling, Lothar de la Rue, Jacob Rech, Guilherme Kopp e Companhia", atraindo empresários do alto comércio de Porto Alegre para o empreendimento. A área inicial da colônia foi ampliada com a compra de mais uma gleba de terras em 26 de novembro de 1861. Em 1862, a empresa nomeou o agrimensor Lothar de la Rue como diretor da colônia, responsável pelos serviços de medição das terras. Ele permaneceu na função até 1868, quando Carlos Arnt assumiu a direção da colônia (Roche, 2022).

partir de um porto alemão, sendo Hamburgo o mais adequado. Ao chegarem a Rio Grande, tomarão um navio a vapor para Porto Alegre, de onde a Companhia de Teutônia fornecerá um navio para transporte até Taquary. Ao chegarem à colônia de Teutônia, encontrarão um prédio para acomodação temporária até que construam sua própria casa no terreno adquirido, o que deverá ser concluído no primeiro ano. Eles podem adquirir os materiais para a casa localmente. Também encontrarão comerciantes na colônia que os abastecerão com o necessário a preços de mercado. [...] Quanto mais cedo estabelecerem seu próprio lar, mais cedo se sentirão em casa aqui (Epp, 1864, p. 70)

Nesse momento, Epp mostra-se otimista quanto à possibilidade de desenvolvimento econômico dos imigrantes, uma vez superada a fase de instalação. O relato não fornece detalhes adicionais sobre o retorno da colônia Teutônia a Taquari. Apenas anota que a paisagem urbana às margens do rio Jacuí remetia a Porto Alegre, ao se adentrar o Guaíba e, em seguida, a Lagoa dos Patos, com destino a Rio Grande.

4. A Colônia São Lourenço

O objetivo final da viagem de Franz Epp consistia em conhecer a colônia São Lourenço, situada no município de Pelotas, na região sul da província, um empreendimento de colonização privado, a convite de seu proprietário, Jacob Rheingantz.

Segundo o Sr. Rheingantz, além do inglês Plant, ninguém ainda esteve em sua colônia para explorá-la com um olhar científico, embora não falem visitantes a essa bela região. Portanto, aceitei o convite desse senhor para ir a São Lourenço com muito mais facilidade, pois desejava conhecer melhor essa terra, cujo solo foi descrito por alguns como pantanoso e por outros como estéril. Alguns fizeram total justiça à colônia e ao seu fundador, enquanto outros lhe negaram qualquer viabilidade. O Sr. von Eichmann, o enviado prussiano, não veio para cá em sua viagem pela província, embora o Sr. Rheingantz tenha fornecido a Sua Excelência um barco a vapor para esse fim. Isso é desconcertante, pois deve ter sido do interesse do estadista prussiano conhecer o destino dos habitantes da Renânia e da Pomerânia, a maioria dos quais se estabeleceu nessa colônia e são todos nativos do Reino da Prússia (Epp, 1864, p. 75).

A colônia São Lourenço foi fundada em 1858 por Jacob Rheingantz em sociedade com José Antônio de Oliveira Guimarães, constituindo um empreendimento de colonização privado. A gleba original, que correspondia a 8 léguas quadradas de terras devolutas adquiridas do Império, foi posteriormente ampliada por meio de sucessivas compras de terras a particulares, alcançando 12 léguas quadradas ou 52.320 hectares em 1877.⁴ Em 1863, a colônia estava dividida em 1.400 lotes coloniais, com área média de 48,4 hectares. O preço do lote colonial era de 500 mil réis – em Taquari, o lote custava 700 mil réis.

No trajeto da viagem de Porto Alegre até Rio Grande e posteriormente, até Pelotas, Epp criticou as precárias conexões fluviais e estradas como um entrave ao desenvolvimento das

⁴ O estudo de Patrícia Bosenbecker (2020) é central para analisar a colônia São Lourenço e a atuação de seu proprietário, Jacob Rheingantz, como uma colônia privada no Império do Brasil.

colônias e da província, pois dificultavam a circulação de pessoas e mercadorias. Por volta das 11 horas da manhã de sábado, 15 de agosto, ele embarcou no porto de Rio Grande no “Hiate Flor de São Lourenço”, sob a liderança de Jacintho, um empreendedor brasileiro, acompanhado do imigrante Rosenbaum, de Hamburgo, que pretendia instalar uma prensa hidráulica para a extração de óleo de amendoim na colônia. Ele explica que “um iate é uma embarcação de dois mastros projetada para o transporte de mercadorias, com uma pequena cabine no mastro traseiro. O nosso é conhecido por ser um bom marinheiro, por isso viajamos nele a vela”. A viagem foi retardada por vários percalços e, “somente na manhã do quarto dia chegamos à foz do São Lourenço, uma viagem que pode ser concluída em 5 a 6 horas com ventos favoráveis” (Epp, 1864, p. 75, 76). A colônia São Lourenço ficava a cerca de 25 quilômetros ou uma hora e quinze minutos do porto, na Lagoa dos Patos. Ela estava localizada na cadeia de montanhas entre os rios Piratini e Camaquã, que “apresentava formas pitorescas e suaves, lembrando o Odenwald de Darmstadt a Heidelberg (a chamada estrada da montanha), com a única diferença de que aqui, no meio do inverno, o verde mais vivo cobria tudo” (1864, p. 78) Ele chama atenção para a presença de palmeiras e a ausência de araucárias, notadas em Taquari.

Ao transitar pela Colônia São Lourenço, Epp revela uma fotografia da colônia, de seus arredores e dos tipos humanos presentes, adentrando em suas trajetórias pessoais e dramas migratórios, reproduzindo diálogos e observações, acrescidas de suas reflexões e ponderações eurocentradas. Seu olhar atento a esse empreendimento colonial se reflete no conjunto do relato de viagem, ao se estender por 25 páginas, ou seja, um quarto do texto. O seu primeiro contato com um imigrante ocorreu na chegada à colônia, quando adquiriu um cavalo de montaria na venda de um jovem imigrante alemão de sobrenome Berger, “anteriormente um dos mais diligentes estudantes de latim no *Pädagogium* em Dürkheim a. H, que também aprendeu a língua portuguesa aqui em um tempo incrivelmente curto e certamente teria feito uma boa carreira se não tivesse se casado muito cedo...”. conforme o relato, o jovem imigrante chegou na colônia com 17 anos, e casou-se com uma jovem de 16 anos, filha de um basco, assumindo a casa comercial/venda (Epp, 1864, p. 78). Epp não vê com bons olhos o casamento interétnico, especialmente em um contexto de emigração, pois

o alemão encontra sua honra e sua felicidade no trabalho. É por isso que um comerciante, um médico um professor ou acadêmico pode amar e se casar com uma brasileira e ser feliz nessa união; o colono alemão é um homem perdido se se casar com uma brasileira. Aqui, aliás, a vida do colono é facilitada e, tanto no casamento quanto no trabalho, ele encontra a melhor garantia de sua eficiência: saúde e força duradouras (Epp, 1864, p. 80).

Segundo Epp, no Rio Grande do Sul a combinação de relevo, clima e hidrografia resultou em um local propício para o estabelecimento de imigrantes alemães e para a prática da agricultura. “Esse clima maravilhoso é tão favorável ao imigrante do norte, que ele preserva todo o seu vigor, capacidade mental e física, o que lhe garante uma superioridade tão grande sobre a natureza frouxa do sulista”. Considera que nas áreas mais interioranas, o imigrante dedicava-se à agricultura, enquanto nas planícies tendia à criação do gado, negligenciando a agricultura. Ademais, “a indolência e a preguiça também se apoderam do estrangeiro; o trabalho é negligenciado; é mais uma questão para os escravos e desonra o nascido livre, de modo que ele se torna um brasileiro por completo (Epp, 1864, p. 79-80).

Na cavalgada do porto de Pelotas até a sede da colônia São Lourenço, Epp fez-se acompanhar pelos colonos Schneider, pai e filho. “Logo chegamos à casa do Sr. Rheingantz, em um vale alto com encostas suaves, onde fomos calorosamente recebidos pela família e cercados de conforto caseiro e revigorados por uma refeição excelentemente preparada”. Ele descreve Jacob Rheingantz⁵ como um imigrante prussiano natural de Sponheim, distrito de Kreuznach, no estado da Renânia-Palatinado, “um homem na flor da idade, de estatura robusta e pouco afetada, que vive e trabalha para sua empresa e desenvolve uma prudência e atividade exemplares em todas as áreas”. Sua casa abrigava uma família ampliada, ao reunir seus seis filhos e uma filha, além de sua mãe, o irmão e as irmãs. Seu pai “foi morto por um cavalo enquanto cavalgava; a mãe ainda é uma mulher vigorosa” (Epp, 1864, p. 81-82, 83). A residência de Rheingantz situava-se no local onde seria erguida a sede urbana da colônia, mas tratava-se de uma construção simples, inferior à de muitos colonos.

Rheingantz, antes de colonizador, “foi proprietário de uma empresa em Rio Grande e, há seis anos, recebeu esta terra com o objetivo de se estabelecer com colonos alemães. Ele voltou para casa [Alemanha], trouxe pais e irmãos e induziu muitos de seus compatriotas a se juntarem a ele e viajarem para cá”. No entanto, “foram justamente seus compatriotas, que pertenciam ao proletariado, que lhe causaram mais problemas aqui. Ele os trouxe para cá às suas próprias custas, mas, quando os adiantamentos para a passagem e a primeira manutenção deveriam ser pagos por eles, a briga começou” (Epp, 1864, p. 81-82). Ao mencionar os conflitos presentes no processo de colonização, Epp lembra que a maioria desses imigrantes estavam em condições muito melhores do que em sua pátria, e que os “rebeldes” eram os “proletários renanos teimosos”, enquanto os pomeranos e “jovens leopoldinos” (a primeira geração nascida

⁵ Jacob Rheingantz nasceu em 9 (ou 10) de agosto de 1817, em Sponheim, na Alemanha, e faleceu de forma súbita em 15 de julho de 1877, enquanto estava em Hamburgo, Alemanha, em busca de e/ou imigrantes. Com o seu falecimento, o empreendimento de colonização foi encerrado, e a colônia passou para o governo provincial.

em São Leopoldo) estavam satisfeitos e cientes de que deveriam pagar os adiantamentos recebidos. Sublinha também os vultuosos recursos imbricados em um projeto de colonização, que envolvem a compra e venda de terras, formalizada por meio de um contrato, com cláusulas bem definidas, incluindo o padrão nacional de cobrança de juros, assinado pelas partes contratantes. O contrato era a garantia que o imigrante tinha em mãos, e que o resguardava de agentes de imigração dúbios.

Na colônia São Lourenço, “tudo é organizado em bases alemãs e funciona sem problemas”. Ao circular pela colônia, Epp se deparou com a heterogeneidade dos imigrantes de línguas alemãs, produto da emigração em um período anterior à formação do Estado-nação. Encontrou o Sr. Wilhelm, de Köstritz, Turíngia, um ex-oficial prussiano, que era contador e ensinava as crianças. Adjacente à residência de Rheingantz, residia “um alfaiate de Holstein, um homem simpático e de aparência urbana, cuja nova casa havia lhe custado 800 mil réis, incluindo o lote”. Mais adiante, residiam seus companheiros de viagem, a família Schneider, cuja casa ostentava uma construção bem elaborada, situada em uma colina no centro de sua colônia. As paredes da casa eram em estilo enxaimel, revestidas com argila e caiadas com cal. O telhado era composto por telhas ocas brasileiras, com uma calha de folha de zinco. A edificação apresentava quatro janelas de vidro e uma porta de batente com vidraças na parte frontal. No interior, encontra-se revestida com painéis de madeira. A construção refletia o trabalho do seu filho, que era carpinteiro. A referida família já havia morado em Dona Francisca, na província de Santa Catarina, onde não conseguiu prosperar, migrando para a colônia São Lourenço, onde adquiriu um lote colonial e meio (cerca de 72 hectares), e estava em melhor situação, donos de um “belo rebanho de gado e campos bem cultivados”, além de fabricar cerveja. Schneider era da região de Trier, e sua casa era o ponto de encontro dos imigrantes da Renânia, que se reuniam a cada 14 dias para momentos de música e dança (Epp, 1864, p. 85-86).

O olhar aguçado de Epp enquanto observador externo detectou outros aspectos do cotidiano da colônia. Segundo as informações do empreendedor, havia então cerca de mil imigrantes de línguas alemãs vivendo na colônia, em sua maioria eram colonos (*Bauern*), mas havia vários artesãos, e dois colonos latinos. A ausência de acadêmicos e profissionais liberais era evidente. Para suprir a demanda educacional e religiosa, Rheingantz buscou contratar professores e pastores, além de dispor de um terreno para construção de uma escola. Mas, não houve consenso entre os imigrantes renanos e pomeranos: os pomeranos protestantes construíram um prédio escolar na sua Picada e contrataram o professor católico para ensinar seus filhos, usufruindo de uma educação escolar regular, enquanto os filhos dos renanos

católicos estavam privados dela. Relativo ao pastor protestante, ainda estavam em tratativas para contratação. Até então, os colonos católicos frequentavam a missa na vila Boqueirão e realizavam seus casamentos em Pelotas; já os protestantes batizavam seus filhos com o padre católico mais próximo.

Ao explorar as Picadas, Epp anotou outros aspectos: Rheingantz havia distribuído sementes de linho e algodão entre os colonos para semeadura, bem como recebeu videiras; já os colonos estavam adquirindo árvores frutíferas. A variedade da batata cultivada na colônia, de casca rosada, era superior àquela cultivada em São Leopoldo e se conservava por mais tempo. Ainda, investigou um suposto depósito de minério, situado no lote nº 2, cujo proprietário “estava cavando ansiosamente os poços e negligenciando suas terras, que ainda não haviam sido pagas. Ele era de Oberstein, um cortador de ágata por profissão, e nos mostrou várias ágatas lindamente cortadas em seu trabalho”. Ao lado dessa família, vivia outra em situação precária: “um servo da região de Trier havia raptado a filha de seu patrão” e juntos, emigraram, na expectativa de que no exterior os pais e parentes dela os ajudariam. Na colônia de São Lourenço, adquiriram um lote já cultivado por 1:600\$00 (um conto e seiscentos mil réis), mas, como o auxílio financeiro não se efetivou, não tinham como pagar pela colônia (Epp, 1864, p. 87, 88).

Em seguida, cavalgaram até a grande Picada dos Renanos e a Picada Boa Vista, destinada aos jovens leopoldenses. No trajeto, passaram pela casa de Schneider, onde “primeiro se vê um moinho à direita em um pequeno vale e à esquerda em uma encosta a casa de um ferreiro”. Depois, a estrada “passa por uma colina, na qual ainda há uma floresta alta e onde o solo é preto e excelente”. Mais abaixo, está a casa do torneiro Nölter, ele é de Mecklemburgo e sua esposa de Holstein. “A casa é espaçosa, bem construída, e ao lado dela há um moinho coberto de telhas, com toda a madeira trabalhada pelo próprio proprietário”. Em diferentes locais, constatou a presença de depósitos de argila, sugerindo a fabricação de telhas e tijolos. O caminho percorrido

desce um longo vale entre colinas moderadas, com as casas e plantações dos colonos à direita e à esquerda, às vezes mais, às vezes menos em boas condições, dependendo da diligência e dos recursos dos proprietários. As casas são de enxaimel, com varas entrelaçadas como cestas, e essa madeira é coberta com argila ou gesso na parte externa e na parte interna e, se for um pouco mais luxuosa, caiada com cal - e equipada com janelas de vidro. Os telhados são feitos de todos os tipos de material; vi alguns de palha, junco, troncos de palmeira rachados, telhas de madeira, zinco, chapas de ferro e papelão de pedra. Mas as melhores são feitas de telhas queimadas (Epp, 1864, p. 89).

Para continuar seu itinerário, Epp trocou seu cavalo “com o colono Philipp Bauer, que me cedeu o seu, um belo e animado animal cheio de fogo e vigor, de raça argentina”. Anotou que “o jovem é tão bonito quanto a sua esposa, uma morena pequena, encantadora, e as crianças

de bochechas vermelhas são adoráveis”. Em frente à casa, havia um jardim com flores e vegetais, bem cuidado. Seguiram andando por quilômetros, até a Picada dos Pomeranos (Pommern), passando por várias roças – áreas de floresta recém derrubadas, onde a madeira havia sido incendiada, mas não queimada. A parada seguinte foi a picada onde os leopoldenses se estabeleceram: “eles são os verdadeiros pioneiros da nova cultura”. Percebe que os imigrantes alemães vindos da Europa optavam pelas terras abertas e de campo, onde pudessem cultivar como eram acostumados, sem levar em consideração seu rápido esgotamento. Já os alemães leopoldenses procuravam a selva mais densa com as camadas mais profundas de húmus para estabelecer uma nova colônia. Cita como exemplo dos irmãos Heiderich: eles tinham uma bela plantação, campos bem cultivados, algumas boas vacas no celeiro, uma casa de boa carpintaria, que eles haviam construído. Ao lado da casa, via-se um curtume, com dois poços cheios de peles e cascas de árvores, que usavam no curtimento. “As mulheres, ainda tão jovens, já cercadas por crianças em flor, tão ocupadas e agradáveis! [...] A louça era de um branco puro, as colheres, facas e garfos brilhavam”, e a comida de um preparo excelente. Já a família vizinha, o jovem Bauermann, um carpinteiro de rodas, possuía uma casa com um acabamento mais requintado, situada no alto da colina, com uma bela vista, onde “encontramos tudo em ordem exemplar; notei até mesmo no quarto as camas bem arrumadas; aqui, também, uma jovem e simpática mulher com filhos de bochechas vermelhas e olhos azuis...” (Epp, 1864, p. 94).

Em vários momentos, Epp salienta a hospitalidade dos colonos nascidos na província, que o convidaram para almoçar e tomar o café da tarde, acolhendo-o em suas casas.

O que eu mais gostei nessas pessoas foi sua eficiência inata, seu comportamento confiante e, ainda assim, decente, ao passo que, com os antigos colonos que vieram de fora, era possível ver os traços de dificuldades e preocupações que eles haviam superado, e eles não conseguem se livrar de um certo constrangimento, resultado da pobreza e da dependência anteriores. Logo se percebe que seus filhos nasceram e cresceram em liberdade. Eles estão entre os melhores colonos daqui (Epp, 1864, p. 94-95).

As tragédias da colônia também foram ouvidas e compiladas no relato da viagem: um imigrante jovem epilético, que morava sozinho, foi encontrado morto, deixando sua casa e colônia; outro jovem solteiro havia cortejado a filha de um pomerano, foi recusado e desapareceu no dia seguinte, passando-se três semanas sem notícias: sua casa estava fechada, com todos os pertences, os animais e a produção abandonados. “O desaparecimento desse homem causou uma impressão assustadora em toda a Picada”. Os boatos eram múltiplos, mas nada se sabia sobre seu paradeiro. Já na Picada dos Pomeranos, a primeira casa “estava meio pronta, com uma pequena torre no cume. O homem que a construiu perdeu sua esposa enquanto erguia uma viga. A pesada viga escorregou e com um golpe ceifou a vida da mulher que estava

tentando ajudar; uma grande perda para um colono com cinco filhos menores”. Tais eventos trágicos permeavam o cotidiano dos colonos no contexto da selva (Epp, 1864, p. 96).

No domingo, 23 de agosto, Epp saiu em excursão até a Picada dos Pomeranos, passando novamente pela Picada dos Renanos até a Picada no Arroio de Bom Jesus. A Picada dos Pomeranos estava bem povoada, intercalando-se casas e plantações. “Pode-se dizer que os pomeranos cuidam mais de seus campos do que de suas casas, o que é quase o oposto do que acontece com os renanos. Mas, por dentro, a maioria parece bonita e limpa”. Muitos já reconstruíram sua casa mais de uma vez, na perspectiva de encontrar um local mais conveniente e confortável. No trajeto, visitou o prédio da nova escola, e, mais adiante, se deparou com uma festa.

Em frente a uma casa, o caminho estava completamente coberto de aparas de papel. Um homem que tinha vindo de Buenos Aires e comprado uma casa aqui estava realizando uma grande festa. Quando passamos por ele, os habitantes da Picada Pomerana já estavam sentados calmamente bebendo aguardente (cachaça) e comendo feijão preto com bacon e pão de milho. Como foi completamente diferente essa noite na casa de Schneider, onde descemos! Música e dança nos receberam lá. Muitos cavalos pararam em frente à casa. Na sala principal, os casais giravam em um rodopio frenético, os rapazes pisavam no chão, balançavam suas dançarinas quase até o teto e gritavam: *tout comme chez nous* (assim como em nossa casa), de modo que você poderia acreditar que estava em uma feira da igreja local. O *Rheinländer* é tão alegre e jovial quanto seu lar (*heimat*) e não nega seu caráter mesmo quando está no exterior (Epp, 1864, p. 97).

O olhar cirúrgico de Epp percebe as fissuras e fricções entre os imigrantes de línguas alemãs, que se estabeleceram nas colônias alemãs do Rio Grande do Sul, como São Leopoldo, Teutônia e São Lourenço. Esses imigrantes se reorganizaram internamente nas Picadas, de acordo com sua região de origem, parentesco e confissão religiosa. Todavia, o autor demonstra otimismo em relação ao perfil promissor do novo “colono alemão” nascido na província sulina. Em determinados momentos, é possível identificar uma preocupação com o hibridismo cultural, manifestado em casamentos interétnicos, na adoção de elementos nacionais, como a cachaça, o feijão e o pão de milho, e na decadência moral.

Por fim, Epp despede-se de Rheingantz, da colônia São Lourenço e seus colonos, onde passou uma semana – pelas anotações, chegou em 18 de agosto e partiu em 24 ou 25 de agosto, pois a última anotação é da manhã de segunda feira, dia 24, sem informar a rota da viagem de retorno. Apenas escreve:

E, ao despedir-me, exclamo com todo o coração: Salve, Germânia, por teres filhos assim! Pois também os descendentes alemães nascidos no longínquo sul são seus filhos! - filhos dignos da grande pátria comum, que olham para o mundo com tanta ousadia e alegria de viver e se mantêm firmes. Os companheiros loiros, de barba ruiva e olhos azuis, do Reno e do Oder, dos Alpes e da Suábia. Todos lutaram aqui, lutaram por uma nova pátria alemã. Assim como os germânicos, cujos golpes violentos

derrubaram o Império Romano, eles também travaram batalhas e conquistaram a vitória, não com a espada, mas com o machado. Os gigantes da floresta caíram diante de seus golpes violentos. Milhares e centenas de milhares jazem no campo de batalha - e apenas alguns ainda estão de pé, estendendo seus galhos queimados para o céu como se clamassem por vingança. Mas das cinzas brota a semente da cultura. - Onde antes apenas o jaguar rugia e o índio sombrio lançava seu projétil mortal da emboscada sobre o caminhante perdido, agora o galo canta e crianças de bochechas vermelhas e cachos loiros brincam alegremente. Só uma coisa é necessária: união. Enquanto permanecerem sem uma comunidade sólida, sem a consciência viva de pertencerem a um todo, isolados e muitas vezes hostis uns aos outros, serão como um caníço instável, que qualquer tempestade pode quebrar.

As maquinações de estrangeiros, que exploram seus poderes para proveito próprio e para a opressão e supressão do elemento alemão. Que a educação e a civilidade cresçam entre os alemães do Rio Grande, para que tomem consciência de seu valor e reconheçam claramente suas necessidades. Uma forte associação comunitária entre si também é desejável para os colonos de São Lourenço, deliberações mais frequentes sobre seus próprios interesses, a resolução de suas próprias disputas — uma decisão firme e a execução de empreendimentos conjuntos. Observem seus irmãos alemães na América do Norte. Que grandes coisas eles não realizaram por meio de uma cooperação mais estreita e com esforços compartilhados? O velho Padre Rapp era apenas um simples agricultor, e quão benéfico foi seu trabalho, quão glorioso e grandioso ele é! Portanto, eu clamo a todos os alemães desta terra:

Unidos, unidos, unidos!

Então o provérbio se provará verdadeiro para vocês:

Concordia res parvae crescunt. (A harmonia faz crescer pequenas coisas.) (Epp, 1864, p. 98-100)

Durante suas saídas de campo, Epp foi acompanhado por seu anfitrião, Rheingantz, o que pode ter influenciado os percursos e, possivelmente, o comportamento dos colonos, que seguiram um protocolo mais reservado, sem expressar suas críticas. Entretanto, não está explícito se o diretor esteve presente em todas as cavalgadas descritas, uma vez que escreve "nós cavalgamos", sem nomear quem o acompanhava, e só em duas ocasiões comenta o diálogo do diretor com um colono em uma Picada.

5. Considerações finais

Portanto, o jovem médico recém-formado, Dr. Franz Epp, deixou sua terra natal na expectativa de realizar algo grandioso e ser reconhecido por seus pares como um homem de honra, dedicando sua juventude às pesquisas nas colônias holandesas das Índias Orientais. Decepcionado e desencantado com o colonialismo, retornou para sua *heimat*, com o objetivo de exercer sua profissão e fincar raízes. Decorridos 15 anos, reencontramos o Dr. F. Epp em viagem ao Rio Grande do Sul, com o propósito de encontrar um território propício para instalar uma “nova Alemanha” para estabelecer os emigrantes alemães, que engrossavam o fluxo migratório para a América. Os fragmentos da trajetória de vida de Epp desenham um sujeito do seu tempo, curioso, crítico e inquieto, que circulava no mundo do colonialismo e em escala transnacional. A escrita e publicação dos seus relatos de viagem materializam seu desejo de ser visto e reconhecido, consolidando o capital financeiro com o capital social.

O relato de viagem de Epp, publicado em 1864, enquanto documento histórico e literatura de viagem, contribui para elucidar o universo complexo da e/i/migração e colonização de línguas alemãs da primeira metade do século XIX, especialmente no que se refere às colônias privadas. O relato de viagem pode ser compreendido como um instrumento de mediação entre a experiência individual e a memória coletiva, permitindo uma análise integrada entre cultura, memória e patrimônio. Ademais, o relato de viagem atua como uma fonte para a memória social, ao preservar experiências compartilhadas de e/i/migração. Além disso, o relato de viagem também é um objeto de história pública, ao democratizar narrativas e promover o diálogo com o público. Por fim, o relato de viagem atua como um testemunho patrimonial, evidenciando como o patrimônio material e imaterial é vivido, percebido e transformado.

Referências

- ALHEIT, Peter. Migração e biografia: aspectos históricos de um relacionamento emocionante. **Revista História: Debates e Tendências**, Passo Fundo, v. 19, n. 2, p. 165- 178, 2019.
- AUERBACH, Eric. **Mimesis: A Representação da Realidade na Literatura Ocidental**. São Paulo: Perspectiva, 2021.
- BOSENBECCKER, Patrícia. **“Uma colônia cercada de estâncias: a inserção de imigrantes alemães na colônia São Lourenço/RS (1857-1877)**. Pelotas: Ed. Ufpel, 2020.
- CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII**. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- CHARTIER, Roger. **Cultura escrita, literatura e história: conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antônio Saborit**. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- EAGLETON, Terry. **Teoria da literatura: uma introdução**. 6ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- EPP Franz. **Schilderungen aus Ostindiens Archipel**. Heidelberg: Mohr, 1841.
- EPP, Franz. **Rio Grande do Sul oder Neudeutschland**. Mannheim: Franz Bender, 1864.
- ETTE, Ottmar. Em direção a uma poética do movimento: Literaturas sem residência fixa. In. JASINSKI, Isabel (org.). **Literaturas em trânsito, teorias peregrinas**. Curitiba: Ed. UFPR, 2015.
- ETTE, Ottmar. **Literatura de Viaje de Humboldt a Baudrillard**. Ciudad Universitaria, México: UNAM, 2001.
- ETTE, Ottmar. **ReiseSchreiben**. Berlin: De Gruyter, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1515/9783110650686-201>. Acesso em 10 jan. 2024.
- GERSTÄCKER, Friedrich. **A Colônia**. Cenas da Vida no Brasil. Porto Alegre: Gradiva Editorial, 2016
- LISBOA, Karen Macknow. Olhares alemães sobre a imigração no Brasil: imperialismo, identidade nacional e germanismo. **Espaço Plural**, Ano IX, n. 19, 2008, p. 95-104.
- NEUMANN, Rosane Marcia. Rio Grande do Sul, uma terra de oportunidades: a contribuição do Dr. Jannasch no debate sobre emigração alemã e colonização (1905). **Fênix - Revista de História e Estudos Culturais**, [S. l.], v. 22, n. 1, p. 460–480, 2025. DOI: 10.35355/revistafenix.v22i1.1472.
- NEUMANN, Rosane Marcia. **Uma Alemanha em miniatura**. O projeto de imigração e colonização étnico particular da Colonizadora Meyer no Noroeste do Rio Grande do Sul (1897-1932). São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2016.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. São Leopoldo: Oikos, 2022.

SCHULZE, Frederik. Regimes de migração no Brasil e na Alemanha: uma comparação sincrônica. **Revista Acadêmica Licenciaturas**, Ivoti, v. 5, n. 2, p. 07-19, julho/dezembro, 2017.

SOMERS HEIDHUES, Mary. Dissecting the Indies: The 19th Century German Doctor Franz Epp. **Archipel**, Paris, v. 49, p. 25-43, 1995. DOI <https://doi.org/10.3406/arch.1995.3034>.

ENTRE O DISCURSO E A PRÁTICA: A COLONIZAÇÃO DE ERECHIM (1908) E SANTA ROSA (1914) ATRAVÉS DA BUROCRACIA GOVERNAMENTAL E PROCESSOS CRIME

Kalinka de Oliveira Schmitz

1. Introdução

A Primeira República, para além da mudança no regime político, trouxe diversas mudanças em relação ao período imperial brasileiro. Tanto na questão econômica, a entrada de inúmeras levas de imigrantes, as discussões sobre a formação e a “cara” que a sociedade republicana brasileira deveria ter. Dessa forma, tanto no âmbito federal quanto a nível estadual, foram tomadas medidas que almejando atingir os objetivos propostos, econômica e socialmente. Como consequência, tais ações impactaram de diferentes maneiras a população rural camponesa, formada principalmente por caboclos/nacionais¹. Uma das primeiras e mais importantes mudanças, ocorridas com a promulgação das legislações republicanas, foi a criminalização do apossamento.

O, até então, posseiro, criminalizado, se torna o intruso. Dada a situação de reorganização agrária que a região Norte do Rio Grande do Sul estava sofrendo nesse período, tornaram-se um problema, ao ocuparem terras que poderiam ser capitalizadas através da fragmentação e venda na forma de lotes coloniais, fosse a imigrantes ou a descendentes oriundos das antigas zonas de colonização.

Nesse cenário, esse grupo de formação diversa, procurava adaptar-se aos novos cenários e estímulos, fosse na tentativa de defender a terra que já ocupavam, ou mesmo vendendo seu apossamento a lindeiros com maior poder econômico. No caso de ocorrer a venda do apossamento, tanto poderia indicar planos para a migração a novas frentes de ocupação, nas margens do espaço colonial em expansão. Mas a adaptação poderia ocorrer de maneiras para além da venda de seu apossamento; a sua inserção no mercado através de atividades extrativistas, como da erva-mate, ou ainda prestando serviços a proprietários de maiores extensões de terra ou colonos/imigrantes que necessitavam de ajuda no serviço de abertura inicial dos lotes coloniais.

¹ Ao longo do texto, utilizar-se-á o termo nacional para referir-se a essa população que também pode ser chamada de cabocla. A escolha por tal termo ocorre por ser ela corrente na documentação estatal utilizada para a pesquisa da tese que origina este artigo. Ainda, cabe destacar que metodologicamente, considera-se como nacional, todo aquele camponês/colono que possua nome de origem europeia não ibérica; desta forma, é lícito considerar que pessoas e famílias negras estejam nesse grande grupo, considerando que a documentação produzida pela Secretaria de Negócios das Obras Públicas, da Diretoria de Terras e Colonização e das Comissões de Terras e Colonização não faziam distinção dos traços fenotípicos dos sujeitos citados em seus relatórios.

Considerando essas possíveis ações, a depender da estratégia de cada família ou grupo de famílias, permite considerar uma adaptabilidade aos cenários apresentados, tal como o observado por Jan Van der Ploeg (2016).

Por mais que esse espaço agrário da região norte sul rio-grandense possuisse relativa margem para a prática de apossamentos, o avanço do processo colonizatório acabava por coibir e marginalizar a presença de grupos/famílias que não possuissem origem imigrante não-ibérica. Se por um lado, esse avanço da colonização resultava em um aumento populacional e de cultivos, movimentando a economia, por outro, é possível observar um processo gradativo de marginalização da população de ocupação antiga.

Propagandeada, em grande parte, como sendo área “vazia” para a chegada e ocupação de colonos e imigrantes nos novos lotes coloniais, a zona de ocupação das *colônias novas* era, em realidade, já densamente ocupada. Era ocupada tanto pelos grandes proprietários de terras que participariam com empreendimentos coloniais, quanto, talvez principalmente, toda uma população de homens livres pobres, de diferentes origens, que tiravam seu sustento tanto de pequenos roçados quanto de práticas extrativistas, como da erva-mate (Christillino, 2008) e com isso, possuíam uma presença no circuito econômico estadual. Logo, o recorte espacial desta pesquisa não apenas já era habitado, como contribuía para o mercado interno.

Ao passo, então, que a ideia de vazio demográfico já tenha caído em desuso pela historiografia, a partir do trabalho de diversos autores que contribuem demonstrando a existência e inserção das populações não colonas em vários setores estaduais; o cenário étnico oriundo da imigração é também diverso e contribui com mais elementos para o caldeirão étnico organizado e fiscalizado pelo governo republicano estadual.

Tendo a entrada de imigrantes europeus no Rio Grande do Sul se iniciado em 1824, com imigrantes vindos de regiões de fala germânica; ao longo dos séculos XIX e XX, vários outros grupos étnicos se direcionaram para a Província, e depois Estado federativo brasileiro, incorporando a conformação étnica da população sul rio-grandense. Por mais que inicialmente os primeiros núcleos estaduais pudessem ser considerados como etnicamente homogêneos – principalmente se considerarmos que nas primeiras décadas a predominância era de imigrantes alemães –, é necessário expandir a compreensão sobre tal período.

Sabendo da existência e circulação de toda uma população cabocla e negra, a ideia de núcleos colonizatórios homogêneos e isolados do restante da realidade estadual foi superada, a partir de diversos estudos sobre a imigração e colonização alemã e italiana no período imperial (Tramontini, 2003; Witt, 2015; Vendrame, 2016; Arend, 2020; Neves, 2021). Assim, o

isolamento que ocorreria nesses núcleos coloniais imperiais não se sustenta, a partir da reflexão das mobilidades e busca da construção de redes sociais.

É preciso considerar que o ideal de colonização mista não foi algo que surgiu apenas com os projetos criados pelo governo perrepista do Rio Grande do Sul durante a Primeira República. Giralda Seyferth, ao discutir sobre a questão da homogeneidade de núcleos coloniais, aponta para uma direção próxima, ao afirmar que mais correto seria considerar que, ao se referir a um núcleo de colonização alemã, por exemplo, se estaria indicando a etnia predominante naquele espaço, e não a exclusividade étnica da referida ocupação colonial. Em suas palavras, seria “quase impossível encontrar colônias realmente homogêneas, a não ser nos estágios muito iniciais” (2008, p. 40).

Partindo, de tais reflexões, o presente texto tem por objetivo discutir as diretrizes estabelecidas pelo governo estadual no que diz respeito aos serviços de terras e colonização, enquanto um texto burocrático e permeado pelos interesses daqueles que estavam no poder, contrapondo com processos crimes ocorridos nas Colônias de Erechim e Santa Rosa. Isso porque esse segundo tipo documental possibilita, através de descrições e depoimentos, acessar aspectos da sociedade que não são abarcadas dentro da burocracia e documentos oficiais.

Serão realizadas análises sobre aspectos que constam nos documentos emitidos pelo governo e entendidos como objetivos da colonização pública; principalmente o caráter idealizado da colonização pública mista em Erechim e Santa Rosa. Da mesma forma, nos processos judiciais, serão observados os aspectos da realidade desses espaços complexos, bem como os vislumbres da aplicação prática do projeto estadual. Isso permitirá avaliar a forma como o projeto idealizado foi posto em prática.

Esses indivíduos, fundamentais no processo de reorganização agrária via colonização, embora partícipes em projetos públicos, possuíam particularmente seus objetivos e interesses, muito embora não seja esse o enfoque do presente artigo. De todo modo, são essas intenções que direta ou indiretamente acabam impactando tanto o mercado de terras quanto as relações sociais que nem sempre ocorrem de maneira ordeira e pacífica. Tais impactos já seriam possíveis considerando cada grupo em separado, mas que com o caráter misto da colonização pública podendo amplificar divergências e conflitos, já que o espaço colonial acabaria encerrando em si pessoas com diferentes interesses e perspectivas.

Logo, idealizado e aperfeiçoado no período estudado nesta pesquisa, o caráter misto, já era possível de ser observado nos núcleos públicos do período imperial. O que ocorre, portanto,

é que os projetos de Ijuí e Guarani², e os aqui estudados, das Colônias³ de Erechim e Santa Rosa, podem sim, serem considerados os primeiros onde houve a busca por uma efetiva sistematização dessa perspectiva mista da colonização. E indo além, iniciando em Santa Rosa e depois aplicado na Colônia Erechim, a efetiva inclusão do elemento nacional (caboclo) como um colono com tanta capacidade de contribuição para a economia estadual quanto aqueles imigrantes ou seus descendentes, através do Serviço de Proteção aos Nacionais.

2. As legislações da Primeira República e a inserção do nacional no projeto colonial público

Para além de toda a legislação que foi alterada e modificada conforme os interesses do governo estadual, havia também a impossibilidade de ignorar a presença de grupos, até então, marginalizados no processo de colonização que ocorria. Com a finitude das terras devolutas e da ocupação geral do estado, era necessário que medidas fossem tomadas de modo a impedir problemas sociais.

Desse contato, para além da questão interétnica, os interesses no processo de privatização das áreas ocupadas irregularmente por essa população de homens livres e pobres, resultavam em conflitos muitas vezes violentos. O posicionamento sobre a forma de lidar com esse “problema” da ocupação prévia de áreas que poderiam ser inseridas em projetos coloniais, se altera principalmente quando chega à direção da Diretoria de Terras e Colonização (DTC)⁴ o engenheiro Carlos Torres Gonçalves. Torres Gonçalves, um positivista religioso, entendia que a intrusão seria um problema não decorrente de má intenção por parte dos nacionais, mas sim, por não possuírem estes, os recursos financeiros necessários para a quitação do processo burocrática da expedição do título definitivo de suas terras, sendo considerado por Sponchiado “perspicaz – ou no mínimo, menos obtuso que seus colegas” (2005, p. 147).

Neste trabalho de construção de uma nova perspectiva sobre o lugar e o papel da população de nacionais dentro da sociedade sul rio-grandense, que objetivava tornar esse grupo populacional produtivo, precisava-se considerar que

tal atraso é menos individual do que social, como essencialmente resultante das deficiências do meio em que vivem os nossos patricios, estes não tardam em

² Ambos os projetos coloniais, de Ijuí e Guarani, foram criados pelo governo republicano antes de Erechim e Santa Rosa, ainda no século XIX.

³ Utilizaremos o termo Colônia, com a inicial em maiúsculo, quando estivermos nos referindo ao projeto colonial em si. Quando o termo estiver todo em minúscula, colônia, será referente ao lote colonial que compõe o projeto colonial.

⁴ Órgão ligado à Secretaria de Negócios das Obras Públicas, era o responsável por administrar questões envolvendo terras e colonização, tais como projetos de colonização públicos, bem como fiscalizar a criação e desenvolvimento de projetos coloniais particulares.

modificar-se, à medida dos melhoramentos introduzidos nas regiões onde residem, sobretudo quando o poder público, com a sua autoridade é servindo-se de funcionários capazes de conquistarem a confiança deles, os ampara e guia na sua evolução (Relatório da Secretaria dos Negócios das Obras Públicas, 1918, p. 308)

Havia, então, a ideia de que fornecendo as condições básicas, ocorreria uma mudança na postura observada nos caboclos/nacionais, até o momento. Essas mudanças não só impactariam a economia do Estado, com essa parcela da população passando a produzir e contribuir nos mercados regionais e estadual, como também uma mudança social. Aqui, é importante destacar que toda a preocupação social que havia dentro do governo estadual sobre esse grupo étnico não ocorria puramente por bondade; antes, compreender os diferentes interesses que estavam em jogo a partir da integração ou não dos nacionais nas políticas colonizatórias, o que traria ainda uma maior especificidade à forma como tal projeto era aplicado no Estado do Rio Grande do Sul.

Junto ao processo de reflexão sobre as particularidades que a colonização tomava no primeiro período republicano no referido Estado, convém mencionar que entre a criação da Colônia Erechim, em 1908, e da Colônia Santa Rosa, em 1915, que seria o ápice da política de inclusão do elemento nacional em projetos coloniais, ocorria a Guerra do Contestado (1912-1916)⁵. Logo, ainda que discussões sobre os benefícios de uma colonização mista possam ser observadas anteriormente, ainda nos primeiros anos do século XX, com o conflito que ocorre não distante do Rio Grande do Sul, e as constatações realizadas enquanto observadores, acabam sendo um fator a mais de fortalecimento de políticas que, por fim, contribuíssem para a absorção dos nacionais na sociedade de maneira orgânica e que pudesse evitar possíveis problemas decorrentes da situação ilegal que a intrusão propiciava.

A inserção dos nacionais nos projetos de colonização ~~então~~ é permeada, principalmente, por ideias preconceituosas e com interesses bem claros, tal como é observado em um relatório produzido por Leopoldo Villanova à Frederico Westphalen, em 1917, onde percebe-se um olhar imbuído de preconceitos à essa população, que seria

em geral, ignorantes, pouco trabalhadores e muito desconfiados. – Penso que podíamos educa-los um pouco, criando escolas regionais e um campo experimental de agricultura, para que eles aprendam alguma coisa e tomem conhecimento com os processos elementares de cultivar a terra e aproveitar o trabalho (Westphalen APUD Sponchiado, 2005, p. 142).

A inserção do nacional em projetos coloniais, juntamente com colonos/imigrantes e próximos dos funcionários do governo, serviria para condicionar alguma forma de progresso

⁵ A Guerra do Contestado foi um conflito que ocorreu entre os Estados do Paraná e de Santa Catarina, motivado por uma disputa territorial quanto às fronteiras entre os dois estados da federação. Permeado por diversos interesses econômicos, impactou sobremaneira a população cabocla que habitava a região em conflito.

desse grupo, de modo que ocorresse algum avanço no estágio de desenvolvimento em que se encontravam, considerando a forte influência do positivismo no governo estadual do Partido Republicano Rio-grandense. E, ainda que fossem considerados em um estágio de desenvolvimento inferior ao que estariam os colonos, os nacionais ocupariam importante papel na esperada adaptação do elemento colonial à sociedade estadual, de forma que se diluísse a possibilidade de formação de nichos étnicos dentro do espaço colonial, como era observado principalmente em núcleos de colonização particular, onde prevalecia comunidades homogêneas, motivo de recorrentes críticas por parte dos envolvidos na colonização pública mista.

Esta perspectiva perpassada por um viés preconceituoso, mas, ainda assim, com pretensão de inserção na pauta de imigração e colonização, também ia de encontro à consciência de que se avizinhava a finitude da área disponível para colonização e/ou marginalização dos nacionais. Dessa forma, não haveria muitas outras maneiras de tratar essa questão, que não iniciar uma política sistemática de inserção dos nacionais dentro de projetos coloniais públicos.

3. As Colônias de Erechim e Santa Rosa

A proposta de colonização mista aplicada na Colônia Erechim, e posteriormente observada na criação da Colônia Santa Rosa, embora sob um mesmo guarda-chuva ideológico, possuem algumas diferenças e adaptações entre si. Estes projetos permitem, uma outra perspectiva quanto as ações do governo estadual durante a Primeira República, isso porque, por mais que após a troca de regime político houvesse a continuidade do processo colonizatório, o governo do PRR se movimentou de modo que imprimisse a sua visão e ideologia nos assuntos de terras e colonização (áreas correlatas). E uma das principais mudanças foi a intensificação do caráter misto da colonização estadual, que incorporou definitivamente o elemento nacional ao cenário colonial, até então um espaço majoritariamente de imigrantes e descendentes de imigrantes.

O caráter misto na Colônia Erechim é, composto principalmente pela diversidade étnica dentro da população colonial, composta tanto por colonos nascidos no Brasil quanto por imigrantes que continuavam chegando ao Brasil. Não significa que não houvessem nacionais dentro da composição populacional do referido núcleo, principalmente considerando que os espaços de colonização na região do Planalto sul rio-grandense, e destacadamente na região de Passo Fundo (município de origem de Erechim) já eram espaços densamente ocupados por tal população não colonial. Mas, sim, que, embora presentes nas estatísticas, eram em número muito inferior ao daqueles descendentes de e imigrantes.

A Colônia Erechim, possui particularidades que contribuem para o fato de ter se tornado, apenas dois anos após a sua criação, o principal núcleo colonial público no Estado. Projetada diretamente por Carlos Torres Gonçalves, diretor da DTC, pode ser considerada a maior representação da influência positivista, quando se observa a colonização ao longo da Primeira República. O posto de principal núcleo colonial se justifica, não apenas pelo fato de que os núcleos anteriores de Ijuí e Guarani, que já não davam conta sozinhas da alta demanda, mas além disso, por sua localização central dentro da região das *colônias novas*, e notadamente pela presença da malha ferroviária que perpassava o seu território colonial. Estas duas últimas características foram fundamentais para o crescimento exponencial de Erechim.

Criada em 1908, apenas dez anos depois, em 1918, estava sendo emancipada à município, já com uma população de 18.000 habitantes. Esse total era dividido em 10.000 imigrantes oriundos da Europa, e os 8.000 restantes, divididos entre nacionais que já viviam naquela região e colonos descendentes de imigrantes, oriundos de zonas coloniais mais antigas (Relatório da Secretaria de Obras Públicas, 1913). Todo esse crescimento populacional foi possível e, ao mesmo tempo, consequência da dinamicidade econômica que a presença da ferrovia e de diferentes ocupações laborais de colonos, enriquecendo o espaço colonial, refletindo no desenvolvimento e atratividade que se fortalecia perante aqueles interessados em migrar para novas zonas coloniais.

A Colônia Santa Rosa, por seu turno, criada alguns anos depois de Erechim, cumpre um papel um pouco diferente dentro do cenário colonial sul rio-grandense. Enquanto Erechim é principalmente um ponto de chegada para imigrantes, que são a maior parte da população, na Colônia de 1915, a situação é o oposto.

Embora distante da capital Porto Alegre, e não contando com um acesso à ferrovia tão próximo quanto Erechim, Santa Rosa se localizava próxima da Colônia Guarani, que havia sido criada ainda nos anos finais do século XIX, e teve seu crescimento impactado pelas distâncias e dificuldade de deslocamento. Assim, Santa Rosa, além de se tornar um importante ponto para a regularização dos nacionais em situação de intrusão, acabou contribuindo consequentemente com a Colônia Guarani, ao oferecer maior dinamicidade e maior infraestrutura de trânsito para aquela região. Este caso entre Guarani e Santa Rosa pode ser considerado um exemplo de como a colonização poderia enfrentar dificuldades caso fosse expandida para locais muito distantes e com uma malha de transportes deficitária.

Como já discutido, o cenário prévio ao da instalação oficial da Colônia naquela região era de intensa ocupação não regularizada por parte dos nacionais, o que era um problema para os interesses administrativos e desenvolvimentistas que o governo estadual possuía. Antes da

criação oficial do núcleo colonial de Santa Rosa, o governo, via Comissão de Terras e Colonização, iniciou um trabalho de regularização da situação fundiária dessa população, de modo a discriminar as áreas que realmente estavam disponíveis para serem loteadas e aquelas que já eram parte de algum apossamento. A opção por uma abordagem diferente, juntamente com a disposição para tratar com os intrusos, fez com que os nacionais não se sentissem acuados, construindo um contato de relativa confiança entre agentes do governo e a população intrusa.

O início da aplicação do Serviço de Proteção aos Nacionais, ao passo que se torna um importante elemento de integração da população rural livre e pobre no cenário colonizatório, ao permitir que paguem a regularização ou mesmo a aquisição de um lote de terras, gera para o governo, o retorno em diversas obras que são executadas com tal mão de obra. Permitindo considerar a relação entre facilitação no pagamento do lote e na prestação de serviço, uma via de mão dupla, onde ambas as partes alcançam seus objetivos (adquirir um lote e criar e ampliar a infraestrutura colonial). Essa forma de geração de trabalhos acaba gerando, depois da instalação da Colônia, uma dinamicidade de seu centro urbano e comércio, mais uma forma de dinamicidade, com a circulação dos valores dos serviços pagos em dinheiro.

4. Os processos crime como janelas para a sociedade colonial

As sociedades que se formavam nos empreendimentos coloniais, considerando toda a complexidade envolvendo o fato de que eram indivíduos com diferentes influências, interesses e costumes (mesmo que regionais oriundos de um mesmo país de origem), eram ingredientes para que o espaço colonial fosse permeado por conflitos de diferentes tamanhos e desdobramentos. Sendo um espaço composto por seres humanos, lhes seria inerente o surgimento de tensões e enfrentamentos de diferentes proporções, mesmo em núcleos que seriam considerados como homogêneos étnica e confessionalmente.

Partindo deste cenário, os projetos públicos de colonização mista não diferiram deste cenário social conflituoso. Os casos de Erechim e Santa Rosa – principalmente deste último –, reforçam tal aspecto e/ou o elevam; isso porque o espaço onde essas Colônias foram criadas já eram ocupadas desde muito, e, conseqüentemente, seus habitantes possuíam uma lógica organizacional própria, para além do que era influenciado pelas ideias inerentes àqueles que faziam parte do movimento colonial.

A confluência de todos esses indivíduos, de origens e interesses distintos que poderiam gerar conflitos diversos, poderiam sair da esfera local e ser direcionado para a atuação da justiça pública, o que daria início a todos os trâmites burocráticos que juntos formam o conjunto de

um processo crime. A chegada dos conflitos locais na esfera judicial poderia significar um furo na bolha daquela sociedade, que em vários casos, poderiam objetivar resolver tais querelas de maneira interna, dentro das regras estabelecidas dentro da própria comunidade (Vendrame, 2016).

Sendo espaços coloniais agrários, muitos dos problemas que chegavam à Justiça envolviam aspectos comuns àquela população, como disputas por terras, questões referentes ao pagamento dos lotes coloniais ou, ainda, envolvendo animais – que, considerando o caráter também de tração no trabalho agrícola, elevam a importância dos animais.

Na Colônia Santa Rosa, por exemplo, uma das principais características de sua colonização era a possibilidade de realizar o pagamento do lote colonial através da prestação de serviço em obras públicas, onde, do serviço prestado, uma quantia era recebida em dinheiro e a outra parte do valor seria abatido do valor devido ao governo (Schmitz, 2024). Isto posto, iremos considerar uma denúncia apresentada pelo Ministério Público em 25 de setembro de 1918. A denúncia dá conta que

No dia 2 do corrente mês, o denunciado Oliverio Antonio Aguiar, estando um pouco embriagado, entrou violentamente no escritório da Comissão de Terras e Colonização de Santo Rosa, no 6º distrito deste município, reclamando pagamento em dinheiro de um serviço de estradas que tinha sido contratado com ele denunciado, verbalmente, mediante pagamento em terras; e sendo-lhe declarado pelo Diretor da Comissão, Dr. João Dahne, que o haver que ele denunciado tinha seria pago em terras, respondeu este grosseiramente ao Diretor, dizendo não aceitar tal pagamento, e com palavras ofensivas referiu-se à pessoa do aludido Diretor⁶.

Este processo abre portas para uma análise acerca das dinâmicas existentes entre a Comissão de Terras e Colonização e os indivíduos empregados em seus serviços para o abatimento das dívidas coloniais. Embora a documentação acessada traga informações sobre a divisão do pagamento total para os funcionários de cada obra, dividindo entre salário em dinheiro e o destinado ao abatimento da dívida (Schmitz, 2024), não foi encontrado documentos com maiores especificações, ou mesmo individualizadas para cada caso. Tal lacuna abre margem para questionamentos tanto acerca dos acordos feitos entre a CTC e as pessoas físicas, quanto dos registros realizados por tais funcionários públicos.

Esse descompasso se opõe aos relatos minuciosos encontrados nos relatórios gerais produzidos, sobre os avanços dos trabalhos do governo nas áreas que passavam a receber colonos, em alguma medida dentro da lógica de ordem para o progresso positivista que guiava o governo nas ações sobre terras e colonização (Schmitz, 2024). Tal falta de informações

⁶ APERS. AUTOS de processo crime. Justiça Pública (autora). Agostinho Daniel, João Luiz dos Santos e Oliverio Antonio de Aguiar (réus). Comarca do município de Santo Ângelo, cart. cível e crime, anos 1917-1918, números 1444-1462. Número 1460, maço 49, estante 155. Fl.2.

negativas nos papéis que eram periodicamente apresentados ao governo em Porto Alegre, poderia indicar um receio em apontar as inconformidades que poderiam surgir nos trabalhos públicos de colonização, contrastando com o que era propagandeado pelo governo ou, ainda, considerar arriscado apontar problemas de administração, que poderiam custar o cargo que o sujeito ocupava dentro da organização da Colônia Santa Rosa⁷. Omitir eventos que poderiam prejudicar a imagem do funcionário público poderia ser um expediente não de todo raro, mas que vêm à tona quando, justamente, estoura a bolha da comunidade colonial e chega às esferas judiciais.

Por outro lado, na Colônia Erechim, o processo selecionado para apresentação ocorreu em 18 de julho de 1913. O evento violento denunciado pelo Ministério Público é o assassinato de Alexandre Antonio Pires, por conta de um tiro de arma de fogo disparada por Pedro Pinheiro⁸. Os grupos envolvidos – tanto da vítima quanto do réu do processo – haviam ido ter com o comissário de polícia, acerca da disputa sobre a posse de um lote de terras na referida Colônia (Schmitz, 2024).

Embora não fosse uma Colônia com a sua capacidade de absorver a demanda por lotes coloniais saturada, ou seja, possuindo ainda capacidade para a demarcação de novas levas de lotes coloniais, a disputa por um determinado lote, que chega ao ponto de um conflito resultante em morte, nos leva a refletir sobre as discrepâncias qualitativas entre os lotes já medidos ou mesmo por demarcar. Outro ponto relevante a se considerar é que, um lote onde já havia sido iniciado a ocupação – derrubada de mato, preparo de roças –, poderia ser muito mais atraente do que os lotes ainda com sua vegetação intocada.

Logo, ao passo que iniciar a ocupação da colônia fosse uma demonstração de posse, também poderia atrair os olhares daqueles que desejavam um espaço já trabalhado, sem necessariamente uma aquisição legal. Com o requerimento de lote deferido,

tomou posse do lote, fez cultura e assim encaminhado o estabelecimento, foi buscar a família deixando a sua colônia entregue a Prudente Moreira. Sucedeu que enquanto dispunha a família de alguma coisa que possuía na Soledade, para operar a mudança, o interrogado demorou três meses. Em sua ausência, José Maria, que é dado como

⁷ Ao fim do processo, ao que se refere à situação de Oliverio Antonio de Aguiar, o juiz, Anápio Jobim expediu parecer favorável à prisão do mesmo, condenado à três meses de prisão celular; os custos do processo, após mudanças na determinação, passou a ser custeado totalmente pelo Estado, dada a comprovação sobre a condição financeira de Oliverio Antonio de Aguiar. Ver mais em: SCHMITZ, Kalinka. *O projeto público de colonização mista no Planalto rio-grandense: as Colônias Erechim (1908) e Santa Rosa (1914)*. Tese (doutorado em História). São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos. 2024.

⁸ APERS. Sumário Crime. Justiça Pública (autora). Pedro Pinheiro e José Pinheiro (réus). Comarca de Erechim. Processos crime, Cart. Cível e Crime. Anos 1910 a 1935. Número 658, maço 16, estante 11. Fl. 2.

testemunha neste processo, informou ao Diretor da Colônia que o interrogado havia abandonado o seu lote, e o requereu para si, o que foi concedido⁹

Voltando à Colônia Erechim, José Pinheiro se depara com o cenário em que outro está ocupando o lote colonial que lhe havia sido deferido. É neste ponto em que a reunião entre os envolvidos com a autoridade da localidade é agendada e ocorre; após esse momento, na volta para suas casas, as desavenças se avolumam e culmina no assassinato de Alexandre Antonio Pires.

O fato de que a disputa por um determinado lote colonial tenha terminado em um assassinato, mesmo com todas as condições acima expostas, demonstram como a sociedade colonial em desenvolvimento – no caso em Erechim –, tinha compreensões paralelas acerca da disponibilidade de lotes, condição importante para o bom desenvolvimento de uma Colônia, e destacado pelos órgãos públicos, visto ser um trabalho fundamental (Schmitz, 2024).

5. Considerações finais

A colonização pública mista, empreendida pelo governo estadual ao longo da Primeira República foi peça fundamental para o propósito do poder público em organizar o espaço agrário que ainda estava disponível, além dos esforços voltados para a organização e conformação da sociedade brasileira. Com o caráter federativo sendo adotado, os estados da federação, como o Rio Grande do Sul, possuíam determinada autonomia para tratar de seus assuntos e interesses internos.

No estado sulino, então, com um governo de forte influência positivista, as preocupações sobre a maneira como a colonização se desenvolvia e a sociedade rio-grandense se formava estavam sempre presentes nas ações projetadas pela esfera pública. Partindo de uma documentação produzida pelas pessoas que realizavam os trabalhos envolvendo a questão de terras e colonização, observa-se essa preocupação, bem como um discurso positivo em relação ao que estava sendo feito e aos resultados obtidos.

De todo modo, ao incluirmos na pesquisa histórica outras fontes documentais, notadamente processos crime, observa-se uma outra realidade, dificilmente contada nos documentos produzidos e direcionados para os superiores instalados em Porto Alegre.

Seja um conflito envolvendo a própria extensão governamental (a CTC) na Colônia Santa Rosa, como consequência de uma falta de diálogo ou acordo sobre a aplicação prática de uma política pública (o pagamento do lote colonial através da prestação de serviço em obras

⁹ APERS. Sumário crime. Interrogatório do réu José Pinheiro. Número 658, maço 16, estante 11. Fl. 18.

públicas), ou problemas de designação de colônias na Colônia Erechim, mostrando que problemas e disputas por terras não surgiriam apenas em Colônias onde havia uma saturação e que as próprias ações dos empregados públicos poderia não ser efetivo para contornar conflitos de interesses, observamos um lado alternativo da colonização pública, permeada por diferentes conflitos, distantes do cenário positivo apresentado nas documentações produzidas por aqueles responsáveis pela ação governamental nos empreendimentos coloniais.

Por fim, analisar a colonização pública a partir de dois prismas contrastantes nos auxilia para realizar reflexões sobre tudo que envolvia tais projetos, uma vez que reforça o fato de que não era um cenário totalmente pacífico e ordeiro como os relatórios das Comissões de Terras e Colonização/Secretaria de Obras Públicas poderiam fazer parecer; tampouco seriam espaços conflituosos e permeados por tensões oriundos de diferentes interesses.

Seriam, sim, espaços complexos, como não poderia deixar de ser um espaço que seria ocupado por uma vasta gama de indivíduos de origens distintas e com interesses e posicionamentos diversos. E, também, por conta disso, espaços ricos de experiências e ações para compreender o cenário colonial vivido pelo Rio Grande do Sul ao longo da Primeira República.

REFERÊNCIAS

- APERS. Sumário crime. Número 658, maço 16, estante 11.
- APERS. Autos de processo crime. Número 1460, maço 49, estante 155.
- AREND, Jéssica Fernanda. **Terra e honra: conflitos entre os camponeses numa região de colonização alemã no Sul do Brasil** (Vila de São João de Santa Cruz, RS, 1878-1905). Dissertação (Mestrado). 183 fls. Programa de Pós-Graduação em História, UNISINOS, 2020.
- CHRISTILLINO, Cristiano Luís. O Mato Rebelde: a resistência do homem livre e pobre frente ao avanço da colonização no Rio Grande do Sul. **Revista Coletâneas do nosso tempo**, Rondonópolis, v. 8, ano VII, n. 8, p. 87-111, 2008.
- NEVES, Norton. **“Não o querem pela razão da cor que tisa sua pelle”: masculinidades, racialização e conflitos interétnicos em uma região de imigração italiana (Caxias do Sul/RS, 1899-1910)**. Dissertação (mestrado em História). São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos. 2021.
- PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e a arte da agricultura: um manifesto Chayanoviano**. 1 ed. São Paulo; Porto Alegre: Editora Unesp; Editora UFRGS. 2016.
- RELATÓRIO da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas apresentado ao Exm. Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros, presidente do Rio Grande do Sul, pelo secretário de Estado João J. Pereira Parobé, em 20 de agosto de 1913**. Porto Alegre. Oficinas gráficas da Livraria do Comércio – Souza & Barros. 1913.
- RELATÓRIO apresentado ao Dr. A. A. Borges de Medeiros, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Ildefonso Soares Pinto, secretário de Estado dos Negócios das Obras Públicas, em 27 de agosto de 1919**. Porto Alegre. Oficinas gráficas d’A Federação. 1918.

SEYFERTH, Giralda. A imigração no sul do Brasil: identidade e alteridade. In: Dreher, Martin. Noberto.; Kunz, J. A. e Mugge, M. H. (Org.). **Imigração e Relações Interétnicas**. São Leopoldo (RS). São Leopoldo (RS): Editora Oikos, 2008. p. 23-56.

SCHMITZ, Kalinka. **O projeto público de colonização mista no Planalto rio-grandense: as Colônias Erechim (1908) e Santa Rosa (1914)**. Tese (doutorado em História). São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos. 2024.

TRAMONTINI, Marcos Justo. **A organização social dos imigrantes: A colônia de São Leopoldo na fase pioneira 1824-1850**. São Leopoldo: Editora da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2003.

VENDRAME, Maíra. **O poder na aldeia: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre os camponeses italianos (Brasil-Itália)**. São Leopoldo: Oikos; Porto Alegre: ANPUH-RS, 2016.

WITT, Marcos Antônio. **Em busca de um lugar ao sol: estratégias políticas, imigração alemã, Rio Grande do Sul, século XIX**. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2015.

“EXISTEM AMIGOS ALÉM-MAR”: O TRABALHO DAS ORGANIZAÇÕES HUMANITÁRIAS NO PÓS-SEGUNDA GUERRA MUNDIAL NO UNIVERSO PRIVADO DE CARTAS

João Vítor Sand

1. Considerações iniciais

No imediato pós-Segunda Guerra Mundial (1946-1949), atuaram diversas organizações humanitárias internacionais no socorro e amparo dos sobreviventes dos conflitos armados no continente europeu. Aqueles que conseguiam, escreviam a seus familiares, amigos ou conhecidos no exterior pedindo algum tipo de ajuda – mantimentos, roupas, dinheiro etc. –, muitas vezes intermediados por alguma organização/instituição como, por exemplo, a Cruz Vermelha Brasileira. Sand e Neumann (2023) procuraram demonstrar como esta organização atuou como mediadora entre dois mundos – Alemanha/Brasil e Europa/América do Sul –, (re)conectando famílias e encaminhando pacotes com mantimentos aos que necessitavam. Os autores evidenciam que, em muitos casos, havia uma troca de correspondências entre sujeitos antes de procurarem a Cruz Vermelha, como o caso de Hildegard Gutebier, cujos “parentes na Alemanha estão se achando numa posição péssima, eles têm só o que tem no corpo e a vida” (Sand, Neumann, 2023, p. 175). Estas correspondências, as quais muitas vezes o historiador não consegue acessar, é por onde circulam as informações dos familiares, as ideias, os sentimentos e os pedidos. Nesta troca particular de mensagens, circulam também boatos dos trabalhos das organizações humanitárias. Entre elas à Cruz Vermelha, em 22 de fevereiro de 1947, o Coronel Gaelzer-Netto, então Delegado da Cruz Vermelha Brasileira, perguntou

se é verdade que os pacotes privados enviados por nós à Alemanha para endereços individuais estão sendo abertos em Berlim e entregues a outras pessoas necessitadas. Desejo e espero que os pacotes da nossa Cruz Vermelha Brasileira (F.R.G.S.) não sejam violados na Europa, para que a nossa grande ação em prol do grande público de crianças e idosos europeus dos diversos países, que acabamos de colocar em ação no Sul do Brasil, não seja prejudicada pela desconfiança.¹

Estes boatos poderiam afetar diretamente os trabalhos da organização, os sujeitos receosos procuravam buscavam tirar satisfação com os representantes da Cruz Vermelha sobre tais situações. Estas desconfianças circulavam entre as redes de cartas particulares da América-Europa, e passavam para o nível local do “boca-a-boca” e “diz-que-diz-que”. As cartas de reclamação da demora da entrega ou do não recebimento do pacote reforçam estes boatos. Em

¹ NETTO, Guilherme Gaelzer. Destinatário: Odila Gay da Fonseca. Berlim, Alemanha, 22/02/1947. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS.

síntese, este tipo de carta demonstra as redes e conexões entre dois mundos – América e Europa –, a Cruz Vermelha Brasileira aparece nestas redes como uma das alternativas de enviar pacotes para o familiar/amigo na Europa, bem como a atuação dela era questionada por meio das linhas escritas das cartas.

Havia receio de uma parcela dos sujeitos no Rio Grande do Sul em enviar mantimentos para a Europa, os boatos também contribuíam para este sentimento, fazendo com que as autoridades locais fossem procuradas para obter informações sobre a campanha de doação de mantimentos, este papel, em pequenas comunidades ou em antigas Colônias², era atribuído a figura do líder religiosos – padres e pastores – que possuíam a confiança da população local, tornavam-se líderes locais.

Os párocos possuíam o papel de interlocutor das famílias com o exterior, do colono com os poderes externos, ou o inverso, “as autoridades entendiam que a melhor forma de se fazer ouvir nos núcleos coloniais era contar com o auxílio dos padres” (Vendrame, 2015, p. 80) e pastores. Desta forma, agia “como mediador no campo político e social, encaminhando as demandas locais e cuidando para que algumas leis fossem seguidas pela população” (Vendrame, 2015 p. 79). As lideranças religiosas em sociedades rurais eram os sujeitos – quando haviam mais de um – mais importantes no universo camponês, quanto autoridade política e religiosa, exercitavam significativa influência entre os paroquianos (Vendrame, 2016)³. Ainda, como acrescenta Giovani Levi, a autoridade “que provinha de sua posição de pároco acrescentava mais força a sua pobre pregação teórica” (2000, p. 78).

Em termos de liderança, os mediadores, a exemplo do padre Sório, eram indivíduos ativos, capazes de se relacionar amplamente, articulando as necessidades dos outros às próprias aspirações, respeitando e cumprindo com os costumes defendidos pela população. Nesse sentido, a legitimidade da autoridade do pároco vinha da capacidade de realizar a ponte entre esferas políticas, econômicas e sociais diferentes, muitas vezes distantes umas das outras (Vendrame, 2016, p. 245).

No caso de envio de mantimentos no pós-Segunda Guerra Mundial, o Comitê de Socorro à Europa Faminta, fez uso da autoridade de padres e pastores para realizar campanhas de arrecadação com os membros da comunidade. Um destes casos, trata-se da Comunidade Evangélica da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), no município de

² O termo “Colônia” refere-se ao empreendimento agrícola onde os i/e/migrantes aquirem terras e assentaram-se.

³ A influência dos párocos na sociedade colonial, isto é, na Colônia, no universo camponês, é passível de contestação. Carlise Schneiders (2023) ao entrevistar mulheres da antiga Colônia Porto Novo, apresenta casos em que estas mulheres “muitas vezes inconformadas com as exigências dos padres, se colocam como questionadoras da ordem estabelecida” (p. 102). Através destes relatos, é possível identificar “há uma contestação por parte da sociedade, que não entende, não concorda ou até mesmo, não acata às regras estabelecidas” (p. 102).

Ibirubá⁴. O presente capítulo tem como objetivo analisar o trabalho das organizações humanitárias internacionais, como a Cruz Vermelha Brasileira e o Comitê de Socorro à Europa Faminta. A análise foca no envio de mantimentos e recursos às vítimas do pós-Segunda Guerra Mundial na Alemanha e será feita através do universo privado das correspondências trocadas entre pastores. da Comunidade Evangélica da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), no município de Ibirubá, na região noroeste do Rio Grande do Sul. Buscamos, portanto, observar as ressalvas e dúvidas por parte dos doadores diante dessas campanhas, bem como as decisões e organizações internas das comunidades frente ao movimento internacional de envio de mantimentos à Europa.

Como fontes para tal análise, utilizam-se as cartas trocadas pelos pastores Karl Seibel e Theodore Goebels e lista de doadores, inseridas dentro do livro “Resgate Histórico: Centenário da Comunidade Evangélica de Ibirubá/RS (1906-2006)”. As cartas dos pastores encontram-se digitalizadas, transcritas e traduzidas pelos organizadores do livro. Metodologicamente dialoga-se com a Micro-história italiana, especialmente com Levi (2000, 2023), Vendrame (2023) e De Vivo (2023), realizando um experimento de microanálise, de como as organizações humanitárias internacionais, o terceiro setor, está presente dentro de uma comunidade, dentro das decisões de indivíduos. É uma leitura de dentro, interna da comunidade, que somente a documentação produzida por ela, e não sobre ela, é capaz de revelar.

2. “Ainda vivemos no paraíso”

Na Comunidade Evangélica de Ibirubá, em reunião da diretoria da paróquia, realizada em 08 de setembro de 1947, foi lida a comunicação recebida do Padre Balduino Rambo que “havia chegado a Porto Alegre as ofertas em espécie e em dinheiro, angariados por esta comunidade destinadas à Europa” (Resgate Histórico [...], 2007, p. 147-148). Dois meses antes, o Pastor Karl Seibel emitiu um comunicado aos membros da comunidade para

⁴ A Colônia General Osório – hoje Ibirubá –, localizada à margem esquerda do Rio Jacuí, no território de Cruz Alta, foi fundada pela Empresa Colonizadora Serafim Fagundes & CIA, em outubro de 1898. Conforme Sand (2023) a Colônia não foi grande receptora de imigrantes, mas sim dos descendentes destes, a partir da segunda geração, portanto, migrantes de outras Colônias alemãs e italianas. Os primeiros colonos instalados na Colônia General Osório organizaram-se para fundar uma comunidade evangélica, no início havia os pastores itinerantes que realizavam o culto uma vez por mês e realizava os batismos e ensino confirmatório. A fundação da comunidade se deu, de fato, apenas em 1906, onde reuniram-se os colonos em assembleia para a fundação de uma Comunidade Evangélica Alemã, na mesma ocasião foi eleita a primeira diretoria (Resgate Histórico, 2007). O primeiro pastor fixo da comunidade só chegou em 1909, o Pastor Albert Adam, que também fora o primeiro médico da Colônia. Em 1918, o Pastor Adam anunciava que pretendia deixar o pastorado por motivos de saúde, mas permaneceu até 1920 enquanto a comunidade encontrava seu sucessor, continuou atuando como médico da Colônia e, em 1924, regressou à Alemanha. Em 1921 iniciava o pastorado de Theodor Goebels. O Pastor Theodore Goebels permaneceu na comunidade até 1931, isto é, 10 anos, posteriormente, também retornou à Alemanha (Resgate Histórico, 2007).

explicar-lhes rapidamente porque as listas de coletas anexas, que vão de mão em mão. Em várias linhas, houve[ram] reuniões dos membros nas quais, o pastor explicava a situação dos países europeus destruídos pela guerra e ao mesmo tempo lançado o apelo vindo do Sínodo, para que todos auxiliassem fortemente, para salvar o que ainda fosse possível (Resgate Histórico [...], 2007, p. 150).

Destacam-se as reuniões em que o pastor, enquanto líder religioso, explicava a situação da Europa e apresentava a campanha do SEF e o apelo que o Sínodo Riograndense para a participação dos membros da comunidade. Possivelmente, circulavam comentários sobre a necessidade de enviar mantimentos para a Europa, pois os próprios colonos possuíam suas despesas ou pensavam que os valores poderiam ser investidos na própria comunidade local. Neste caso, o pastor faz um apelo.

Não nos diga que isso não nos importa e que não temos culpa de eles estarem passando mal e com necessidades. Lamentamo-nos dos preços exageradamente altos, ou outras dificuldades, mas ainda vivemos no paraíso. Não, não temos culpa assim, como também não tem culpa os famintos, mas não devemos também perguntar sobre os culpados, porque como cristãos, precisamos ajudar onde há necessidade. E a necessidade é grande, principalmente naquele país [Alemanha], onde tudo foi destruído e onde há muitos fugitivos imigrantes (para os quais também deve ser dado apoio) os de países limítrofes, que perderam tudo, casa e propriedades só por causa do “nome”. Não se preocupem com as autoridades locais, eles apoiam este trabalho da solidariedade cristã (Resgate Histórico [...], 2007, p. 150).

A comunicação do Pastor Seibel traz o apelo das necessidades enfrentadas na Alemanha não apenas pelos alemães, mas também pelos “fugitivos imigrantes de países limítrofes”, aqueles que perderam tudo. Enfatiza que a comunidade de Ibirubá, mesmo com as dificuldades ou preços elevados, ainda se encontravam “no paraíso” em comparação aos europeus vítimas da guerra. Ainda, destaca o apoio das autoridades locais⁵ na campanha, o que reforça o papel de mediador do pastor entre a comunidade e as autoridades políticas e externas.

Conforme as listas de doadores, é possível perceber que as doações correspondiam aos produtos colhidos pelos colonos como: arroz, feijão, mel, trigo e batata, além das doações em dinheiro (Resgate Histórico [...], 2007, p. 151-154). Também há uma lista de pacotes particulares que, como vimos, eram encaminhados pela Cruz Vermelha Brasileira, no mesmo carregamento dos pacotes coletivos do SEF. Alguns membros procuraram enviar dinheiro por meio da CARE, como o caso de Walter Gauer que, através do Pastor Karl Seibel, encaminhou uma carta para a organização estadunidense.

O Sr. Walter Gauer, Ibirubá, remeteu através da Cooperativa Agrícola General Osório, 10 dólares para o senhor, e pede-lhe, através de mim, mandar um pacote com produtos alimentícios para: Martin Berends (bei Göhle) – Berlin – Steglitz; Rothenburgerstr. 42, Zona Americana. A senhora Frida Ehlerl mandará também 10 dólares para o

⁵ Em 1947, Ibirubá ainda era distrito de Cruz Alta, emancipando-se apenas em 1955. Por conta disso, as “autoridades locais” podem ser entendidas como representantes políticos ou distrital.

senhor e solicita mandar um pacote com produtos alimentícios para “Frank Kullat (22 a) – Essen – Ruhr, Vorrathstr. 33, Brit. Zone, Nordrheinprovinz” (Resgate Histórico [...], 2007, p. 155).

Como os membros da comunidade poderiam saber se suas doações chegavam realmente à Europa? É através do universo privado das cartas que se encontram as respostas. Em carta datada de 06 de janeiro de 1948, o pastor aposentado Theodore Goebels, morador de Kirchheim (município da Alemanha, no distrito de Hersfeld-Rotenburg, na região administrativa de Kassel, estado de Hessen), e que atuou em Ibirubá – à época General Osório –, de 1921 à 1931 e ainda mantinha relações com a comunidade, escreveu para as senhoras da Ordem Auxiliadora das Senhoras Evangélicas (OASE) – a qual foi fundada durante o período de Goebels como pastor da comunidade –, “no início do mês de outubro do ano passado, recebemos uma carta do pastor Seibel, na qual, entre outros, nos comunicava que o grupo nos enviava um pacote. Esta notícia nos causou grande alegria pois nos fez ver que não fomos totalmente esquecidos por vocês” (Resgate Histórico..., 2007, p. 174). Estes pacotes, conforme o pastor, eram de “inestimável ajuda na economia doméstica. Vocês não podem imaginar como é minguada a porção de produtos alimentícios que recebemos e da qual é impossível viver”.

Percebe-se que a iniciativa de enviar pacotes para o Pastor Theodore Goebels partiu da comunidade. Tratando-se de pacotes privados, endereçados ao pastor, é possível que tenham sido encaminhados via Cruz Vermelha Brasileira. Conforme o pastor, “a família toda se reuniu para desempacotes, ficamos felizes e agradecidos”, o momento de “desempacotar” é feita por toda família, compara-se ao “prenúncio do Natal, quando apareciam as coisas maravilhosas e das quais tanto necessitávamos”. A carta ainda traz a realidade em que se encontrava a família do pastor.

Como devem ter ouvido, estou aposentado e minha saúde é muito instável. Também minha esposa, vocês não reconheceriam, tão magra ela ficou. Somam-se as preocupações, que uma mãe e dona de casa, nestes tempos difíceis, precisa enfrentar. Nossa filha mais velha, a Marianne, também está muito subnutrida e esteve doente por longo tempo. Ela completou 26 anos de idade no domingo, é noiva, e no dia de seu aniversário foi feito o 1º proclame na Igreja e, se Deus quiser, casar-se-á no dia 17 de janeiro. O noivo dela é de Filsit, de onde teve que fugir com seus avôs e pais e agora, mora com seus familiares em Hersfeld. Ele é intérprete. Ambos gostariam de vir novamente ao Brasil, porém por ora, as dificuldades são muito grandes. Érika, nossa 2ª filha, ajuda a mãe nos trabalhos da casa e horta, faz as compras nos mercados, o que rouba muito tempo e é muito desgastante. Nosso filho Karl, o qual também nasceu em General Osório é um rapagão de 1,86 de altura, mais alto do que eu. Ele frequentava o ginásio em Hersfeld e escapou por pouco da guerra. (Resgate Histórico [...], 2007, p. 174-175).

As informações sobre a esposa e filhos mostram muito mais que uma relação pároco-comunidade, ou presbítero-colono, por 10 anos o Pastor Goebels esteve à frente como líder religioso evangélico, naturalmente exercia outras funções além das religiosas, conhecia grande

parte das famílias, batizou, confirmou e predicou para elas. Da mesma forma, os familiares do pastor também eram conhecidos pela comunidade e estavam inseridos nela. Ao final da carta, a esposa do pastor, Hilde Goebels, reforça esta inserção e laços que vão além de pastor-membro, mas são laços de amizade. Hilde agradece

a todos cordialmente pelo maravilhoso pacote. Através deste pacote, vocês nos trouxeram uma rica benção de Deus para nossa casa. **É gostoso saber que existem amigos além-mar que não nos abandonaram na necessidade.** Queira Deus abençoá-las por tudo que fizeram de bem. Lembro-me da fundação da OASE e dos cadernos anuais. Recentemente, olhamos a foto, já meio apagada, que foi feita durante uma festa, quando tivemos hóspedes de Não-Me-Toque (Resgate Histórico [...], 2007, p. 175, grifo meu).

O ato de olhar as fotos da antiga comunidade, lembrar da fundação da OASE, somados ao isolamento da comunidade e a distância “ativam os mecanismos da memória e esclarecem os caminhos das lembranças. A carta era o único veículo capaz de reconstruir a relação com a família, com os amigos, com um mundo de paz, atenuando a angústia da solidão” (Rossi *apud* Frazina, p. 70). Este universo privado de cartas particulares, trocadas entre amigos e familiares e que, o historiador poucas vezes tem acesso, revela elementos que são raros, ou inexistentes, em cartas para organizações como a Cruz Vermelha. Em ambos os tipos de cartas o tema é o mesmo: o envio de pacotes, porém a forma de escrita e as informações contidas nelas são distintas entre si pois em cartas privadas, onde supõe-se que exista uma relação próxima entre o escritor e o leitor, há o fator de confiança e de informalidade, enquanto escrever para uma organização é escrever para um leitor desconhecido.

A troca de cartas entre a comunidade de Ibirubá e o Pastor Goebels continuou, em carta datada de 18 de maio de 1948, escreveu para o Pastor Karl Seibel para tirar as dúvidas sobre a atuação das organizações (*Caritas* e *Evangelisches Hilfswerk*) na Alemanha e a distribuição dos pacotes.

Parece-me que no último envio de pacotes do Brasil, uma parte dos mesmos, como o de agora, foi encaminhado pelo *Caritashilfswerk*, através da LKW e o outro através do *Evangelisches Hilfswerk-Hamburg*. E as coletas para o SEF como estão? Sendo malquistas como me informou, ou são aceitas agora, e dada à oferta com coração alegre? Sobre a “insegurança” do *Hilfswerk*, espero ter-lhe esclarecido e tranquilizado através da minha carta de 22 de março, na qual lhe disse que o *Caritaswerk* de Lübeck está fazendo o maior esforço para a entrega dos pacotes, mesmo demorando, finalmente, o destinatário é alcançado. Espero que também tenham recebido os recibos, inclusos na carta supracitada, e que eles ajudem a dissipar as dúvidas e a “acordar” a vontade de dedicar-se novamente a esta obra de caridade (Resgate Histórico [...], 2007, p. 169).

Possivelmente, a comunidade, após ter contribuído com o Comitê de Socorro à Europa Faminta, tenha ficado em dúvida se realmente os pacotes chegavam ao seu destino. Por conta

disso, o Pastor Goebels buscou esclarecer sobre a suposta “insegurança” da Caritas de Lübeck, que fazia as distribuições das remessas do SEF e da Cruz Vermelha. Ainda, na carta, o pastor busca reforçar e, conforme o mesmo, “acordar” a comunidade para que continuem a contribuir com a obra de caridade. Nesse sentido, o pastor ainda faz uma apelação.

Somente o “Fogo do Amor” tem o poder libertador, e isso certamente vocês lá fora também devem sentir. Nesse sentido, entendo vossa “Ação de Auxílio” para nossa pátria alemã na sua miséria. Deixe-me agradecer também em meu nome, por todos os destinatários conhecidos e desconhecidos de vossos auxílios, de todo o coração por esta “Obra de verdadeiro Amor e Misericórdia”. Deixe-me pedir e transmita às tuas comunidades: “Não cansem desse serviço”. Nós temos aqui na Alemanha, durante estas semanas, o sentimento sinistro, de irmos de encontro a um caos profundo na nossa situação econômica. Por favor! Não nos abandonem! O amor dos irmãos e irmãs no exterior, do qual já tivemos tantos sinais em nossas comunidades, esse amor, que em tantos caminhos silenciosos, desconhecidos do público, chega aos nossos lares e famílias, é realmente além das vossas preces de intercessão, uma enorme ajuda de vossa parte, que nos livrou de afundar na miséria extrema e internamente, e que nos poderá auxiliar ainda (Resgate Histórico [...], 2007, p. 170).

O Pastor Goebels ainda dá sugestões ao Pastor Karl Seibel de como organizar uma campanha de ajuda na comunidade de Ibirubá. Ainda que estivesse aposentado e longe da comunidade a quase duas décadas, conhecia a realidade da então Colônia General Osório, e pensou no que mais lhe faltava na Alemanha: a banha.

Quando lembro dos porcos enormes no Brasil, eu ainda tenho uma foto da família Friedrich Becker – Linha Jacuí, onde pai, mãe e 3 filhos pequenos estão em pé atrás de um porco, o qual certamente rendeu 8 latas de banha, assim seria possível, que uma família que tem um porco desse tamanho, pudesse doar 4 quilos, para os irmãos e irmãs que vivem na penúria na velha pátria de seus antepassados. Naturalmente será difícil para um colono quando precisa ir à vila a cavalo, ir ao funileiro, e mandar fazer uma lata na qual mandaria a banha e ainda forrá-la com tecido. Por isso, dou a ideia que a comunidade mandasse fazer no funileiro, 100 latas quadradas, mais ou menos 18x18x15 centímetros, com pequena abertura em cima a qual após a lata cheia de banha, deverá ser soldada. O pagamento das latas poderia ser feito através de coleta na sede ou através de outras coletas, para o *Hilfswerk*. As latas vazias deveriam ser distribuídas entre os colonos que quisessem doar a banha e depois de cheias, levadas à casa paroquial onde a OASE compraria algodão e faria as capas das latas corretamente. Mas ninguém deverá se abster de além dessa ação, mandar outros pacotes, talvez com boas conservas de carne, pois salame e carne nós recebemos somente 100 gramas por mês e na Rádio já anunciaram que deverá ser usada a carne de cavalo, porque, pela louca política de abate de gado e ultimamente de porcos acima de 50 quilos, não existe mais carne. Certamente existem muitas inscrições de pessoas, as quais poderão remeter os pacotes, e naturalmente o doador terá o direito de pedir a quem seja remetido o mesmo. Tenho certeza, que, os felizes destinatários mandariam cartas de agradecimento aos bondosos doadores. Ficaria muito feliz, se também pudesse fazê-lo, pois certamente, há pessoas na sua comunidade, que não têm relações na Alemanha, mas gostariam de ajudar uma família. Estou disposto a fornecer-lhe listas, destas famílias necessitadas, e ficaria muito grato se existisse a possibilidade de ajuda aos mesmos. O que nos espera aqui, não sabemos Resgate Histórico [...], 2007, p. 170-171).

Não é possível saber se a campanha proposta pelo Pastor Goebels ocorreu. Porém, a partir desta troca de cartas entre ambos os pastores, é possível identificar que, ainda que

estivesse em outro continente e longe da comunidade há quase duas décadas, o líder religioso ainda possuía certo papel de liderança na comunidade local, em outras palavras, a função de pastor aposentado ainda lhe conferia o prestígio na paróquia de Ibirubá. O Pastor Goebels pode ser entendido como um mediador, um sujeito ativo, capaz de se relacionar amplamente, ainda que de outro continente, articulando “as necessidades dos outros às próprias aspirações, respeitando e cumprindo com os costumes defendidos pela população. Nesse sentido, a legitimidade da autoridade do pároco vinha da capacidade de realizar a ponte entre esferas políticas, econômicas e sociais diferentes, muitas vezes distantes umas das outras” (Vendrame, 2016, p. 245). Com efeito, através das cartas, não se mantinham apenas os contatos com os amigos além-mar, mas forneciam importantes elementos e ideias que determinavam as escolhas de sujeitos em outro continente (Crocí, 2008), que ainda pensavam em colaborar ou não, devido as dificuldades locais e custos elevados, com a campanha.

Tal era o prestígio que possuíam os pastores e ex-pastores da paróquia evangélica de Ibirubá, que a comunidade evangélica buscou ajudar não apenas o Pastor Theodore Goebels, mas também seu antecessor, o Pastor Albert Adam – que atuou de 1909 a 1920 em Ibirubá –, e residia em Möhne (hoje Möhnesee, município da Alemanha localizado no distrito de Soest, região administrativa de Arnsberg, estado de Renânia do Norte-Vestfália). Quem escreveu uma carta de agradecimento, em 28 de junho de 1948, foi o filho do pastor, Heinz Adam, onde informou que ele e a esposa “ficamos muito contentes com o conteúdo dos pacotes, pois foi para nós uma enorme ajuda” (Resgate Histórico, 2007, p. 177). Heinz tinha interesse em retornar ao Brasil para reaver seu capital⁶.

Atualmente estou me esforçando através da Missão Evangélica Luterana de Emigração de Hamburgo, para conseguir em breve minha emigração. Se o governo brasileiro nos desse a passagem gratuita até o Rio, eu continuaria a viagem, porém, tornar-se-iam necessárias maiores informações a respeito, pelas quais lhe ficaria muito agradecido. Meus bens, de 15:000\$000 (quinze contos de réis) que deixei aí, poderiam ser pagos, quando eu voltasse. Tomara que eu receba tanto por eles, para comprar uma pequena propriedade, o que é minha intenção. Não tenho noção do valor da moeda no Brasil, mas contando ainda os juros, não deverá ser uma soma tão pequena. (Resgate Histórico [...], 2007, p. 177).

Ao final da carta, escreve “na esperança de poder iniciar em breve a longa viagem”. Ao longo da escrita, é possível identificar um plano de Heinz para escapar da situação em que sua família se encontrava, emigrar para o Brasil fazia parte das conversas internas, inclusive pede ao Pastor Karl Seibel se poderia fornecer mais informações sobre como conseguir uma

⁶ Não fica claro na carta, tampouco há mais informações no livro, se o capital seria do Pastor Albert Adam ou de seu filho Heinz Adam, ou se ainda poderia ser uma herança.

passagem paga pelo governo brasileiro. Assim, a figura de um pastor de outro continente, de uma comunidade a qual não via a mais de 20 anos, era uma figura que poderia ter acesso mais fácil a estas informações, pois fazia a mediação interna e externa da comunidade. Não há informações se Heinz Adam emigrou para o Brasil, ou que seu capital em Ibirubá foi reavido.

Além da comunidade evangélica de Ibirubá, há também o engajamento – em outros moldes – da comunidade católica. Em carta de 28 de janeiro de 1947, o Padre Franz Hümmler, encaminhou uma carta para Padre Rambo, informando que havia circulado por Ibirubá o Padre Hans Wecker, “pedindo esmolas nesta paróquia para o Comité de Socorro dos Europeus Famintos”⁷ e conseguiu juntar “mais de Cr\$3500,00. Talvez pudesse ser mais, mas o padre ficou somente poucos dias”. Na mesma carta, Padre Franz Hümmler informou que havia recebido uma carta de uma de suas irmãs

que é enfermeira num hospital em Attendorn, Westfalia, pedindo um auxílio. Como me explicou o Padre Wecker, o V. Comité trabalha somente para os necessitados abandonados, sem meios e parentes. Aliás muito louvável! Pois bem, ajudei ao Padre Wecker, o que certamente o Padre Wecker afirma. Tenho apenas um pedido; posso enviar um pacote para a irmã por V. intermédio, e quais as condições. Ao final, estou certo, que a irmã distribui as coisas no hospital, portanto é carestia também. Neste caso, mandaria um pacote com banha frigorificada (Frigorífico daqui), etc.⁸

Observamos que há a referência de uma carta privada, de autoria de sua irmã pedindo ajuda. Em seguida, pede se poderia encaminhar um pacote privado para seu familiar, uma vez que organizou e arrecadou fundos para o Comitê de Socorro à Europa Faminta. Em resposta, Padre Rambo informa que “os presentes coletados por alguém para o público em geral não serão mais recebidos como contraproposta para suas próprias encomendas. Essa é a lei, mas a lei ainda não foi promulgada”⁹. O Padre Franz Hümmler procurou então a Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul, para enviar mantimentos para seus familiares na Alemanha. Em carta datada de 25 de junho de 1947, informou que leu em um jornal de Porto Alegre sobre a atuação da Cruz Vermelha.

Tenho na Westfalia umas sobrinhas, que me pediram roupas. Com muito gosto mandaria, disposto [a] pagar o que custar. Venho pelo presente pedir informações, as condições e possibilidades de mandar por intermédio do benemérito instituto da Cruz Vermelha Brasileira. Por qualquer informação agradeço desde já. Pedi as medidas etc., da roupa, e espero, que seja possível mandar algo.¹⁰

⁷ HÜMMLER, Franz. [Correspondência]. Destinatário: Padre Balduino Rambo. Ibirubá/RS, 28/01/1947. Pasta Inlandschreiben aus der Mitaberit (255), Acervo Benno Mentz, PUCRS, Porto Alegre/RS.

⁸ HÜMMLER, Franz. [Correspondência]. Destinatário: Padre Balduino Rambo. Ibirubá/RS, 28/01/1947. Pasta Inlandschreiben aus der Mitaberit (255), Acervo Benno Mentz, PUCRS, Porto Alegre/RS.

⁹ RAMBO, Balduino. [Correspondência]. Destinatário: Padre Franz Hümmler. Porto Alegre/RS, 04/02/1947. Pasta Inlandschreiben aus der Mitaberit (255), Acervo Benno Mentz, PUCRS, Porto Alegre/RS.

¹⁰ HÜMMLER, Franz. [Correspondência]. Destinatário: Padre Balduino Rambo. Ibirubá/RS, 25/06/1947. Pasta 1. ACVBR. Porto Alegre/RS.

O envio de mantimentos pela comunidade, reforça uma compreensão interna, ou seja, a comunidade legítima e válida a si mesma. Mas também os membros da comunidade possuem pensamentos singulares, pensam em seus familiares, como o caso do Padre Franz Hümmler. Enquanto a comunidade envia mantimentos para a coletividade anônima por meio do Comitê de Socorro à Europa Faminta, os indivíduos enviam pacotes particulares, alguns por meio desta mesma organização, outros por meio da Cruz Vermelha. Temos, neste sentido, as alternâncias entre o público e o privado, o coletivo e o individual, o bem comum e o bem particular. Em ambos os casos, existem estratégias da comunidade e estratégias individuais de apoio ao familiar, ao sujeito mais próximo – no sentido de laços. É nesse caso individual que atua a CVB/RS – ou alguma outra organização que encaminhasse pacotes privados – sendo a mediadora entre os dois mundos, entre as duas pontas dos fios.

Enviar mantimentos para um pastor, ou para as sobrinhas, ou de organizar uma campanha de arrecadação de latas de banha em toda a comunidade para enviar para outra comunidade desconhecida que está no além-mar, não é algo em pequena escala, são territórios diferentes em múltiplas escalas. Nestes casos que a CVB/RS entra como mediadora de mundos, ou seja, uma mediadora de espaços e escalas. Os organismos externos a comunidade, influenciam, até certo ponto, como pontua Maíra Vendrame fazendo referência ao estudo de Osvaldo Raggio a respeito do poder central, isto é, o Estado “não pode realizar um domínio uniforme sobre o território, mas apenas interferir sobre as escolhas de competição política local” (2023, p. 207). Da mesma forma, a atuação de organizações humanitárias influenciava dentro destes espaços, os preços e o tempo de envio e entrega do pacote, eram levados em consideração pelos sujeitos privados quando encaminhavam mantimentos para o exterior, como o caso do Padre Franz Hümmler. Mas também, estes mesmos organismos externos são procurados pela comunidade, através do mediador, como o caso do Pastor Karl Seibel, a qual procurou a *CARE* para encaminhar os pacotes de membros da paróquia.

3. Considerações finais

A partir da análise de um espaço – Ibirubá –, é possível estabelecer e construir diferentes análises doravante de uma mesma ação – o envio de mantimentos. Nesse sentido, o espaço da comunidade é “tomado como esfera que possibilita elaborar problematizações, acessar pontos de vistas, sentidos, expectativas e contextos desconhecidos ou negligenciados através de outras perspectivas que não a micro analítica” (Vendrame, 2023, p. 220). Esta não é uma discussão de história local, ou do pequeno, mas sim um experimento de uma microanálise,

de como as organizações humanitárias internacionais, o terceiro setor, está presente dentro de uma comunidade, dentro das decisões de indivíduos. É uma leitura de dentro, interna da comunidade, que somente a documentação produzida por ela, e não sobre ela, é capaz de revelar. É através dessa leitura do micro, que permite aos historiadores “aproximarem-se da trama da realidade social, como se essa fosse olhada por um microscópio” (Lima, 2023, p. 10).

Essas fontes ainda levantam outras discussões, como as campanhas organizadas pelo SEF, pela CVB/RS e por tantas organizações, igrejas e associações, foi recebida e teve impacto direto nos colonos? Por qual razão alguém que não possuía relações diretas – familiares, amigos e conhecidos – com a Europa faria doações para desconhecidos? Nesse sentido, os líderes religiosos exercem seus papéis em prol de uma causa humanitária; para aqueles que possuem um capital social, seria uma oportunidade de aumentá-lo perante os demais. A própria documentação é parcial, uma vez que não se possui acesso ao acervo total de cartas trocadas entre os pastores, por isso é um olhar pela fechadura, da fresta da história. É tentar entender como “os grupos sociais efetivamente se comportavam em um contexto material” (Vendrame, 2023, p. 199), enfim, o que se busca através da análise destas cartas, é trazer uma cor humana para a História (De Vivo, 2023).

REFERÊNCIAS

- LEVI, Giovanni. **A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Pienonte do século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- LEVI, Giovanni. A História: ciência das perguntas gerais e das respostas locais. In: VENDRAME, Máira Inês; KARSBURG, Alexandre. **Territórios da história: o micro, o local e o global**. São Paulo: Alameda, 2023. p. 23-40.
- LIMA, Henrique Espada. O laboratório da micro-história. In: VENDRAME, Máira Inês; KARSBURG, Alexandre. **Territórios da história: o micro, o local e o global**. São Paulo: Alameda, 2023. p.7-16.
- SAND, João Vítor; NEUMANN, Rosane Marcia. “De um irmão e irmã desconhecidos da terra das necessidades”: escritas de (des)conexões entre Alemanha e Rio Grande do Sul no pós-Segunda Guerra Mundial. **Revista Hydra: Revista Discente De História Da UNIFESP**, 2024, 7(13), 166-185.
- SCHWEIG, Rudi. **Resgate histórico: centenário da comunidade evangélica de Ibirubá/RS (1906-2006)**. Ibirubá: Gráfica Ibirubá, 2007.
- THEISEN, João Vítor Sand. **Na paz e na guerra, a Caridade: a atuação da Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul, no pós-Segunda Guerra Mundial (1946-1956)**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS, 2024.
- VENDRAME, Máira Inês. A produção social dos lugares. In: VENDRAME, Máira Inês; KARSBURG, Alexandre. **Territórios da história: o micro, o local e o global**. São Paulo: Alameda, 2023. p.187-222.
- VENDRAME, Máira Inês. **O poder na aldeia: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre camponeses italianos (Brasil-Itália)**. São Leopoldo: Oikos, 2016.

VENDRAME, Máira Inês. Redes, mobilidade social e justiça comunitária: a trajetória de um padre italiano no Brasil Meridional. **Censive (Université de Nantes)**, v. 8, p. 71-94, 2015.

Sobre os autores

Adriana Dias Silveira. Possui graduação em Educação Artística - Licenciatura Plena, pela Universidade Federal do Rio Grande (1994). Atualmente é servidora técnico-administrativa em educação, atuando como Diretora de Assistência Estudantil (DAE) da Pró-reitoria de Assuntos Estudantis - PRAE da Universidade Federal do Rio Grande - FURG. Mestranda do PPGH/FURG.

Andressa Vargas Soares Falcão. Mestranda em educação – PPGE UFPel. E-mail: andressavargassoaresfalcao@gmail.com

Danilo Kuhn. Licenciado em Música pela UFPel (2004), mestre em Composição Musical pela UFPR (2010), doutor em Memória Social e Patrimônio Cultural pela UFPel (2019); e professor do curso de Bacharelado em Produção e Política Cultural da Unipampa; danilokuhn@yahoo.com.br.

Dóris Rejane Fernandes. Doutora em História, professora e pesquisadora nas Faculdades Integradas de Taquara/FACCAT, Taquara/RS e associada do Instituto Histórico de São Leopoldo.

Edison Botelho Silva Júnior. Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Maria, UFSM-RS, Mestre em Direito pela Universidade Iguaçu, UNIG-RJ e Bacharel em Direito pela Universidade Federal Fluminense, UFF-RJ. Professor de Direito Constitucional, Direito Internacional e de História do Direito dos Cursos de Direito e de Relações Internacionais da Universidade Santa Cruz do Sul, UNISC-RS. Contato: edisonbsj@gmail.com.

Elias Kruger Albrecht. Doutor em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação - Universidade Federal de Pelotas -UFPEL. Membro do grupo de pesquisa: Centro de Estudos e Investigação em História da Educação - CEIHE. e-mail: eliask.albrecht@gmail.com

Gabriela Medeiros Nogueira. Doutora em Educação pela UFPel. Mestre em educação pela FURG. Professora Associada no Instituto de Educação da Universidade Federal do Rio Grande. Email: gabynogueira@me.com

João Vítor Sand. Doutorando em História no PPGH/UFPel. Presidente da Associação Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-Brasileiras. Atualmente, é professor de História e Geografia da Rede Estadual de Educação do Rio Grande do Sul. E-mail para contato: joaovsand@gmail.com

Kalinka de Oliveira Schmitz. Doutora em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Atualmente, é professora da rede estadual de educação do Rio Grande do Sul. Email para contato: kalinka.oschmitz@gmail.com.

Luciana Sanguiné. Doutoranda em História pela PUCRS, Mestra em Gestão de Projetos pela University of Essex, Especialista em literatura brasileira, graduada em História, Letras, Engenharia da Computação e Gestão de TI. Pesquisa imigração, identidade e etnicidade no Rio Grande do Sul. E-mail: luciana.sanguine@outlook.com.

Milleny Dubiel. Mestranda do Programa de Pós-graduação de História da PUCRS, da linha de história social com ênfase na história da imigração. Também é formada em licenciatura em História pela PUCRS, e técnica administrativa pelo Instituto Federal do Rio Grande do Sul. Atua sobre os estudos de gênero na historiografia e na história da educação étnica.

Myrna Susan Gower Madia Berwaldt. Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação-PPGE da UFPEL. Possui mestrado em Educação pela Universidade Federal de Rio Grande e Graduação em Pedagogia pela mesma Universidade. Email: myberwaldt@gmail.com.

Patrícia Bosenbecker. Professora Substituta/UFPEL. Doutora em Sociologia. Mestre em História. Contato: pbosenbecker@hotmail.com.

Patrícia Schneid Altenburg. Licenciada e mestre em História pela Universidade Federal de Pelotas, Pelotas-RS, Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas, Pelotas-RS. Bolsista Capes. E-mail: patricialaltenburg@gmail.com.

Patrícia Weiduschadt. Professora titular da Universidade Federal de Pelotas, lotada no Departamento de Fundamentos da Educação- Faculdade da Educação.

Rejane de Oliveira Gomes. Mestranda em História pela Fundação Universidade Federal de Rio Grande, formada em Pedagogia pela mesma instituição e atualmente atua no Núcleo Étnico Racial como coordenadora na Secretaria do município de Rio Grande. E-mail: rejane.gominhas@gmail.com.

Rosane Marcia Neumann. Doutora em História. Professora visitante voluntária no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande (PPGH/FURG); Analista Pesquisador – História no Departamento Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão (APERS/SPGGRS). Pesquisadora do Instituto Histórico de São Leopoldo (IHSL).

Simone Gomes de Faria. Doutora em Educação pela UFPEL e professora de Língua Portuguesa da rede municipal de Bagé e Hulha Negra.

Valdir Lopes Junior. Mestrando em Educação- Universidade Federal de Pelotas.

Welington Augusto Blume. Doutorando em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Mestre em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, através do Programa de Pós Graduação em História. Graduado em História pela UNISINOS. É tesoureiro da Associação Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-Brasileiras, gestão 2024-25 e foi presidente da mesma instituição nas gestões de 2020-2021 e 2022-2023. É professor de História da rede pública e privada de Ensino do Rio Grande do Sul, atuando na Escola Estadual de Ensino Médio João Wagner (Morro Reuter) e no Colégio Marista Maria Imaculada (Canela). E-mail para contato: welingtonblume@hotmail.com

Weliton Barbosa Kuster. Doutorando em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas. Integrante do grupo de pesquisa Centro de Estudos e Investigações em História da Educação (CEIHE) e bolsista CAPES.

*Data do Coronel
Francº Vieira Braga.*

A OBRA QUE ORA SE APRESENTA REAFIRMA A URGÊNCIA DE PENSAR OS PROCESSOS MIGRATÓRIOS PARA ALÉM DE LEITURAS CONJUNTURAIS OU DISCURSOS DE CRISE, SITUANDO-OS COMO FENÔMENOS ESTRUTURANTES DAS SOCIEDADES CONTEMPORÂNEAS. EM UM MUNDO MARCADO POR DESLOCAMENTOS INTENSIFICADOS, DESIGUALDADES GLOBAIS E DISPUTAS NARRATIVAS, TORNA-SE FUNDAMENTAL AMPLIAR OS ESPAÇOS DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA E DE DIÁLOGO PÚBLICO, CAPAZES DE TRADUZIR PESQUISAS ACADÊMICAS EM REFLEXÕES ACESSÍVEIS, CRÍTICAS E SOCIALMENTE COMPROMETIDAS. AO APROXIMAR UNIVERSIDADE E SOCIEDADE, INICIATIVAS COMO ESTE LIVRO CONTRIBUEM PARA O ENFRENTAMENTO DE ESTIGMAS, PARA A VALORIZAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS MIGRANTES E PARA A CONSTRUÇÃO DE DEBATES PÚBLICOS MAIS INFORMADOS, SENSÍVEIS E ATENTOS À COMPLEXIDADE HISTÓRICA E HUMANA DAS MOBILIDADES.